ISSN 0011-7641

# A DEFESA NACIONAL

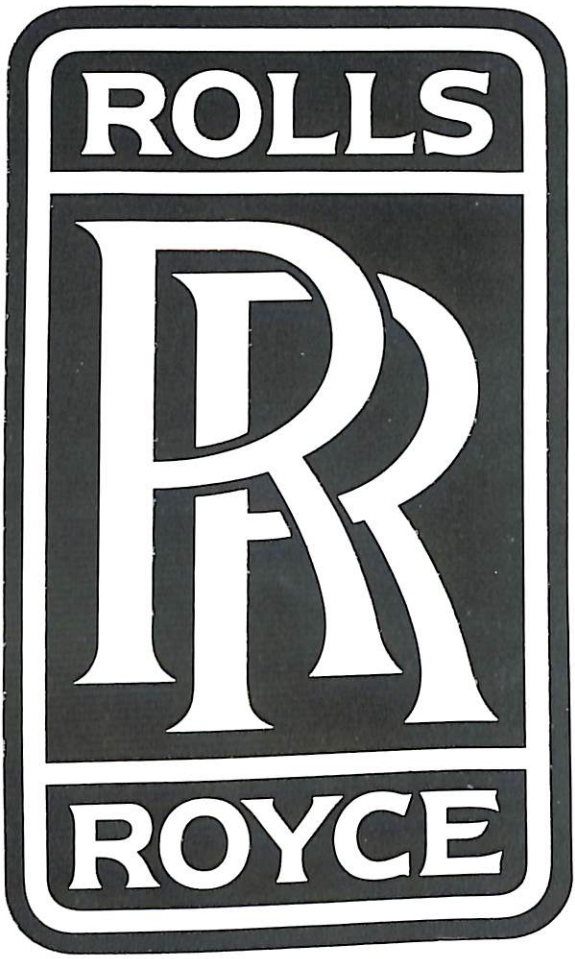
REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



**O Muro Invisível da Alemanha Unificada**
*Vasco Mariz*

ANO LXXXII – Nº 772
2º TRIM. DE 1996

Rolls-Royce - 30 anos fornecendo à Marinha Brasileira
turbinas para helicópteros e
para propulsão de navios.




Rolls-Royce International Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 45 Sala 1006
Botafogo - Rio de Janeiro-RJ - CEP 22270-000



## EDITORIAL

# A PRIMEIRA MISSA

*O registro artístico do fato histórico, aquele feito por meio de desenhos, pinturas, esculturas e monumentos arquitetônicos, tem sido usado desde a pré-história e conserva, até hoje, a mesma força atrativa de atenção e afetividade. Se, como fonte de pesquisa da verdade histórica, pode ter valor discutível, por impregnado da emotividade própria do artista, sua importância para a perenização da memória do fato continua insuperável.*

*Assim se passa com a tela de Vitor Meireles, cuja reprodução fotográfica compõe nossa capa. É, sobretudo, através dela, que a celebração da primeira misssa no Brasil sobrevive na memória nacional.*

*Dir-se-á que a missa celebrada no domingo da Páscoa de 1500 em terra brasileira perdeu a importância como fato histórico, a partir da separação Igreja-Estado advinda da República, o que não é verdadeiro. Trata-se, isto sim, do mais relevante dos fatos ligados ao Descobrimento. Foi ele que, simbolicamente, definiu a filosofia de vida a ser seguida pelo país que mal nascia. A opção pelo Cristianismo, representado pelo ritual católico da missa, significou a inserção do Brasil no Mundo Ocidental e a adoção conseqüente dos seus valores.*

*Na tela de Meireles, o fato histórico nos revela, ainda, na disposição e expressão dos partícipes da missa, singular faceta do caráter nacional: a tolerância étnica, nela focalizada entre o branco e o índio, mas que viria, a seguir, incorporar o negro. Induz, também, a ausência de ódios que nos torna, hoje, espectadores neutros dos conflitos que o fim da Guerra Fria fez reacender.*

*Por tudo isso, o 26 de abril, data em que foi celebrada nossa primeira missa, merecia ser anualmente festejado e as comemorações do 500º aniversário do Descobrimento, que já começam a se esboçar, constituem oportunidade sob medida para promover-se o retorno de uma prática que se perdeu no tempo.*

*Seria forma de revigorar aspectos de tanto significado na formação da nacionalidade brasileira, cuja valia, vez por outra, é posta em xeque pelo revisionismo predador da História, em sua obstinação de polemizar, quando não, denegrir, o que rotula de "versão oficial".*

Revista *A DEFESA NACIONAL*

**Diretor**
Gen Bda Luiz Edmundo Montedônio Rêgo
**Editor**
Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho
**Redator**
Cel Eng EM Virgílio da Veiga

**REDAÇÃO**
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro, RJ
BRASIL - 22290-270
Tel.: (021) 542-5646 - Ramal 204 e 205
FAX (021) 542-5454

**ADMINISTRAÇÃO**
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - Térreo - Rio de Janeiro, RJ
BRASIL - 20221-260
Tel.: (021) 253-4628

**DISTRIBUIÇÃO**
Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Marcílio Dias
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260
TEL.: (021) 253-7535

**Conselho Editorial**
Cel Art QEMA Arthur P. Tapajóz de Souza
Cel Inf QEMA Hélcio Ribeiro Alves
Ten Cel Inf QEMA João Henrique C. de Freitas
Ten Cel Eng QEMA Joaquim Maia Brandão Junior
Ten Cel Cav QEMA Celso Krause Schramm
Ten Cel Com QEMA Wladimir Paulino V. da Silva
Ten Cel Art QEMA Juarez Aparecido de Paula Cunha
Ten Cel Art QEMA Carlos A. Vicente da Silva
Ten Cel QMB QEMA Fábio José Almeida
Ten Cel Cav QEMA Celso Leite Rodrigues

**EDITORAÇÃO e PRODUÇÃO GRÁFICA**
PENELUC Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.
Tel.: (021) 533-0625 — Fax (021) 220-1782

**REVISÃO**
Renaldo di Stasio
José Lívio Dantas
Márcia Pignataro

**PUBLICIDADE**
ENREVISTAS Prod. Gráf. e Publicidade
Tels.: (021) 201-9009 – 581-0101 – 581-7869
Fax: 581-6757

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados em laudas com 30 linhas, em espaço duplo e, no máximo, com 72 batidas por linha, acompanhadas de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos..

**PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4628; as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

**Assinatura Anual:**
Brasil — R$ 15,00
Exterior — US$ 30.00

Nº 771 – 2º Trimestre de 1996

# A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

## SUMÁRIO

Editorial ..... 1

O Muro Invisível da Alemanha Unificada ... 5
*Vasco Mariz*

O Exército Brasileiro e os Órgãos de Comunicação Social — um Relacionamento a ser Otimizado ..... 19
*Wanderley Ribeiro da Silva*

Bolívia: Predestinação Geopolítica ..... 31
*Therezinha de Castro*

Sobre a República Socialista Ianomâmi ..... 47
*Gilberto Paim*

Operações na Amazônia — A Chave do Cenário ..... 55
*Maynard Marques de Santa Rosa*

Saída para o Pacífico ..... 63
*Benjamin Medeiros*

A Guerra da Indochina (1945-1954) ..... 79
*Paulo Ricardo da Rocha Paiva*

Avaliação da Conjuntura — Reflexos sobre o Preparo e o Emprego da Força Terrestre. 87
*Luiz Quintino Martins de Figueiredo*

Um Brasileiro em Ayacucho ..... 95
*Joaquim Ponce Leal*

Crises — Proposta de Metodologia para Gestão ..... 103
*João Paulo Saboya Burnier e*
*Luiz Cláudio Del Rio C. do Nascimento*

Comentários ..... 125

Informações ..... 139

Destaques da Imprensa ..... 143



A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

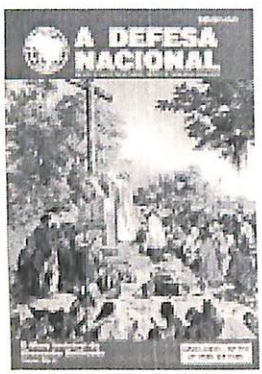
N.º 1 | Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913 | Anno I.

Grupo mantenedor Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompêo Cavalcante, Euclydes Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do Nº 1, Ano 1 — 10/10/1913 de *"A Defesa Nacional"*)


Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
*"A Defesa Nacional"*
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

**Diretor-Presidente**
Gen Div Carlos Patrício Freitas Pereira
**Diretor-Secretário**
Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho
**Diretor-Administrativo**
Ten Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto
**Diretor-Tesoureiro**
1º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt
**Conselheiros**
Cel Art EM Luiz de Alencar Araripe
Cel Art EM Amerino Raposo Filho
**Conselho Fiscal**
Cel Celso José Pires
Cel Nilson Vieira Ferreira de Melo
Cel Enir dos Santos Araújo
**Suplentes**
Cel Zenóbio Cid de Aguiar Borges
Ten Cel Marco Antonio Cunha
1º Ten Jorge Luiz de Oliveira


## NOSSA CAPA

Reprodução fotográfica da tela de Vitor Meireles, *A Primeira Missa no Brasil*, obra clássica da pintura histórica nacional. Exposta no Salão de Paris em 1861, pertence ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, RJ.

# O Muro Invisível da Alemanha Unificada[1]

Vasco Mariz*

*Embaixador do Brasil em Berlim, de 1984 a 1987, o autor revela interessantes facetas ligadas à atual conjuntura da Alemanha unificada.*

Quando deixei Berlim Oriental, em meados de 1987, após lá viver quase três anos, virtualmente ninguém poderia prever o que sucederia dois anos depois. Recordo-me que, ao despedir-me de meus colegas diplomáticos, os embaixadores americano, francês, inglês e russo consideravam insignificante a possibilidade da reunificação das duas Alemanhas. Lembro-me até que transmiti ao Itamaraty uma espontânea exclamação da embaixadora da França em Berlim — *Vive le mur*! —, durante minha visita de despedida.

Por isso mesmo, quando se desenrolaram os acontecimentos que são do conhecimento de todos, surpreendi-me e indignei-me com as baboseiras publicadas em jornais brasileiros e internacionais, escritas por jornalistas que não tinham vivência alguma da verdadeira conjuntura da RDA antes da queda do muro de Berlim. Li que os alemães orientais pouco tinham o que comer, que os produtos por eles fabricados eram péssimos e várias outras inverdades. Ao que parece, os jornalistas que escreveram tais notícias foram buscar essas informações nos arquivos dos anos 50 de seus jornais, quando a vida na RDA tinha realmente péssima qualidade. Em verdade, em meados dos anos 80, o nível de vida na Alemanha Oriental já era bom e estava sendo comparado, por economistas ocidentais, ao da Espanha. Embora a RDA tivesse nível de vida bem inferior ao de seus irmãos alemães ocidentais, em 1984 o país já era a 11ª potência industrial do mundo. Li isso na revista norte-americana *Newsweek*, da qual me vali para fazer a mi-

* O autor é diplomata.

1. Selecionado pelo PADECEME.

nha sabatina perante o Senado brasileiro. Tinha então a RDA uma renda *per capita* de US$ 7.500,00[2] e exportava cerca de US$ 40 bilhões, cifra que o Brasil só veio a atingir 10 anos depois, em 1994. E a RDA chegara a esse nível malgrado os entraves bem conhecidos das sociedades socialistas e graças apenas à persistência e à capacidade de trabalho dos alemães. E recordo, que a Alemanha Oriental era um pequeno país com 100.000km², isto é, do tamanho de nosso Estado de Pernambuco, e com cerca de 17 milhões de habitantes.

Quanto à qualidade de seus produtos, se bem que menos sofisticados do que os da Alemanha Ocidental, muitos deles funcionam muito bem em minhas casas do Rio de Janeiro e de Miguel Pereira, decorridos 10 anos. Aliás, quem passa sobre o viaduto, ao longo do cais do porto do Rio de Janeiro, vê uma série de grandes guindastes TAKRAF, feitos em Rostock, operando normalmente. Quanto à pretensa fome que grassava na RDA em meados dos anos 80, devo dizer que uma boa parte da comida consumida em Berlim Ocidental era proveniente da RDA, cuja agricultura era bastante eficiente. Quanto à indústria, até hoje tenho um belo armário comprado em Berlim Ocidental, que depois vim a descobrir haver sido produzido do lado oriental. Ademais, recordo-me que, todos os sábados, Berlim Oriental era invadida por centenas de oficiais e soldados americanos, franceses e ingleses que faziam compras a preços muito convenientes. Em verdade, se nos primeiros anos da ocupação soviética depois da Segunda Guerra Mundial o nível de vida era baixíssimo, 30 anos depois o quadro mudara por completo. Quando Gorbachev visitou Berlim, em 1987, lembro-me bem que ele apontou a RDA como modelo para os outros países socialistas, como a economia mais desenvolvida do mundo comunista.

Então, poderá ser perguntado por que milhares de alemães orientais fugiram ou tentaram fugir para o lado ocidental, se tinham um nível de vida bastante satisfatório? O motivo principal certamente foi psicológico, tentados pela ostentação de riqueza a que diariamente assistiam pela televisão alemã ocidental. Outro fator importante foi a opressiva presença policial, que nos anos 80 diminuíra um pouco ou se tornara mais discreta, mas ainda era palpável. É verdade que alguns amigos alemães me diziam que, se o indivíduo não se metesse em política ou não agisse contra o governo, não era importunado. Enfim, durante a minha estada na RDA havia já uma razoável liberalização, correspondente talvez à crescente prosperidade do país. Entretanto, a impressão de confinamento forçado dentro do país era incômoda, e considero que foi um grave erro do governo não haver aberto paulatinamente as fronteiras. Afinal, com o modesto valor do marco oriental, cinco vezes menor do que o marco alemão ocidental, tudo o que os cidadãos da RDA poderiam fazer era passear alguns dias em Paris ou comprar alguns *gadgets* que não podiam adquirir nos países do mundo socialista. E depois regressariam satisfeitos a seus empregos e a seus apartamentos na RDA.

Recordo que os aluguéis eram baratíssimos, as escolas e serviços médicos eram gratuitos e eficientes de um modo geral, embora sem sofisticação. Na realidade, os alemães orientais ganhavam pouco em termos ocidentais, como nós aqui no Brasil, mas a vida era tão subvencionada pelo Estado que sempre sobrava algum dinheiro para esquiar no inverno da Tchecoslováquia ou, no verão,

2. Três vezes a renda do Brasil.

ir às praias da Romênia ou da Bulgária com sua família. Os divertimentos eram baratos e de boa qualidade; os teatros, os concertos, a ópera, os museus, excelentes e estavam sempre repletos, inclusive com boa percentagem de turistas ocidentais. E, o mais importante: não havia desemprego, hoje a grande praga dos países da economia de mercado. Bem ou mal, o Estado socialista assegurava a todos uma colocação. Mas o único aspecto negativo grave — repito — era a vigilância policial, constante e atenta, e isso afligia, sobretudo, os intelectuais, sempre ansiosos por liberdade mais completa.

Mas não estou fazendo esta apreciação para elogiar o regime comunista do Sr. Erich Honnecker que, pessoalmente, nem parecia um líder socialista, tão simpático era. Tudo teria prosseguido como estava, pelo menos por alguns anos mais, se não houvesse ocorrido o desmantelamento da União Soviética. Sem esse fator decisivo não teria havido a reunificação da Alemanha, nem mudanças de governo nos demais países socialistas do Leste Europeu. A efervescência que assaltou a RDA, em outubro e novembro de 1989, poderia ter sido reprimida com facilidade, se Honnecker se sentisse respaldado por Gorbachev. O Ocidente nada poderia fazer sem arriscar uma guerra mundial. O desejo do SED, o partido do governo, de tentar conciliar essa ebulição política levou-o a substituir Honnecker, já enfermo e com 77 anos de idade, por Egon Krenz, o delfim há muito escolhido. A queda do muro foi resultante de uma série de mal-entendidos e, sobretudo, da má comunicação entre as diversas repartições do governo. Krenz decidira afrouxar gradualmente os regulamentos de viagem ao exterior e ia anunciar, pela televisão, essa decisão naquela noite. Só que correu célere o boato de que as portas do muro seriam abertas à meia-noite. Multidões enormes se dirigiram para os *check-points* e a polícia de fronteira não havia sido reforçada, porque não havia intenção do governo de abrir as portas do muro. E o resto sabemos todos como ocorreu.

Gostaria de abrir parentêsis para tecer algumas observações sobre Erich Honnecker, que foi o presidente do Conselho de Estado da RDA, de outubro de 1976 a outubro de 1989, e a quem conheci bastante bem.

Ele era o secretário-geral do Partido Comunista desde 1971 e, antes, se havia feito notar no cenário mundial como o homem que construiu o muro. Para minha surpresa, pude constatar que ele era bastante popular em seu país pois, nos desfiles militares na RDA, ele ficava em um estrado ao nível da rua, bem diante do povo que desfilava e lhe apertava as mãos. Nós, diplomatas estrangeiros, comentávamos que nenhum outro líder socialista da época ousava tanto. Nada de palanques elevados, nada de vidros blindados em cerimônias ao ar livre, onde Honnecker poderia ter sido facilmente ferido ou assassinado, apesar dos muitos seguranças dispersos nas vizinhanças.

No dia em que lhe entreguei minhas credenciais como embaixador do Brasil, conversamos longamente, parte através de intérprete, parte graças ao meu alemão capenga. Falei-lhe da minha emoção antes de entrar no Palácio do Conselho de Estado, defronte à famosa e sinistra avenida Unter den Linden, onde minutos antes tivera ocasião de passar em revista tropas alemãs formadas em minha honra. Lembrei-lhe que fora um oficial da reserva brasileiro, formado pelo CPOR para combater os alemães, mas que a guerra terminara dias antes da data de minha partida para a Itália. E aí, nessa entre-

vista, aconteceu uma grande surpresa: o Presidente da República Democrática da Alemanha ignorava que o Brasil esteve em guerra com a Alemanha nazista! Honnecker disse-me, com naturalidade, que nunca ouvira falar da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Justificou seu desconhecimento pelo fato de haver passado toda a guerra em Moscou, onde poucas notícias lhe chegavam do *front* italiano.

Minhas relações pessoais com Honnecker foram naturalmente distantes, mas bastante cordiais: sempre tinha uma palavra amável para mim ou para o Brasil. Por isso acompanhei com interesse sua odisséia, depois que deixou o poder, em 1989. Após a queda do muro, Honnecker, já afetado por um câncer no fígado, foi levado para Moscou, onde ficou em tratamento e, de lá, por exigência alemã ocidental, voltou preso para um hospital de Berlim, à espera de julgamento. No entanto, Helmut Kohl, que tinha boas relações pessoais com o ex-líder da RDA e o havia recebido oficialmente em Bonn como chefe de Estado, em 1987, decidiu virar a página política. Aproveitando o pretexto de sua grave enfermidade e de sua avançada idade, concordou com o pedido de Honnecker para asilar-se no Chile, onde Margot, sua esposa e ex-ministra da Educação, está residindo com uma filha do casal.

Finalmente, a 29 de maio de 1994, falecia Honnecker, em Santiago, aos 81 anos de idade. E foi enterrado com todas as honras pela esquerda chilena. Era, sem dúvida, uma das figuras-chave da política européia na época da Guerra Fria. Guardo dele uma recordação simpática e conservo uma foto sua a mim dedicada. Não está emoldurada, mas sim dentro de uma pasta ao lado de outra fotografia, também com dedicatória a mim, de outro personagem controvertido que conheci muito bem: o general Augusto Pinochet. Como se vê, a diplomacia enseja encontros e simpatias com personalidade de ideologias radicalmente opostas: Honnecker e Pinochet — quem diria?...

Mas examinemos de perto o processo de reunificação das Alemanhas, que foi, sobretudo, o resultado da audácia do chanceler Helmut Kohl. O partido cristão-democrata andava mal das pernas e Kohl tinha escassas possibilidades de reeleição. Agiu, então, com a maior presteza e, virtualmente, comprou a aprovação de Gorbachev, à custa de bilhões de marcos de auxílio à URSS. A parte final dessa vultosa operação financeira foi paga em espécie pela entrega dos grandes estoques de comida guardados nos subterrâneos de Berlim Ocidental para a eventualidade de um novo bloqueio russo, como ocorreu em 1948. E o mais curioso é que, depois da reunificação, o Estado alemão continuou pagando, até 1994, a permanência de 400 mil soldados russos estacionados no antigo território da RDA.

Segui, com atenção, a evolução da conjuntura alemã através da imprensa e de cartas de amigos e, em 1990, voltei a Berlim unificada para ver, com meus próprios olhos, o que se comentava tão apaixonadamente. Posso resumir em uma única frase: o preço da tão esperada liberdade estava muito alto, excessivo mesmo, no entender da maioria dos antigos cidadãos da RDA. A transformação de um país socialista em uma região de economia de mercado foi demasiado rápida e, sobretudo, não levou em conta o lado social e humano. O governo alemão ocidental demonstrou muito pouca preocupação com seus irmãos orientais como indivíduos, como se todos e cada um dos cidadãos da antiga RDA fossem culpados pelos erros e

desmandos do governo do país absorvido. Os grandes conglomerados industriais e comerciais foram desmantelados a toque de caixa: os produtos que essas fábricas produziam foram simplesmente postos de lado e substituídos por outros muito mais sofisticados do lado ocidental. Daí resultou enorme desemprego na indústria, no campo e no comércio. Num país de menos de 17 milhões de habitantes há, ainda hoje, cerca de dois milhões de desempregados, e esse número não tem diminuído seis anos depois. Grandes empresas estrangeiras tentaram associar-se às melhores empresas alemãs orientais, mas os interventores do lado ocidental impediram a formação de muitas das *joint ventures*. Considerável escândalo causou a tentativa fracasssada da British Airways de associar-se à Interflug, a importante empresa aérea da RDA. Numerosíssimos funcionários públicos foram despedidos sem cerimônia: os diplomatas foram todos postos na rua, bem como os do antigo Ministério do Comércio Exterior da RDA. O melhor especialista alemão do comércio com o Brasil emigrou para São Paulo. Enfim, nessa visita de 1990 a Berlim, amigos e conhecidos me manifestaram a maior preocupação, e até revolta, da maneira como estava sendo feita e reunificação. Disseram-me alguns: "Isso não é uma união e, sim, *anschluss* — uma anexação de país vencido."

Os cidadãos da antiga RDA foram obrigados a trocar suas economias na taxa de um marco alemão contra três marcos orientais antigos e os seus salários continuam, até hoje, bem menores do que recebem os alemães ocidentais em empregos do mesmo nível. E com tão pouco dinheiro, 20% menos, têm de pagar aluguel, comida, vestuário etc. aos preços elevadíssimos da Alemanha Ocidental. Estive em um restaurante elegante na antiga Berlim Oriental, que freqüentava antes e estava sempre cheio, e éramos os únicos clientes naquela noite. O dono do restaurante nos disse que só aos sábados e domingos conseguia alguns clientes. Artistas e músicos que conhecia queixaram-se da utilização de música ligeira e popular nas magníficas casas de espetáculos de Berlim Oriental, como a Stadtsoper e o Schauspielhaus, ambas com mais de 200 anos de tradições respeitabilíssimas. Acusaram as autoridades de Berlim Ocidental de tentar humilhar os artistas da RDA, de degradarem os teatros e cancelarem as subvenções às óperas de Berlim, Dresden e Leipzig. Citaram-me até a apresentação da opereta americana *West Side Story* na ópera do Estado! Ressalvo, porém, que esse mesquinho revanchismo só ocorreu no início da unificação. Hoje tudo se normalizou e se reestruturou. Mas as cicatrizes ficaram e vão demorar a desaparecer.

E como encontrei as duas Berlim depois de unificadas, em 1990? Oito meses após a unificação persistia bem clara a divisão das duas zonas. Apesar de derrubado e removido todo o muro de Berlim, era palpável a existência de um muro invisível. Se isso ainda se justificava na época, o triste é que ele continua lá, bem visível, seis anos depois. A mudança de regimes na Europa Oriental e a reunificação alemã causou notável perturbação na região, em conseqüência da liberdade de circulação. Em 1990, Berlim estava cheia de ciganos, romenos, húngaros, poloneses e búlgaros, muitos dos quais dormiam nas ruas. Muitos alemães orientais transformaram-se em camelôs nas principais avenidas e praças da cidade, dos dois lados do muro invisível. Naquela época, e até hoje, há muita violência, assaltos, que, naturalmente, não existiam antes. *Punks* e neonazistas

ocuparam velhos imóveis decadentes e aterrorizam a vizinhança. Ainda em 1995, continuam a ocorrer graves incidentes com os *punks*, não só em Berlim, como em várias cidades importantes dos dois lados da Alemanha. Tudo isso era inconcebível antes, pois as polícias dos dois lados do muro não brincavam em serviço. Em 1990, conhecidos nossos de lojas elegantes do Kurfürstendamm se queixaram que vendiam pouco, já que o turismo ocidental quase desaparecera e os alemães orientais não tinham poder aquisitivo para os produtos ocidentais. Berlim perdeu os incentivos fiscais que recebia de Bonn, como vitrina capitalista para o antigo mundo comunista. E os berlinenses estavam decepcionados com o fato de que tão cedo não serão a capital da nova Alemanha unida: o *lobby* de Bonn conseguiu manter o parlamento e a sede do governo na cidade de Beethoven até o fim do século.

Berlim é, hoje, um grande canteiro de obras, e quantias fabulosas estão sendo gastas para transformar a cidade na capital da flamante Grande Alemanha Unificada. Os empreiteiros de Berlim, nada ortodoxos, esfregam as mãos entusiasmados e tudo isso à custa dos *taxpayers* alemães, cada vez menos convencidos das vantagens da reunificação. Ouçamos a viúva de um embaixador alemão ocidental, nossos amigos de longa data, que nos escreveu pelo Natal de 1994: *"Estive há dias na antiga RDA e visitei lugares de onde minha família é originária. Tudo me pareceu bem pobre, mais pobre do que antes. Estamos pagando impostos altíssimos e, no entanto, todos continuam muito descontentes. Quase todos me disseram que gostariam de ter o muro de volta. Todos estão muito impacientes."*

Essa impaciência se expressou livremente nas eleições de 1994, nas quais Helmut Kohl conseguiu apenas a ínfima maioria de 10 cadeiras no parlamento. O descontentamento na antiga Alemanha Oriental, em pesquisa feita em fevereiro último, era de 82%. O carismático líder do PSD, Partido Socialista Democrático, Gregor Gysi, obteve elevadas votações na antiga RDA, sobretudo na região de Berlim, cidade tradicionalmente esquerdista. Isso fez o primeiro-ministro Kohl exclamar: *"Os vermelhos hoje só existem em Cuba e no PSD da ex-Alemanha Oriental."* Onde morava eu, em Pankov, o PSD obteve 36,7% dos votos, à frente do SPD (33%) e do CDU (21%), isto é, a esquerda recebeu quase 70% dos votos. Em Chemnitz, a antiga Karl Marx Stadt, alguns dos símbolos do comunismo foram tombados pela prefeitura local, em combinação com o patrimônio histórico alemão: o enorme busto de Marx de 13 metros de altura, o maior do mundo, e atrás do qual se vê uma gigantesca placa de 400m² onde se lê *"Proletários de todo mundo, uni-vos!"* ficarão perpetuados. Quanta ironia!

No entanto, quero deixar bem claro que ninguém quer voltar à antiga ditadura comunista. Estão saudosos das benesses e mordomias do socialismo, reconhecem a generosidade desajeitada do governo de Bonn, mas é indubitável que ainda há muito caminho a percorrer. Políticos e jornalistas afirmam que os alemães ainda não derrubaram o muro que existe dentro da cabeça deles. Ninguém, de um ou do outro lado do velho muro, tinha idéia de quanto uma parte da Alemanha se distanciaria da outra, em 40 anos de separação. O muro do ressentimento, invisível, lá está, e todos o percebem muito bem e sofrem com isso, dos dois lados. O conhecido escritor Friedrich Dieckmann ironiza: *"Kohl cumpriu a sua promessa e destruiu completamente a atividade industrial da antiga Ale*

*manha Oriental e, hoje, no lugar das fábricas, só existem belos canteiros de flores."* A importante revista norte-americana *Bussiness Week*, edição de 28 de novembro de 1994, confirma que o chamado muro da vergonha foi substituído por um "muro da mente". Os *ossies* resmungam que continuam a ser tratados como cidadãos de 2ª classe pelos imperiosos *wessies*, e os *wessies* queixam-se de que os *ossies* são uns ingratos, que teimam em não reconhecer o esforço do Estado, que está gastando bilhões de marcos para reconstruir a antiga Alemanha Oriental. Ambos têm razão, afirma o escritor alemão, mas o muro invisível lá está, onde hoje se constroem grandes *shopping centers*. Acrescento eu: o desemprego na Alemanha Ocidental é de 9% mas, na antiga RDA, já superou 13%. O muro do ressentimento não foi derrubado ainda e as cicatrizes psicológicas poderão durar uma geração ou duas.

A revista americana *Newsweek*, de 4 de setembro de 1995, dedica uma página inteira ao último romance do grande escritor alemão Günter Grass, e o articulista afirma que a Alemanha unificada vai ficar decepcionada. Esperavam todos um canto de louvor à nação reunida e o célebre autor deu-lhes *"uma obra amarga, cheia de diatribes esquerdistas e preconceitos"*. Grass comparou a unificação àquela imposta a ferro-e-fogo por Bismarck aos principados alemães no século passado. Os críticos literários reconhecem ser ainda cedo para escrever o romance da unificação, enquanto existir o muro invisível. O livro tem o título em inglês de *A Wide Field* e está sendo traduzido para o português como *Um Campo Longínquo*, pela Editora Record.

Seis anos depois da reunificação, já deveria haver atmosfera para um bom escritor produzir uma obra definitiva, mas não é assim. No entanto, a agência oficial alemã Treuhand Anstalt já encerrou, no início de 1995, sua tarefa de privatizar ou fechar as 14 mil empresas estatais da antiga Alemanha Oriental. Seu trabalho durou cinco anos e seu presidente, Günter Rexrodt, foi premiado com o Ministério da Europa. Mas o resultado social das atividades de sua equipe foi de 2 milhões de desempregados, ou cerca de 13% da força de trabalho da antiga RDA. Será mesmo que foi um sucesso? Não há dúvida de que o parque industrial da antiga Alemanha socialista era semi-obsoleto, mas sua transformação foi demasiado rápida e realizada a um altíssimo custo social. Os grandes conglomerados da Alemanha Ocidental fizeram questão de desmontar seus competidores do Leste, que vendiam tão bem seus produtos pouco sofisticados aos países do Segundo e do Terceiro Mundos. Em verdade, o que vimos foi o capitalismo mais selvagem exterminando as fábricas e os empregos menos eficientes de seus irmãos da RDA. Aos interessados recomendo a leitura de longa entrevista publicada em *O Globo*, de 26 de março de 1995, concedida por um teuto-brasileiro, que foi o diretor da *Treuhand* na cidade de Halle.

***"O muro do ressentimento não foi derrubado ainda e as cicatrizes psicológicas poderão durar uma geração ou duas."***

Um fato curioso ocorreu comigo em 1992, quando fui convidado para almoçar, pelo ex-governador Leonel Brizola, a fim de debater a possibilidade de o governo do Estado do Rio de Janeiro atrair algumas boas empresas da RDA para realizar *joint ventures* com fábricas cariocas e aqui se instalarem. Desejava ele que eu viajasse com o então

Secretário de Finanças, Luiz Salomão, depois deputado muito atuante em Brasília, para tentar convencer as autoridades alemãs. Disse-lhe imediatamente que a idéia era excelente, mas estávamos com três anos de atraso, pois as melhores empresas da RDA já estavam reorganizadas ou compradas por congêneres alemãs ou estrangeiras. Em 1992, só restavam empresas obsoletas, pois as fábricas notáveis, como por exemplo a Zeiss, de Jena, já haviam sido negociadas. Brizola interessava-se por uma fábrica de Dresden que construía edifícios pré-fabricados em três meses, mas nem isso foi possível.

Apesar dessa devastadora unificação, persistem alguns símbolos da RDA que desafiaram a *Treuhand*. Um deles é o pequeno automóvel Trabant, que a imprensa ocidental considerava o símbolo da ineficiência alemã oriental. Meu jardineiro, Peter, comprou um após longa espera, e convidou-me para dar uma volta. Andava bem, bufando *puff puff*. Lembram-se do nosso antigo DKW? Pois o Trabant é um primo do DKW e a fábrica fechou em 1992. E o que acontece hoje? Nos círculos elegantes e jovens da Alemanha unificada surgiram diversos "Clubes de Trábies", como os carros Trabant são chamados afetuosamente. Leêm-se nos jornais dezenas de anúncios de compradores de "Trábies" e os vendedores de carros usados recebem crescentes pedidos para adquirí-los. Como entender que o país que produz os esplêndidos Porsches, Mercedes, BMWs e Audis possa ansiar pelos velhos "Trábies" de dois cilindros? Segundo a imprensa, a resposta é complexa: os carros são lentos e modestos, mas bons e baratos, e podem ser comprados por menos de mil reais. Dirigir hoje um Trabant, além de ser uma piada, é um verdadeiro "culto retrô". Nos círculos jovens da Alemanha de hoje é elegante chegar a uma festa, e mesmo a uma recepção, dirigindo um Trabant ou um Wartburg, seu modelo mais luxuoso.

Mas se os alemães ocidentais se divertem imitando seus irmãos orientais, estes estão encantados com os novos sinais exteriores de riqueza. Os novos ricos da antiga RDA estão adotando as piores invenções do Ocidente: a decoração de seus apartamentos está ficando *kitsch* e a última moda são os banheiros luxuosos com torneiras douradas de latão. Do lado oriental de Berlim, estão construindo um hotel enorme e cafoníssimo, o hotel Adlon, de fazer inveja aos de Miami Beach, com apartamentos de luxo principesco e quartos contíguos para a criadagem particular dos hóspedes. Na cidade portuária de Rostock contruíram um King Kong de borracha com 24 metros de altura e trinta toneladas de peso, que uiva e se movimenta. Pelo Natal, todos na antiga RDA disputam as árvores de plástico importadas da Dinamarca e as decoram feericamente. Já os preços dos imóveis decuplicaram nas zonas nobres das principais cidades da Alemanha Oriental, e o Brasil vai ter gastos enormes para bem instalar sua nova embaixada em Berlim.

Embora o número de pobres ainda seja grande, a sociedade da antiga RDA deixou de ser nivelada. Em pouco tempo começaram a surgir os primeiros milionários. Além dos ricos que voltaram do exílio no Ocidente, é também já bastante grande o número dos *selfmade men* na Alemanha Oriental. Já os novos mafiosos ainda não são tão numerosos ou poderosos como na Rússia, pois a polícia alemã não descansa. Seja como for, os novos homens-de-negócios estão procurando criar um clima de consumo que era desconhecido na RDA.

Mas vejamos agora o quadro político da nova Alemanha, ainda tão pouco reunida.

A política na Alemanha vai evoluindo com os problemas de desemprego e a falta de atendimento às reivindicações trabalhistas, a diminuição da competitividade dos produtos alemães no exterior, devido aos altos custos de produção. A baixa cotação do dólar em relação ao marco e as outras moedas fortes torna mais caras as exportações alemãs. Duas importantes novidades surgiram nas eleições gerais de 1994 e nas eleições municipais de 1995. O Partido Liberal Democrático, principal aliado de Kohl, implodiu quase completamente. Já o Partido Verde, que havia quase desaparecido nas eleições de 1990, reorganizou-se e obteve resultados encorajadores, em maio de 1995, no maior estado da Federação, a Westphalia. Assim, a balança do poder está mudando muito mais depressa do que se poderia esperar.

Parte do sucesso dos "verdes" foi obtido às custas dos liberais-democratas de Genscher e Klaus Kinkel, o atual ministro das Relações Exteriores, com conseqüências dramáticas. O FDP tinha sido o maior dos pequenos partidos e assegurado maioria no parlamento aos cristãos-democratas de Helmut Kohl. Com o fracasso de maio último, o papel de fazedor de reis passou do FDP para os "verdes", que, sabiamente, afastaram seus líderes mais radicais e abandonaram antigas posições extremadas. Resultado: obtiveram 10% dos votos na Westphalia e nada menos 13% em Bremen. Os verdes agora se vestem com *blazers* e gravatas elegantes, em vez de *jeans* e sandálias. Tudo isso deu também mais força ao Partido Socialista, o SPD, cujo *slogan* agora é "ninguém governará mais este país sozinho". Os dias de Kohl, apenas com 10 votos de maioria, poderão estar contados, se os socialistas se acomodarem às exigências do Partido Verde, que se tornaram agora bastante razoáveis. Um realinhamento político, portanto, está em andamento e, neste ano, poderemos ter surpresas consideráveis.

Fato que me tem intrigado depois da reunificação das Alemanhas é o encarniçamento das investigações sobre crimes políticos cometidos na RDA. É curioso que a Alemanha unificada esteja dando a impressão de que parece mais interessada em fatos que ocorreram na Alemanha socialista do que nos crimes cometidos pelos nazistas. O Departamento Ganck, que investiga as atividades da STASI,[3] possui 3 mil funcionários, ao passo que a central para esclarecimento dos crimes do nacional-socialismo tem apenas 120 funcionários. Querem talvez investigar o que é mais recente, pressionados pelas famílias das vítimas que pereceram ao tentar atravessar o muro. A STASI era considerada, juntamente com o MOSSAD israelense, como o mais eficiente serviço secreto do mundo, muitos pontos acima da CIA ou do KGB. Pois, hoje, muitos de seus melhores agentes estão sob contrato dos serviços de espionagem ocidentais e, também, de grandes empresas ou de importantes personalidades privadas. O citado Departamento Ganck tem fornecido, às promotorias alemãs, informações preciosas para processos contra alguns dos principais líderes da RDA Foram encontradas na STASI mais de 35 milhões de fichas e documentos, muitos deles interessantíssimos. Lá certamente haverá uma ficha com meu nome e será muito divertido ler o que escreveram a meu respeito...

3. Serviço Secreto da Alemanha Oriental.

Surgiram daí alguns processos espetaculares, sendo talvez o mais saboroso deles o alusivo ao super-espião Markus Wolf, o chefe da STASI, que conheci razoavelmente bem em recepções oficiais em Berlim. Wolf havia sido condenado, em 1993, a seis anos de prisão por um tribunal de Düsseldorf, mas aguardava, em liberdade, o apelo ao Tribunal Constitucional da Alemanha. Em fins de maio último, a mais alta corte alemã decidiu, por ampla maioria, que os espiões da RDA não infringiram nenhuma lei da República Federal da Alemanha, ao realizar operações em favor de seu país. Afinal, a RDA era uma nação independente, com a qual o governo de Bonn mantinha relações diplomáticas e comerciais normais e, em 1987, Kohl recebera seu presidente Erich Honnecker em visita oficial. Markus Wolf ficou livre e centenas de processos em andamento caíram por terra e serão arquivados. Isso, aliás, nos faz lembrar que, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, nenhum juiz alemão pôde ser condenado porque eles cumpriam as leis do Estado nazista. O curioso é que os alemães ocidentais que trabalhavam como espiões para a RDA não vão se beneficiar dessa decisão do Tribunal Constitucional, porque eles traíram seu país natal. Já os agentes da STASI que foram apanhados atuando no território da RDA terão circunstâncias atenuantes e cumprirão penas menores, segundo informa a imprensa alemã.

Algumas palavras também se fazem necessárias para comentar as alterações fundamentais que ocorreram nos meios artísticos e esportivos da Alemanha Oriental depois da reunificação. Se havia privilegiados na RDA eram os artistas em geral e os desportistas que brilhavam em certames internacionais, como as Olimpíadas. Antes, os artistas criadores tinham certas limitações que provinham do velho relatório *Zdanov*, de 1948, mas hoje estão totalmente livres. No entanto, eles enfrentam agora as leis do mercado da arte e muitas vezes não sabem como agir. Os polpudos subsídios acabaram e o público parece mais atraído por jazz, pornografia ou romances banais. Os espectadores que lotavam os teatros e as óperas da Alemanha Oriental a preços altamente subsidiados (exemplo: uma poltrona na Stadtsoper de Berlim custava o equivalente a dois reais), esse público hoje fica em casa e procura economizar para comprar um BMW ou uma geladeira moderna. Os artistas de hoje estão angustiados e recordam com saudade a época em que eram subsidiados e gozavam de prestígio e atraentes mordomias. Os melhores artistas emigraram: meu amigo Kurt Masur, então diretor da magnífica orquestra sinfônica do *Gewandthaus* de Leipzig, é hoje o regente titular da Filarmônica de Nova York, mas numerosos colegas seus, alguns deles artistas eminentes, estão em casa contando os tostões. Agora, a maior parte das atividades culturais terá de enfrentar o teste das leis de mercado.

Houve vinganças mesquinhas de autoridades de Berlim Ocidental contra artistas e instituições culturais de Berlim Oriental, invejosos de seu sucesso, mas isso parece só ter ocorrido nos primeiros tempos da unificação. No ano passado, estalou polêmica internacional pelos jornais, porque o famoso Berliner Ensemble, o templo do teatro de Berthold Brecht, estaria sendo desvirtuado. Os recursos para as três óperas de Berlim, com orçamento anual de US$ 60 milhões, tiveram suas verbas retalhadas. Mas Berlim e seus artistas não podem queixar-se da crise financeira da reunificação, pois a prefeitura da cidade unificada apóia nada menos de 29 teatros e seis orquestras sinfônicas,

com gastos anuais de mais de US$ 300 milhões. E ainda mantém um programa de aquisições de obras de artistas plásticos de US$ 400.000,00 anuais.[4] Como vemos, a situação dos artistas e intelectuais na nova capital alemã unificada não é nada triste.

Se a conjuntura global da Alemanha continua boa, apesar do enorme contrapeso da reconstrução da ex-RDA,[5] persistem alguns problemas nada desprezíveis. O maior deles é o desemprego que, embora inferior ao da França, Grã-Bretanha, Itália e Espanha, ainda assim é superior a 9%.[6] O governo alemão, no entanto, está na frente dos países acima mencionados no esforço de reciclagem de seus desempregados. Só nos estados do leste da Alemanha há cerca de um terço dos trabalhadores que estão fazendo treinamento regular de atualização em suas especialidades, ou simplesmente voltaram às escolas de treinamento para aprenderem novas profissões. O custo desse programa é elevado, mas não há alternativas, e outros países da Europa estão seguindo o mesmo caminho.

Outro problema embutido no desemprego é o dos chamados *gastarbeiter*,[7] isto é, os imigrantes estrangeiros, cerca de 2 milhões de indivíduos, que agora estão sendo perseguidos e agredidos por extremistas de direita por estarem tirando os empregos dos alemães menos qualificados. Se portugueses, espanhóis, italianos, iugoslavos e gregos são relativamente bem-aceitos e se integram razoavelmente bem, uma maioria de muçulmanos de várias origens, sobretudo turcos e palestinos, vivem em guetos, não se misturam e criam problemas com suas exigências religiosas. Muitos desses imigrantes já estão na segunda e até terceira geração na Alemanha, mas continuam mal adaptados. Conheci alguns comerciantes turcos e fui cliente de suas lojinhas de frutas, legumes e *delicatessen*. São brancos, discretos, amáveis e até humildes, mas o fato de suas mulheres usarem o *chador* provoca e irrita os *punks*, que as atacam e tentam violentá-las. A polícia alemã é implacável, mas o problema é grave e de difícil solução. Mais incômodos são os palestinos, rebeldes e desabusados, que fazem protestos e praticam atos de terrorismo. O primeiro-ministro Kohl já afirmou que a Alemanha não é um país de imigração e está fechando todas as portas legais para o ingresso de refugiados do Leste Europeu, sobretudo ciganos da Romênia e da Hungria, que infestam as belas avenidas de Berlim.

A melhoria do meio ambiente é ainda outra séria preocupação para os alemães, já que não há como solucionar, a curto prazo, as conseqüências do chamado "triângulo negro", constituído pelo sul da antiga RDA, a Polônia e o norte da República Tcheca. O aquecimento para o inverno em todo o antigo Leste Europeu era e continuará a ser feito pelo carvão, ainda por muito tempo. A poluição é tão grande que a expectativa de vida está hoje sete anos abaixo da média da Europa Ocidental. As usinas de carvão para o aquecimento lançam quantidades enormes de dióxido de carbono e fuligem na atmosfera sobre a população, as plantas, o solo e as águas. Os habitantes da região não têm outra opção além de continuarem a respirar esse ar poluído, que causa mais dano às pessoas do que se elas fumassem um cigarro

4. Informação da revista *Newsweek*, edição de 23.01.95.
5. Gastos, até agora, de mais de US$ 300 bilhões.
6. Como dito anteriormente, 3% na Alemanha Oriental.
7. Trabalhadores convidados.

atrás do outro, durante todo o dia. Na antiga Alemanha Oriental, o saneamento de décadas de Guerra Fria só será possível daqui a muitos anos. As estatísticas são alarmantes: 54% das plantas e 57 dos animais estão ameaçados de extinção.

Os festejos do 50º aniversário da vitória aliada sobre a Alemanha nazista foram bem conduzidos por ambas as partes, a fim de não reviver ódios antigos e tudo confluir para a condenação do nazismo e seus crimes hediondos. Tudo parecia correr bem quando explodiram na imprensa alemã, e depois na mídia internacional, notícias pormenorizadas sobre a volta à Alemanha, em 1945, dos alemães residentes nos países vizinhos. Da Prússia Oriental regressaram 2 milhões de pessoas; da Polônia migraram para a Alemanha 7 milhões de alemães, depois da retificação das fronteiras impostas pelos russos; da Tchecoslováquia voltaram à Alemanha cerca de 3 milhões de alemães lá residentes,[8] da Hungria, Romênia e Iugoslávia tiveram de regressar ao país de origem cerca de meio milhão de refugiados alemães. A grande maioria desses 12,5 milhões de alemães era constituída por mulheres, crianças e velhos, que foram apanhados no meio das confrontações militares. Depois da vitória soviética, sofreram as piores violências e humilhações. Os levantamentos feitos pela imprensa livre alemã entre os sobreviventes revelaram terríveis informações, até agora sonegadas ou mal conhecidas do grande público alemão. O escândalo foi imenso.

Stalin, Churchill e Truman, na conferência de Potsdam, em julho de 1945, decidiram que os alemães deviam ser transferidos de volta ao seu país "de maneira ordeira e humana", mas o que ocorreu nada teve de ordeiro nem humano. Dois milhões de pessoas morreram durante essa transferência. Os soldados soviéticos foram encorajados a matar alemães, pelos panfletos escritos por Ilya Ehrenburg, o famoso jornalista soviético. Em suma, o princípio da culpa coletiva foi aplicado a todos os alemães. No entanto, recordo que, logo no início da Segunda Guerra Mundial, os alemães foram os primeiros a promover transferências em massa: tchecos e poloneses foram expulsos das zonas fronteiriças e era plano de Hitler enviar milhões de poloneses para a Sibéria, de modo a dar lugar a famílias alemães que se instalariam na Polônia.

*"Há um conteúdo ideológico na questão: enquanto os governos socialistas procuram abafar as notícias das violências cometidas, os alemães da extrema direita parecem agravar suas acusações, como justificativa para os atos do nazismo naqueles países."*

As informações recém-publicadas provocaram grande celeuma na imprensa alemã, mas não faltou quem dissesse que os alemães estavam querendo reescrever a história e colocando-se em posição de vítimas. Descobriram até que, na Polônia do pós-guerra, havia campos de concentração dirigidos por judeus, onde teriam sido internados e massacrados milhares de retirantes alemães. Em Praga, um dos primeiros atos do presidente Vaclav Havel foi pedir desculpas aos alemães pelo tratamento que os tchecos inflingiram aos refugiados alemães depois da guerra. Há, porém, um conteúdo ideológico na questão: enquanto os governos soci-

8. Os famosos sudetos que serviram de pretexto para a invasão realizada por Hitler, em 1938.

alistas procuram abafar as notícias das violências cometidas, os alemães da extrema direita parecem agravar suas acusações, como justificativa para os atos do nazismo naqueles países. Os alemães sudetos agora pleiteiam indenizações da República Tcheca e o retorno das propriedades alemãs confiscadas em 1945. Seja como for, o debate criou situações embaraçosas para os governos dos países vizinhos que estavam sendo ajudados por entidades alemãs. Várias dessas entidades e empresas suspenderam os auxílios que vinham sendo oferecidos, sobretudo aos tchecos, e a atmosfera ficou envenenada. O governo tcheco recusa-se a pagar indenizações e os investimentos alemães secaram.

Resta avaliar o futuro da nova Alemanha unida. Em princípio, olho com otimismo, a médio prazo, sobretudo agora que os americanos desistiram, temporariamente pelo menos, de fazer uma guerra comercial contra o Japão e a Alemanha. O dólar voltou a subir e os produtos japoneses e alemães terão melhor comercialização no maior mercado mundial. Internamente, a antiga RDA tem sido um bom mercado para os produtos encalhados do lado ocidental, mas o elevado custo de produção está gerando crises em vários grandes conglomerados, que planejam exportar algumas de suas fábricas. Em setembro último, ao ser anunciado que a Mercedes Benz passaria a produzir automóveis no Brasil, aconteceu longa greve dos operários alemães ameaçados de demissão.

Os riscos de uma grande Alemanha unida, com mais de 80 milhões de habitantes altamente qualificados, persistem, mas creio que serão minimizados pelo caráter federal e democrático de seu atual governo. Antes das duas guerras mundiais, a Alemanha necessitava de espaço vital para expandir-se econômica e comercialmente. Hoje a Alemanha dispõe de um espaço comercial ilimitado, sem os entraves políticos que sentia em 1914 e 1939. Integrados na União Européia, como o país mais poderoso industrialmente falando, os alemães não se sentirão tentados a correr riscos políticos, tanta é a sua prosperidade atual. Na Europa, a Alemanha não tem mais competidores e o poderio da Rússia está profundamente abalado. Somente um grave erro comercial dos Estados Unidos da América poderá criar uma séria crise interna na Alemanha e favorecer o aparecimento de um líder carismático revanchista. A médio prazo, as perspectivas para a Alemanha são brilhantes e confio que ela não constituirá um risco militar em futuro previsível.

Finalmente, uma palavra sobre as relações bilaterais da nova Alemanha com o Brasil e aproveito entrevista de nosso chanceler Luiz Felipe Lampreia a *O Globo* de 14 de julho último, na qual focalizou com muita propriedade essa "parceria estratégica" que tantos frutos vem dando a ambas as partes:

*"A RFA é hoje o segundo principal investidor no Brasil, responsável por 15% do total de investimentos feitos no país, e ocupa a primeira posição entre os países da União Européia, com 40% do total investido. A maior parte das aplicações converge para a indústria de transformação. Os alemães destacam sempre ser São Paulo a principal cidade industrial alemã. Há cerca de 1.200 empresas alemãs com investimentos em nosso País, que geram mais de 400 mil empregos diretos e que exibem faturamento da ordem de 15% do PIB brasileiro. São números impressionantes que falam por si sós. A Alemanha é o terceiro maior parceiro*

*comercial do Brasil com um comércio total de US$ 4,6 bilhões. Os produtos industrializados são responsáveis por mais de 50% do total exportado e por 95% do total importado pelo Brasil.Na cooperação externa alemã, o Brasil se destaca no volume global de recursos concedidos a título de ajuda ao desenvolvimento. Na área de ciência e tecnologia, o Brasil divide o primeiro lugar com a Índia, em montante de recursos movimentados. Na cooperação técnica, é o terceiro recipiente de fundos alemães, logo após a China e a Índia. Na transferência de tecnologia para o Brasil, a Alemanha se concentra em tecnologia avançada que gera bens de alto valor agregado."*

Nesse quadro promissor, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Alemanha em setembro de 1995 e as negociações realizadas prometem uma cooperação ainda maior e mais decisiva para o desenvolvimento de nosso País. ❑




# O Exército Brasileiro e os Órgãos de Comunicação Social — um Relacionamento a ser Otimizado[1]

**Wanderley Ribeiro da Silva***

*Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

*"Três jornais hostis devem ser mais temidos que mil baionetas."*
(Napoleão)

O Exército, como parte da sociedade brasileira, da qual é também uma amostra, esteve sempre presente nos grandes momentos históricos do País e acompanha hoje o seu desenvolvimento, desde as grandes cidades até os mais longínquos rincões da Pátria. Assim, é para o Exército de extraordinária importância que seja mantido um relacionamento harmonioso não só interno, entre seus integrantes, mas também externo, com essa sociedade da qual faz parte. Pode-se inferir, então, o quanto é importante a atividade de Comunicação Social e, no caso particular deste trabalho, o relacionamento com os órgãos de Comunicação Social — que, para simplificar, trataremos como Imprensa —, no aprimoramento da interação com os demais segmentos representativos do espectro social brasileiro.

A atividade de Comunicação Social, de forma organizada, no âmbito do Exército, teve início em 1951 com a criação da 6ª Divisão — Relações Públicas do Ministério da Guerra, passando por sucessivas transformações e denominações, até que, em 24 de

* Tenente-Coronel de Artilharia e Estado-Maior.
1. Selecionado pelo PADECEME.

março de 1981, foi criado o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), com uma estrutura mais complexa e que, ao longo dos anos, vem sendo adaptado para melhor cumprir sua missão básica de assessorar o Ministro do Exército nas atividades de Comunicação Social e, além disso, atuar como órgão central do Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEX).

O relacionamento do Exército com a Imprensa, entretanto, ao longo dos anos, tem sido marcado por sucessivas administrações de crises. Isso se deve, principalmente, à participação da Força Terrestre no processo de amadurecimento político do País, o que, por vezes, desagrada a diferentes segmentos sociais, resultando, quase sempre, em "notícias" nos veículos de Comunicação Social que, via de regra, não são bem aceitas pelos integrantes da Força. Além disso, a existência de preconceitos de parte a parte contribui de forma acentuada para agravar essas rusgas no relacionamento entre ambas as instituições.

Este ensaio tem como objetivo realizar uma análise desse relacionamento, calcada em experiências e observações colhidas em dois anos de trabalho na Seção de Imprensa do CComSEx, apresentando ao seu final idéias e sugestões que, caso sejam viáveis, terão o propósito de contribuir para aperfeiçoar a ligação entre as duas instituições — Exército Brasileiro (EB) e Imprensa.

## A FORMAÇÃO DO MILITAR DE CARREIRA DO EB E DO PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL[2]

A formação do militar, de um modo geral, e, em particular, daquele pertencente ao Exército Brasileiro, é objetiva, pragmática e quantitativa, como afirma em suas palestras o Professor Cid Pacheco, ilustre conferencista do Centro de Estudos de Pessoal, da Escola Superior de Guerra e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Tal afirmação é facilmente comprovada, consultando-se o currículo da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Em que pese a inclusão, naquele currículo, de carga horária significativa de matérias das chamadas ciências humanas como Psicologia, Filosofia, Direito, essenciais para aquele que terá a incumbência de preparar e comandar homens para o enfrentamento de situações de crise, o peso da carga horária das chamadas ciências exatas, contidas no Ensino Fundamental da AMAN, somadas as matérias do Ensino Profissional, que é essencialmente técnico, confirmam a afirmação do parágrafo anterior — o que não poderia ser diferente, tendo em vista as características da profissão, que exige dos chefes militares decisões rápidas e oportunas, normalmente sob pressão e, na maioria das vezes, sem admitir margem de erro, já que o mesmo poderá implicar perdas humanas e derrotas no combate.

O militar, por formação, acredita naquilo que é mensurável, que pode ser comprovado por experiências anteriores, assim como no raciocínio lógico, fruto do método cartesiano que é adotado nas escolas, em todos os níveis, do Exército Brasileiro.

O profissional de Comunicação Social, como afirma também o Professor Cid, tem uma formação subjetiva/objetiva, pragmática e humanística. Esta afirmação também pode ser comprovada consultando-se a legislação federal que implantou o ensino superior de Comunicação Social no Brasil e as resoluções subseqüentes, que vêm culminar naquela que fixa o currículo mínimo dos

2. Jornalismo/Radialismo (Rádio e Televisão).

cursos de Comunicação Social, e que data de 24 de janeiro de 1984.

São matérias obrigatórias, no tronco comum: Filosofia, Sociologia (Geral e da Comunicação), Língua Portuguesa, Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira, Teoria da Comunicação e Comunicação Comparada. Necessariamente, deverá haver o acréscimo de três outras disciplinas chamadas eletivas, escolhidas num rol de 21 opções, onde constam, dentre outras, Psicologia, Economia, Geografia Econômica, Teoria Geral de Sistemas, Teoria Política, Antropologia Cultural e Cultura de Massa. Na parte específica, as matérias obrigatórias da habilitação escolhida — jornalismo/radialismo — , que são o objeto deste trabalho; além delas, os projetos experimentais de fim de curso que compreenderão a produção, no último semestre, de trabalho relacionado com aquela habilitação, podendo ser monografia, fita gravada de som e imagem ou de som, publicação impressa, plano de editoração, dentre outros. Dessa forma é composto o histórico mínimo legal para o bacharelado nas carreiras do jornalismo/radialismo (rádio/televisão).

Do estudo do currículo mínimo para formação do profissional de imprensa depreende-se que as ciências humanas dão o arcabouço do seu perfil, o que, de certa forma, explica as diversas interpretações que um mesmo fato poderá ter ao ser noticiado por diferentes jornalistas, mesmo que possuam igual formação, ou que pertençam a um único veículo de comunicação.

## Principais diferenças e preconceitos existentes entre o militar e o profissional de imprensa

O profissional militar tem a sua atividade pautada pelos dois pilares básicos da Instituição — a hierarquia e a disciplina —, habituando-se, desde os bancos escolares, a cumprir normas ditadas pelos seus regulamentos, o que torna esse homem bastante formal nos seus relacionamentos tanto internos quanto externos à Força.

O profissional de imprensa, por sua vez, apesar de estar submetido à hierarquia existente na empresa à qual está vinculado e de ter de cumprir as normas nela vigentes, não possui igual noção de disciplina e formalidade, particularmente aquele mais jovem, preocupado exclusivamente em obter aquilo que é o produto de seu trabalho — a notícia.

De um modo geral, em todos os escalões da Força Terrestre, existe a idéia preconcebida de que o jornalista inventa ou distorce a notícia e que é um mal-intencionado no que diz respeito aos militares. Excluindo aqueles maus profissionais, existentes em qualquer segmento, deve-se considerar que muitas das notícias "inventadas ou distorcidas" são geradas pela omissão da Força em se pronunciar a respeito de determinados fatos, ou pela dificuldade de divulgar a informação aos órgãos de Comunicação Social, devido aos entraves da burocracia e da cadeia de comando.

Por outro lado, os jornalistas tendem a associar a imagem do militar a uma imagem de repressão, de autoritarismo e de intransigência, resquícios do período em que, como instituições nacionais, permanentes e regulares, de acordo com a Constituição Federal, as Forças Armadas, dentre elas o Exército, viram-se na contingência de empregar o seu poder para trazer o País de volta à ordem pública e social. Esse é um ônus que se vai continuar pagando ainda durante muito tempo, tendo em vista que os ressentimentos que permaneceram são passados nos bancos escolares. Possivelmente, a forma mais eficaz de combatê-los é tornando o Exército mais conhecido desse importante pú-

blico-alvo que faz a interface da Instituição com os diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Nesse sentido, algumas ações têm sido desenvolvidas, podendo-se destacar o Ciclo de Comunicação Social, realizado anualmente pelo Comando Militar do Leste, destinado a estudantes universitários de Comunicação Social que, por um período de três semanas, por intermédio de palestras, debates e visitas, aprendem a conhecer o segmento terrestre das Forças Armadas e aqueles que o compõem. Faz-se necessário que esse tipo de atividade seja implementado, visando a atingir outros níveis que não só o universitário, e ampliado para o nível nacional, em particular, nas capitais dos Estados.

## PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL[3]

Os profissionais de Comunicação Social que, para simplificar, neste ensaio, serão tratados de jornalistas, quer trabalhem em jornal, revista, rádio ou televisão, vivem permanentemente sob tensão, nervosos, querendo a resposta imediata para seus questionamentos. Nível de tensão que é motivado pela necessidade de atender às tarefas impostas pela sua "pauta",[4] de cumprir os rígidos horários para fechamento das matérias na redação e de não ser "furado"[5] por outro colega de profissão, pertencente ou não à mesma empresa jornalística. Recente pesquisa realizada em Brasília, e amplamente divulgada, no ano de 1992, pelo órgão representativo da categoria no Distrito Federal, mostra que significativo percentual de jornalistas sofre de hipertensão, problema que é agravado pelo grande número de fumantes existentes na classe e pela alimentação desregrada.

O jornalista vive também na busca das "manchetes", que são a matéria de destaque em seu periódico, já que as mesmas lhe trarão prestígio e oportunidades de ascensão funcional, o que também pode ser considerado como outra forma de pressão a que ele vive submetido.

Como forma de trabalho, ele procura induzir o entrevistado à tomada de posições que, muitas das vezes, não seria do interesse do mesmo fazê-lo e, também, particularmente em entrevistas com autoridades, ele busca explorar as contradições com outras declarações já colhidas.

Normalmente, dentro dos órgãos de governo, empresas públicas ou privadas, clubes, sindicatos, dentre outros organismos, o jornalista procura usar aquilo que ele chama de "fonte", pessoas com as quais ele pode obter informações internas daquele órgão e que venham gerar notícias. As fontes têm a sua identidade mantida em sigilo, já que poderão ser utilizadas em oportunidades futuras, e são cooptadas através de relacionamentos de amizade, parentesco ou de interesse.

O jornalista que exerce a função de repórter, na maioria das vezes, não é senhor da matéria que produziu. Geralmente, ele faz a apuração do fato e o chefe de Redação e o editor é que têm a palavra final sobre o que será publicado. A exceção fica para aquele tipo de matéria chamada de "assinada", na qual, junto ao título, ou após o fecho, aparece o nome do jornalista que a apurou.

3. Jornalismo/Radialismo.
4. "Pauta" é a orientação que o jornalista recebe na Redação sobre determinados assuntos que ele tem que cobrir.
5. "Furo", no jargão jornalístico, é a notícia publicada em primeira-mão.

Pode-se destacar, como das mais importantes características desse tipo de profissional, o fato de não existir conversa informal com um jornalista, o que se costuma chamar de *off record* ou simplesmente *off*. O profissional sério, a todo momento e em qualquer circunstância, não desprezará a informação que pode gerar notícia, mesmo que essa tenha partido de um grande amigo ou, até mesmo, de um parente. A história registra inúmeros fatos que geraram crises, cujas origens foram conversas informais de bastidores com jornalistas.

## A Notícia e o Jornalista

A notícia representa para o jornalista o produto de seu dia de trabalho e, para obtê-la, ele não medirá esforços: fará investigações, procurará entrevistar autoridades no assunto em pauta ou pessoas envolvidas com o fato em questão, buscará suas "fontes", tudo isso com o propósito de transmitir a informação para o público. A função do jornalista é fazer o papel de intermediário entre a "fonte" e a opinião pública, sem dar o seu juízo sobre o assunto que está sendo tratado naquela notícia. As opiniões devem ficar reservadas para os editoriais, o que nem sempre ocorre.

Na busca de informação que poderá transformar-se em notícia surgem os diferentes tipos de jornalista: o "foca", como vulgarmente é conhecido o recém-formado e que, por inexperiência e falta de conhecimento, costuma fazer perguntas impertinentes; o experiente, que normalmente chega para a entrevista previamente preparado, conhecendo os antecedentes do fato a cobrir; o agressivo, que busca, por intermédio de provocações, fazer o entrevistado perder o autocontrole, principalmente tratando-se de autoridades; o correspondente regional, que normalmente é generalista, já que não possui editorialista; repórteres de rádio e televisão, que, pela pressão do tempo, são generalistas, mas normalmente querem que o entrevistado tenha um bom desempenho; e os repórteres de revista, que são mais detalhistas, em conseqüência do maior tempo de que dispõem para elaboração da sua matéria. Todos devem ser encarados como profissionais e, acima de tudo, ser respeitados, dando-se a cada tipo o tratamento adequado, de acordo com as suas peculiaridades: didatismo e paciência com o "foca"; habilidade e cautela com o experiente; segurança e autocontrole com o provocador; combinar e, se possível, ensaiar a entrevista com o repórter de rádio e televisão e, finalmente, para o repórter de revista, fornecer mais detalhes como tabelas, gráfico e quadros comparativos.

Do que foi exposto neste tópico deve ficar a idéia de que a matéria sempre será publicada e, se nos for dada a oportunidade de esclarecer um fato e se não o fizermos, esse espaço desprezado, com certeza, será ocupado por outra pessoa ou instituição.

## Os Órgãos de Comunicação Social

Os órgãos ou veículos de Comunicação Social devem ser encarados sob dois prismas distintos: simplesmente como informadores da opinião pública, ou como empresas.

Ao considerá-los sob a ótica da informação pura e simples, verifica-se que cada um adota, qualquer que seja o meio de difusão da notícia, uma linha de atuação diferente, destinada ao público que deseja atin-

gir. Nota-se, também, a sua subdivisão em seções, cadernos e blocos (no caso da televisão): política, economia, esportes, agricultura, atualidades, mulher, jovem, dentre outros, direcionados para parcelas específicas do seu público, variando conforme as particularidades de cada região do País. Cada uma dessas partes possui uma editoria específica e, por vezes, independente. Em todos existe uma hierarquização das funções que se inicia nas equipe de reportagem com suas chefias, equipe de redação, editorias, redatores e editores-chefes, chegando à presidência do órgão, que nem sempre é exercida por um jornalista.

Do ponto de vista comercial, ao considerá-los como empresas, há que se ter em mente que a sua sobrevivência está diretamente relacionada com o espaço destinado à publicidade e à seção de classificados. Em conseqüência disso, haverá ocasião em que matérias serão suprimidas ou reduzidas, de acordo com o critério de importância interno de cada órgão, para aumentar o faturamento da empresa. A gerência, ou direção, comercial, mesmo que não seja dirigida por jornalistas — e, normalmente, não o é —, tem influência marcante na atividade fim dos órgãos de Comunicação Social.

Essas considerações são fundamentais para qualquer instituição que pretenda relacionar-se com os órgãos de Comunicação Social.

## A Ética Jornalística

Democracia e comunicação com liberdade são dependentes entre si — uma não existe sem a outra. Entretanto, a liberdade da imprensa em informar o que quiser, garantida pelo artigo 220 da Constituição Federal, não pode violar o direito à privacidade, nem ferir a honra e a imagem das pessoas, o que também encontra amparo na Constituição, em seu artigo 5º, inciso X. É comum, também, ocorrer o prejulgamento, condenando pessoas ou instituições por presunção de culpa ou suspeita, sem prova concreta que possa incriminá-las.

A Carta Magna garante, também, em seu artigo 5º, o direito de resposta. Entretanto, quando o mesmo é cumprido, a resposta não recebe o mesmo destaque da matéria que originou a polêmica e, normalmente, vai parar num canto de página com letra diminuta, quiçá na seção de cartas do leitor.

Caberia então a pergunta: existe um código de ética da imprensa? A resposta é sim, e não apenas um. Existe o código de ética aprovado pelo Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, o da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e o da Associação Nacional de Jornais. Esses instrumentos, no entanto, têm sua validade questionada por imporem punições muito brandas e por atingirem apenas os associados daqueles organismos representativos da classe. Por outro lado, existem minorias no setor que defendem a total impunidade para o profissional ou veículo de imprensa que ferir a lei no exercício da profissão.

A solução para esses problemas e outros que poderiam ser levantados, conforme jornalistas experientes e de renome nacional, está na ação da justiça. No momento em que a justiça brasileira for ágil o bastante para punir todos que ferirem a lei, sem discriminações, assim como impor indenizações por danos morais, como ocorre nos países de Primeiro Mundo, esse problema deixará de ser tratado como o é nos dias atuais.

Em que pesem as dificuldades levantadas no campo ético, uma imprensa livre, atuante, imparcial e apartidária é fundamental para o processo de amadurecimento democrático do Brasil.

## O RELACIONAMENTO DA FORÇA TERRESTRE COM OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Apesar de o relacionamento entre o Exército e a mídia ter sido marcado, ao longo dos anos, por um sem-número de crises, nos dias de hoje pode-se dizer que, se não é o ideal, chegou-se bem próximo disso, devido a um trabalho integrado do SISCOMSEX sob a coordenação do CComSEx.

Poder-se-ia afirmar, então, que está tudo bem e que não há necessidade de investir nessa atividade da Comunicação Social? Não, pelo contrário. Deve-se considerar que a Imprensa tem memória e que, ao menor sinal de crise, irá buscar nos seus arquivos fatos do passado, recente ou longínquo, para usar contra a Força e, nesse campo, quem tem o poder da informação está sempre em vantagem, sem que necessariamente precise estar com a razão.

Em vista disso, faz-se necessário aumentar o relacionamento, conhecer os homens que fazem a Imprensa, tornar o Exército mais conhecido por eles que, quase nada sabem a respeito da Instituição, para que, ao escreverem sobre ela, o façam com a convicção de que se trata de uma classe que merece toda a consideração das demais que compõem o espectro social brasileiro. Por isso, deve ser ouvida por aqueles que se consideram interlocutores da sociedades. Por outro lado, a Força Terrestre, nesses momentos, deve estar preparada e, sempre, ter o que dizer.

### O Fluxo da Informação no Âmbito da Força

*"A articulação do Exército Brasileiro no território nacional, presente em todas as regiões do País, faculta-lhe uma extensa rede de sucursais que qualquer veículo de Comunicação Social gostaria de dispor, a qual não é explorada convenientemente."*

A articulação do Exército Brasileiro no território nacional, presente em todas as regiões do País, segundo a ótica de um jornalista do Correio Braziliense que, em determinada ocasião, visitava as instalações do CComSEx, faculta-lhe uma extensa rede de sucursais que qualquer veículo de Comunicação Social gostaria de dispor, a qual não é explorada convenientemente.

Em diversas ocasiões ocorreram fatos, em diferentes guarnições, dos quais o Gabinete do Ministro do Exército tomou conhecimento por intermédio dos jornais que os noticiaram, ou pelo questionamento feito por repórteres que buscavam obter o posicionamento da Força sobre os mesmos. Isso ocorre em face de a informação tramitar através da cadeia de comando que, por vezes, torna-se lenta, fazendo com que se perca a oportunidade de o CComSEx ter uma resposta eficaz para possíveis questionamentos por parte da Imprensa. A solução para esse problema já existe: é o chamado Canal Técnico de Comunicação Social que,

independentemente das ligações de comando, faz a informação fluir diretamente para o CComSEx, por intermédio dos oficiais encarregados da Comunicação Social ou dos comandantes de unidades isoladas, utilizando para isso o meio de comunicação mais rápido. Implementar e agilizar esse canal técnico pode ser a solução para tornar o sistema mais eficiente.

## O Emprego do Especialista

A utilização adequada dos recursos humanos é outro problema a ser enfrentado. Dos poucos oficiais e sargentos que são especializados no Centro de Estudos de Pessoal, anualmente, realizando os cursos de Comunicação Social, uma parcela considerável é desviada para outras áreas de atividade. No caso dos oficiais, mesmo aqueles que não são especialistas, quando estão adaptados à função e podem começar a produzir efetivamente, surge outro problema que é o causado pela política de movimentação do pessoal militar.

Para a solução do problema crítico que é o da permanência dos recursos humanos na atividade de Comunicação Social é preciso reduzir ao mínimo o desvio dos especialistas para outras atividades; destinar vagas para o Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar na área de Comunicação Social —Jornalismo e, especificamente, para o CComSEx e Comandos Militares de Área e contratar mão-de-obra civil, de nível superior, para a área de Assessoria de Imprensa — o que possivelmente seria um fator positivo no que tange à abertura de portas nos veículos de Comunicação Social. É evidente que esses profissionais deveriam passar por rigorosa seleção, antes de ingressarem na Força.

## A Preparação do Militar para o Exercício da Atividade de Comunicação Social

No segmento anterior foi enfocada a existência dos cursos de especialização do Centro de Estudos de Pessoal, para oficiais e sargentos. No caso dos oficias, que têm maior rotatividade, esse curso destina-se a capitães possuidores do curso de aperfeiçoamento e a majores. Deve ser considerado, entretanto, que tenentes e capitães não-aperfeiçoados, em determinadas circunstâncias, poderão desempenhar atividades nessa área e que capitães aperfeiçoados e majores poderão ser nomeados comandantes de subunidades isoladas e exercer funções de Comunicação Social.

Em vista do problema apresentado, convém repensar e reestruturar o ensino da Comunicação Social no Exército, escalonando-o ao longo dos cursos de formação, aperfeiçoamento e altos-estudos, a fim de que os oficiais, ao longo da carreira, saibam como lidar com a Imprensa e que, finalmente, possam acabar os preconceitos.

Quanto à preparação do militar para o trabalho voltado para a área de Comunicação Social, o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), além de seus cursos regulares, oferece anualmente um estágio para oficiais possuidores do Curso de Comando e Estado-Maior. O CComSEx ministra, ainda, anualmente, palestras dentro dos estágios de preparação dos novos generais-de-brigada e dos novos comandantes, além de distribuir documentação muito boa que orienta quanto ao relacionamento com a imprensa.

O que deve ser incrementado nesse campo é a extensão desses estágios de reciclagem nos diferentes comandos de área, destinados a oficiais em função de comando, em todos os níveis, e aos que exercem a chefia de Seções de Comunicação Social, com vista a mantê-los atualizados com as peculiaridades da Imprensa em cada região do País.

Outra medida de que não se deve abrir mão é a da preparação adequada dos oficiais designados para qualquer tipo de entrevista, evitando-se o improviso de todas as formas. Nessas ocasiões, o oficial entrevistado deverá estar sempre acompanhado por um assessor de Comunicação Social que, além de auxiliá-lo, será o responsável por todos os contatos prévios com os jornalistas, pela preparação do local e recepção destas, quando a entrevista se der no quartel. Agindo dessa forma, em todas as oportunidades, o assunto estará recebendo tratamento profissional, como o fazem as grandes empresas e instituições como a CNBB.

## O Militar na Função de Assessor de Comunicação Social

Deverá ser designado para a função, preferencialmente, aquele possuidor do curso do CEP, ou de curso civil da atividade. Abrindo parênteses, a Força Aérea manda oficiais realizarem cursos civis de Comunicação Social para melhor desempenharem as suas atribuições nesse campo.

Aquele oficial deverá conhecer as linhas de atuação de todos os periódicos da área e dos mais importantes ao nível nacional. Deverá também conhecer e ser conhecido de todos os principais jornalistas, desde os repórteres de rua até aqueles que ocupam funções de direção em seu órgão, com vista a poder ter acesso aos mesmos a qualquer momento, ficando da mesma forma acessível a eles em todas as oportunidades e, dependendo do nível de relacionamento, até mesmo através dos telefones particulares.

O oficial de comunicação social deverá participar de todas as Reuniões de Estado-Maior para, tendo conhecimento dos assuntos tratados, assessorar o comandante quanto às possíveis repercussões na mídia, sabendo o que falar e, até, o que não falar para a imprensa, particularmente nas situações de crise. Deverá ainda ter pleno conhecimento do modo de pensar do seu comandante para, quando autorizado, atuar como porta-voz, o que não deve ser freqüente, tendo em vista que, sempre que for possível, fala a própria autoridade.

Esse oficial terá também como atribuição, diariamente, o mais cedo possível, reunir-se com seu comandante para informá-lo das notícias que interessem diretamente à Instituição, ou que possam vir a ter repercussões que a afetem de qualquer forma. Esse procedimento previne contra a surpresa e já dá início à preparação para quaisquer interpelações por parte da Imprensa.

Além disso, é imperioso que, em qualquer atividade na qual o Exército seja empregado, esse militar, tendo participado de todos os trabalhos preliminares e, conseqüentemente, produzido minucioso plano de Comunicação Social, dela participe para atender à imprensa e demais públicos, contando para tanto com uma equipe de auxiliares convenientemente treinada e orientada. A participação é tão importante quanto o planejamento.

## O PODER DA INFORMAÇÃO NO MUNDO ATUAL

Para cobrir a Revolução Mexicana, em 1910, o jornalista e escritor John Reed precisava cavalgar muitos quilômetros até o posto de telégrafo mais próximo, quando queria enviar notícias para o seu jornal nos Estados Unidos. Recentemente, o mundo inteiro pôde acompanhar ao vivo e em cores, pela televisão, todo o desenrolar da Guerra do Golfo Pérsico tal como vem acompanhando a crise étnico-religiosa do Leste-Europeu.

Todos os avanços tecnológicos aplicados em favor dos veículos de comunicação vêm comprovar a teoria de Marshall Mcluhan, o grande nome da comunicação nos anos 60, que previa a derrubada de fronteiras pelo poder da comunicação, criando a chamada "aldeia global".

Segundo afirma o escritor John Naisbitt, o importante no futuro será a primazia da indústria de conhecimento, ou melhor, a nova fonte de poder não será o dinheiro nas mãos de uns poucos, mas informação nas mãos de muitos. Como que a confirmar isso, redes de rádio e televisão de todo o mundo passaram a dedicar-se inteiramente à divulgação de notícias, e agências de notícias passaram a oferecer, via fac-símile, ou computador, sinopses contendo o resumo das principais notícias do dia, publicadas no mundo inteiro. No Brasil a rede CBN, pertencente ao Sistema Globo de Rádio, já se dedica inteiramente ao ramo de notícias, e a RADIOBRAS e a Agência Estado fornecem o serviço de sinopse.

Por tudo isso, vê-se ampliar o poder dos meios de comunicação, fazendo e derrubando governos, modificando comportamentos nas guerras, o que se pode confirmar estudando o tratamento dado à mídia pelo exército americano nos conflitos do Vietnam e do Golfo Pérsico. Conseqüentemente, o Exército Brasileiro não pode e não deve ficar alheio às evoluções nesse campo; precisa preparar-se e instrumentar-se para esse tipo de luta.

## O Exército Brasileiro e a Conjuntura

A componente terrestre das Forças Armadas Brasileiras, assim como o fazem as grandes empresas e outras instituições, tem que estar preparada para empregar o poder da comunicação e ter os seus líderes preparados para enfrentar os desafios impostos por um mundo dominado pelo poder da informação.

Em todo o globo já se questiona a finalidade da existência de Forças Armadas; aparecem propostas de criação de um organismo único de segurança mundial; discute-se a redução das parcelas de orçamento destinadas àquelas forças, assim como a redução de seus efetivos e a diminuição dos arsenais bélicos, como que ignorando que, após o fim da bipolaridade Leste-Oeste, com a queda do Muro de Berlim e extinção da União Soviética, conflitos de outras naturezas houvessem surgido. No Brasil, como não poderia ser diferente, os problemas são semelhantes e pode-se acrescer ainda a discussão sobre a mudança na destinação constitucional das Forças Armadas, além do seu emprego no combate ao narcotráfico.

Nesse contexto, o Exército tem que usar do poder da informação, para tornar-se mais conhecido pelo povo brasileiro e seus representantes políticos, mesmo que as pesquisas de opinião pública coloquem-no entre as instituições mais confiáveis. Com isso, ele será

mais bem entendido e tornará mais fácil a atuação das suas lideranças nessa guerra de idéias.

## CONCLUSÃO

Em palestra proferida para o 1º Ano da ECEME, no dia 6 de setembro de 1994, durante o ciclo de Comando, Chefia e Liderança Militar, o então general-de-divisão Gleuber Vieira, Diretor de Formação e Aperfeiçoamento, afirmou: *"O Exército precisa saber mostrar o que vale para a Nação, e seus líderes precisam estar preparados para isso."* Nada poderia ser melhor para sintetizar este ensaio do que esse depoimento de um chefe militar, para uma platéia na qual, sem dúvida, estavam incluídos alguns dos futuros dirigentes e líderes da Força.

Na busca desse objetivo — mostrar o que o Exército vale para a Nação — torna-se fundamental conhecer, entender e explorar, em toda a sua plenitude, esse importante segmento que é a Imprensa. Urge cooptar o profissional de comunicação social para o partido do Exército, sem que isso signifique corrompê-lo, até porque ele não aceitaria essa forma de atuação e a usaria no sentido inverso ao que se deseja. Mesmo que não se consiga convencer todos os jornalistas a abraçarem a causa defendida pela Força, que, pelo menos, os que escreverem criticando, ou se posicionando contrariamente aos seus propósitos, façam-no, mas sem preconceitos, respeitando a sua tradição, competência e seriedade, reconhecendo a sua dedicação no cumprimento da missão que lhe é imposta pelo povo brasileiro, por intermédio da Constituição.

No que concerne aos recursos humanos, respeitando as diferenças entre o profissional militar e o de comunicação social e abolindo os preconceitos existentes no seio da Força Terrestre contra aqueles profissionais, deve-se investir na preparação das lideranças e dos militares que venham a exercer funções nessa área, reavaliando procedimentos, currículos das diferentes escolas e, até, enviando-os para realizarem cursos em estabelecimentos civis. Tudo isso tendo em vista aperfeiçoar os procedimentos ora adotados, para lutar com vantagem no campo do convencimento.

Quanto aos veículos de comunicação social, esses devem ser, permanentemente, objetos de estudo, para que possam ser explorados em toda a sua plenitude, quando houver interesse da Força em fazê-lo.

No aspecto relativo ao funcionamento do SISCOMSEX, torna-se fundamental implementar eficazmente o canal técnico de comunicação social, para que o sistema se torne mais ágil. Buscar, sempre que possível, resolver as demandas que surgirem, quando houver ferimentos no campo da ética, por intermédio do entendimento, o que somente se obtém através do conhecimento. Entretanto, caso esse entendimento não seja obtido, que se tenha alternativa de emprego de uma assessoria jurídica, também ágil, para ser utilizada em seu campo de atuação, após serem consideradas todas as conseqüências dessa decisão.

Não se pretendeu com este ensaio ser original, até porque seria quase impossível e, muito menos ainda, esgotar o assunto, por não se considerar o autor com autoridade para tal. Pretendeu-se, isto sim, ordenar idéias e motivar a discussão desse polêmico e importante tema que poderá ser de grande valia em questões futuras, nas quais esteja sendo decidido, pela Nação, o destino do seu Exército.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


BRASIL, Academia Militar das Agulhas Negras. Currículo. Resende, RJ, 1987.

BRASIL, Academia Militar das Agulhas Negras. Perfil profissiográfico do concludente do curso da AMAM. Resende, RJ, 1987.

BRASIL, Centro de Comunicação Social do Exército. "Como" e "Quando" falar. Publicação distribuída nos estágios de novos Generais-de-Brigada e de novos Comandantes. Brasília, DF, 1993.

BRASIL, Centro de Estudos de Pessoal. Currículo do Curso de Comunicação Social. Rio de Janeiro, RJ, 1993.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Senado Federal, Centro Gráfico. Brasília, DF, 1988.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. Manual Básico. Rio de Janeiro, RJ, 1993.

BRASIL, Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais. Manual de Assessoria de Imprensa. São Paulo. Ed. da Comissão Permanente e Aberta dos Jornalistas de Assessoria de Imprensa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, 1986.

BRASIL, Manual de relações com a imprensa. Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, Departamento de Comunicação Social. 1988.

BRASIL, Plano de Comunicação Social do Exército. Portaria Ministerial nº 071, de 3 de setembro de 1993. Brasília, DF, 1993

BRASIL, Presidência da República. Gabinete Civil. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Currículo de Comunicação Social. 2ª edição, 1984.

LEMOS, Nelson. *Como lidar com a imprensa.* Palestra proferida no VII Simpósio de Comunicação Social, Centro de Comunicação Social do Exército. Brasília, DF, 13 de julho de 1993.

NETO, Alfeu Gonçalves Glória. *Informação Estratégica e Comunicação Social: Conceitos, emprego e diferenças.* Escola Superior de Guerra. 1993. Monografia publicada na Revista da Escola Superior de Guerra, Ano X, Nº 28, 1994.

NISKIER, Arnaldo. *O papel da mídia no estado moderno.* Palestra proferida no Estado-Maior do Exército, Brasília, DF, 1º de abril de 1992.

PACHECO, Cid Perès. *Introdução à Propaganda e Marketing.* Notas de aula do Curso de Comunicação Social, Centro de Estudos de Pessoal. Exército. Sem data.



O PRAZER VALE UMA BRAHMA.

A CERVEJA Nº1

BRAHMA Chopp

# Bolívia: Predestinação Geopolítica

**Therezinha de Castro***

*O artigo apresenta um resumo histórico do país vizinho, configurando sua predestinação geopolítica.*

A predestinação geopolítica da Bolívia pode ser sintetizada num parágrafo de Alberdi, em *Política Internacional*. Jurisconsulto argentino, nascido em Tucumam (1810) e falecido em Paris (1884), defendeu sem sucesso a tese da união no continente. *"A América está malfeita, se me é permitido usar essa expressão. É mister recompor sua carta geográfico-econômico-política. É um edifício velho construído dentro de um plano que já caducou; antes era fábrica espanhola, com departamentos destinados a trabalhos especiais distribuídos segundo plano industrial que só ao fabricante interessava; hoje, cada departamento é uma nação independente ocupando-se com a universalidade dos elementos sociais e, assim sendo, deveria trabalhar segundo sua própria inspiração."*[1]

A Bolívia *não foi produto de um movimento de independência*; foi bem mais, numa predestinação geopolítica, fruto de rivalidade surgida na Conferência de Guayaquil (1822) entre os ideais antagônicos do Libertador do Sul, San Martin, e do Libertador do Norte, Bolívar. Era o ideal monarquista do primeiro contra o republicanismo do segundo, influindo na predestinação geopolítica da Audiência de Charcas, transformando-a num "expediente da História" com a independência tardia da Bolívia, em 1925 — predestinação geopolítica que levava esse país, antes mesmo de se implantar historicamente, a despontar como objeto da oposição entre dois

* Professora. Conferencista de Geopolítica na ECEMAR.

1. Em seu livro *Memórias sobre a Convivência e Objetivo de um Congresso Geral Americano*.

exércitos de uma América Hispânica que se emancipava.

Sem fronteiras definidas, nascia a Bolívia ocupando uma área de 2.342.900km², como o 2º maior país da América Latina, depois do Brasil. Passaria, antes do findar do século, ao 5º lugar, ao perder 46,9% de sua área, incluídos nos países vizinhos com os quais se limita — Brasil, Argentina, Chile, Peru e Paraguai. Atualmente, com 1.100.000km², tem ainda grandes dimensões, pois é maior que a Califórnia e o Texas, subtraídos ao México pelos Estados Unidos.

País "mediterrâneo" ou interiorizado como o Paraguai, a Bolívia dele difere, pois ao nascer como nação possuía um litoral no Pacífico entre os rios Loa (21° Sul) e Salado (26° 20' Sul).

## ASPECTOS FISIOECONÔMICOS

O posicionamento central-interiorizado da Bolívia, refletindo-se como um *heartland* da América do Sul, caracteriza seu espaço vital por três triângulos: o primeiro, geográfico, por seu envolvimento em regiões fisiográficas dissociadas — Andes, Bacia Amazônica e Bacia Platina; o segundo, político, pela atração exercida pelo Brasil, Argentina e Chile; e o terceiro, econômico, assim caracterizado pelo diplomata boliviano Mariano Baptista Gumucio: *"O guano, o salitre e o cobre produziram a Guerra do Pacífico e nosso inaceitável enclausuramento; a borracha fez a Guerra do Acre e a perda da maior porção de nosso território em benefício do colosso brasileiro; enquanto o petróleo foi o protagonista da Guerra do Chaco."*

Podemos ainda incluir um quarto triângulo, enfocado nos pontos cardeais de orientação já que a Bolívia, no oeste, se volta para o Peru e o Chile, no leste e norte, para o Brasil e, no sul, para a Argentina. E, nesse contexto, falta-lhe a eventual solidificação ou mesmo um núcleo de coesão que possa consolidar o valado que possui com seus vizinhos.

Inclui-se aí a fluidez geopolítica da tripla capitalidade boliviana, contribuindo para gerar um quinto triângulo — Sucre/La Paz/Santa Cruz de la Sierra.

Sucre (2.850 metros) é a "cidade dos quatro nomes — os índios davam-lhe o nome de Charcas, mas já era chamada de Chuquisaca quando da chegada dos espanhóis, que denominaram-na La Plata, antes de tomar o de Sucre, o fundador da nacionalidade. Foi Sucre o fruto natural do período colonial, pelo posicionamento geovial na rota que vinculava os Vice-Reinados do Prata e do Peru, no elo Atlântico/Pacífico.

Aos poucos iria se impondo o peso econômico do altiplano e, quando a Bolívia já havia perdido seu litoral, La Paz (3.600 metros) passou a ser capital, centrando-se no nó geoestratégico das vias de comunicação de um país interiorizado. Fundada em 1530, portanto, oito anos antes de Sucre, o topônimo La Paz teve correlação com a pacificação do Peru, daí haver ganho o seguinte lema: *"os discordes na concórdia, em paz e amor se juntaram, e de paz fundaram para perpétua memória"*.

Como autêntica marca medieval na categoria de posto de ação sobre o setor fronteiriço mais sensível da Amazônia, La Paz unia as vantagens das conexões ferroviárias com Arica/Buenos Aires e também a proximidade com as yungas e o oriente dos fragilizados Departamentos de Beni e Pando (Mapa 1). Já havia sido subtraída do Acre, mas La Paz continuava como símbolo da luta


MAPA 1
MADEIRA
VILLA BELLA
GUAJARÁ-MIRIM
MADRE DIOS
RIBERALTA
PERU
PANDO
BENI
BRASIL
GUAPORÉ
YACUMA
ORIENTE
YUNGAS
TRINIDAD
L. TITICACA
SANTA CRUZ
GUAQUI
LA PAZ
COROCORO
DESAGUADERO
PARAGUAI
ORURO
SANTA CRUZ
GRAN
CHACO
L. POOPO
SUCRE
CORUMBÁ
P. SUAREZ
POTOSI
SANTOS
ARICA
CHOROLQUE
CAMIRI
CHILE
PUNA
PARAGUAI
VILLA MONTES
TARIJA
PILCOMAYO
YACUIBA
BOLÍVIA
ARGENTINA
BUENOS AIRES
ALTIPLANO
ECÚMENO
ESTATAL
ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO

para reconquistar o tempo perdido em matéria de organização estatal.

Apoiada no altiplano, a área mais povoada e desenvolvida economicamente, La Paz já vê surgir a sua concorrente. Trata-se de Santa Cruz de la Sierra, no sopé do altiplano, situada nos trópicos, o importante centro industrial do país. Ingressa essa cidade num cenário de maior potencialidade de recursos, pelo gás, petróleo e solo próprio para a agricultura e pecuária.

O posicionamento de Santa Cruz lhe assegura fáceis conexões de conquista do *hinterland* tropical, comparativamente aos esforços que faz La Paz. Daí, de Santa Cruz, é muito mais fácil, através do Mamoré, chegar ao Beni, no coração da Bacia Amazônica. Por sua vez, o Departamento de Santa Cruz se encontra no ponto de aproximação dos eixos fluviais Guaporé (Bacia Amazônica) e Paraguai (Bacia Platina).

A Bolívia possui 41,6 mil km de rodoviais, das quais apenas 4% pavimentadas, e 3,7mil km de ferrovias. País sem litoral, se vale de portos dos vizinhos[2] — Brasil, Argentina, Chile e Peru, ressaltando-se que a escolha dos portos levam em conta o itinerário dos barcos e a eficiência/capacidade. Assim sendo, Antofagasta recebe a maior parte das cargas destinadas ao país.

Observando-se que as distâncias entre esses portos e La Paz variam dos 500km aos 3 mil km, é de importância que a Bolívia possa utilizar mais amplamente o sistema da Bacia Platina, integrada no Mercosul, sendo de importância, no contexto, a construção de Puerto Busch, na margem direita do Paraguai, em Punta Man Cesped, no sudoeste do Departamento de Santa Cruz (Mapa 2). A construção desse porto e da estrutura de transportes que o vinculam com áreas importantes da Bolívia lhe concederá uma rota comercial de grande eficiência unindo-a a extensas zonas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, facilitando-lhe a saída para o Atlântico e maior desafogo para a ferrovia Santa Cruz de la Sierra/Santos.

A relativa proximidade entre Santa Cruz/Cochabamba/Sucre nos permite traçar um sexto triângulo, caracterizado como autêntica "fortaleza interior", formando dinâmico núcleo de "coesão nacional", capacitado para negociar e mediar os problemas do continente.

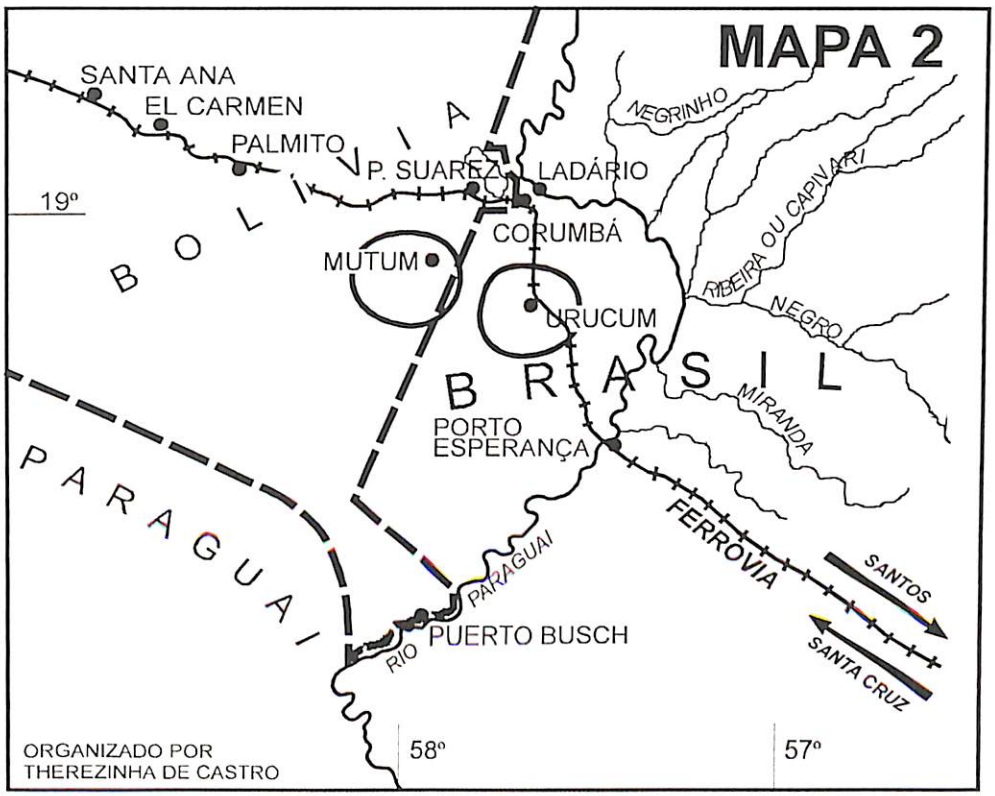
Síntese do continente sul-americano, o território boliviano se caracteriza pela variedade fisiográfica, já que às altas montanhas se sucedem, bruscamente, os vales e planícies, as florestas tropicais e as neves eternas, além de cursos-d'água integrando as duas maiores bacias hidrográficas, Amazônica e Platina, e ainda o sistema fechado Titicaca/Poopo, cujas torrentes se perdem em meandros no altiplano.

E é nesse altiplano que está o ecúmeno estatal da Bolívia, uma das mais altas regiões do Planeta que é habitada. Estão aí as cidades mais importantes do país que, em 1994, contavam com 7,7 milhões de pessoas com baixa densidade (7 habitantes/km$^2$).

Com prevalecência da população urbana (51,4%), as cidades importantes estão cercadas pela Cordilheira dos Andes, com altitudes bem acima dos 4.500 metros, composta por vulcões extintos ou em atividade e picos, entre os quais o mais alto é o Ancohuma (6.919 metros).

Nesse altiplano se encontra toda a riqueza mineral boliviana em explotação, como o ouro e a prata, esta associada ao estanho,

2. Distam de la Paz: Santos (3.414km), Buenos Aires (2.752km), Antofagasta (1.173km), Matarani (825km) e Arica (458km).




cujos principais depósitos se concentram nos Departamentos de La Paz, Oruro e Potosi. Em Corocoro, é explotado o cobre, alinhado em formações dioríticas cruzando longitudinalmente o altiplano, transportado pela ferrovia La Paz—Arica. O centro do bismuto está em Chorolque, numa montanha que chega aos 6.100 metros, onde se associa com a prata e o tungstênio, em jazidas mais baixas, e do estanho, no cume.

A Bolívia, que é exportadora de minerais metálicos, também é rica em antimônio, chumbo e zinco, mas o trabalho aí se torna oneroso se comparado com os dos demais centros andinos. Para isso concorrem vários fatores: a altitude, onde se encontram os filões entre os 4.200 metros aos 4.900 metros; o transporte difícil e oneroso, não só pela aspereza do relevo, como, sobretudo, pela distância em relação ao mar; a falta de combustíveis e o pouco aproveitamento da energia elétrica; a dificuldade da mão-de-obra, não somente porque a região é agricolamente improdutiva, só podendo sustentar

a população nativa, como é somente esta a única habituada ao trabalho em sítios tão elevados.

Só os nativos conseguem uma perfeita adaptação ao soroche ou mal de puña, que ataca o imigrante indefeso. Na puña, terreno acidentado da Bolívia que continua através do Chile no Deserto do Atacama, as pulsações chegam a 100/120 por minuto, compensando a falta do oxigênio paralela à diminuição da pressão. O coração dos nativos é maior que o dos que moram nas planícies e a pessoa que não se aclimata paulatinamente ao ambiente sofre, quase sempre, de um colapso circulatório. São freqüentes as irritações oculares, os zumbidos no ouvido, e os reflexos dos campos de neve ou salitrais podem causar a "cegueira branca". A sonolência e a apatia geral obriga ao contínuo mascar de folha de coca, também usada para chá estimulante.

No outro extremo, as yungas e vales que demandam a Bacia Amazônica é zona semitropical cuja fertilidade lhe vale o título de "celeiro da Bolívia". Aí, Beni e Pando, Departamentos já na planície, se ligam mais ao sul ao de Santa Cruz, elo de ligação com a Bacia do Prata. Essas três unidades administrativas que fazem com o Brasil fronteira, a maior de todas que possuímos no continente, se integram com o Gran Chaco (Paraguai) e o Pantanal Matogrossense.

No setor interiorizado boliviano cultiva-se soja, cana-de-açúcar, café e castanha, e cria-se gado; mas é o petróleo e o gás natural que dão destaque a Santa Cruz.

Nesse espaço fisiopolítico, convivem mestiços (31,2%), autoctones quíchuas (25,4%), mais no altiplano, e aimaras (16,9%), na planície, e brancos (14,5%), ao lado de minorias (12%). São línguas oficiais o espanhol, quíchua e aimara, com maioria populacional católica (92,5%), levando Augusto Guzmán a sintetizar, em essência, o que é o boliviano — *"entre os autoctones e os espanhóis, sem contar com a minoria dos criollos, surgiu a cholada, a raça mestiça, com defeitos e qualidades que se equilibram ou desequilibram em seu temperamento pouco harmônico"*.

## PERÍODO COLONIAL

Antes da conquista espanhola, o espaço boliviano fez parte do Império Incaico, em seu setor meridional, denominado Kollasuyo (significando país dos desfiladeiros), de onde seus descendentes quíchuas expulsaram os aimaras.

Ocupado o Império Incaico pelos conquistadores Francisco Pizarro e Diego Almagro, Kollasuyo era transformado na Governança de Nova Toledo (1534). Não teria realidade política Nova Toledo face às lutas protagonizadas pelos "pizarristas" e "almaguistas", levando Castela, em 1542, a criar o Vice-Reinado do Peru, ocupando toda a América do Sul, delimitando-se o setor português do outro lado da fronteira de Tordesilhas.

Em 1545, era descoberta a grande montanha de prata no Cerro Rico de Potosi, com seus 4.755 metros, atraindo forasteiros e fazendo nascer cidades entre as quais Chuquisaca no lugar de Charcas e atual Sucre (1548), Cochabamba e Tarija (1574). Todos esses núcleos urbanos vivendo como satélites da Vila Imperial do Potosi e transformando-se na maior e mais rica cidade da América Hispânica levaria, em 1559, Felipe II a instalar a Audiência de Charcas.

Assim, o topônimo Charcas, nome da tribo indígena local, passaria, durante o pe-

ríodo colonial, a representar a Bolívia. Essa mesma Charcas que teria, como Audiência, limites que variavam, chegando a alcançar cerca de 3.220km desde Arica, no Pacífico, até Buenos Aries, no Atlântico.

Configurada como Kollasuyo redivivo, Charcas era, no entanto, um complexo geoeconômico distinto, instalado no altiplano integrado ao Vice-Reinado do Peru até 1776, quando se criou o Vice-Reinado do Prata.

Esse novo Vice-Reinado, instalado para barrar as pretensões portuguesas no Prata,[3] além de englobar as governanças de Buenos Aries, Tucumán e Paraguai, obtinha Cuyo segregada da Capitania do Chile, bem como, retirado do Peru, o território do altiplano de Charcas, que ia do Potosi até La Paz, inclusive o seu litoral no pacífico.

Assim, no período colonial iria se impor um dualismo geopolítico na Audiência de Charcas, equidistante dos dois Vice-Reinados, tendo La Paz mais voltada para o centro administrativo de Lima e Chuquisaca (Sucre) mais dependente de Buenos Aires. Era a História ocasionando a predestinação geopolítica da Audiência de Charcas, o núcleo geohistórico da Bolívia, ao girar em torno de dois Vice-Reinados, como autêntica área de soldadura.

E, nesse setor continental de soldadura, afirma Mário Travassos, "*nada oferece maior soma de motivos geradores de inquietude política do que a instabilidade geográfica, isto é, a oscilação de certos territórios entre determinadas características que os circundam. Territórios assim oscilantes são verdadeiros focos de perturbações políticas, causas e dissenções ou, pelo menos, de séria preocupações para que se evitem possíveis conflitos internacionais*".

## FORMAÇÃO: DISPERSÃO E COESÃO

Em 1624, começava a funcionar a Real Pontifícia de S. Francisco Xavier de Chuquisaca, chegando posteriormente a ela as luzes do liberalismo europeu — temática difundida, em especial, pela Real Academia Carolina, nascida em 1776, como escola de leis para pós-graduados, freqüentada por vários líderes da Revolução de Maio de 1810, em Buenos Aires, e pela elite revolucionária boliviana.

Embora tenha havido três tentativas de libertar a Bolívia partidas da Argentina — 1810 (Dr. Juan José Castelli), 1812-1813 (General Delgrado), e 1815 (General Rondeau), seriam vencedores os revolucionários do Exército de Libertação da Gran Colômbia comandados por Antonio José de Sucre, nas batalhas de Junin (agosto de 1824) e Ayacucho (dezembro de 1924).

Caberia a Sucre decidir sobre a sorte do espaço político da Audiência de Charcas, pois os Exércitos do Norte (Bolíviar) e do Sul (San Martin), desentendendo-se na Conferência de Guayaquil (1822), punham por terra o sonho de uma América do Sul Espanhola unida. Assim, em Charcas, estaria selada para sempre a separação norte/sul com a proclamação, aí, em 6 de agosto de 1825 (1º aniversário de Junin), da independência de um novo Estado.

Surgia a "República de Bolívar", nove meses depois trocado para Bolívia. Convidado a ocupar a presidência, Bolívar aí fi-

3. Em 1776, os portugueses transferiam a capital do Estado do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro, para melhor proteger o enclave da Colônia do Sacramento, fundada desde 1680 no Rio de Prata, atual território uruguaio.

cou até 1º de janeiro de 1826, quando passou o poder a Sucre, que ficaria no governo até 1828.

O pluriestatismo não seria apenas reflexo da discórdia entre maçons azuis (San Martin) e vermelhos (Bolívar), nem mesmo da rivalidade entre monarquistas e republicanos. Refletia também as diretrizes geopolíticas e objetivos geoestratégicos de países mais fortes, surgidos no império americano espanhol que se esfacelava. Assim, entre o norte e o sul *"subsidiariamente surgem quatro nações: Equador, Paraguai, Uruguai e Bolívia"*, concluindo Eduardo Arze Quiroga — *"esses quatro Estados são o resultado das contradições dos interesses políticos e econômico das unidades mais fortes e nascem de compromissos originados pela própria guerra da independência e outras posteriores"*.

A par das subdivisões, impuseram-se também movimentos unicionistas e, nesse contexto, o General Andrés Santa Cruz, que, com sua revolução obrigara Sucre a deixar a Bolívia, tentaria uma união com o Peru. É que, entre Charcas e o Peru, existia uma espécie de cordão umbilical desde 1548, o porto de Arica, onde se cobravam os impostos de importação e exportação de mercadorias consumidas na Audiência — razão, portanto, de ordem econômica para Confederação Peru-Bolívia, em 1825. Razão de ordem econômica a qual se sobreporiam as diretrizes geopolíticas e geoestratégicas da Argentina, do Chile e até do próprio Brasil. Era a "política westfaliana" de impedir a instalação de uma nação fortemente organizada em sua fronteira. Caberia assim, ao Chile, na Batalha de Yungai (1839), pôr fim a essa tentativa de coesão.

Na mesma época em que o Brasil, através da Missão Lopes Neto, conseguia firmar seus limites com a Bolívia, o Chile também o fazia pelo Tratado de 1866, que sua própria diplomacia iria classificar como "a última expressão do absurdo".

## QUESTÃO DE ANTOFAGASTA

No período colonial, a costa do Pacífico de Antofagasta havia sido posta sob a jurisdição da Audiência de Charcas, para que esta recebesse mercadorias vindas da Espanha e pudesse enviar, para a metrópole, as riquezas extraídas do Potosi (Mapa 3). Pelo Tratado de 1866, conseguia o Chile, além de fixar uma fronteira indecisa pelo paralelo de 24º sul, determinar que no setor compreendido entre os paralelos de 25º e 23º sul, portanto quase todo o litoral boliviano de Antofagasta, seria de propriedade das duas repúblicas.

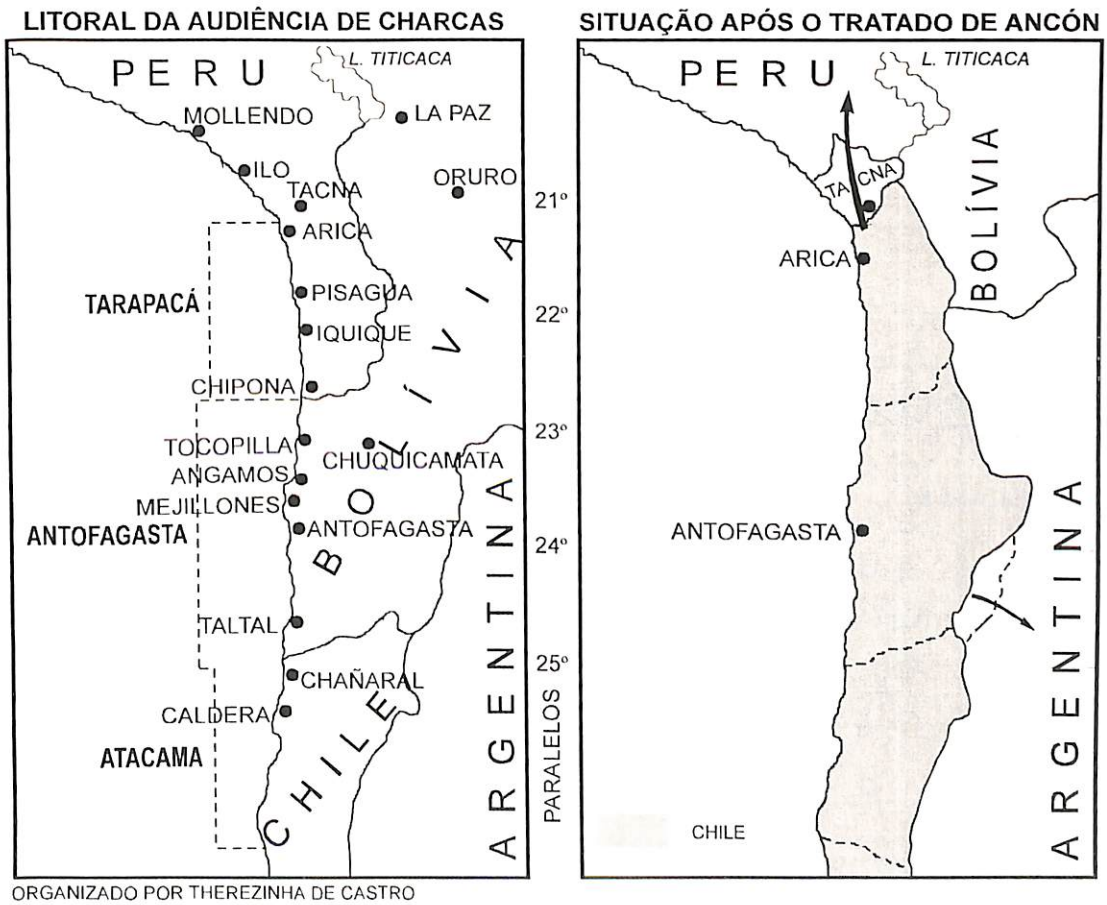
A essa tentativa de coesão levaria, desta vez, o Peru a ver com desagrado os chilenos se internarem cada vez mais no setor litorâneo da Bolívia e ameaçar, em conseqüência, o de Tarapacá, de sua propriedade. Daí o Tratado de Aliança Defensiva, de 1873, assinado entre o Peru e Bolívia, quando Antofagasta já havia se transformado num autêntico porto chileno, desenvolvido com capitais e material humano desse país.

Sentindo-se apoiado pelo Peru, a Bolívia rescindiu o contrato com a Companhia Chilena de Ferro-Carilles y Salitre de Antofagasta, ordenando não só o embargo de seus bens, como ainda a prisão do seu gerente (1878). Os industriais chilenos solicitaram o apoio do governo de Santiago, iniciando-se a Guerra do Pacífico (1879) com a ocupação militar de Antofasta pela esquadra chilena, sob o comando do Almirante William Rebolledo.

A guerra seria desfavorável aos aliados e a Bolívia passava a ser, pelo Tratado de Ancón, de 1883, um país enclausurado, perdendo o setor territorial de seu litoral (153 mil km²), onde se situam os portos de Tocopilla, Cobija, Mejillones e Antofagasta. A vizinha Argentina que, convidada a aderir ao Tratado de Aliança Defensiva Peru\Bolívia, não o fez, pela oposição do senado, recebia, em 1883, um pequeno trecho de território no interior (Mapa 3).

A partir de então, os sucessivos governos bolivianos têm o mesmo objetivo nacional de "la salida al mar", levando até a foros

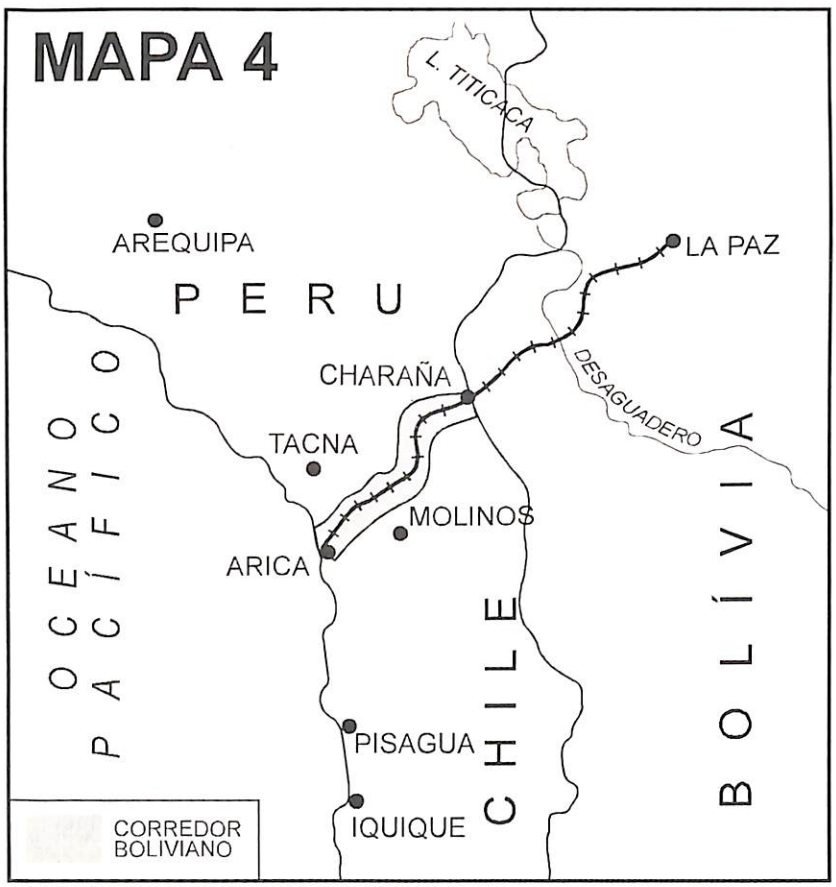
# MAPA 3




ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO

internacionais. Em 1920, o Governo de La Paz apresentava a questão à Liga das Nações, para solicitar ao Secretário Geral a revisão do *status quo*, sob alegação da "situação de força sobre a qual lhe foi imposto o Tratado". Repetiria a demanda 54 anos depois, junto à Assembléia Geral da OEA, obtendo um Projeto de Resolução favorável à resolução de sua "mediterraneidade", que não saiu do papel.

Para celebrar o sesquicentenário da Batalha de Ayacucho, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Panamá e Peru subscreveram uma Declaração, datada de 10 de dezembro de 1974, através da qual manifestaram sua compreensão ante a situação "mediterrânea" boliviana. Paralelamente, o Brasil convidava para um encontro em Brasília os Presidentes Hugo Banzer (Bolívia) e Augusto Pinochet (Chile), para que reatassem as relações diplomáticas, propondo, como plano de solução, a cessão por parte do Chile do Corredor de Arica à Bolívia, na ferrovia que vem de La Paz (Mapa 4).



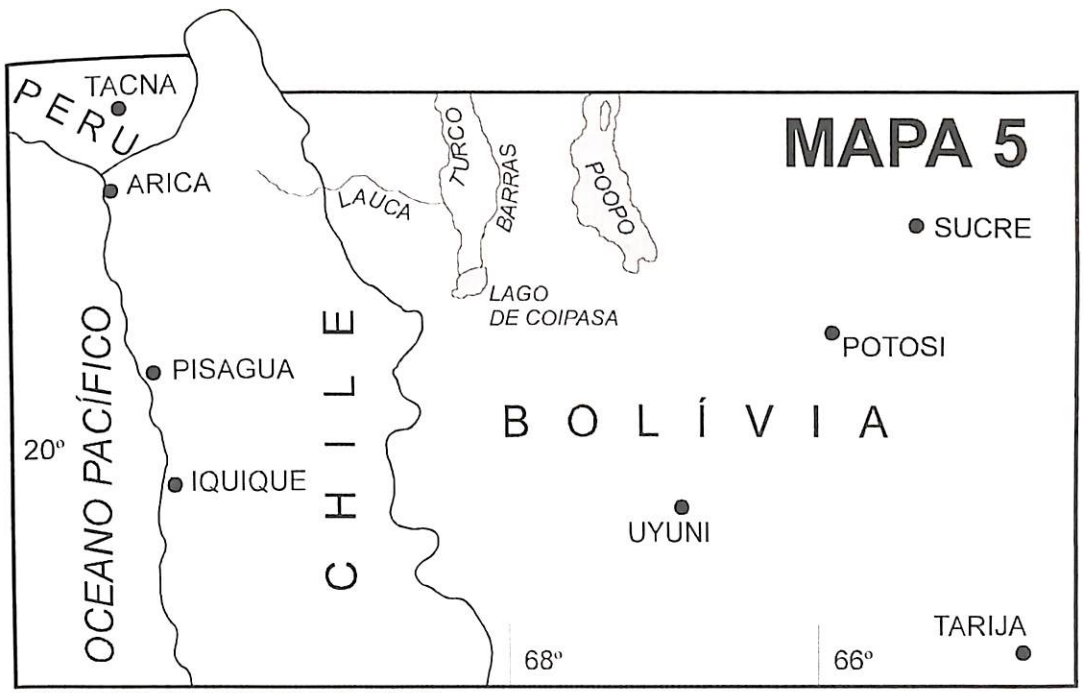

ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO

O projeto não foi avante porque o Governo de Lima viu na proposta uma estratégia brasileira de conseguir acesso ao Pacífico nesse corredor na Bolívia, já que a Santos-Arica, para ser complementada, necessita apenas dos trilhos entre Santa Cruz e Cochabamba; em segundo lugar, porque Arica é território subtraído ao Peru, e não da Bolívia.

Quanto ao Governo de Santiago, a Nota nº 686, de 16 de dezembro de 1975, fazia uma série de exigências. Assim, para não quebrar a continuidade do espaço chileno se dispunha a "ceder uma franja de território ao norte de Arica no atual limite com o Peru" desde que a Bolívia concordasse com "uma troca" simultânea com superfície compensatória equivalente à área de terra e mar obtida". Continuava a referida Nota nº 686 que caberia ainda ao Governo da Bolívia autorizar ao Chile a "aproveitar a totalidade das águas do Rio Cauca" (Mapa 5).

Em 1962, o Rio Cauca, que nasce no Chile e desemboca no Lago de Coipasa, na Bolívia, causou um conflito entre os dois países. Para irrigar o vale árido de Azapa, próximo de Arica, o Chile havia efetuado a canalização de seu curso, diminuindo o seu caudal na Bolívia. Os protestos bolivianos não foram ouvidos.

A proposta chilena era bastante hábil, mas não convenceu os bolivianos. Através dela o Chile sepultava o passado e não perdia territórios, simplesmente o trocava por superfícies bem maiores, já que as mesmas eram equivalentes à soma das áreas terrestre e marítima. Por outro lado, o "corredor" que iria conceder à Bolívia, nada mais era do que




ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO

um "espaço tampão," que o separava do Peru. E, ainda, pretendia o Chile aumentar seus territórios em troca desse "Corredor", no interior da Província de Antofagasta, a partir do Cerro Zapareli, onde obteria minerais radioativos, sobretudo o lítio, que se encontra no salitre do altiplano boliviano misturado com boro, manganês e outros.

Quanto à proposta do "Corredor" que o Chile cederia à Bolívia, era perfeitamente aceito pelo Peru que, no entanto, condicionava uma superfície costeira de administração compartida entre os três países e administração tripartite no porto de Arica. Assim, o Governo peruano aproveitava o ensejo para voltar a conectar Tacna, que o Chile lhe devolvera, com Arica.

A saída para o pacífico permanece firme nas diretrizes geopolíticas bolivianas, bem mais do que os territórios que perdeu para o Peru, Argentina, Paraguai e Brasil.

## QUESTÃO DO ACRE

Concorda o diplomata boliviano, Mariano Baptista Gumucio, que as perdas territoriais de seu país estão ligadas *"a grupos de poder econômico e político dominantes na Bolívia que facilitaram a intromissão de interesses estrangeiros e que em suas defesas nos fizeram guerra"*. Afirma assim que *"durante a administração de Melgarejo y Morales, chamou-se a um tal Coronel Church para colonizar e explotar o Acre e, aos capitais chilenos ligados a interesses britânicos, para explorar e dar maior valor econômico ao litoral"*.

O Acre pertencia legalmente à Bolívia, de acordo com os Tratados de 1777, celebrados entre Portugal e Espanha, e o de 1867, entre o Império do Brasil e a República da Bolívia.

Aos poucos, a região acreana passava a ser ocupada por seringueiros brasileiros, visto que a fronteira, de difícil delimitação, era formada por numerosos rios. Era esta a situação quando a Bolívia resolveu protestar e, para confirmar a sua posse, funda, no Rio Acre, a povoação de Puerto Alonso, passando a cobrar taxas, o que descontentou os forasteiros que vinham se dedicando livremente à explotação da borracha. Em 1899, os brasileiros, com o apoio do Governador do Amazonas e a desaprovação do Rio de Janeiro, apelam para as armas, mas são vencidos pelos bolivianos (1901).

Na impossibilidade de administrar a área resolve arrendá-la a um sindicato de capitalistas ingleses e estadunidenses. Tratava-se do *Bolivian Sindicate*, que obteve franquias para a exploração do Acre como: administração, arrecadação de impostos, organização de polícia, manutenção de tropas e barcos de guerra, concluindo-se que a Bolívia abdicava praticamente de seus direitos, permitindo que se instalasse na despovoada Amazônia uma companhia colonizadora estrangeira.

Revoltam-se os brasileiros na área (1902) e, sabendo que a Bolívia ia agir novamente, o Governo Brasileiro mandou que nossas Forças se concentrassem nas duas frentes — no Amazonas e Mato Grosso. Compreendendo o perigo, resolvia a Bolívia rescindir o contrato com os estrangeiros, quando o Brasil tratava de ocupar militarmente o Acre, iniciando-se os entendimentos que culminam com a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903).

Em troca do Acre, o Brasil entregava à Bolívia pequeno território na fronteira entre os rios Beni e Abunã, onde se juntam para

formar o Madeira. Por não haver equivalência entre as áreas trocadas, o artigo 3º determinava uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas, e, para que os bolivianos tivessem livre acesso à navegação no Amazonas, o artigo 7º nos compromissava a construir a estrada de ferro Madeira—Mamoré, vencendo o trecho encaichoeirados desses rios.

A Bolívia perdia aí, para o Brasil, uma superfície de 152 mil km², hoje o Estado do Acre (em parte peruano), cinco vezes maior que a Bélgica.

## QUESTÃO DO CHACO

A partir daí a Bolívia procuraria manter a integridade de seu território, mas não pôde evitar outra questão, desta vez com o Paraguai, a respeito do Chaco.

O Chaco é uma região árida e salitrosa com 600 mil km², localizada na parte central do continente sul-americano. Dividia-se em três partes — Boreal, Central e Austral — e foi, durante muito tempo, uma terra sem dono, por não despertar interesse entre os países que com ela se limitavam.

Ao terminar a Guerra do Paraguai (1870), a Argentina, já de posse do Chaco Austral, tratou de resolver suas quetões de limites com os paraguaios, anexando também parte do Chaco Central. Nessa ocasião, a Bolívia deixava bem claro que lhe pertencia o Chaco Boreal, que integrara a Audiência de Charcas. Percebendo que os documentos apresentados pelos bolivianos eram convincentes, os paraguaios suspenderam as discussões diplomáticas, esquivando-se da solução pelo arbitramento.

Em 1900, já às voltas com a questão do Acre, acentuou-se ainda mais o desejo da Bolívia para resolver a questão, pois havia sido descoberto petróleo no Chaco Boreal. E, assim, paraguaios e bolivianos passam a sustentar uma luta camuflada, que foi não só longa como cara. Sabendo-se que ambos os países lutavam com dificuldades financeiras, supõem-se que, para manter o confronto, contaram com subvenções de companhias estrangeiras interessadas no petróleo.

A guerra ia tornar-se clara em 1932, com os dois contendores munidos de algum material moderno de guerra. Daí o aspecto brutal da luta, onde perderam a vida 42 mil paraguaios e 60 mil bolivianos, justificando a intervenção brasileira, em 24 de junho de 1935, com ordens para imediata cessação de fogo, enquanto uma comissão de militares sul-americanos iria proceder à demarcação da zona litigiosa. O Tratado de Paz de Buenos Aires (1938) dava destino final à questão do Chaco, cabendo à Bolívia apenas pequena parte dessa planície, já que ficava com o Paraguai o setor das jazidas petrolíferas.

A "partilha" da Bolívia , pelo processo histórico, com predestinação geopolítica à "Polônia da América", pararia por aí.

## CONCLUSÃO

Com sua política externa voltada para *una salida al mar*, arraigada nas plataformas das continuadas presidências, via de regra ocupadas por militares, a Bolívia, no período da "Guerra Fria", foi alvo das investidas "socializantes" de Cuba. Teve, assim, que enfrentar o problema das guerrilhas, a partir de 1964. A população, em parte, havia sido "dominada" pelo esquerdista argentino naturalizado boliviano, Juan Lechin; enquanto o também argentino naturalizado cubano, Che Guvara, agia no "santuário" da selva

boliviana, onde foi morto pelo Exército, em outubro de 1967.

Ilhada no altiplano pontilhado por montanhas, rodeada por planícies e vales, onde as "quebradas" ou terrenos irregulares escutam os lamentos melodiosos do "charango" ou da "quena", resumem-se nessa paisagem os segredos, tanto da perenidade quanto dos infortúnios da Bolívia, em sua predestinação geopolítica.

E é, da combinação dessa paisagem combinada, altiplano/vale/planície, que resulta a articulação entre o norte/sul/leste/oeste.

A predestinação geopolítica da Bolívia nesta função articular seria evidenciada, já na guerra de independência com os Exércitos do Norte e do Sul se empenhando, militarmente, na complementação do êxito de suas campanhas em prol da conquista da Audiência de Charcas.

Implantava-se, em 1825, um país em função desarticuladora norte/sul, encerrando-se, no altiplano, "o núcleo básico da nacionalidade boliviana". Para explotar sua riqueza mineral, iria manter, na categoria de área geoplítica neutra, os seus vales e planícies, ou seja, 3/4 partes de seu espaço vital.

Impunha-se, assim, a função desagregadora ao seu território político, ensejando a conquista por parte de seus vizinhos, refletindo, sobremodo, o fenômeno histórico da "polonização" — processo iniciado ainda em período colonial, quando a Audiência de Charcas se transformava no campo de confronto, onde se bateram os Vice-Reis do Peru contra os separatistas de Buenos Aires.

Esboçava-se, assim , o papel internacional da Bolívia em função de seu posicionamento, que Julio Mendez descreve como *"uma expressão geográfica perfeita com vias de livre comunicação aos dois oceanos, por obra de homem, em efêmero esforço sobre grave esfacelamento, produzindo um desequilíbrio que por natural inclinação ainda busca suas bases"*. Por isso, com a implatanção da Bolívia, em 1825, como Estado de direito, o Congresso do Panamá, de 1826, significou "não o prelúdio, e sim o epílogo da fraternidade continental".

Finda a "polonização", impunha-se a predestinação geopolítica da Bolívia como terra de contactos e não de antagonismos. Para isso, porém, o país deve abrandar a função isolacionista do altiplano, numa perfeita conexão La Paz/Sucre/Santa Cruz de la Sierra, compenetrando-se de que sua predestinação geopolítica deve ser a da atração, da união e soldadura, como autêntico *heartland* entre os países vizinhos.

Integrante dos tratados regionais que unem os países do Prata/Amazonas, voltada para o Pacífico, não deve se omitir face o Atlântico.

O "absurdo" geográfico de Malagrida, pela heterogeneidade geográfica, pode se transformar numa realidade aglutinadora, pois, como observa Júlio Mendez, *"se a Bolívia não existisse havia necessidade de criá-la"*. ❑

## BIBLIOGRAFIA

ANGLARILL, Nilda Beatriz e LA MADRID, Mônica Vilge. *La Salida al Mar de Bolívia*. Revista Argentina de Relaciones Internacionales (CEINAR), maio/agosto de 1977.

CASTRO, Therezinha de. *Nossa América: Geopolítica Comparada*. BIBLIEX. Rio, 1994.

GAVEGLIO, Silvia Hebe. *La Mediterraneidad de la Bolívia (1534-1897)*. Revista Argentina de Relaciones Internacionales (CEINAR), setembro/dezembro de 1979.

GUMUCIO, Mariano Baptista. *Geopolítica de Bolívia: Mediterraneidad y Destino.* Geopolítica — Hacia una Doctrina Nacional, nº 26, ano IX, Buenos Aires, 1983.
GUSMÁN, Augusto. *Tupaj Katari.* Libreria Editorial Juventud. La Paz, 1972.
MALAGRIDA, D. Carlos Badia. *El Factor Geográfico in la Política Sudamericana.* Estabelecimento Tipográfico de Jaime Ratés, Madri, 1919.
MENDEZ, Julio. *Realidad del Equilibrio Hispano Americano y Necessidad de Neutralización Permanente de Bolívia.* Imp. La Patria. Lima, 1874.
PASQUEL, Emilio Castañon. *Sucre, La Paz... En el Futuro Santa Cruz?* El Núcleo de Cohesion de Bolívia — Estudos de Geopolítica e Geotratégica, nº 6, abril de 1981. Lima/Peru.
QUIROGA, Eduardo Arze. *La Constituición Boliviana de 1826 y la Desintegración de América Latina.* GEOSUR, ano II, nº 24, agosto de 1981.
TIFER, J. Valerie. *Bolivia.* Editorial Francisco de Aguirre. Buenos Aires, 1979.
TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil.* Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1947.
VAZQUEZ, Alfonso. *Bolívia y su Salida Hacia el Pacífico. Geopolítica Hacia una Doctrina Nacional.* Nº 23, ano VII, Buenos Aries, dezembro de 1981.

DROGARIA
24 HORAS
Tels.: 201-3607
581-6175
ABERTO DIA E NOITE
FAZEMOS CONVÊNIOS COM EMPRESAS E INSTITUIÇÕES
ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO
O MELHOR PREÇO DO BAIRRO
Agradecemos a Preferência
AV. SUBURBANA, 4.370
LOJAS A/B - DEL CASTILHO

# Mudanças no Ensino Técnico

Aumentar as oportunidades de profissionalização dos jovens. Esta é a principal intenção do MEC ao propor mudanças no ensino técnico. Na prática, o MEC pretende flexibilizar o formato do ensino de 2º grau, dando ao aluno a chance de ter acesso a programas parciais ou terminais de educação profissional.

O projeto de lei que está no Congresso Nacional prevê a separação do ensino acadêmico do ensino técnico profissionalizante, propondo uma organização curricular modulada para o ensino técnico, ou seja, ordenada por bloco de disciplinas. Assim, o aluno poderá cursar o ensino médio e, ao mesmo tempo, matricular-se em programas de educação profissional de nível técnico.

Cada módulo garantirá uma qualificação profissional ao aluno, que terá direito a um Certificado de Qualificação Profissional. A conclusão do conjunto predeterminado dos blocos necessários para uma habilitação dá ao aluno o diploma de curso técnico de nível médio.

Outra vantagem é que o ensino técnico poderá ser seqüencial ou paralelo ao ensino médio. O aluno poderá, após concluir o 2º grau convencional, ingressar na formação técnica, com duração variável de seis meses até dois anos e meio. Caso prefira, o aluno poderá ter duas matrículas: uma para o 2º grau e outra para fazer os módulos de seu interesse no ensino técnico. Se a instituição oferecer os dois cursos poderá ter as duas matrículas na mesma instituição, só que em turnos diferentes.

"Ao adotar esse sistema, a formação profissional passa a ser complementar ao ensino médio, oferecendo aos estudantes uma opção à universidade, além de permitir a ampliação do atendimento nos cursos profissionalizantes", garante o Secretário de Educação Média e Tecnológica, Átila Freitas Lira.

A Escola Técnica de Brasília, numa iniciativa da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, começou a funcionar em fevereiro em sintonia com a tendência de mudança no ensino técnico. O modelo adotado pela escola já separa o ensino acadêmico do técnico-profissionalizante.

**"Ao adotar esse sistema, a formação profissional passa a ser complementar ao ensino médio, oferecendo aos estudantes uma opção à universidade, além de permitir a ampliação do atendimento nos cursos profissionalizantes"**

As alterações no 2º grau incluem, também, modificações curriculares. Os currículos do ensino técnico serão definidos e modificados conforme as tendências da economia e as exigências da realidade nacional. O MEC acredita que o ingresso do aluno no mercado de trabalho ficará facilitado com a aprovação dessas mudanças.

Pelo projeto, o MEC definirá a duração mínima de cada curso, das matérias básicas e as habilidades e competências exigidas por cada habilitação profissional. Os sistemas de ensino, por sua vez, ficarão encarregados de complementar os currículos de acordo com as peculiaridades regionais e considerando a dinâmica da empregabilidade.

# Sobre a República Socialista Ianomâmi

**Gilberto Paim***

*Matéria extraída de palestra proferida, pelo autor, em 1º de junho de 1995, na Confederação Nacional do Comércio, e publicada na* Carta Mensal *41 (485):3-13, agosto 1995 — veículo de comunicação dessa entidade.*

Em conferência há pouco encerrada em Genebra, delegações de vários países, inclusive a do Brasil, debateram a minuta de um texto que recebeu o título de *Declaração Universal dos Direitos Indígenas*. O produto dessa reunião internacional coloca-nos diante de um tema de inusitada importância. Pois está em jogo a cessão de soberania, de um lado, ou a conquista de soberania, de outro. A cessão seria feita por um país como o Brasil, e os beneficiários seriam grupamentos indígenas, de reduzida expressão numérica, que ocupam vastas extensões do território brasileiro. A gravidade do assunto é, portanto, autoexplicável.

Há algum tempo, encontram-se em discussão aspectos específicos da situação de algumas populações indígenas na Região Norte. Examina-se, em particular, a questão das vastas extensões oficialmente definidas como terras indígenas, em favor dos grupamentos ianomâmis, nas reservas a eles deferidas no Amazonas e em Roraima.

A preocupação que dá sentido a este artigo tem origem no fato singular de que a reserva dessa população indígena, no estado de Roraima, se estende sobre um território que atravessa a fronteira e se une às terras ocupadas, na Venezuela, por índios da mesma tribo.

A estranheza que a questão desperta representa um sentimento comum a muitos estudiosos do tema, em diferentes áreas do poder público nacional. Na aludida conferência de Genebra, o embaixador Gilberto Saboia, ao externar o pensamento do Itamaraty, foi categórico em suas declarações sobre o assunto. Proclamou ele sua firme opo-

* Jornalista.

sição à fraseologia empregada por técnicos das Nações Unidas na elaboração do documento antes referido. A tal *Declaração Universal dos Direitos Indígenas* contém uma cláusula que concede aos índios o direito à autodeterminação.

A delegação brasileira encontrou o apoio de representantes de outros países, inclusive a Índia e Bangladesh, no repúdio a direitos atribuídos por técnicos da ONU aos indígenas. Foi enfático o embaixador brasileiro ao declarar que o Brasil derrubará qualquer menção no texto a "povos indígenas" ou a "territórios indígenas".

Para evitar que se enfraqueça a posição dos delegados brasileiros em reuniões internacionais sobre esse tema, parece necessário cuidar de um pormenor importante. Não se pode permitir que documentos oficiais brasileiros contenham expressões que ofereçam aos chamados "preservacionistas" argumentos favoráveis à defesa da autonomia ou da autodeterminação dos índios. No capítulo intitulado: "Terras Indígenas", que se lê no *Anuário Estatístico do Brasil*, "terra indígena" e "território indígena" são sinônimos que aparecem nas referências à legislação sobre a utilização de recursos naturais e à limitação ao uso exclusivo pelos índios de terras para habitação e ocupação. No citado texto oficial, a terra indígena se define como "o chão sagrado para perpetuidade da cultura tradicional dos índios" e tem, assim, valor político.

Os cinco especialistas da ONU, que elaboraram a mencionada *Declaração Universal dos Direitos Indígenas*, poderiam argüir que a expressão "território indígena" consta de documentos oficiais e da própria legislação do Brasil sobre as populações indígenas. Na citada reunião de Genebra, eles tentaram convencer as delegações de que estavam exprimindo aspirações de milhões de índios do mundo inteiro. O texto de sua autoria começará a ser debatido no âmbito da ONU pelos governos, através de suas delegações.

Quando o assunto for colocado na agenda da Assembléia Geral, o Brasil espera contar com o apoio de vários países, para negar aprovação a princípios inseridos no documento, em especial o artigo que concede aos índios o direito à autodeterminação.

Todos estamos habituados a examinar com prudência o noticiário internacional sobre atividades de organizações não-governamentais, que costumam lançar palavras de ordem induzidas por ambições utópicas. São inumeráveis as manifestações de organizações desse tipo, contra, por exemplo, a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia. Entre seus pretextos figura o de que os reservatórios de tais usinas ocuparão espaços que poderiam ter melhor destino se oferecidos à população indígena.

Todos relembram os termos da advertência de Jaime Rotstein, ilustre tecnólogo brasileiro, a respeito da palavra de ordem ingênua dos chamados "verdes". Advertiu Rotstein, oportunamente, que o impedimento à exploração de recursos hídricos, na Região Amazônica, colocará o Brasil na contingência de construir, em substituição, usinas nucleares de idêntico potencial.

E que potencial é esse? Trata-se simplesmente daquilo que se estima em uma capacidade de geração de energia elétrica substitutiva, da ordem de 150 milhões de kW. A cada milhão de kW de capacidade geradora de eletricidade, não instalada na Amazônia, corresponderá uma usina atômica construída nas proximidades dos grandes centros de consumo. Os "verdes" ignoram a ameaça ecológica que está embutida na rejeição do uso do potencial hidrelétrico amazônico.

Volto ao noticiário sobre a reunião de Genebra. Diz-nos a informação disponível que atuou, nessa conferência, uma delegação da *Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia*, em nome da qual falava um tal Mr. Manchinery.

Até agora, pensávamos que a Fundação Nacional do Índio — Funai — era a única entidade autorizada a interpretar as aspirações e os desejos das populações indígenas brasileiras. É natural, pois, que fiquemos dominados por uma sensação de estranheza, ao verificarmos que uma desconhecida Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia tem a audácia de comparecer a assembléias internacionais para veicular imaginárias aspirações de grupamentos indígenas do Brasil e de países vizinhos.

Não pode passar sem a enérgica repulsa dos brasileiros a insólita atividade dessa organização. Não sabemos quem são os seus financiadores, nem podemos admitir que uma organização não-governamental desconhecida dos brasileiros coloque em discussão, em reunião internacional, teses que ferem o direito soberano que temos sobre assuntos de nossa exclusiva competência.

Rejeitamos, portanto, *in limine*, os argumentos que essa estranha entidade usa, no esforço que desenvolve para convencer audiências estrangeiras de que a autodeterminação corresponde a um direito legítimo dos índios.

A autodeterminação dos povos é expressão que permeia inúmeras declarações de cunho internacional, em particular quando versa sobre a conquista da independência por parte de povos coloniais. No caso de nações já independentes, suscita-se o termo quando essas nações repelem interferências externas, que possam causar dano a seus interesses fundamentais.

A autodeterminação implica, portanto, o exercício de soberania, ou seja, do direito que estende salvaguarda à independência dos povos regidos por vontade própria.

Imaginemos, pois, que os índios ianomâmis, que habitam terras venezuelanas, considerem que a Declaração Universal dos Direitos Indígenas lhes concede plena autodeterminação, e que esse direito terá reconhecimento internacional, em favor dos mesmos grupamentos que ocupam mais de 40% do terriório de Roraima. Estaria, assim, formada a Nação Ianomâmi, constituída por parte dos territórios da Venezuela e do Brasil.

A essa luz, cumpre-nos destacar a posição clara do embaixador Gilberto Saboia, cujo senso de oportunidade permitiu ao Brasil assumir a liderança dos demais países, que também consideram perigosas expressões tais como "territórios indígenas" e "povos indígenas".

Agora, uma tal Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia nos assombra com a sua extrema audácia, quando tenta envenenar a atmosfera internacional contra as nações que não queiram reconhecer o suposto direito que atribui autodeterminação aos índios.

As reservas de terras para ocupação pelos índios, oficialmente denominadas Terras Indígenas, totalizam, no estado do Amazonas, 150 áreas, algumas das quais possuem superfície territorial de extensão impressionante. Reproduzem-se, aqui, alguns dados que a Superintendência de Assuntos Fundiários, órgão da Fundação Nacional do Índio, manda para o IBGE e são publicados no *Anuário Estatístico do Brasil*.

Nesse grupo de 152 áreas, destacam-se seis com superfície total da ordem de 30,6 milhões hectares, ou mais de 300 mil km$^2$. Um segundo grupo, composto de 29 reser-

vas, está na faixa de 100 mil a 1 milhão de hectares por unidade. Totalizam, essas 29 Terras Indígenas, nada menos de 11 milhões de hectares, ou 110 mil km².

No grupo das maiores reservas amazonenses, ganha relevo a Terra Indígena Ianomâmi, que tem 9,419 milhões de hectares, ou 94 mil km², onde vivem menos de 9 mil índios. Seriam mais de mil hectares por cabeça ou cerca de 10km² por índio. Mas, quanto ao dado populacional, a estatística é de duvidosa exatidão, pois acredita-se que esse grupamento está bastante mais reduzido. Segue-se, em tamanho, a do Vale do Jari, com 8,4 milhões hectares para seus 3 mil habitantes. Significa que, nessa reserva, cada índio ocupa 2,8 mil hectares. Em terceiro lugar, vem a do Alto Rio Negro, com 7,8 milhões hectares. A Funai desconhece o número de índios que habitam essa área, de qualquer modo intocável, de vez que é reserva indígena.

Se nos limitarmos ao exame das 35 maiores, veremos que sua superfície territorial soma mais de 41 milhões de hectares, ou 410 mil km². Trata-se de um território maior do que os Estados de São Paulo (247,9 mil km²), Rio Grande do Sul (267,5 mil km²), e Paraná (199,5 mil km²).

Chega a ser ridículo o argumento das organizações que se intitulam preservacionistas, defensoras indormidas do meio ambiente, quando levantam a bandeira do movimento mundial contra a poluição para impedir a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia. Os reservatórios dessas unidades ocupam em geral uns poucos quilômetros quadrados. O que espanta, entretanto, é que nos citados 410 mil km² habitam pouco mais de 20 mil índios, segundo informação não atualizada que a Funai distribui. Admitindo-se que a cifra seja verdadeira, teremos média superior a 20km² por pessoa indígena, o que configura um incomensurável desperdício de solo.

A terra indígena corresponde ao espaço físico reconhecido oficialmente pela União como sendo de posse permanente de grupos tribais que a ocupam, segundo afirmação textual contida em documento do IBGE (*Anuário Estatístico do Brasil*, 1993). O objetivo, segundo esse estudo, consiste em preservar o meio ambiente e garantir a sobrevivência físico-cultural dos grupos indígenas.

Quando observamos o quadro real existente, à luz dos números, vemos que o discurso indigenista dificilmente se sustenta com fatos convincentes. Merece exame atento a ocupação da imensa Terra Indígena Waimiri-Atroari, no estado do Amazonas, cuja extensão territorial é de 2,6 milhões de hectares. Essa imensa área estaria ocupada por apenas 380 índios. São inúmeros os exemplos de semelhante despovoamento.

No Amazonas, continuam inamovíveis os limites das terras indígenas, não obstante a redução progressiva do número de seus habitantes nativos. O mesmo fenômeno se observa em outras unidades da Federação. Diante disso, cria um clima de moderado otimismo a crença de que o governo do Presidente Fernando Henrique decidiu colocar em sua agenda o problema dessas terras.

O assunto merece divulgação ampla de todos os seus aspectos essenciais, inclusive o conhecimento exato da população nativa nas terras indígenas. *Grosso modo*, de acordo com dados oficiais, há, no Amazonas, 2 mil hectares para cada índio, mas um esforço que tenha em vista atualizar as cifras de população demonstrará que os números conhecidos são exagerados. Confirmada tal hipótese, ficarão as organizações não-governamentais, como a de Mr. Manchinery,

desprovidas do argumento de enormes extensões territoriais oferecidas aos índios amazonenses são indispensáveis à sua expansão populacional.

Creio oportuno divulgar alguns dados sobre as terras teoricamente ocupadas pelos ianomâmis nos dois estados do Norte. No Amazonas, a extensão dessas terras abrange grande parte dos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, cuja superfície territorial, em conjunto, totaliza 183 mil Km². Mais de metade dessa área está demarcada como Terra Indígena Ianomâmi. São 94 mil km² entregues a 9.910 índios dessa tribo.

Em Roraima, uma área de igual extensão pertence ao mesmo grupamento indígena, ocupando mais de 66% do território conjunto dos municípios de Alto Alegre, Boa Vista, Caracaraí e Mucajaí.

*Em nome da "perpetuidade da cultura tradicional" dos nativos, recursos diversos, inclusive os da mineração, não ganham sentido econômico, nem ajudam na sobrevivência dos índios.*

Nos municípios do Amazonas e de Roraima, que acabamos de citar, a população trabalhadora local está impedida de explorar atividades relacionadas com a caça, a pesca, o extrativismo e a agropecuária na imensa área ianomâmi. Em nome, portanto, da "perpetuidade da cultura tradicional" dos nativos, recursos diversos, inclusive os da mineração, não ganham sentido econômico, nem ajudam na sobrevivência dos índios. Pois no decênio de 60, a população indígena existente nos três citados municípios era estimada em cerca de 25 mil pessoas. Essa população não se expandiu. Na verdade, ficou bastante reduzida nos dois últimos decênios.

No asfalto, a milhares de quilômetros de distância, propala-se a necessidade de "medidas especiais para assegurar o respeito ao patrimônio cultural e à livre escolha dos meios de vida e subsistência" desse grupamento. Mas não se apresenta nenhuma idéia exeqüível que possa assegurar a sobrevivência e a expansão numérica dessa tribo.

Parece absolutamente vazia, desprovida de senso da realidade, a afirmação de indigenistas no sentido de que é necessário preservar o patrimônio cultural dos índios. Os dados da Superintendência de Assuntos Fundiários e da Fundação Nacional do Índio exibem um quadro de perda constante de população indígena, o que significa que tal patrimônio na verdade desaparece com a extinção das tribos.

O aspecto da questão que nos parece de incontestável importância política consiste no fato de que a Terra Indígena Ianomâmi de Roraima estabelece unidade territorial com a reserva venezuelana, oferecida aos mesmos índios, cuja extensão é de 8,2 milhões de hectares. Talvez o pano de fundo da declaração de início comentada seja a idéia de se criar um mundo especial para o que resta das populações indígenas situadas na margem norte do Amazonas.

Para fazer abortar a idéia da hipotética república ianomâmi, abrangendo parte dos territórios de Roraima e da Venezuela, propomos medidas objetivas para evitar o desaparecimento das comunidades indígenas do extremo Norte. Na catalogação de providências cabíveis, para salvar o que resta da tribo em causa, talvez sejam oportunas as propostas a seguir:

• Mediante convênio com os governos de Roraima e Amazonas, o governo federal fiscalizará a exploração de recursos naturais na área ianomâmi concedida a esse grupamento indígena.

• Por meio de autorização ou concessão, será permitida a extração madeireira e mineral na superfície ou no subsolo, em lotes delimitados, segundo as potencialidades de cada área.

• Do produto da arrecadação tributária sobre a produção de madeiras ou minérios, metade se destinará à manutenção dos ianomâmis, localizados numa área de 500 mil hectares.

• Amparada em decreto presidencial, a Funai ficará autorizada a criar um departamento especial para dar plena assistência aos ianomâmis.

• Para atingir o objetivo essencial de assegurar a preservação dessa tribo, a Funai manterá ambulatórios e hospitais, escolas e centros desportivos, assim como oficinas para treinamento dos índios em diferentes profissões, que lhes garantam a sobrevivência futura. Fará parte desse objetivo imunizar os índios contra moléstias transmissíveis que penetram na área de reserva ianomâmi.

• A Funai poderá recorrer a instituições internacionais, como a Unesco, tendo em vista o recrutamento de médicos e cientistas, que se disponham a sair de seus países para prestar assistência aos ianomâmis.

• O governo federal poderá receber doações de governos estrangeiros e de organizações internacionais que queiram contribuir para a manutenção e a expansão demográfica dos índios em processo de extinção.

• A experiência assistencial acumulada na região ianomâmi poderá ser reproduzida em outras terras indígenas do Norte e de outras partes do País.

A Funai e grupos preservacionistas acreditam que o melhor para as comunidades ianomâmis será a conservação de seu estilo de vida nômade, quando o nomadismo está na raiz de seu extermínio. Nas providências acima sugeridas reside a linha básica de uma política que deve ter em mira a salvação desse e de outros grupamentos indígenas dispersos pelo território brasileiro.

Na década de 1970, estimava-se em mais de 20 mil os índios que habitavam a reserva ianomâmi de Roraima. Em 1988, de acordo com levantamento realizado pela Funai, aquele número estava estimado em 9.910 pessoas. Embora a Funai ainda hoje insista em repetir o número de 9.910, acreditam estudiosos do assunto que, no corrente ano, os ianomâmis de Roraima não passam de 6.000 criaturas.

Se fizermos uso do bom senso, poderemos conter essa marcha para a extinção de um grupamento indígena que desperta a imaginação e o interesse de instituições nacionais e estrangeiras, em luta pela preservação do meio ambiente.

Temos também em vista o romantismo que alimenta os chamados "partidos verdes" no Hemisfério Norte. Os representantes desses partidos, em assembléias legislativas de vários países e em organizações internacionais, idealizam a criação de um mundo especial para o que resta das populações indígenas no continente americano.

Porta-vozes desses movimentos vislumbram no território comum ianomâmi, transfronteira, o nascimento de uma república de índios. Podemos considerar ridículo o chamado "Governo da República Socialista Ianomâmi" formado no exterior, que tem como presidente um cidadão americano, Mr Charles Dunbar, nascido em Connecticut e "naturalizado" ianomâmi. O vice-presidente é alemão e os ministros pertencem a várias nacionalidades. Faz parte do "governo" um índio analfabeto, Akatoa, supostamente de origem ianomâmi. Para completar o ridículo a "República Socialista Ianomâmi" tem

um "parlamento" composto de 18 membros. Não obstante seus aspectos risíveis, o Brasil não pode ficar indiferente a iniciativas como essa "República", que tem "governo no exílio".

Em épocas passadas, estabeleceu-se no território das Missões, do Rio Uruguai, o que hoje sentimentalmente se descreve como a "República Comunista Guarani". A literatura e o cinema projetam as aglomerações indígenas daquele rio como a realização de sonhos que ainda hoje povoam as mentes de apaixonados pela vida humana em comunhão com a natureza.

Como todos sabemos, as Missões eram espanholas, o que significa que ainda não eram brasileiras as áreas onde floresciam sob a admirável administração dos jesuítas. Destacava-se, entre estes, o célebre Padre Anton Sepp, o genial educador de grupos indígenas, cuja organização deixou o testemunho de sua grandeza nas construções abandonadas das Missões.

Devemos ao heroismo de grupos de patriotas gaúchos a integração das terras a leste do Rio Uruguai no território riograndense.

Não seria estranhável se dirigentes românticos dos "partidos verdes" pretendessem reproduzir, em terras brasileiras e venezuelanas, a experiência do Padre Sepp, com o apoio de instituições internacionais dedicadas à defesa de sobreviventes das populações pré-colombianas.

Nessa hipótese o Brasil poderia ver-se envolvido num grave problema de fronteiras. Pois, no caso da reserva ianomâmi, os "verdes" preconizam a conservação da unidade territorial nos 17,7 milhões de hectares onde vivem como nômades uns poucos milhares de índios.

Desde 1991, o governo federal reconhece o direito dos ianomâmis às partes citadas dos territórios de Roraima e do Amazonas. No caso, houve notável coincidência quando a Venezuela demarcou para os seus ianomâmis 8,3 milhões de hectares na fronteira com o Brasil. Passaram, assim, esses grupamentos índigenas a dispor de 17,7 milhões de hectares em território contínuo.

Nesse trecho da fronteira, não há linha divisória. A República Ianomâmi subtrai aos dois países ricas parcelas de terras, onde dormem recursos minerais de valor inestimável.

A reserva ianomâmi influi sobre decisões do governo brasileiro. Por exemplo, acha-se paralisado o grande projeto da rodovia denominada Perimetral Norte, BR-210, cuja construção progrediu de 1973 a 1976. A paralisação da obra resultou do argumento de que a estrada penetrava na parte meridional da área indígena .

A cassiterita, abundante na região, atraiu garimpeiros para a Serra dos Surucucus, em meados dos anos 70, quando se fez tentativa de exploração desse mineral. Em 1980, houve outra penetração de garimpeiros que atingiram o Alto Uraricoera, em busca de ouro. Posteriormente, novos grupos de trabalhadores procuraram ativar a mineração aurífera nos rios Uraricó, onde havia aldeias ianomâmis. Em 1989, chegava a alguns milhares o número de garimpeiros na região central da grande área supostamente ocupada pelas mesmas comunidades nômades.

Como é sabido, uma decisão judicial de 1970 tentou forçar, inutilmente, a retirada dos garimpeiros da reserva que a Fundação Nacional do Índio havia definido como pertencente ao grupamento indígena.

Obedecendo à palavra de ordem de preservação das tribos de índios existentes na região fronteiriça com a Venezuela, a Funai, em decisão adotada em 1985, reservou a

mencionada área para os ianomâmis. Em 15 de novembro de 1991, um decreto da Presidência da República oficializou a demarcação desses 9.419.108 hectares. Dizem os "patriotas" verdes do Hemisfério Norte que a sua República Ianomâmi nasceu na citada data.

Recorda-se que a Terra Índigena Ianomâmi ocupa 40% do território de Roraima, reduzindo de muito as possibilidades de desenvolvimento da mineração nesse estado setentrional. Isso quer dizer que, da superfície de 224 mil km² de Roraima, 94 mil km² estão reservados às comunidades ianomâmis. Somando-se a essa parcela os 94 mil km² do território do estado do Amazonas, atribuídos ao mesmo grupamento, verifica-se que os ianomâmis dispõem de mais de 188 mil km² nos dois estados do Norte.

Estudiosos do assunto propõem que seja radicalmente alterada a política adotada em relação a essa tribo. Se continuarem entregues a si mesmos, os ianomâmis, que ocuparam terras brasileiras, desaparecerão dentro de poucos anos.

Relembramos, a propósito, o destino sombrio dos caiapós, no sul do Pará. Administradas pelos índios, as reservas de madeiras nobres existentes na área estão sendo devastadas numa escala assustadora. De pouco adiantam as medidas tomadas à distância, em Brasília, para coibir a devastação da mata nativa.

Dentro de algum tempo, os 2 mil caiapós, que formam essa população, não terão meios de manter a frota de veículos automotores, inclusive aviões, adquiridos com o produto da venda de suas reservas madeireiras. Depois de esgotadas essas reservas, os índios perderão sua identidade, pois estão condenados a se diluírem entre os grupos de trabalhadores agrícolas da região. Se emigrarem para as cidades, sua extinção será ainda mais acelerada.

Viajantes brasileiros, que têm visitado a parte venezuelana fronteiriça, observam que é perfeitamente possível conciliar a defesa do meio ambiente com a exploração de recursos naturais. Na cidade venezuelana de Santa Elena de Uiarén, exite uma reseva de cerca de 20 mil hectares, destinada aos índios taorepangs.

As autoridades venezuelanas oferecem aos índios habitações higiênicas, preocupando-se em manter condições adequadas para escolarizar a população nativa. Numa área de mais de 100km de extensão desenvolvem-se as atividades mineradoras na vizinhaça da reserva. A exploração de ouro e diamantes gera os recursos que permitem o crescimento da população indígena.

Quando autorizam a exploração mineral numa determinada área, as autoridades locais exigem que os responsáveis pelo garimpo promovam a recuperação dos terrenos, tapando buracos e plantando árvores no local.

É possível, portanto, explorar o solo e o subsolo sem causar prejuízo irremediável à Natureza. A política da Funai para os ianomâmis não parece consentânea com a idéia de preservação dessa tribo. É visível a marcha desses índios para o desaparecimento. Entregues à própria sorte, acham-se eles diante da alternativa da extinção.

Acredita a Funai que o melhor para as comunidades ianomâmis será a conservação do seu estilo de vida nômade, quando o nomadismo está na raiz de seu extermínio. Contrariando essa atitude, a realidade demonstra que não basta dar 9 milhões de hectares aos restantes 6 mil índios da tribo em causa para que eles tenham garantida a sobrevivência. ❑

# Operações na Amazônia A Chave do Cenário

**Maynard Marques de Santa Rosa***

*Neste artigo, o autor aprecia as implicações mais importantes da fisiografia da Amazônia para configurar o arcabouço essencial de qualquer cenário operacional para a Região.*

*"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia.*
*Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados,*
*em conquistá-la e mantê-la."*
Gen Rodrigo Otávio Jordão Ramos

A dificuldade maior que sobreleva na visualização de operações em TO Amazônico é a inexistência de um cenário operacional que constitua parâmetro de referência para a compreensão e discussão do tema.

Os cenários, seja em nível político, estratégico ou operacional, são, hoje, a base de todo planejamento racional.

Consistindo na descrição de uma conjuntura do futuro, são eles como que um corte imaginário na trajetória provável dos fatores que o representam, definidos como constantes e variáveis, premissas e hipóteses de significado relevante.

No caso amazônico, é notório que as constantes fisiográficas e seus efeitos sobre as operações militares exercem influência condicionante sobre as variáveis humanas e materiais do ambiente e representam, por assim dizer, a moldura do cenário operacional.

Não sendo objeto deste ensaio abordar hipóteses de conflito, vamos apreciar, a seguir, somente as implicações mais importantes, mas que, a nosso ver, configuram o arca-

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

bouço essencial de qualquer cenário operacional para aquela Região.

## O AMBIENTE OPERACIONAL — PECULIARIDADES

Tipificam o ambiente amazônico a sua posição excêntrica, o clima hostil, a vastidão territorial, a infra-estrutura incipiente, o vazio demográfico e a cobertura vegetal.

### O Latifúndio Nacional

Por sua posição isolada e distante do centro geopolítico do País, a Região ressente-se do aporte de investimentos nacionais, mantendo-se na condição geral de subdesenvolvimento.

Os recursos locais existentes concentram-se nos centros urbanos regionais, sendo Belém e Manaus os pólos indutores de toda a atividade produtiva. O restante do espaço jaz como imenso deserto verde, à espera da civilização. Uma implicação desse fato para o planejamento logístico é que todos os meios necessários ao apoio às operações sairão desses dois pólos ou virão de fora da área.

Outro corolário decorre da sua vastidão territorial. A pletora de meios necessária à ocupação de grandes áreas pode tornar inviável a relação custo x benefício de uma aventura operacional, levando-nos a concluir que os conflitos previsíveis em região da Amazônia ficarão circunscritos a áreas limitadas. A motivação poderia advir de questões litigiosas, como é o caso da Faixa de Condor (Peru x Equador), ou do interesse estratégico em reservas indígenas e biológicas, áreas de proteção ecológica ou depósitos de minerais estratégicos.

### Estufa Natural

O clima equatorial, quente e superúmido, agrava o meio físico e afeta o ser humano e o equipamento. O ambiente age como estufa natural, paraíso de microorganismos, responsáveis pelo flagelo das moléstias tropicais.

Por imposição climática, as tropas não nativas necessitam de ambientação e o serviço de saúde tem ampliados os encargos de preservação dos efetivos.

A deterioração dos perecíveis implica medidas especiais para a conservação dos níveis de estoque, como a radiação de alimentos e a refrigeração.

Os sistemas de armas e equipamentos em geral devem ser à prova de umidade, simples de operar e de fácil manutenção.

### Rotas Naturais e Estradas Coloniais

A estrutura de circulação da Região baseia-se no transporte fluvial. As rodovias, escassas e geralmente precárias, desempenham papel complementar à rede hidroviária. Cabe-lhes interligar os limites de navegação dos afluentes (Rodovia Transamazônica), ligar a Bacia Amazônica ao Planalto Central (Rodovias Belém—Brasília, BR 163 e 319), substituir trecho de rio impraticável no período da vazante (BR 174, Manaus — Boa Vista), desbordar trecho encachoeirado (Porto Velho — Guajará-mirim) ou integrar áreas periféricas (BR 364).

A hidrografia está sujeita ao regime de águas que, anualmente, alterna duas estações bem definidas: o período de cheias e o de vazante. A cheia modifica significativamente a fisionomia do terreno, chegando a invalidar as cartas topográficas e fotografias aéreas tomadas na vazante. Os rios inundam gran-

des áreas de terras baixas e matas de igapó, exacerbando as condições de obstáculo ao movimento. A navegação, no entanto, fica facilitada, em razão do aumento no volume de águas.

Na vazante, com a baixa do nível das águas, a navegação fica mais restrita, exigindo perícia das tripulações. Contudo, melhoram as possibilidades de movimentos a pé e as condições gerais de pesca.

A maior parte do fluxo de granéis e carga geral e boa parte de passageiros escoam em navios e embarcações regionais.

O transporte aéreo, embora com tonelagem inferior, desempenha papel estratégico para o fluxo de passageiros e cargas nobres.

O obstáculo representado pela vegetação ou por áreas alagadas restringe o movimento de tropas através do campo, canalizando-o para o leito das estradas e dos rios. Este fato impõe verdadeira servidão ao apoio logístico e à manobra e grande dependência do transporte aéreo. O fluxo de suprimentos, somado ao tráfego civil, que não pode ser suprimido, torna-se então vulnerável às ações do inimigo em profundidade, exigindo medidas especiais de segurança, como o patrulhamento, a escolta de comboios e o controle de pontos críticos.

A única forma de manobrar forças com rapidez é com o emprego de meios aéreos, sendo o helicóptero fundamental para as operações, a evacuação de pessoal e as interrupções no fluxo de suprimentos. Mas essa modalidade é também dependente de condições meteorológicas, de superioridade aérea e da disponibilidade de aeródromos.

Portanto, em ambiente amazônico, mais do que em qualquer outro, é a logística que dita a quantidade de forças e as operações possíveis.

## O Povo da Floresta

A baixa densidade demográfica da Região como um todo indica que ela ainda constitui um vazio ecumênico, apesar dos adensamentos nas principais cidades.

O gráfico da distribuição populacional comprova a ocupação irregular do território. Coincidentemente, retrata também a repartição espacial dos recursos regionais. A população aparece concentrada nos núcleos urbanos e distendida linearmente ao longo dos rios e estradas, deixando vazio o restante do espaço. Esse é o padrão típico das áreas de selva.

A composição da sociedade nativa reflete a presença indígena nos traços fisionômicos do ser humano e nos usos e costumes locais. O amazônida é de temperamento dócil, porém místico e de organização social primitiva, sendo suscetível à influência de outras culturas.

O nativo regional é mais resistente aos flagelos ambientais e domina os segredos da Natureza. A população civil é fonte natural de informações e de recursos humanos: guias, mateiros, práticos de navegação, carregadores, informantes e combatentes. Seu apoio às forças amigas é fundamental, sobretudo nas operações de resistência. Daí, a necessidade de protegê-la da propaganda inimiga e de atraí-la, por meio de operações psicológicas sistemáticas.

## Guerra na Selva, Decisão na Clareira

A selva recobre grande parte do espaço amazônico e constitui a sua marca mais típica, o que causa a falsa impressão de uniformidade. É que existem não poucas microrregiões do grande ecossistema contempladas com outras variedades florísticas.

Dentre as mais conhecidas, citamos os campos de Boa Vista, os da Ilha de Marajó e da Região Paragominas, as savanas do nordeste de Roraima, do Médio Rio Negro e do sul do Amapá e os manguezais do Delta do Amazonas.

Mesmo a pretensa homogeneidade fisiográfica da Hiléia carece de fundamento. Os sistemas orográficos que delimitam a Bacia determinam, pelo menos, quatro subregiões com características diferenciadas: a Calha Principal, incluindo o Vale do Amazonas e a parte baixa de seus afluentes, a vertente norte do Planalto Central Brasileiro, a vertente sul do Maciço Guianense e os contrafortes da Cordilheira dos Andes. E cabe ainda considerar a especificidade da região do Delta do Amazonas, sujeita às variações das marés e ao fenômeno da "pororoca".

A selva permite a ocultação de tropas da observação aérea e da vigilância eletrônica. Contudo, a presença dos efetivos humanos quebra o equilíbrio ecológico e pode provocar epidemias de moléstias tropicais, como a leishmaniose e a malária.

Do ponto de vista operacional, a selva faz o papel de área de transição de forças, servindo como via de acesso variante ou faixa de infiltração. Não faz sentido a ocupação de terreno de selva, salvo para a montagem de emboscadas. Os acidentes capitais estarão sempre relacionados com o controle da circulação na área, portanto, localizados em clareiras.

Taticamente, a selva favorece a surpresa, enfatizando as ações tipo comandos e exigindo medidas especiais de segurança.

No interior da selva, o ambiente é sombrio, úmido, quente e monótono. Não há pontos de referência. É infestado de mosquitos e espinhos e esconde animais selvagens. A preocupação com a possibilidade de se perder causa apreensão e temor no combatente civilizado, podendo levá-lo ao pânico. A expectativa de surpresas provoca tensão emocional. A permanência prolongada na selva afeta o moral e causa baixas psiquiátricas.

A especialização em navegar, viver e combater na selva produz autoconfiança, desmistifica o ambiente e aumenta o poder de combate, pelo incremento do moral.

Tropas nativas bem lideradas podem gerar significativa vantagem em favor das forças amigas.

A selva primária é permeável ao movimento a pé, com a média de 1km/h. A secundária, isto é, que cresce onde houve desmatamento da primária, restringe essa velocidade a menos da metade. E os igapós (matas inundadas) só podem ser atravessados em canoas.

A vegetação dissipa energia das ondas eletromagnéticas, afetando o alcance das transmissões em freqüência modulada e o funcionamento de equipamentos eletrônicos, o que causa prejuízo às atividades de comando, controle e guerra eletrônica.

Nas áreas descampadas em geral, o modelo de operações visualizado é o convencional.

## As cidadelas da selva

Vistas de cima, as clareiras das localidades destacam-se do tapete verde onde se inscrevem, à semelhança de ilhas perdidas no imenso oceano de vegetação ambiental.

Geralmente, ocupam a margem de um rio, dispõem de um aeródromo e de estradas vicinais de curto alcance.

Nas circunvizinhanças, a vegetação, secundária, é menos exuberante, onde surgem clareiras com roçados ou pequenas fazendas. É que uma área de influência existe em torno de cada núcleo urbano e cuja extensão revela o seu grau de importância no contexto regional.

Sob o enfoque operacional, são elas consideradas os pólos de convergência e irradiação dos eixos de circulação e dos parcos recursos locais existentes (terminais, depósitos, oficinas, hospitais etc.), além de centros populacionais nativos.

O papel das localidades é o de acidentes capitais e objetivos das operações e de bases naturais de apoio. As mais importantes poderão representar o centro de gravidade estratégico das operações, para ambos os contendores.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

### Manobra Frontal, Estilo Medieval

A experiência mostra que o grande objetivo estratégico de uma campanha em ambiente de selva é o controle da circulação na área de combate.

No conflito Peru x Colômbia pelo "Trapézio de Letícia", em 1932, nenhum dos contendores possuía planejamento estratégico prévio. As peculiaridades do meio físico, até então desconhecidas, levaram-nos a disputar o controle da região. Venceu o que se antecipou na ocupação dos pontos focais e conseguiu garantir o apoio logístico às suas forças.

A destruição do inimigo será subproduto do controle da circulação, desde que lhe seja negada qualquer possibilidade de evasão. Isso implica a obtenção da superioridade aérea, do domínio dos rios e do apoio da população, em acréscimo ao isolamento da área de combate.

A superioridade aérea visa a limitar as rotas de exfiltração; o domínio dos rios, a negar-lhe as hidrovias, e o apoio da população, a prevenir a resistência patrocinada por remanescentes.

As forças empregadas ao longo dos eixos perdem flexibilidade de manobra, por falta de alternativas, exceto em nível tático. Sua autonomia fora do eixo limita-se ao alcance do homem a pé. Com aeromobilidade, têm ampliado o raio de ação, porém condicionado à necessidade de junção.

O modelo para a visualização desse cenário é o das campanhas medievais, onde as localidades representam as cidadelas (castelos e fortalezas) que controlavam as estradas. As forças oponentes, numa primeira fase, assediavam-nas. Posteriormente, se necessário, executavam o assalto.

Na fase do "assédio", releva a vantagem das tropas nativas ou especializadas em operações na selva, na conquista de objetivos de isolamento.

Por sua vez, o defensor deve retardar e desgastar ao máximo as tropas inimigas, antes do "assédio", o que significa empregar forças de cobertura avançada.

Na clareira da "cidadela", prevalece o combate convencional. Foi o que comprovou a Campanha da Nova Guiné, na Segunda Guerra Mundial (Campanha do Pacífico).

Havendo mais de um eixo que incida no objetivo, desde que próximos entre si, é possível a transferência do esforço de um para o outro, mediante a construção de uma estrada de ligação (rocada). Essa experiência teve sucesso quando forças colombianas, em 1932, abriram uma "trocha" de 30km, ligan-

do os rios Orteguaza e Putumayo, por onde passaram a escoar comboios de muares transportando suprimentos.

Do exposto, verificamos que as operações em ambiente amazônico são de longa duração e de grande desgaste.

## Cruzada Amazônica

Na hipótese de um conflito na periferia amazônica, dois problemas talvez mais difíceis do que o operacional teriam de ser resolvidos: a concentração e o deslocamento estratégico.

A segurança da concentração requer cobertura avançada por forças de pronto emprego, provavelmente aerotransportadas, lançadas a partir de Manaus ou Belém. É que a capacidade operacional dos elementos de fronteira restringe-se à vigilância estratégica. Isso implica que sejam igualmente portáteis os sistemas de armas, equipamentos e suprimentos dessas forças.

O primeiro escalão do grosso tende também a usar o transporte aéreo, em virtude do tempo demandado por outros meios. Para se ter uma idéia como referência, lembramos que a Cia C/23ª Bda Inf Sl[1] levou cerca de 40 dias, viajando por rodovia e navio (catamarã), entre Marabá/PA e Boa Vista, no deslocamento para a manobra de Roraima/1982.

A concentração consome estoques de suprimentos que precisam ser acumulados previamente. E não havendo infra-estrutura de depósitos, há que se construir, simultaneamente, com o esforço de apoio aos elementos já desdobrados.

Imaginamos como solução uma ponte aérea inicial, com grande movimento de tropas e suprimentos, o que traz dependência da situação aérea.

O equipamento pesado, o segundo escalão das tropas e o fluxo regular de suprimentos podem ser deslocados por meios fluviais e terrestres (quando possível).

É presumível que o tráfego, concentrado em um único eixo, e a ponte aérea sobre número reduzido de aeródromos, constituam forte atrativo operacional para o inimigo. Para prevenir vulnerabilidades, a campanha deve iniciar com a conquista da superioridade aérea na área da concentração. E a segurança dos comboios pode vir a exigir cobertura aérea de coluna e escolta naval.

A distância de suprimento é outro fator restritivo. Não seria razoável um fluxo com alcance de 1.200 km, por exemplo, entre Manaus e Tabatinga. O escalonamento em uma ou mais bases intermediárias seria inevitável. Esse fato sugere a existência de uma estrutura de apoio, funcionando desde o tempo de paz e buscando acumular experiência. Em caso de operações, o fluxo de Manaus até uma base intermediária poderia ser descaracterizado como tráfego civil, evitando atrair o inimigo aéreo ou ser alvo de ações do tipo comandos.

O transporte fluvial de tropas na área, devido aos longos percursos, requer condições especiais de conforto e espaço para treinamento físico e aprestamento, que não podem ser improvisadas. Quando parados os barcos, o efeito do calor e a invasão dos mosquitos tornam o ambiente insuportável, sobretudo à noite. As embarcações regionais são frágeis e lentas demais para os riscos do ambiente operacional, além do espaço acanhado de que dispõem. Sendo o moral fator determinante do poder de combate, as tropas amazônicas precisam ser dotadas de suas próprias embarcações. E as que deslocam cargas carecem de equipamentos especiais

1. Companhia da 23ª Brigada de Infantaria de Selva.

para o desembarque em qualquer tipo de margem.

Na área de concentração estratégica, outros desafios permanecem à espera de criatividade: como estocar e conservar suprimentos e abrigar tropas.

Os armazéns e os depósitos existentes em área urbana podem ser requisitados, mas não sem prejuízo das atividades civis. Uma possível alternativa é o desdobramento de instalações portáteis em chatas, barcaças e pequenas clareiras. Contudo, aumenta a demanda de proteção antiaérea.

A conservação dos perecíveis passa necessariamente pela radiação nuclear e pelo uso de embarcações com frigoríficos ou contêineres especializados.

O abrigo das tropas é preocupação não menos importante, pelo imperativo de preservar-lhes a higidez e o moral. As soluções incluem o acantonamento em área urbana, o abrigo na selva e a utilização de embarcações, sendo a primeira indicada para tropas em reserva e as outras, para forças em missão.

Cabe lembrar que, ainda hoje, não existe material de estacionamento que proporcione proteção eficaz contra mosquitos e conforto adequado, quando em uso prolongado. A rede de selva é solução para curta permanência. Seria oportuna uma pesquisa de tecnologia de *camping*, em busca do equipamento ideal para a vida na selva.

## CONCLUSÃO

Em breve síntese, buscamos apresentar os principais parâmetros que, imaginamos, servem de base para a construção de um cenário operacional em ambiente amazônico. As mesmas premissas já haviam orientado, em 1983, a concepção do adestramento básico das unidades de selva, anteprojeto PPA-Inf/4,[2] ainda em vigor.

Completado com as variáveis humanas, o cenário permitiria aferir o grau de risco de conflitos e fundamentar as hipóteses mais prováveis. Com isso, teríamos disponível uma referência concreta para a estruturação de forças e a formulação da doutrina operacional. O eventual acréscimo de investimentos ou a antecipação deliberada de metas entrariam no contexto da estratégia da dissuasão.

Embora um cenário inclua sempre parcela de subjetividade, melhor técnica de planejamento não existe que ajude a limitar o empirismo e o personalismo, evitando inconsistências e o desperdício de recursos. ❑

2. Programa Padrão de Adestramento.

*Não existe exército que resista à força de uma idéia que a seu tempo tenha chegado.*

Victor Hugo

# Repasse de Recursos Direto para as Escolas

O Ministério da Educação e do Desporto está incentivando a participação cada vez maior da comunidade na vida das escolas públicas. Com este objetivo, no ano passado, o Ministro Paulo Renato Souza lançou o programa de repasse direto de recursos. O programa permite que os recursos do salário educação sejam depositados diretamente na conta bancária da escola que tem Associação de Pais e Mestres, Conselho ou Caixa Escolar.

Com isso, o MEC eliminou intermediários, acabou com a demora nos repasses da Prefeitura ou da Secretaria Estadual de Educação. Cada escola recebe um valor proporcional ao número de alunos e à região onde está localizada. O menor valor é de R$ 500 para as escolas de até 50 alunos nas regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal. O maior pode chegar até R$ 15 mil, nas escolas com mais de dois mil alunos, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O repasse é feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, através de convênios com Prefeituras e Secretarias de Educação. Mais de 27 milhões de alunos estão sendo beneficiados.

Para receber os recursos, as escolas precisam ter unidades gestoras como um Conselho Escolar, uma Caixa Escolar ou Associação de Pais e Mestres. As escolas que não têm algumas dessas entidades ou estão localizadas em regiões carentes, onde não há agências bancárias, o repasse é feito para as Secretarias de Educação ou Prefeituras Municipais. Quem deseja organizar uma unidade gestora na sua escola deve procurar orientações nas Delegacias do MEC nos Estados.

As unidades gestoras devem acompanhar e analisar como a escola está gastando o dinheiro que o FNDE, repassa para os gastos de manutenção. Para assegurar o controle dos recursos, o MEC divulga, diariamente, a relação dos municípios que estão recebendo a verba da escola. Assim, qualquer pessoa pode ajudar o governo a fiscalizar se o dinheiro está chegando mesmo à escola. As listas das escolas beneficiadas e do valor liberado fica exposta, também, nas agências dos Correios.

## Livro Didático e Merenda Escolar

O repasse direto de recursos para as escolas abriu caminho para outros programas. Desde o ano passado, a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE vem desenvolvendo um projeto-piloto de repasse de verbas para a compra do livro didático. A experiência abrange o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rondônia, Tocantins, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Nesses Estados, cerca de 10 escolas receberam diretamente da FAE, os recursos para a aquisição dos livros didáticos deste ano. O dinheiro foi repassado, também, para as Associações de Pais e Menores, Caixa ou Conselho Escolar. A FAE, investiu R$ 911 mil para a execução do projeto.

As escolas que não participam da experiência recebem os livros didáticos diretamente da FAE. Os processos de aquisição e distribuição estão descentralizados apenas nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, as Secretarias de Educação escolhem e negociam a aquisição, mas a compra e a entrega são realizadas pela FAE.

No caso da merenda escolar, a FAE trabalha num programa de escolarização, que permite o repasse dos recursos diretamente para as escolas que têm unidade gestora. A experiência vem sendo desenvolvida há um ano em alguns Estados. É o caso de Goiás, Minas Gerais e Maranhão. Além disso, diversos municípios têm manifestado interesse pelo repasse direto.

O programa de alimentação escolar já é totalmente descentralizado. A FAE repassa os recursos para as Prefeituras e Secretarias de Educação, que se responsabilizam pela compra e distribuição dos gêneros para as escolas.

# Saída para o Pacífico

**Benjamin Medeiros***

*O autor aproveita a divulgação de um novo traçado da ligação que proporcionará, ao Brasil, uma saída terrestre direta para o Oceano Pacífico, para apresentar um estudo sobre aspectos econômicos do empreendimento, principalmente dentro dos limites do nosso País.*

## EXPLORAÇÃO DO ASSUNTO

Foi divulgado recentemente, pelo Engenheiro Marcos Ribeiro Dantas, em palestras e documentos enviados a várias autoridades do País, um novo traçado, de sua autoria, para uma rodovia que, saindo de Rio Branco, no Acre, atravessa os Andes e chega ao porto de Callao, vizinho de Lima, no Peru. O traçado caracteriza-se pela passagem por Santa Rosa do Purus, na divisa do Brasil, e pelo desfiladeiro de Termópilas e a localidade de La Oroya, no Peru. Oferece distintas vantagens sobre outros traçados antes propostos, que são algumas centenas de quilômetros mais longos, e atravessam regiões do Peru geograficamente mais difíceis, mais inóspitas e desprovidas de recursos assistenciais.

Ao discorrer sobre o assunto, esclareceu Ribeiro Dantas que, no âmbito da questão "Saída para o Pacífico", sua atuação restringiu-se ao estudo técnico de um novo traçado de Rio Branco até um porto na costa do Pacífico. Segundo o rumo do traçado, o porto de Callao pareceu-lhe ser a melhor opção. Frisou o Engenheiro que não investigou a capacidade e as facilidades portuárias de Callao, por estar esse assunto fora de sua especialidade e da tarefa que lhe foi confiada. Observou que a alternativa mais viável seria o porto de Ilo, muito mais ao sul, na costa do Peru, cujo acesso requer a travessia de região muito subdesenvolvida do Peru, e um traçado mais longo.

* Engenheiro.

A ligação ferroviária não foi considerada devido ao longo desenvolvimento que seria necessário para a escalada das grandes altitudes do percurso.

O propósito principal, explicitado, do novo projeto, foi reduzir o custo do transporte dos produtos brasileiros da região de influência[1] da nova estrada, para os países da região da China, Japão, Filipinas e Indonésia em geral, neste texto englobados na expressão Oriente, para nós do Brasil. Realizado o projeto, a competitividade e, conseqüentemente, as vendas dos produtos brasileiros nessa área seriam grandemente aumentadas. O propósito complementar é incentivar a exportação brasileira para os países das três Américas banhadas pelo Pacífico.

Os dados quantitativos mais relevantes apresentados foram:

- Extensão entre Rio Branco e Callao: 1.472km
- Extensão no Brasil: 613km
- Extensão no Peru: 859km
- Perfil altimétrico:
  — Altitude em Rio Branco: 100m.
  — Altitude em La Oroya, Peru: 3.700m.
  — Rampas esperadas na travessia dos Andes: até 5%.
- Tráfego previsto (veículos por dia, no sentido exportação): 1.400 Média de 10 anos.
- Tipo de veículo predominante: caminhão pesado de 32 toneladas e semi-reboque de 37 toneladas.
- Transporte anual previsto: 4,5 milhões de toneladas no sentido exportação Brasil—Peru.
- Trechos já pavimentados: Brasil — Rio Branco a Manuel Urbano, aproximadamente na BR-364; Peru — La Oroya a Callao.
- Custo estimado da construção: US$ 400 milhões; financiamento do Japão.

A apresentação de Ribeiro Dantas, dentro dos limites estabelecidos para seu trabalho, nada deixa a desejar. Expõe os aspectos técnicos do traçado de sua autoria, os de outros traçados alternativos existentes, e estimativas do custo de construção e do custo de operação da frota de caminhões, baseado na exportação de 4,5 milhões de toneladas/ano de produtos da "região de influência", a seguir designada alternativamente por "região". Sua exposição tem suscitado reações variadas. Algumas são a favor do projeto e de sua urgente implantação, perceptivamente baseadas na idéia de que parcela apreciável da produção brasileira, além daquela da "região", poderia ser exportada pela nova rodovia, a seguir designada Transandina. Outras são eivadas de dúvidas quanto à prioridade, à viabilidade econômica e à segurança política do projeto, vis a vis à alternativa, já existente, e politicamente segura da Via Atlântica, por onde escoa hoje o intenso intercâmbio comercial entre o Brasil e o Oriente.

Este trabalho não deve ser interpretado como uma crítica ao projeto em causa, o qual, dentro dos limites a que se impôs, é de inegável valor. Dedica-se a explorar os aspectos complementares, econômicos, da questão "Saída para o Pacífico", principalmente dentros dos limites do Brasil, começando pelo de sua prioridade, face à desfavorável conjuntura interna econômica e social brasileira, que está a exigir do País o máximo de seus recursos.

A opção Via Pacífico v.s Via Atlântico está condicionada aos seguintes fatores: prioridade; verdadeira natureza do problema;

1. Definida como constando do Acre, Rondônia e sul do Amazonas.

existência e natureza da carga; localização da carga; transporte da carga: terrestre e marítimo; distâncias e fretes terrestres; distâncias e fretes marítimos; distâncias e fretes terrestres comparados; fretes da origem ao destino final comparados; custo e financiamento (Presidentes Bush e Sarney em cena); considerações não-econômicas e final. Nos tópicos seguintes, cada um deles será apreciado.

## PRIORIDADE

Sem nenhum catastrofismo, convém sejam ressaltados alguns aspectos da atualidade física brasileira.

A maioria das vias brasileiras de transporte terrestre — rodovias e ferrovias — estão em extremo estado de dilapidação. A falta de investimentos na manutenção, expansão, sinalização, comunicações, policiamento e outros fatores de segurança tem motivado acidentes trágicos em nossas rodovias, com intoleráveis perdas e danos humanos e materiais. Estatísticas anuais já divulgadas merecem ser repetidas: mortes: 50 mil; feridos: 350 mil; acidentes com caminhões: 67.800; valor das cargas perdidas por acidentes ou assaltos: superior a R$ 1 bilhão; gastos com reparos de caminhões: cerca de R$ 20 milhões.

Juntam-se a essas imensas perdas as perdas indiretas decorrentes de: atendimento de acidentados, indenizações, altos custos de transportes e seguros, encarecimento das mercadorias, imobilização de ativos etc.

Excetuam-se, em parte, as vias que demandam os portos de exportação, que, por essa razão, têm sido mais bem conservadas e expandidas.

Além disso, deve ser lembrado que a rede de vias terrestres existentes acha-se grosseiramente desatualizada, geográfica, qualitativa e quantitativamente, em relação ao atual mosaico de zonas de produção do País, o que é especialmente danoso agora, quando novo ciclo de grande expansão econômica se inicia. A extensão de rodovias pavimentadas acha-se congelada em cerca de 160 mil km há anos.[2] A rede ferroviária — RFFSA e Fepasa — com extensão de 32 mil km há decênios,[3] está, salvo por poucos trechos, em lastimável estado físico; não atende a 30% da demanda atual estimada de transporte.

O transporte no rumo norte-sul, em grande parte em vias litorâneas, é particularmente deficiente. Praticamente nenhuma melhoria expressiva foi feita nesse rumo nos últimos 30 anos. A Sudene definhou e quase desapareceu, devido ao seu isolamento no Nordeste. A rodovia Rio—Bahia e a linha férrea da RFFSA, que, partindo de Minas, chega a Salvador e se prolonga até o Maranhão, não têm capacidade nem características técnicas para escoar a produção potencial do Nordeste, nem para supri-lo de produtos do Sul. A cabotagem desapareceu, aniquilada pelos altos custos operacionais dos navios e dos portos.

Bilhões de reais têm que ser investidos dentro e sob o controle exclusivo do Brasil para sanar essas deficiências nos transportes nos próximos anos. Nos Estados Unidos é levada a sério a regra empírica: cada US$ 1 investido no melhoramento da cobertura das rodovias corresponde a US$ 4 de crescimento no Produto Doméstico Bruto (GDP).

2. Nos Estados Unidos, 5,4 milhões.
3. Nos Estados Unidos, cerca de 300 mil km.

Fora do campo de transporte, é ainda mais aguda a carência de investimentos no Brasil nos setores de saúde, educação, segurança interna e externa, e outros. Em todos esses indicadores de bem-estar social, o Brasil está em último lugar no mundo.

Não podem deixar de ser consideradas as condições acima na alocação de prioridade para a "Saída para o Pacífico".

## QUAL A VERDADEIRA NATUREZA DO PROBLEMA?

O próprio projeto a explicitou: reduzir o custo do transporte para as regiões além-Pacífico e ampliar nossa competitividade e comércio com essas regiões e com os países da costa oeste da América do Sul.

*"Os exportadores e transportadores escolherão sempre as vias mais econômicas, sem que ninguém os possa compelir a usar a menos econômica."*

A essência da questão é, assim, na apreciação do autor, predominantemente econômica. Admitindo-se que a produção da "região" seja capaz de servir de sustentáculo à projetada rodovia, impõe-se a verificação de qual é a via mais econômica para se colocar uma tonelada de produto da "região" no Oriente: a via do Pacífico ou a via do Atlântico?

Se o Brasil investir pesadamente para construir uma via que não seja econômica em relação a outras existentes, essa via não será usada pelos exportadores e transportadores na medida planejada, e todo o esforço e dinheiro usados para construí-la terão sido desperdiçados. Os exportadores e transportadores escolherão sempre as vias mais econômicas, sem que ninguém os possa compelir a usar a menos econômica. Se essa condição não for respeitada aparecerão o subsídio e suas debilitantes seqüelas. Os benefícios sociais provenientes da construção da nova estrada devem, sem dúvida, ser considerados no equacionamento da sua factibilidade, mas tais benefícios não serão sustentáveis se o empreendimento for economicamente insustentável.

## EXISTÊNCIA E NATUREZA DA CARGA

O projeto Saída para o Pacífico leva em conta, para sua sustentação econômica, apenas a produção da região de influência da rodovia a ser construída, que abrange somente o Acre, o sul do Amazonas e Rondônia, com base na previsão de que, ao fim de 10 anos, ela proporcionará uma exportação, via Peru, de 4,5 milhões de toneladas/ano para o Oriente e para os países da costa oeste da América do Sul.

Segundo o *Anuário Estatístico* de 1994 (doravante *Anuário*), a produção agrícola de natureza exportável dessa zona, em 1992, totalizou cerca de 1,2 milhão de toneladas, para as quais o Acre e o sul do Amazonas contribuíram com apenas 138 mil toneladas, excluídas a mandioca, a banana e outros itens com produção inferior a 5 mil toneladas cada. É razoável admitir-se que essa é a produção necessária à subsistência da "região", que abriga uma população de cerca de 1,8 milhão. Esses números indicam como provável que, no final de 1992, nenhum excedente significativo de produtos agrícolas existiu para exportação para fora da

região de influência. É possível que essa produção tenha crescido a 5% ao ano, entre 1992 e 1994, do que resultaria, hoje, uma produção de 1,3 milhão de toneladas, número ainda muito pequeno para justificar o início do projeto.

Para que a "região" possa exportar 4,5 milhões de toneladas/ano, sua produção total deverá ser substancialmente maior, da ordem de 8 milhões de toneladas/ano, ou seja uma produção sete vezes maior que a de 1992. Para que algo nessa direção possa acontecer é necessário que a Transandina esteja em funcionamento. Cai-se aí em uma situação circular: o crescimento da produção depende da construção da estrada e esta depende do crescimento da produção. A única saída, se não houvessse outras prioridades prementes, seria apostar-se no futuro: construir a estrada a fundo perdido e fomentar a produção até ela atingir nível compensador. É possível que isso não seja aceitável pelo financiador estrangeiro. Mesmo que seja, o brasileiro pagador de impostos teria que sustentar o ônus de um investimento de custo-benefício incerto e de maturação demorada, mais os ônus de novo endividamento externo, de seus juros e da inflação atinente a esse tipo de investimento.

O *Anuário* registra, para a "região", uma produção anual de 4.744m$^3$ de toras de madeira, correspondentes a cerca de 3.500 toneladas. Provavelmente desceram pelo Rio Madeira ou pela BR-364 e foram parcialmente consumidas no Brasil e exportadas pelo Atlântico. A exportação de madeira amazônica não renovável é, porém, um assunto "quente" e questionável. Tão condenada mundialmente quanto as explosões francesas no atol de Mururoa. É inseguro contar-se com ela para sustentação econômica da Transandina.

À vista da insuficiência de produção na "região" para sustentar a Transandina a curto e médio prazos, é interessante explorar a viabilidade econômica de se escoar, por essa rodovia também, parte da produção das regiões ao sul e sudeste de Rondônia. Essa possibilidade é estudada, com base nos custos comparativos de transporte, nos parágrafos seguintes:

Os produtos brasileiros que atualmente podemos exportar, com continuidade e em volume apreciável, para os países do Oriente, salvo omissão não intencional, são: soja, café, frango congelado, ferro e aço, madeira dura e madeira nobre (*hard wood e noble wood*) para móveis e revestimentos, e minério de ferro.

Sobre soja, café, frango, ferro e aço, nada relevante há a comentar; as exportações processam-se via Atlântico, regularmente, a preços competitivos.

O minério de ferro é exportado para o Japão devido a circunstâncias especiais. Entre outras, a façanha de a Companhia Vale do Rio Doce colocar o minério no Japão com um frete marítimo de cerca de US$ 5,00 por tonelada usando seus supernavios de até 250 mil toneladas, com carga *full load* ou pouco menor, a qualidade do minério, a confiabilidade das entregas, a conveniência para ambos os países do intercâmbio comercial. Graças a esses fatores consegue afastar a concorrência do minério da Austrália, exportado pelo porto de Perth, muito mais próximo do Japão. É pouco provável que essas condições ocorram para outros países da área.

A madeira tem sido citada como uma comodidade com alta possibilidade de exportação para o Japão, em concorrência com os Estados Unidos e o Canadá. A madeira exportada por esses países para o Japão é,

porém, basicamente, a madeira macia (*soft wood*) extraída das coníferas, própria para a construção de casas.[4] A região de influência da Transandina e as regiões vizinhas ao sul e sudeste dela não produzem esse tipo de madeira. O Brasil está, portanto, fora desse jogo.

A exportação de madeira dura pelo Brasil não atinge grande volume. Levantamento minucioso feito pelo autor, na Cacex, em 1988, revelou exportações para o Japão, no ano, de apenas 28.642 toneladas, com valor de US$ 3,4 milhões. Para a China e outros países do Oriente, 213.084 toneladas, com valor de US$ 4,4 milhões. Valor total exportado para o Oriente: US$ 7,8 milhões. Para todo o mundo 969.475 toneladas, com valor de US$ 316 milhões. Em 1993, segundo o *Anuário*: um total de 2 milhões de toneladas, com valor de US$ 840 milhões.

Quanto a produtos industrializados, será difícil o Brasil exportar para o parque manufatureiro do Oriente, o mais moderno e competitivo do mundo atual. A zona industrial da Amazônia, que faturou, em 1994, mais de US$ 10 bilhões, poderia exportar, porém, para os países americanos do Pacífico pelo próprio rio Amazonas, em navios *ocean going*, que vão até Iquitos a apenas mil quilômetros da costa do Peru. Seria interessante explorar a fundo essa possibilidade. Poderá também exportar para o Caribe pela rodovia Manaus-Caracas, ora em construção, da qual 370km, dos seus 2.300km, já estão concluídos. A partir de Caracas, poderá alcançar o México e todo o Caribe, se os custos de transporte por caminhão permitirem.

Resumindo: até que ocorram, no Brasil, grandes mudanças na estrutura produtiva e nos impostos sobre ela incidentes, a carga exportável para o Oriente permanecerá limitada a soja, café, frango congelado, madeira dura, aço e minério de ferro, ou seja, aqueles que já exportamos pela Via Atlântica.

## LOCALIZAÇÃO DA CARGA

### Saída pelo Pacífico

• *Transporte terreste*

No percurso de Santa Rosa, na fronteira com o Peru, até Rio Branco, há pouca geração de carga. O mesmo acontece até Porto Velho no extremo norte de Rondônia.

Em Porto Velho confluem:

— O transporte pelo rio Madeira, de pequeno volume.

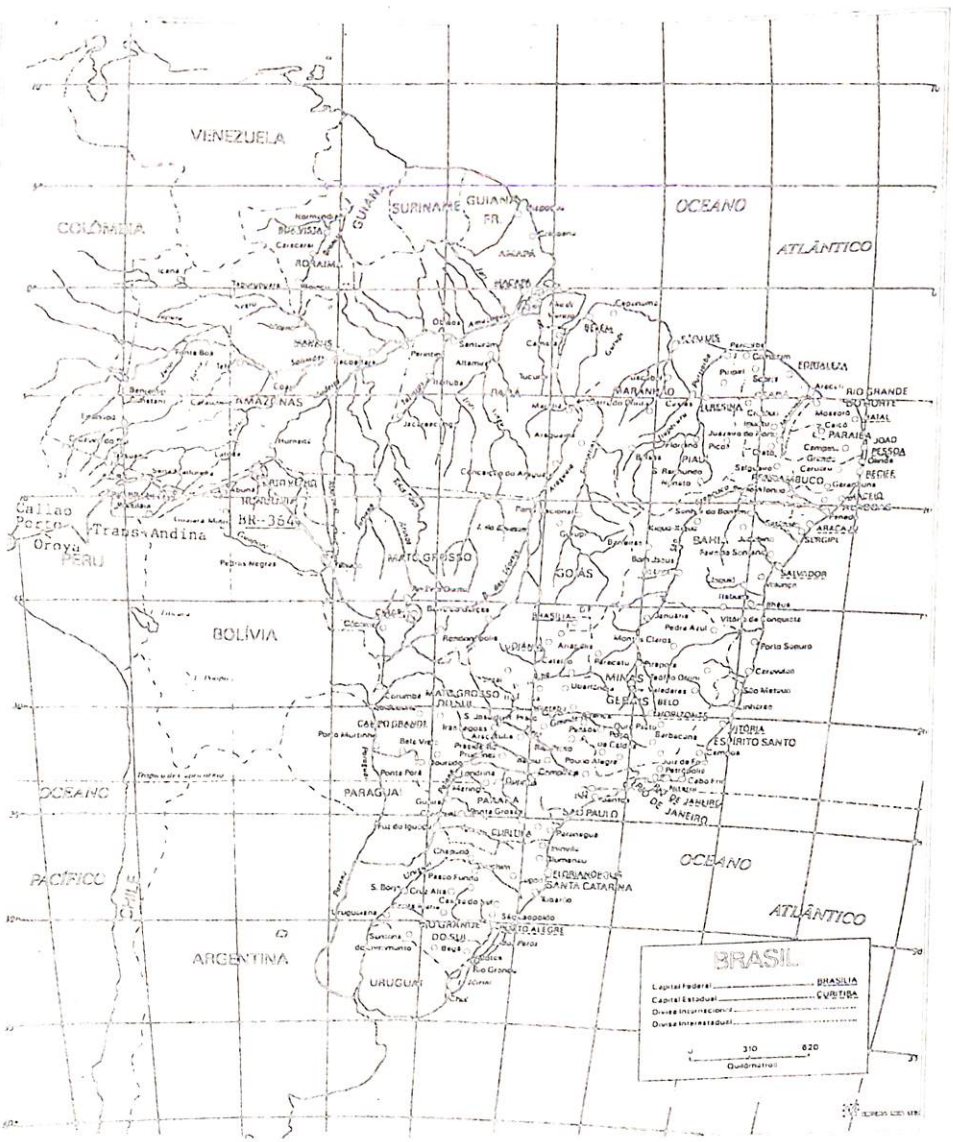
— A rodovia BR-319, que se liga com a BR-230 — Transamazônica — e prossegue, com outros números, até o rio Amazonas em frente a Manaus. Pouco se pode esperar dessas rodovias até que sejam pavimentadas.

— A rodovia BR-364, ramo sul, que atravessa Rondônia e parte de Mato Grosso, chegando a Cuiabá. Tem potencial para receber carga de Rondônia e das zonas vizinhas, altamente produtivas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Para que a rodovia Transandina funcione, Porto Velho terá que ser sua embocadura, sua "moega" de recepção. A BR-364 será a alimentadora dessa moega.

Os produtos da Amazônia e do Nordeste dificilmente terão acesso econômico a Porto Velho. As distâncias são muito grandes: 900km até Manaus; 3.800km até Imperatriz, no Maranhão, vizinha de Caldas, zona produtora de soja atualmente transportada para os portos de São Luís por caminhão e pela ferrovia de Carajás. O escoadouro dessa região é o Atlântico.

4. Nos Estados Unidos, cerca de 1,5 milhão de novas casas por ano.


VENEZUELA
COLÔMBIA
SURINAME
GUIANA FR.
OCEANO ATLÂNTICO
AMAZONAS
PARÁ
MARANHÃO
PIAUÍ
CEARÁ
RIO GRANDE DO NORTE
PARAÍBA
PERNAMBUCO
ALAGOAS
SERGIPE
BAHIA
Callao
Pisco
Oroya
Trans-Andina
PERU
BR-364
MATO GROSSO
GOIÁS
BRASÍLIA
BOLÍVIA
MINAS GERAIS
ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA
RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO
PARAGUAI
PARANÁ
CURITIBA
SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS
RIO GRANDE DO SUL
PORTO ALEGRE
ARGENTINA
URUGUAI
OCEANO PACÍFICO
OCEANO ATLÂNTICO
BRASIL
Capital Federal ..... BRASÍLIA
Capital Estadual ..... CURITIBA
310
620
Quilômetros

Assim sendo, só poderão ser encaminhadas para Porto Velho, em volume apreciável, em futuro previsível, e desde que isso seja econômico, as mercadorias que puderem atingir a extremidade sul da BR-364, produzidas ao sul do paralelo 15, provenientes de parte de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e, *in extremis*, de Goiás. A produção da "região" não pode ser, por enquanto, considerada previsível, por motivos políticos-econômicos. A produção de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, embora não economicamente exportável pela Transandina, foi incluída neste estudo para completar o quadro geral da exportação via marítima pelo Brasil. O Rio Grande do Sul foi excluído por estar muito distante da região sob estudo.

Não se sabe como se comportará a BR-364 sob o tráfego diário, objetivado, de cerca de mil caminhões pesados e semi-reboques.[5] É provável que tenha que ser reconstruída, ao custo de muitos milhões de reais.[6] O mesmo aplica-se, com as ressalvas apropriadas, a cada uma das rodovias que afluem à BR-364.

Para além da fronteira do Brasil, estaremos em terra incógnita. O traçado da rodovia Transandina, apresentado, pode ser o melhor de quantos antes propostos, mas realizá-lo para o tráfego de 1.400 veículos por dia, incluindo mais de mil caminhões pesados, com duas pistas de rolamento, mais acostamento, ainda que descontínuo, para cargas por eixo de 8,5 toneladas, será uma aventura de grande porte. Quem a construirá? Quem pagará? Quererão os empreiteiros brasileiros expor-se novamente às perdas sofridas com a importação de máquinas para a construção da Ferrovia do Aço — muitas, até hoje, abandonadas nos canteiros de obras e nos matagais — e outras mega-obras iniciadas e nunca terminadas.

Não é fácil traduzir em números toda essa questão. O custo do transporte por caminhões pesados em estradas de segunda classe, através de "território bravio", alguns, hoje, de reserva indígena, de grandes chuvas, de fortes aclives e declíves, a grandes altitudes, baixas temperaturas, nevascas, sem recursos assistenciais, exposta a predadores, com grandes riscos físicos para caminhoneiros, equipamentos e cargas, é, para dizer o mínimo, desconhecido para nós no Brasil. Mas uma tentativa pode ser feita.

Estudos foram feitos pela Ferronorte[7] para avaliar sua competitividade face à rota multimodal: rodovia, aquavia Tietê-Paraná e ferrovia, para o transporte de grãos do oeste brasileiro, para portos do Atlântico, através de território de relevo ameno e de pequeno risco — "território manso". Nele foram adotados os seguintes fretes por TKU,[8] incluindo custos diretos e indiretos, salvo seguros: para rodovias US$ 0,035; para ferrovias US$ 0,018; para aquavias internas US$ 0,011.

Considerando-se as dificuldades ao norte do paralelo 15, parece razoável aumentar-se, conservativamente, o frete rodoviário em 15%, para US$ 0,040, entre Cuiabá e a fronteira do Brasil, em Santa Rosa, e em 30%, para US$ 0,046, em território peruano. Par-

5. Basicamente dos modelos L/LS 2.635 6 x 4 da Mercedes Benz, para carga nominal de 32 toneladas, com carga por eixo recomendada de 8,5 toneladas, e seus similares Scania e Volvo.

6. R$ 1,00 = US$ 1,05, quando o artigo foi escrito.

7. Olacyr de Moraes, Informativo 2, *Revista Ferroviária*, abril 1994.

8. Tonelada útil por quilômetro.

tindo desses valores, podemos ter uma idéia aproximada dos custos dos transportes terrestres de nossas regiões produtoras de grãos até os portos do Pacífico e do Atlântico.

O consumo típico de um semi-reboque moderno, para carga de 32 toneladas, correndo em nível, a velocidde moderada, é da ordem de 0,060 litros (60ml) de óleo diesel por TKU. Ao preço de US$ 0,35 por litro para o óleo diesel, tem-se, somente para o combustível, um custo de US$ 0,021 por TKU. Presumivelmente, as despesas indiretas do transporte completam o frete básico de US$ 0,035 adotado neste estudo.

O valor dos fretes rodoviários é fator importante na delimitação da "região de influência" da rodovia Transandina e, conseqüentemente, do sucesso da "Saída para o Pacífico". A adoção do frete básico de US$ 0,035 por TKU garante razoável base de realismo para essa exploração.

Uma tabela de distâncias rodoviárias e os correspondentes custos de transporte é apresentada em tópico mais adiante. A tabela, de caráter mais abrangente que o exigido pela finalidade deste trabalho, inclui todas as zonas mais produtivas do Brasil, salvo o Rio Grande do Sul, e os portos mais importantes de exportação, incluindo o de Callao. Deve ser levado em conta que para os portos do Atlântico há abundância de transporte ferroviário, que será reforçado com a próxima entrada em serviço das ferrovias Ferroeste e Ferronorte e, nos últimos anos, crescente participação de transporte por aquavias interiores. O uso desses "modais" baixará substancialmente o custo do transporte, ponta a ponta, a despeito dos transbordos no percurso.

Uma grande interrogação é o porto de Callao. São escassos os dados atualizados sobre a tonelagem que transita por esse porto e sobre suas características físicas, aparelhagem e desempenho. Os valores das exportações e importações do Peru, em 1993, segundo a publicação anual *L' Etat Du Monde*, Ed. 1995, foram, respectivamente, de US$ 3,4 e US$ 4,3 bilhões; um total de US$ 7,7 bilhões. Desse total 80%, ou US$ 6,2 bilhões, provavelmente passaram por Callao. É possível que passem, hoje, pelo porto algo entre US$ 7 bilhões e US$ 8 bilhões.

É provável que o porto de Callao esteja equipado para a movimentação das cargas correspondentes ao movimento em dólares indicado acima. Não sendo o Peru exportador importante de grãos, as 4,5 milhões de toneladas adicionais, predominantemente de grãos, gerados pela ligação Brasil-Peru, certamente requererão expansão e especialização dessas instalações: pátios, silos, armazéns, transportadores etc. Quem pagará? Qual o retorno do investimento? Que controle terá o Brasil sobre a operação do porto? Sabemos, por experiência própria, que aí está um problema potencialmente difícil.

Se não for concedido ao Brasil a condição de "porto livre", haverá, possivelmente, o problema de taxas aduaneiras, na fronteira e/ou no porto, que, embora possa ser resolvido por convênios, constitui uma dificuldade em potencial. Lembremo-nos de problemas semelhantes com a Bolívia e com o próprio Peru, no início do século, em relação à borracha. Não temos ainda um Merconorte.

• *Transporte marítimo*

O transporte marítimo direto, de Callao para o Oriente, parece pouco justificável, devido ao pequeno volume e pela necessidade de escalas técnicas para abastecimento, mesmo após a construção da rodovia Transandina. É provável que seja preferida

a rota Callao — São Francisco (Califórnia, Estados Unidos) — Toquio ou Kobe. Em qualquer das hipóteses a distância é de cerca 8.800 milhas marítimas.[9]

Os fretes totais, da origem das cargas até o destino final, são apresentados em tópicos mais adiante.

## Saída pelo Atlântico

As mercadorias são as mesmas, de exportação, consideradas no caso da saída pelo Pacífico. Podem sofrer acréscimos, caso nos tornemos produtivos e competitivos em outros setores.

As zonas de coleta de carga são também as mesmas. Os meios de transportes são, porém, diferentes.

• *Transporte terrestre*

A origem e os meios de coleta e transporte de carga são os existentes atualmente no Brasil, com perspectivas de grande melhoramento em futuro próximo, principalmente no setor ferroviário, graças à esperada inauguração de trechos e da expansão da Ferroeste[10] e da Ferronorte.[11] O sistema, em implantação, uni ou multimodal, é baseado nos corredores de exportação, constituídos por boas rodovias, ferrovias, rios e canais, correndo, tanto quanto a geografia permite, no sentido oeste-leste, em demanda de nossos portos de exportação. Todos os investimentos nele feitos ficam dentro de nossas fronteiras e sob nosso controle. Seu aperfeiçoamento depende somente de nós, brasileiros.

A presença de ferrovias e aquavias no sistema — em que pesem os transbordos — favorece muito o custo da saída pela Via Atlântica. Neste estudo, porém, a bem da simplicidade, a vantagem do multimodalismo do sudeste brasileiro não será introduzida. Será considerado apenas o transporte rodoviário. O território é benigno, com rampas predominantemente favoráveis à exportação. O porte dos caminhões não é problema.

O sistema e seus custos são bem conhecidos. Há grande experiência acumulada em sua exploração. Pode ser considerado bom, embora falte muito para ser perfeito, em estrutura e custo.

Para o transporte por caminhões, será adotado o frete básico de US$ 0,035 por TKU, usado como frete básico para a saída pelo Pacífico.

As distâncias aproximadas de algumas áreas de produção agrícola até os portos de embarque (há outras opções), e os custos dos transportes são apresentados em tabela mais adiante. Pode ser adiantado que variam de 500km a 1.700km. As áreas de produção são identificadas por cidades situadas na vizinhança.

Todas as distâncias são rodoviárias. Foram tiradas das tabelas do *Guia Rodoviário* de 1995, da revista *Quatro Rodas*, da Editora Abril, onde são apresentadas como "os caminhos mais curtos, por estradas asfaltadas".

• *Transporte marítimo*

O transporte marítimo inicia-se no cais de embarque. Aí bate-se de frente com o problema de pôr a carga no navio, um dos problemas mais intratáveis do Brasil, que afeta a maioria dos portos, a competividade de suas exportações e o custo de suas importações. É, basicamente, um problema de natureza

9. Uma milha igual a 1.852km.
10. Guarapuava — Cascavel, PR.
11. Trecho inicial: Chapadão do Sul, MS — Santa Fé do Sul, SP.

administrativa, trabalhista e política, que deve ser ultrapassado no ímpeto de modernização por que passa o País. As condições atuais, nesse terreno, colocam os portos brasileiros entre os piores do mundo em termos de lentidão e alto custo de operação, retenção de navios,[12] pirataria, taxas, impostos etc. Não será discutida aqui essa questão. Nossos portos têm, também, deficiências técnicas, mas elas serão ultrapassadas se o outro problema for resolvido. Uma vez que o navio se faz ao largo, porém, esses problemas ficam para trás.

A Marinha Mercante brasileira não tem, atualmente, linhas regulares para o Oriente, salvo as da Docenave e Fronape, esta até o Oriente próximo, que não são linhas plenamente comerciais — não são acessíveis a qualquer exportador — e não são listadas no boletim *Weeklynews*, da Maritime Research, Inc., que registra todos os contratos de transporte marítimo cada semana.

O transporte oceânico do Brasil para o Oriente é feito por navios *tramp* estrangeiros, eventualmente brasileiros, que seguem pela rota do Atlântico, Índico, estreito de Málaga, Cingapura etc. A distância por essa rota até o Japão é de 11.275 milhas marítimas, cerca de 2.470 milhas mais que a rota de Callao ao Japão.[13] A rota do Panamá não é usada habitualmente.

## Fretes marítimos

Os fretes marítimos são altamente variáveis, com a natureza e tonelagem da carga, como o porte e idade do navio, com o sistema de contratação do transporte, portos de escala, existência de carga de retorno etc. Varia também com a demanda mundial. Esta subiu, de agosto de 1994 a maio de 1995, cerca de 20% e os preços acompanharam aproximadamente.

Nesta exploração do assunto, é admitido que as cargas são contratadas uma por vez, em navios da categoria *tramp*, isto é, que vogam pelos oceanos obtendo carga através de contratos e da atividade de vendas de seus agentes espalhados pelo mundo.

O navio de 45 mil toneladas é exemplo de navio econômico e versátil para o transporte de longo curso de mercadorias que não minério e carvão, levando cargas de 30 mil a 40 mil toneladas. Navios maiores encontram limitações, devido à insuficiência de calado e de capacidade de silagem em numerosos portos. Inúmeros navios menores estão, entretanto, engajados nesse tipo de transporte.

Dentro da grande variedade de preços, é possível considerar-se, para o navio indicado, e cargas de 30 mil a 40 mil toneladas, para o Oriente, os fretes indicados abaixo, por tonelada da origem ao destino (Oriente)

- Grãos: US$ 42,50
- Aço: US$ 40,00
- Minério: US$ 13,00
- Frango congelado: não encontrado; exige navios frigoríficos.

Não foi possível discernir, pelos relatórios semanais examinados — *Weekly-newsletter* — de embarques no mundo inteiro, uma diferença característica entre os fretes para a rota de Pacífico e a do Atlântico. Deve, entretanto, existir. Uma pesquisa mais apurada deverá revelar um *pattern*.

Nesse estudo foi considerado, para simplificação, apenas o frete para grãos. No caso do percurso de 8.800 milhas, o custo é de US$ 0,0048 por milha ou R$ 0,0026 por quilômetro. A diferença, teórica, de frete marítimo a favor da Via Pacífico sobre a Via

12. US$ 13 mil/dia de demurrage, em outubro de 1995.
13. Distâncias tiradas do Waterman Steamship Corp. — Marine Distance — Speed Table.

Atlântico é de 2.475 milhas x US$ 0,0048 = US$12,00 ou R$ 11,40. Na prática, não foi possível, como dito acima, discernir essa diferença.

Com relação ao transporte marítimo, é interessante assinalar que, enquanto na via do Pacífico os navios carregando carga brasileira têm muito poucos portos de escala onde possam embarcar ou desembarcar cargas de nosso comércio exterior, na via do Atlântico pode-se contar, pelo menos, trinta portos de países de estatura econômica muito forte e de produção muita diversa da brasileira, o que significa mais oportunidades de intercâmbio comercial.

## TABELA COMPARATIVA DE DISTÂNCIAS E FRETES TERRESTRES — POR RODOVIA

Todas as distâncias terrestres no território brasileiro, afora as do Acre, foram tiradas do *Guia Rodoviário* 1995 (Ed. Abril), onde são designadas como "os caminhos mais curtos, por estradas asfaltadas". As do Acre e do Peru constam do item Exploração do Assunto deste trabalho. Nem todas as rotas mostradas são necessariamente praticadas pelas transportadoras; são exibidas para mostrar seus custos, caso praticadas. Em muitos casos, a ferrovia é preferida à rodovia.

| Pto. EMBARQUE | | Callao | | Santos | | Paranaguá | | Rio | | Vitória | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ORIGEM | | km & US$ | % | km & US$ | % | km & US$ | % | km & US$ | % | km & US$ | % |
| Cto. Rondônia | k | 2.368 | 100 | 2.760 | 117 | - | - | - | - | - | - |
| | $ | 100 | 100 | 102 | 102 | - | - | - | - | - | - |
| Vilhena RO | k | 2.720 | 100 | 2.408 | 90 | - | - | - | - | - | - |
| | $ | 114 | 100 | 88 | 77 | - | - | - | - | - | - |
| Cuiabá MT | k | 3.472 | 100 | 1.666 | 48 | - | - | - | - | - | - |
| | $ | 143 | 100 | 58 | 41 | - | - | - | - | - | - |
| Cpo. Grande MS | k | 4.166 | 100 | 1.086 | 26 | - | - | - | - | - | - |
| | $ | 167 | 100 | 38 | 23 | - | - | - | - | - | - |
| Goiânia GO | k | 4.406 | 100 | 998 | 23 | - | - | 1.338 | 30 | 1.428 | 32 |
| | $ | 175 | 100 | 35 | 20 | - | - | 47 | 27 | 50 | 29 |
| Uberlândia MG | k | 4.520 | 100 | 662 | 15 | - | - | 979 | 22 | 1.081 | 24 |
| | $ | 179 | 100 | 23 | 13 | - | - | 34 | 19 | 38 | 21 |
| Araçatuba SP | k | 4.823 | 100 | 604 | 13 | - | - | - | - | - | - |
| | $ | 190 | 100 | 21 | 11 | - | - | - | - | - | - |
| Maringá PR | k | 5.120 | 100 | 708 | 14 | 518 | 10 | - | - | - | - |
| | $ | 200 | 100 | 25 | 13 | 18 | 9 | - | - | - | - |
| Cto. Sta. Catar. | k | 5.666 | 100 | - | - | 746 | 13 | - | - | - | - |
| | $ | 220 | 100 | - | - | 26 | 12 | - | - | - | - |

## TABELA COMPARATIVA DE FRETES DA ORIGEM AO DESTINO FINAL (ORIENTE)[14]

| Pto. EMBARQUE | Callao | | Santos | | Paranaguá | | Rio | | Vitória | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ORIGEM | US$ | % | US$ | % | US$ | % | US$ | % | US$ | % |
| Cto. Rondônia | 142 | 100 | 145 | 100 | - | - | - | - | - | - |
| Vilhena | 156 | 100 | 131 | 84 | - | - | - | - | - | - |
| Cuiabá | 185 | 100 | 100 | 54 | - | - | - | - | - | - |
| Cpo. Grande | 209 | 100 | 80 | 38 | - | - | - | - | - | - |
| Goiânia | 218 | 100 | 77 | 35 | - | - | 89 | 41 | 93 | 43 |
| Uberlândia | 222 | 100 | 65 | 29 | - | - | 77 | 35 | 81 | 36 |
| Araçatuba | 232 | 100 | 63 | 27 | - | - | - | - | - | - |
| Maringá | 242 | 100 | 67 | 28 | 60 | 25 | - | - | - | - |
| Cto. Sta. Catarina | 262 | 100 | - | - | 69 | 26 | - | - | - | - |

Embora as tabelas apresentadas pareçam, ao autor, claras e auto-explicativas, um resumo mostrando a diferença média de custo de transporte entre as duas rotas consideradas — a do Pacífico e a do Atlântico — possibilita uma apreciação mais imediata da situação.

## RESUMO DA TABELA DE FRETES ORIGEM — ORIENTE[15]

| ORIGEM | VIA | US$ | % |
|---|---|---|---|
| Cto. RO[16] | Callao | 142 | 100 |
| Cto. RO | Santos | 145 | 102 |
| Vilhena, RO | Callao | 156 | 100 |
| Vilhena, RO | Santos | 131 | 84 |
| Cuiabá, MT | Callao | 185 | 100 |
| Cuiabá, MT | Santos | 100 | 54 |

14. Custos portuários não incluídos.
15. Só a parte que interessa.
16. Centro de Rondônia.

Vê-se, pelas tabelas e pelo resumo, que o ponto de equilíbrio teórico dos fretes está no centro de Rondônia, ponto onde os fretes para saída pelo Pacífico ou pelo Atlântico se igualam. Desse ponto para o sul, já se torna mais econômico e, provavelmente, mais seguro, embarcar por Santos. Esta é, porém, uma conclusão teórica. Tudo depende dos fretes de ocasião — retorno vazio, por exemplo, ou frete bem negociado — de ambos os lados da fronteira.

É curioso notar que a "região de influência" dos portos brasileiros do Atlântico penetra a fundo em Rondônia e engloba todo o Estado, se forem consideradas as economias proporcionadas pelos sistemas de transporte multimodais do centro, centro-sul e sudeste brasileiro.

Conclui-se que os produtos de Rondônia, considerando-se apenas o transporte por caminhões, poderão, *grosso modo*, ser indiferentemente exportados pelo Pacífico ou pelo Atlântico e que, mediante descontos nos fretes e pequeno sobre-custo, os produtos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul poderão, eventualmente, sair pelo Pacífico. É preciso lembrar, porém, que, em futuro razoavelmente previsível, a Ferronorte atingirá o extremo oeste de Mato Grosso do Sul e Cuiabá e, partindo daí, atravessando Rondônia, Porto Velho. Executado esse projeto, a saída pelo Atlântico tornar-se-á, definitivamente, mais econômica para todo o Noroeste brasileiro.

## CUSTO E FINANCIAMENTO DA RODOVIA TRANSANDINA

O custo estimado para a rodovia Transandina foi de US$ 400 milhões. O financiamento é esperado vir do Japão. Nada há a comentar sobre o assunto, a não ser a passagem relatada a seguir.

Em 1989, o *Time Magazine* publicou, em seu número de 13 de março, um artigo sob o título *Sarney Starts Feeling Heat Over The Amazon*. Nele é assinalada a pressão exercida pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, sobre o então primeiro-ministro do Japão, Noburu Takeshita, para negar ao Brasil um financiamento de US$1 bilhão destinado à construção da ligação Brasil—Pacífico, para o qual o Presidente Sarney iniciara conversações, quando compareceu ao Japão para as exéquias do Imperador Hiroito. Essa importância refere-se a outro projeto e não ao objeto deste trabalho.

Contrariado com a intromissão do Presidente Bush nos negócios do Brasil, o autor do presente artigo escreveu uma carta ao já então primeiro-ministro do Japão, Toshiki Kaifu, que sucedera a Noburu Takeshita, expressando o desagrado causado aos brasileiros pela intromissão americana, sugerindo-lhe fazer valer o título do famoso livro, pouco antes publicado, com grande fanfarra, no mundo inteiro, *A Japan That Can Say No*. A carta nunca foi respondida. O Japão não mais se manifestou, até recentemente.

Na ocasião, o autor não considerava a conveniência ou não da estrada, apenas a petulância do Presidente Bush. Obviamente esta nota é acessória e sem importância.

## CONSIDERAÇÕES NÃO ECONÔMICAS

Embora tenha sido examinado aqui só o aspecto econômico do empreendimento "Saída para o Pacífico", podem ser levantados em relação ao mesmo considerações sociais,

estratégicas e de prestígio nacional, temas que dariam conteúdo para muitos artigos da extensão deste e, talvez, para alguns livros. É acrescentado apenas que o histórico motivo "desbravamento de território" já não se aplica, pois a "região de influência" está hoje praticamente toda desbravada. Desbravamento ocorreria no território do Peru, mas é melhor que o deixemos ao encargo dos peruanos. O traçado da nova rodovia não percorre novos territórios brasileiros a não ser pequena parte do Acre.

O autor não entrará nesse tema, altamente opinativo e, segundo Popper, infalsificável e, portanto, inconstestável. Deixa-o para especialistas no assunto. Observa apenas que viabilidade econômica é condição essencial para a auto-sustentação de qualquer empreendimento que vise a prestar serviços em concorrência de preços com outros. Se essa condição não for observada, o empreendimento estará fatalmente condenado ao abandono ou à sustentação pelo pagador de impostos, casos em que constituirá fator inflacionário e grande ônus para a sociedade.

Este parágrafo deveria chamar-se "Conclusões", mas o autor não quis emitir opiniões nem oferecer conclusões. Quis apenas pôr à disposição do leitor os dados que reuniu sobre a questão. Seus aspectos quantitativos acham-se "ululantemente" exibidos nas tabelas retro-apresentadas. Quanto à conveniência e prioridade, ou à inconveniência do empreendimento nesta fase de nossa História, estende-lhe, o autor, o hoje popular convite: você decide.

Não obstante, vale assinalar que, curiosamente, todos parecem esquecer o nosso mega-Mississipi, o Amazonas, que tem, como seu irmão americano, capacidade para transportar centenas de milhões de toneladas por ano, a baixo custo, para o escoadouro óbvio de nossa produção, que é o oceano Atlântico. Mas este é outro assunto.

## POST SCRIPTUM

• Por coincidência, no dia seguinte ao término deste trabalho, um amigo, encontrado por acaso, ao saber-me interessado no assunto "Saída para o Pacífico", disse-me: "Tenho aqui na pasta dois artigos sobre essa questão. Ato contínuo, entregou-me um artigo da autoria do Embaixador Vasco Mariz, que serviu como nosso embaixador no Peru, publicado no *Jornal do Brasil*, em 14.10.91, e um artigo do engenheiro e deputado (BA) Vasco Azevedo Neto, que tece comentários sobre o artigo citado e apresenta entusiástica defesa do projeto.

O artigo do embaixador Mariz é muito informativo e moderado. Não prevê a viabilidade para o projeto em futuro próximo e alude a investimentos mais prioritários dentro de nossas fronteiras. O artigo do Engenheiro Vasco Azevedo Neto recapitula as informações do citado artigo, acrescenta outras interessantes e pede urgência para o projeto. Atribui, à rodovia para o Pacífico, potencialidade extraordinária, inclusive a de vir a ser propulsionadora de imenso progresso para a América do Sul, liberando não só ela, mas também todo mundo, da fome e da miséria. Prevê a exportação de dezenas de bilhões de dólares de madeira e produtos agrícolas de áreas cultivadas da Amazônia.

Ambos os artigos refletem amplo conhecimento do assunto no que se refere aos problemas para além da fronteira do Brasil, mas pecam por aceitarem, sem crítica, a crença generalizada de que, sendo o percurso marítimo direto da costa do Peru ao Japão (estimado em 7.900 milhas e pouco praticado)

mais curto que o percurso de portos brasileiros ao Japão, pela rota do cabo de Horn ou pelo canal de Panamá, haverá uma grande economia na exportação pelo Pacífico. Não consideraram a rota do Atlântico, que é a mais praticável e praticada por inúmeros navios que, servindo às duas maiores economias da América do Sul, garantem oferta constante de transporte para o Oriente via Cabo da Boa Esperança. Essa rota tem a vantagem adicional, já citada, de poder tocar em vários países potencialmente importadores e exportadores em relação ao Brasil.

Não levaram em conta, também, os fatores econômicos existentes da fronteira do Peru para o interior do Brasil, explorados acima, que são aqueles que mais importam na decisão de construir ou não construir a Transandina.

• Chegou-me também às mãos o livro do Sr. Luís Malheiros Tourinho que, por seus muitos e meritórios títulos e vivo interesse na questão "Saída para o Pacífico", merece melhor crítica que a que posso adiantar em poucas linhas. O livro é grandemente informativo mas exibe, a meu ver, a mesma falha contida nos trabalhos comentados antes neste *post scriptum*, a saber: dedica grande atenção ao problema além-Brasil e não se dá conta da realidade de que, mesmo se este fosse muito bem resolvido, a saída para o Pacífico permaneceria impraticável economicamente, pela insuficiência de produção exportável na "região de influência" da Transandina a curto e médio prazos. Quanto ao longo prazo, ninguém sabe o que acontecerá neste País em que raros projetos iniciados em um governo são continuados e terminados no seguinte ou seguintes: Ferrovia do Aço, Transamazônica, Ferrovia Norte—Sul, Metrô do Rio, Angra II e usinas nucleares alemãs, várias hidrelétricas iniciadas no período militar e milhares de obras abandonadas pelo País afora. ❑

DROGARIA
24 HORAS
Tels.: 201-3607
581-6175
ABERTO DIA E NOITE
FAZEMOS CONVÊNIOS COM EMPRESAS E INSTITUIÇÕES
ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO
O MELHOR PREÇO DO BAIRRO
Agradecemos a Preferência
AV. SUBURBANA, 4.370
LOJAS A/B - DEL CASTILHO

A DEFESA NACIONAL

# A Guerra da Indochina (1945-1954)

**Paulo Ricardo da Rocha Paiva***

*Estudo sucinto da Guerra da Indochina (1945-1954), apresenta um resumo cronológico do conflito, o qual aborda em seus contornos estratégicos. Procura ilustrar, com exemplo prático, o relacionamento da aplicação da estratégia nacional para a solução de um conflito, usando a "fórmula matemática de impulsão de uma força".*

Às vésperas do fim da Segunda Guerra Mundial, forças vietnamitas, nacionalistas e comunistas, reunidas em uma organização conhecida como *Vietminh*, sob a liderança suprema, política e militar de Ho Chi Minh e Vo Nguyen Giap, respectivamente, tinham obtido o controle da maior parte da região de selvas ao norte do Vietnam. Este sucesso tinha sido alcançado com a ajuda inadvertida do governo nacional chinês e dos Estados Unidos, ambos satisfeitos por terem sido auxiliados pelos vietnamitas contra o Japão, e ambos desejando ver a França fora da Indochina. Nem um nem outro, porém, plenamente, desde que fizessem o jogo do comunismo internacional de Ho.

O *vietminh* declarou sua independência quando do colapso do Japão, no final da guerra, mas os franceses, através de seus próprios esforços, e com algum auxílio britânico, foram a campo imediatamente, para restabelecer sua autoridade colonial sobre a região. O conflito resultante deu origem à mais longa guerra de todo o período pós-Segunda Guerra Mundial.

## RESUMO CRONOLÓGICO

• *2 de setembro de 1945, a República do Vietnam é proclamada por Ho Chi Minh.*

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

• *6 de março de 1946, a França reconhece a independência da República do Vietnam.*

O país nada mais era que um Estado livre dentro da Federação Indochinesa, pertencente à União Francesa.

A força militar francesa reestrutura-se rapidamente e os franceses impõem limitações à independência, que se revelam inaceitáveis para o *Vietminh*. No final do ano, a guerra de guerrilhas é desencadeada, mais acentuadamente ao norte do Vietnam.

• *Janeiro/fevereiro de 1947, sítio de Hué*

Após um cerco de várias semanas, tropas francesas substituíram a sitiada guarnição de Hué, afugentando os guerrilheiros do *Vietminh* em torno da antiga capital do país.

• *Janeiro de 1950, o* Vietminh *é reconhecido pela China Comunista e pela URSS*

Crescente assistência militar foi dada às forças guerrilheiras do Vietminh pela China. Suas tropas receberam adestramento intensivo no sul desse país. O auxílio militar dos Estados Unidos aos franceses aumentou com a intensidade da guerra de guerrilha.

• *Outubro de 1950, derrota dos franceses*

Forças do *Vietminh*, bem treinadas e equipadas, operando, particularmente, através da China e de montanhas cobertas pela selva, ao norte do Vietnam, montaram um grande assalto contra as linhas de defesa francesas ao norte de Tonkin, cobrindo a fronteira chinesa. As tropas francesas foram duramente derrotadas em Forte Caobang, próximo à Langson (9 de outubro). Essa ação, combinada com a crescente atividade pelos insurgentes comunistas do Pathet Lao, no Laos, forçaram os franceses a abandonar a maior parte do norte do Vietnam (21 de outubro) e a estabelecer um perímetro fortificado em torno do Delta do Rio Vermelho, ao norte (dezembro). A situação no Vietnam, ao sul e no centro, não era melhor, com a maior parte do Delta do Mekong nas mãos dos comunistas.

• *Dezembro de 1950, comando do General Jean de Lattre de Tassigny*

A França manda seu principal soldado tentar restaurar a situação. Ele rapidamente recobra o moral francês, retoma a iniciativa e reocupa a maioria das áreas perdidas no final de 1950.

• *23 de dezembro de 1950, o Vietnam é soberano dentro da União Francesa*

Um tratado foi assinado em Saigon.

• *1951/1953, a guerra de guerrilhas continua*

Nas cidades mais importantes, a guerra foi combinada com o terrorismo antifrancês. A despeito dos sucessos militares de De Lattre, o controle pelos franceses somente podia ser assegurado onde as principais forças francesas estavam estacionadas.

• *Setembro de 1952, substituição do General De Lattre*

Seriamente doente, ele retorna à França, via Estados Unidos, onde pede por mais ajuda. De Lattre morreria poucos meses mais tarde.

• *Janeiro/fevereiro de 1953, as operações são intensificadas pelos franceses*

Na maior operação naval da guerra, as tropas francesas, agora sob o comando do General Raoul Salan, apoderam-se de Quinhom, uma base rebelde, e destroem vá-

rias fábricas de armamento do *Vietminh*, escondidas nas selvas, ao sul do Vietnam.

• *Março/setembro de 1953, os Estados Unidos aumentam sua ajuda aos franceses na Guerra da Indochina*

• *8 de maio de 1953, substituição do General Salan pelo General Henri Eugène Navarre*

• *6 de julho de 1953, aumenta a autonomia para Vietnam e Laos*

Ambos aceitam uma oferta francesa para um governo mais autônomo no âmbito dos Estados Associados da Indochina. O Cambodja recusa.

• *Agosto/outubro de 1953, negociações entre a França e o Cambodja*

A França concede, ao governo do Rei Norodon Sihanouk, quase completa autonomia militar, política e econômica, apesar de reter o controle operacional de algumas forças no Cambodja oriental, com vistas à prosseguir a guerra contra o *Vietminh*.

• *Outubro de 1953 a abril de 1954, as operações do* Vietminh *são intensificadas*

O Primeiro-Ministro francês, Joseph Laniel, diz que seu governo poderia aceitar "qualquer solução" honrosa para a guerra na Indochina e que não estava inclinado a forçar o *Vietminh* a uma rendição incondicional (12 de novembro).

• *20 de novembro de 1953 a 7 de maio de 1954 — sítio de Dien Bien Phu*

O General Navarre, esperando armadilhar os comunistas dentro de um largo bolsão, para então esmagá-los, autorizou fortificar e manter a vila e um campo de pouso, situada a 200 milhas de Hanoi, próxima da fronteira com o Laos, com efetivo em torno de 15 mil homens, com integrantes do Exército, da Legião Estrangeira e de tribos da região.

O General Giap, com quatro divisões, envolveu Dien Bien Phu com duas divisões, enquanto o restante de suas forças penetrava e varria o Laos. Contra a artilharia francesa (24 obuseiros 105mm e 4 obuseiros 155 mm — *howitzers*) Giap assestou o poder de fogo esmagador de mais de 200 canhões, incluindo artilharia antiaérea e lançadores de foguetes.

Na tentativa de prejudicar o suprimento feito pelo ar, a artilharia antiaérea do *Vietminh* foi de grande valia. Dos 420 aviões franceses com esta finalidade, 62 foram abatidos e 107 outros danificados.

Um por um, os pontos fortes da linha mais avançada do complexo defensivo de Dien Bien Phu foram caindo à uma combinação de campos minados, fogos ajustados de artilharia e assalto aproximado. Um assalto final devastou os defensores esfomeados, enquanto era consumido o último cartucho (7 de maio). Apenas 73, dos 15.094 homens da guarnição escaparam. Em torno de 10 mil (metade destes feridos) foram capturados; os restantes foram mortos. As perdas do *Vietminh* foram estimados em 25 mil.

• *26 de abril a 21 de julho de 1954, Conferência de Genebra*

A Conferência sobre Negócios do Extremo Oriente, de 19 nações, incluindo a China Comunista, resultou em um acordo de cessar-fogo e dividiu Tonkin e Annam, pelo paralelo 17 de latitude norte, em Vietnam do Norte (comunista) e Vietnam do Sul (anticomunista) como nações independentes. O Cambodja, que tinha proclamado sua inde-

pendência da França, em 9 de novembro de 1953, e o Laos, em 19 de julho de 1949, foram ambos reorganizados como Estados neutros independentes. Os Estados Unidos aceitaram os acordos, mas recusaram assiná-los, e reservaram-se o direito de tomar a atitude necessária, qualquer que pudesse ser, na eventualidade da quebra dos acordos. A França retirou suas tropas da Indochina, mas continou com a assessoria militar no Vietnam do Sul, Laos e Cambodja, enquanto os Estados Unidos assumiam o pequeno encargo de prover assessoria e equipamentos militares, bem como auxílio econômico.

• *29 de dezembro de 1954, Independência da Indochina*

Vietnam, Laos e Cambodja assinam acordos com a França, que lhe garantem autonomia econômica e dão por encerrado, virtualmente, o controle estrangeiro. Os novos Estados garantiram, a cada um deles, liberdade de navegação no Rio Meckong.

## OBJETIVOS NACIONAIS

### Vietminh[1]

Embora ainda sem constituir um Estado,[2] seria lícito dizer que a Nação[3] *Vietminh*[4] tinha, como sua aspiração, já cristalizada, em termos de interesse nacional prioritário para o momento, a conquista da independência, seguida da unificação.

### Franceses

Preservação de seu "império colonial" era seu objetivo inicial, com a criação da chamada União Francesa, fórmula encontrada para a manutenção dos laços com a metrópole. Num mundo onde não havia mais lugar para o imperialismo na sua expressão mais autêntica e absoluta, evoluiu, ao longo do conflito, para o de integração àquele tipo de confederação.

## OBJETIVOS DE GUERRA

### Vietminh

No caso particular do *Vietminh*, não há como separar seu objetivo de guerra, que se identifica, e mesmo se confunde, com o objetivo nacional de conquista da independência.

### Franceses

A recuperação do *status quo* existentes até setembro de 1940, ocasião em que as forças japonesas iniciaram a ocupação da Indochina, durante a Segunda Guerra Mundial.

## FORMAS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

### Vietminh

Conflito prolongado (lassidão), até 1951, na medida em que seus meios disponíveis ainda não permitiam decidir a luta. Seu objetivo era, proporcionalmente, muito mais valorizado do que o perseguido pelos franceses. Embora de grande intensidade, tinha na guerrilha sua forma de luta por excelência, buscando obter a decisão pelo desgaste

1. Frente pela independência do Vietnam.
2. Nação politicamente organizada.
3. Conjunto de habitantes ligados por tradições e lembranças, interesses e aspirações comuns e subordinados a um poder político central que mantém a unidade do grupo.
4. No caso, subordinada ao Partido Comunista da Indochina, liderado por Ho Chi Minh.

moral e material do inimigo. Sua ações militares, de início, não visavam a "ganhar", mas sim "a não perder".

Conflito violento, a partir de 1951, na medida em que seus meios disponíveis aumentaram consideravelmente, graças à ajuda externa, particularmente da China, com o término da Guerra da Coréia (1953). Procurava a capitulação moral do inimigo pela destruição de suas forças militares, o que foi obtido com a vitória final na Batalha de Dien Bien Phu (1954).

**Franceses**

Conflito violento, durante toda a guerra, na medida em que seus meios militares (particularmente o material e o equipamento) eram superiores, tendo como objetivo importante procurar preservar o "império colonial francês". A decisão foi procurada buscando-se obter a capitulação moral do inimigo, pela destruição das forças militares do *Vietminh* e a ocupação de, basicamente, toda a Península da Indochina.

## FUNDAMENTOS DA EXPRESSÃO MILITAR[5]

**Recursos Humanos**

Considerando o aspecto quantitativo, até o final de 1950, face à inferioridade dos meios militares, pelo menos nos primeiros anos de conflito, pode-se dizer que a luta, desenvolvida à base da guerrilha, não conduziu o *Vietminh* a evidenciar esse tipo de vantagem, o que só ocorre a partir de 1951 quando, sentindo-se mais forte, sem abandonar essa forma de luta (guerrilha), passou a fazer também a guerra regular (aberta).

Considerando o aspecto qualitativo (nível cultural), a vantagem aparente do francês, cujas forças, inclusive, não possuíam recrutas em seus efetivos, mas apenas soldados regulares, contrabalançava com o *Vietminh*, aclimatado e adestrado como guerrilheiro.

Considerando o ponto de vista psicológico, há que perceber a muito maior motivação do *Vietminh*, empenhado em guerra de independência pela terra, sua e de seus antepassados, contra um soldado francês que encarnava a tirania de um poder colonial retrógrado, já condenado pela opinião pública mundial.

**Território**

Também pode ser considerado como decisivo para as vitórias do *Vietminh*, na medida em que, considerando a real influência exercida pelas características fisiográficas sobre a Expressão Militar, o terreno condiciona a organização, o adestramento e o equipamento de forças que, ao contrário dos contingentes franceses, estavam familiarizados e identificados com pântanos, montanhas e florestas, palcos naturais da luta que se travaria na Indochina.

## FATORES DA EXPRESSÃO MILITAR

Ressaltam como reagindo de forma diversa, para os beligerantes, os fatores abaixo referenciados, com implicações decisivas no resultado da guerra.

**Doutrina Militar**

Esta, para o *Vietminh* em particular, foi tiranicamente induzida pelas características de seus recursos humanos e pela fisiografia

5. Que mais contribuíram para a vitória do *Vietminh*.

do território da Indochina. Absolutamente coerente com as possibilidades do poder nacional *Vietminh*, não precisou de improvisação, como a dos franceses, para enfrentar o caso particular da Guerra da Indochina. Manteve, também, flexibilidade para, na fase final do conflito, permitir conduzir as guerrilhas paralelamente à guerra convencional. Condicionou, logicamente, a instrução, o adestramento e o aprestamento (outro fator da Expressão Militar), o que será elucidado mais adiante.

## Capacidade de Comando

Há que se considerar a desvantagem da necessidade de adaptação ao teatro-de-operações, que ocorria a cada substituição do comando geral das forças francesas empenhadas na Indochina. Assim, de 1945 a 1954, nove anos portanto, exerceram aquele cargo os seguintes oficiais generais: Philippe Leclerc, Jean de Lattre de Tassigny, Raoul Salan e Henri Navarre. Era um fato que contrastava com a continuidade representada pelo General Vo Nguyen Giap, no comando do braço armado da Frente pela Independência do Vietnam, desde 1941 até o final da guerra.

Embora competentes, os oficiais generais franceses cometeram o grave erro, todos eles sem exceção, de subestimarem o combatente *Vietminh*, ocorrendo, além disso, no comando do General Henri Navarre,[6] desentendimentos entre o Comandante-em Chefe e oficiais generais diretamente subordinados, particularmente no que se refere à finalidade de ocupação e manutenção de Dien Bien Phu.

O General René Cogny, por exemplo, que comandaria a "Operação Castor",[7] tinha em mente uma espécie de "base de operações em larga escala contra as comunicações de retaguarda de Vo Nguyen Giap". O enigmático General Navarre, ao que parece, nunca deixou bem claro a seu subordinado que pretendia fazer, de Dien Bien Phu, "uma fortaleza capaz de resistir a cerco prolongado". Essa indefinição do alto-comando só poderia ser prejudicial aos franceses. O primeiro logo percebeu que essa operação não tinha nenhuma relação com o que sugerira anteriormente, passando a temer que suas unidades fossem destruídas por nada. O segundo, apesar dos protestos de seu subordinado, decidiu ir em frente.

O General Vo Nguyen Giap, por sua vez, teria o mérito de transformar guerrilheiros camponeses em um formidável exército regular moderno. Respondia pelo treinamento, doutrinação, disciplina, comandos em todos os níveis, administração e, ainda, pela logística, que permitiu às suas tropas, manterem duras e longas batalhas numa linha de suprimento de centenas de quilômetros.

## Instrução, Adestramento e Equipamento

Poder-se-ia analisar esse fator com base em uma afirmativa de Giap, após ser derrotado pelos franceses na Batalha de Ninh Binh (1951). Naquela ocasião, esse oficial general teria dito: "... Nossas forças, insuperáveis nas ações gerrilheiras, não devem doravante ser utilizadas em batalhas de força total." Isso poderia ser entendido, também, como "o homem certo no lugar certo". Assim, da mesma forma que enaltecia seus combatentes, instruídos, adestrados e equipados para a guerrilha, comprovava a exce-

6. Fase final da guerra — maio de 1953 a maio de 1954.
7. Ocupação de Dien Bien Phu.

lência do soldado francês no combate convencional. Outros condicionamentos, entretanto, particularmente ligados às características fisiográficas do TO, fariam com que esse fator favorecesse mais ao *Vietminh* do que aos franceses.

## Moral Militar

Psicologicamente favorecido pela convicção da legitimidade de sua luta, o *Vietminh*, com seu espírito patriótico desperto e fortalecido, contrastava com um francês guindado ao *podium* dos vencedores da Segunda Guerra Mundial por beneplácito dos Estados Unidos, Inglaterra e Rússia. Além disso, procurava restabelecer o *status quo* que, sabia, fora incapaz de manter quando da ocupação da Indochina pelos japoneses.

## Fatores Políticos

A estratégia francesa viu-se também prejudicada pelo próprio quadro político de Paris. A chamada "Quarta República" era reconhecidamente instável. Alguns governos duravam apenas poucos dias e a presença da minoria comunista atuante no Parlamento contribuía para exaltar a opinião pública, fazendo brotar sentimentos ambivalentes em relação à colônia. Para que se tenha uma idéia, pouco antes dos principais ataques do *Vietminh*, de 1950, o governo francês chegou a propor a redução de 9 mil homens em seus efetivos. Essas e outras ações governamentais, desequilibradas, demagógicas, incoerentes ou facciosas, dessa forma influíram negativamente na expressão militar francesa.

Paralelamente, a liderança da resitência contra os japoneses e franceses, assumida por Ho Chi Minh, em 1941, na Indochina, estava perfeitamente entrosada com o comando militar do braço armado da luta pela independência, liderada por Vo Nguyen Giap que, no Bureau Político do Partido Comunista da Indochina, era o quinto membro de uma hierarquia encabeçada por Ho Chi Minh.

## FÓRMULA E = K . F . Y . T

Para uma melhor compreensão dos condicionamentos que influem na escolha da estratégia direta ou indireta, é interessante relacionar a aplicação da Estratégia Nacional (governamental) para a solução de um conflito com a fórmula matemática da impulsão de uma força: E (estratégia) = K (liberdade de ação) x F (forças materiais) x Y(forças morais) x T (tempo).

Vejamos como reagiu essa fórmula com relação às estratégias dos beligerantes durante o conflito.

*K (liberdade de ação)*

Esse fator favorecia ao vietminh, na medida em que, procurando conquistar sua independência face a uma potência colonialista, de uma forma geral contava com o apoio da opinião pública mundial, inclusive dos Estados Unidos, quando do início do conflito.

*F (forças materiais)*

Embora fazendo a luta contra uma grande potência, o "modelo militar" do *Vietminh*, resultante de parâmetros tais como doutrina militar, capacidade de comando, instrução, adestramento e aprestamento e moral militar, nos quais, devido às circunstâncias já comentadas, levava vantagem, ajudou a contrabalançar a desvantagem que apresentava com relação à Expressão Econômica.

*Y (forças morais)*

O *Vietminh* era favorecido na medida em que, psicologicamente, estava convicto da legitimidade de sua luta contra uma potência colonialista. A expressão política de seu poder nacional, sob a liderança de Ho Chi Min, estava perfeitamente entrosada com sua expressão militar, sob o comando do Vo Nguyen Giap.

*T (tempo estimado para atingir objetivos das estratégias)*

O vietminh era favorecido, na medida em que optava pelo conflito prolongado (lassidão) como forma de atuação estratégica, ao contrário dos franceses que, procurando desencadear o "conflito violento", subestimando a "capacidade de durar" do inimigo, foram frustrados em seu objetivo de, em curto espaço de tempo, recolonizar a região.

## CONCLUSÃO

Esta abordagem estratégica da Guerra da Indochina (1945-1954) pretendeu ilustrar, com exemplo prático, o relacionamento da aplicação da Estratégia Nacional (governamental) para à solução de um conflito, com a "fórmula matemática de impulsão de uma força".

O Brasil, hoje, está vivendo um cenário de ameaças à sua soberania e a sua integridade territorial, particularmente no que diz respeito ao seu ecúmeno amazônico.

Os oponentes, não há quem possa duvidar, já estão todos identificados. Dado o atual nível de poder nacional, todos sabemos como fazer reagir os fatores da referida fórmula para obter a vitória. ❑

## BIBLIOGRAFIA

DUPUY, R. Ernest e Trevor, N. *The Encyclopedia of Military History from 3.500 B.C to the Present.* New York, 1977.

ESTRATÉGIA, Conceitos Básicos. Pub/CPEAEX/ECEME Nr 007, Rio de Janeiro.

ESTRATÉGIA, Instruções Provisórias, IP 124-1, Estado-Maior do Exército, 1ª Edição, Brasília, 1993.

*O nosso verdadeiro valor vem não daquilo que temos, mas sim daquilo que somos.*

*Saber perder é tão importante quanto saber ganhar.*

# Avaliação da Conjuntura — Reflexos sobre o Preparo e o Emprego da Força Terrestre

**Luiz Quintino Martins de Figueiredo***

*Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

A última década do século XX encontrou a comunidade internacional emergindo de um período histórico caracterizado pela bipolaridade Leste-Oeste e buscando um novo equilíbrio de poder entre os países.

Nesse contexto, surge um quadro em que se ressalta uma única superpotência militar e onde as questões de caráter econômico avultam de importância e dominam as relações internacionais.

Essa "nova ordem mundial" alterou os conceitos até então existentes, introduzindo um ritmo acelerado às transformações da conjuntura e instituindo novos paradigmas nas ligações entre países, no campo dos negócios ou dos assuntos diplomáticos.

A sociedade brasileira, sentindo as conseqüências dessa evolução, está vivendo uma fase de adaptação às mudanças e de amadurecimento sócio-econômico, procurando uma projeção maior do Brasil no concerto das nações

O Exército Brasileiro, ajustando-se a cada exigência da sociedade, vem estabelecendo políticas e estratégicas para responder, de maneira mais eficiente, as suas missões constitucionais.

O momento presente sugere uma reflexão sobre o preparo e o emprego da Força Terrestre de modo a melhor inserir o Exército dentro desse novo tempo — de incerte-

* Major de Infantaria e Estado-Maior.

zas, indefinições, questionamentos, mas, sobretudo, de esperanças.

O objetivo deste ensaio é, pois, avaliar os principais aspectos da atualidade, nos vários campos do poder, concluindo pelos reflexos das conjunturas internacional e nacional no preparo e emprego da Força Terrestre.

## A CONJUNTURA ATUAL

### Internacional

• *No Campo Econômico*

Até o início dos anos 90, a estabilidade do mundo estava baseada no equilíbrio das duas principais potências militares — Estados Unidos e União Soviética. Todavia, a queda do Muro de Berlim e a fragmentação da URSS retiraram o espectro da Guerra Fria e lançaram os países na busca de uma nova mentalidade de alinhamento e de aproximação. A fórmula encontrada estava centrada na integração comercial e econômica, com a criação de blocos formados por países de interesses convergentes. Citam-se o Nafta, a Comunidade Européia, a Comunidade dos Estados Independentes, a Federação Asiática e, até, o Mercosul. No entanto, o maior poder econômico dos países do Hemisfério Norte faz com que toda a economia gravite em torno de seus interesses, enquanto que os países do Hemisfério Sul permanecem excluídos das mais importantes decisões.

Na atualidade, observa-se um autoprotecionismo desses blocos econômicos formados pelos países mais desenvolvidos, que, aparentemente, procuram manter os países do dito Terceiro Mundo como permanentes exportadores de matéria-prima e importadores de tecnologia.

O quadro atual mostra a escassez de investimentos internacionais, a dependência externa de grande parte dos países para o financiamento de projetos importantes ao desenvolvimento interno, o endividamento crescente dos países mais pobres, o desequilíbrio econômico, a desigualdade na distribuição das rendas no âmbito mundial e as constantes crises econômicas, levando as populações a enfrentar cada vez mais a fome e a pobreza.

• *No Campo Político*

Consolida-se a posição preponderante da ONU — Organização das Nações Unidas — como organismo de segurança internacional, administrando conflitos e mantendo a paz.

Assiste-se ao surgimento de conceitos como "Soberania Relativa" e "Dever de Ingerência". O primeiro, apregoando que a soberania dos países está subordinada aos interesses da Humanidade e que o desenvolvimento deve ser feito sem comprometer a paz mundial ou o acesso das gerações futuras aos recursos renováveis. O último, assegurando, aos países mais ricos, o direito de intervenção, em caso de terrorismo, narcotráfico, devastação ambiental e ameaça à sobrevivência da espécie humana.

Em vista desse novo panorama, marcado pela superposição de valores globais em detrimento de valores nacionais, e pelo crescimento da importância do papel da ONU, muitos países estão procurando incluir, na pauta das negociações, propostas para um reestudo sobre as responsabilidades da própria ONU e de seus vários órgãos constitutivos, em particular do Conselho de Segurança. É nesse contexto que surge a perspectiva brasileira de, assumindo uma liderança emergente dentre os países em de-

senvolvimento, ocupar de modo permanente uma cadeira no referido Conselho. A receptividade e a acolhida dadas ao nosso Presidente da República nas suas viagens internacionais atestam essa posição de liderança brasileira.

• *No Campo Psicossocial*

O mundo atinge aproximadamente a cifra de 6 bilhões de habitantes. É um índice expressivo, se considerarmos que a maioria dessas pessoas vive em países menos desenvolvidos e são submetidos à situação de miséria e de fome.

Radicalismos extremos baseados em motivações de origem étnica ou religiosa, mercê de nacionalismos exacerbados, levam países a fragmentarem-se, dando origem a conflitos localizados, de baixa intensidade, de longa duração e sem solução.

Destaca-se a postura das Organizações Não-Governamentais no cenário mundial, empunhando bandeiras da preservação ambiental e da proteção ao índio, na maioria das vezes interferindo na soberania dos países no trato de seus problemas internos e mobilizando a opinião pública em prol de seus conceitos. Outro aspecto de relevância é o narcotráfico que se dissemina a partir do noroeste da América do Sul, com destino aos principais países do Hemisfério Norte, e que esgota a capacidade das polícias locais, sugerindo um combate em âmbito supranacional.

• *No Campo Militar*

O fim da ameaça nuclear e o desaparecimento da possibilidade de um grande conflito global, antes de se tornarem um prelúdio de uma paz duradoura, constituíram-se num fator de pulverização, no cenário internacional, de outros conflitos regionalizados.

Um conceito consolidado na época pós-Guerra Fria surgiu na Guerra do Golfo que, independente do aspecto tecnológico-militar, trouxe a idéia de uma coalizão de forças contra um inimigo comum dos interesses internacionais.

Paralelamente a esse quadro, observa-se o aumento da freqüência do emprego de forças de paz, multinacionais e combinadas, sob os auspícios da ONU, para restabelecer as condições de segurança existentes antes dos conflitos.

O aumento da capacidade de organização e de emprego de forças de paz multinacionais, em nome de um *status quo* mundial, e o relativo sucesso das suas várias atuações trouxeram questões sobre a real necessidade e destinação das Forças Armadas nacionais e propostas sobre a redução de seus efetivos. Soma-se a esse pensamento a gravidade do quadro social, que sugere o acréscimo em investimentos sociais em detrimento de investimentos em segurança. Em substituição ao "enfraquecimento" do poder militar, uma força de emergência regional, sob o controle da ONU, permaneceria constantemente organizada para socorrer os países em caso de ameaças externas.

• *No Campo da Ciência & Tecnologia (C&T)*

Após a industrialização, a velocidade de produção do conhecimento atingiu, em pouco tempo, elevados níveis de informação. O desenvolvimento da Ciência trouxe incontáveis benefícios à vida moderna. A base científica e tecnológica existente em qualquer país passou a exercer influência marcante sobre o seu poder nacional.

A realidade, todavia, apresenta o domínio do conhecimento restrito a poucos países, enquanto que os demais vivem um rela-

tivo atraso tecnológico que amplia as suas próprias deficiências estruturais.

A política dos países mais desenvolvidos é a de controlar a disseminação de tecnologia e a de estabelecer mecanismos que impeçam nações emergentes de desenvolverem programas de ponta. Observa-se isso nas pressões existentes para a assinatura de tratados limitadores de pesquisa, como, por exemplo, o de não-proliferação nuclear, onde o poder de influência vem justamente dos países que já dominam tal tecnologia.

No campo militar, a C&T assumiu papel de destaque. A Guerra do Golfo apresentou ao mundo o domínio da tecnologia avançada, que proporcionou ampla superioridade dos sistemas de armas computadorizados, dos equipamentos de guerra eletrônica, radares, intensificadores de visão noturna etc.

• *Conclusão Parcial*

A conjuntura internacional é assim complexa, tal qual um cadinho onde se fundem os inúmeros interesses de todas as nações do globo terrestre. O fim da Guerra Fria e a pouca possibilidade de o mundo se envolver, novamente, em uma guerra de grandes proporções oferecem um questionamento sobre a redução de efetivos militares e, até mesmo, a extinção das Forças Armadas de cada país, substituindo-as, quando fosse o caso, por Forças de Emergência da ONU. Essa aparente não-necessidade de Forças Armadas induz também a idéia de alterar-lhes a destinação, lançando-as ao combate do narcotráfico e do terrorismo. Tal quadro não interessa à sociedade brasileira. Compete à Força Terrestre o trabalho de conscientização da população sobre sua missão constitucional de Defesa da Pátria e dos Poderes Constitucionais, através de um preparo cada vez mais eficiente e adequado ao momento presente, investindo no adestramento e na formação de seus profissionais.

A participação cada vez mais intensa nos problemas mundiais, quer participando de forças multinacionais, quer opinando e tomando posturas ante conflitos internacionais, permitirá ao Brasil desenvolver uma liderança mundial e se fortalecer como um "baluarte da paz". Esse novo horizonte nas relações internacionais do Brasil exige que a Força Terrestre selecione e invista em um núcleo de forças capaz de atuar, sob a coordenação da ONU, nas operações de manutenção da paz em qualquer parte onde for necessário. Da mesma forma, requer a formação de assessores de alto nível, capazes de acompanhar os altos chefes militares em missões de arbitragem e verificação. Surge, também, a possibilidade de aumentar o intercâmbio militar com vários países.

As ações em prol da preservação ambiental e da proteção do índio ou de minorias étnicas, ainda que procurem preservar o Planeta e a Humanidade para o futuro, interferem na soberania plena dos países e, em particular, do Brasil, que, por ser dotado de uma grande floresta tropical e de centenas de tribos indígenas, galvaniza a opinião pública adversa. Isso mostra uma fragilização do conceito de soberania e de fronteiras nacionais. Caberá à Força Terrestre articular-se para ampliar sua presença nessas áreas críticas, em especial na Amazônia, aumentando a capacidade de dissuasão e servindo de fator de incentivo ao desenvolvimento.

As restrições ao acesso a tecnologias de ponta e a necessidade de captação de recursos reduzem o ritmo de desenvolvimento técnico-científico. Os programas e projetos da Força Terrestre devem se basear numa tecnologia própria, através da nacionaliza-

ção crescente, reduzindo, de modo progressivo, a dependência externa, mas com a incorporação seletiva de tecnologias de ponta, a fim de se manterem os equipamentos com as mais modernas sofisticações.

## Nacional

• *No Campo Econômico*

O Brasil, após um período de grande desordem financeira e de altas taxas de inflação, procura a retomada do crescimento da economia, ancorado na estabilidade do Plano Real. Os desequilíbrios existentes antes da fase do Real, embora tendam a se reduzir, persistem. O quadro atual assinala desajustes na distribuição da renda, permitindo que significativa parcela da riqueza esteja acumulada na mão de poucas pessoas, ao passo que, no restante do País, imperam o desemprego e as baixas condições de vida. A infra-estrutura econômica está defasada das novas exigências da sociedade. A presença do Estado na economia se mostra desatualizada e compromete a agilidade das relações.

A repartição do bolo orçamentário apresenta certos desequilíbrios, ocasionando escassez de recursos em alguns setores e excesso em outros. As Forças Armadas sofrem grande restrição orçamentária, dificultando investimentos, em particular na aquisição de equipamentos.

Existe grande esperança com relação às futuras medidas a serem adotadas pelo Governo Federal, tais como quebra de monopólios, privatizações, reformas fiscal, previdenciária e financeira, adequando a economia à nova realidade brasileira, corrigindo a evasão de tributos e resgatando, para o mercado de trabalho, a massa participante da economia informal. Há, contudo, certo ceticismo com relação às mudanças, por parte da população em geral.

Inserido no campo internacional, o Brasil desfruta de credibilidade crescente. O Mercosul se apresenta como excelente alternativa para ampliar a oferta de empregos e de produtos, possibilitando reverter, de alguma forma, parte da situação existente.

• *No Campo Político*

O Brasil vive a consolidação do regime democrático. É o momento onde importantes questões são levantadas pela sociedade. Destacam-se, dentre elas, as discussões sobre a missão constitucional das Forças Armadas como um todo, e do Exército em particular. Tais questionamentos sugerem a reflexão sobre a necessidade ou não da defesa da Pátria,[1] uma vez que são remotas as possibilidades de conflitos externos no continente sul-americano ou de invasão do território nacional. E apresentam o combate à violência e ao tráfico de drogas como opção alternativa à missão do Exército.

No bojo das reformas, surge a necessidade do estabelecimento de uma Política de Segurança Nacional.

• *No Campo Psicossocial*

O contexto social do Brasil é diversificado, decorrência natural de sua extensão territorial. Contudo, certas características são comuns em todo território nacional, como, por exemplo, a má distribuição da renda, ocasionando acentuados desníveis sociais, a falta de habitação, favorecendo os movimentos dos "sem-terra" e dos "sem-teto", o de-

1. Constituição Federal — Art. 142 — Missão das Forças Armadas.

semprego, a favelização e o crescimento desordenado das grandes metrópoles, a fome, a falta de educação e de saúde públicas e a disponibilidade cada vez menor de recursos.

A Região Norte convive com o narcotráfico, associado ao contrabando e ao terrorismo em países vizinhos, com o garimpeiro realizando a exploração predatória das riquezas do solo, e com o problema indígena. Tudo se constitui em focos de tensão de forte apelo emocional que, levados a fóruns internacionais, despertam críticas à capacidade de aplicação do poder nacional do Brasil sobre a Amazônia.

As grandes cidades apresentam um quadro preocupante de escalada da violência e do crime organizado subsidiados pelo narcotráfico. Na cidade do Rio de Janeiro, o Exército participou, mediante convênio, da "Operação Rio", que permitiu ao Governo Estadual readquirir capacidade de impor a autoridade policial.

A continuidade de todo esse estado de coisas, onde a miséria convive com a opulência à sombra da indiferença da sociedade, induz à visão prospectiva de um futuro conflito global entre classes sociais.

• *No Campo Militar*

Há um forte sentimento de identidade nacional e de patriotismo nas Forças Armadas, e no Exército em particular. Por isso, eles são naturalmente afetados pelo panorama conjuntural.

A presença do Exército se faz em todo o território nacional e, no presente, a Força Terrestre se articula para cumprir, pronta e eficientemente, a sua destinação constitucional, com atenção maior para as áreas mais prioritárias. Além de suas missões operacionais, a Força Terrestre executa atividades complementares que contribuem para o desenvolvimento nacional, tais como construção e manutenção de ferrovias e rodovias, ações de caráter emergencial, e em auxílio à Defesa Civil etc.

As verbas orçamentárias, porém, são insuficientes. Apesar, entretanto, da escassez de recursos, existe uma constante preocupação com a retomada dos projetos e programas de modernização e repotencialização progressiva dos equipamentos, com o aumento do índice de nacionalização de material e com a melhor formação e o aperfeiçoamento dos quadros.

Há uma expressiva participação em missões de paz, quer com observadores militares, quer com tropa, tendo havido sempre referências positivas sobre o trabalho de ambos.

A baixa capacidade financeira para investimentos em projetos, renovação de material, armamentos, equipamentos e viaturas das unidades operacionais aliada ao desequilíbrio de vencimentos entre os três poderes da República e a ansiedade provocada pela possível alteração da Lei da Previdência são aspectos que, cotidianamente, comprometem o moral.

• *No Campo da Ciência e Tecnologia (C&T)*

O Brasil investe recursos em Ciência e Tecnologia que, a cada dia, tornam-se proporcionalmente menores, tendo em vista a velocidade dos avanços e a constante descoberta de novos campos de atuação. Esse fato ocasiona um déficit crescente da base de recursos humanos. A dificuldade de acesso a tecnologias de ponta exige a nacionalização da tecnologia.

O investimento em C&T é realizado pelo Estado, cabendo uma irrisória parcela à iniciativa privada. A criatividade dos

cientistas e a pesquisa diuturna e interessada dos técnicos permitem ao Brasil amenizar os desequilíbrios tecnológicos existentes.

O setor necessita de uma grande reorganização para ampliar a participação do capital privado no desenvolvimento de projetos e criar uma massa crítica de técnicos e doutores, capaz de assegurar ao Brasil a capacidade de progresso, independente da transferência de tecnologia de países mais desenvolvidos.

No campo militar, a C&T se constitui num importante fator de integração entre as três Forças Singulares. Essa integração se faz, principalmente, por meio da capacitação comum dos recursos humanos necessários ao setor. Atualmente, estão sendo desenvolvidos sistemas de armas, sensores de equipamentos de comunicações e de guerra eletrônica, dentre outros projetos. Destacam-se, ainda, as perspectivas de implantação do Sistema Militar de Comando e Controle, do Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia (Sivam), do Sistema Combinado de Cartografia e da Comissão de Assessoramento de Assuntos de C&T das Forças Armadas.

• *Conclusão Parcial*

A estabilidade econômica, garantida pelo Plano Real, é um fator que incentiva os investimentos e os planejamentos a médio e a longo prazos. A Força Terrestre deverá se valer dessa condição para retomar o ritmo de seus programas e projetos de modernização e de aquisição de novos equipamentos. As restrições orçamentárias impostas poderão ser compensadas pela captação de recursos no exterior, facilitada pelo aumento da credibilidade econômica brasileira.

O debate constitucional, embora procure corrigir distorções da legislação atual, preocupa por trazer questionamentos sobre a destinação das Forças Armadas.

A escassez de recursos que redunda na falta de equipamentos, nos baixos investimentos em material de emprego militar (MEM), nas dificuldades para realizar um bom adestramento, os baixos níveis salariais e a evasão de profissionais são fatores que comprometem o moral dos componentes da Força Terrestre.

O desenvolvimento de novos equipamentos, incorporando tecnologias modernas, requer melhor preparo dos quadros para operá-los.

As condições sociais do povo brasileiro conduzem a um estado de convulsão social latente. Essa situação requer que a ênfase do preparo da Força Terrestre esteja, também, voltada para a Defesa Interna. Por outro lado, a Força Terrestre poderá se valer das suas atividades complementares para colaborar no desenvolvimento nacional e na Defesa Civil, minimizando pontos de fricção social.

## CONCLUSÃO

As conjunturas internacional e nacional trazem importantes reflexos no preparo e emprego da Força Terrestre, que se traduzem em ações e atitudes a serem adotadas para adequar o Exército à "nova ordem" que agora se lhe apresenta.

Com relação ao emprego, há necessidade de selecionar e investir na implantação progressiva de um núcleo de forças, com efetivo completo e profissional, dentro da atual Força Terrestre, adequado às exigências conjunturais e capaz de atuar de forma eficaz e eficiente — com rapidez, na Defesa Externa e Interna, nas áreas estratégicas em que estiverem localizadas; imediatamente,

em qualquer área estratégica do território nacional; e nas operações de manutenção da paz, sob a coordenação da ONU.

Há, igualmente, necessidade de prosseguir com a rearticulação das tropas para ampliar a presença militar em áreas críticas e de se organizar uma estrutura capaz de ficar em condições de participar de Programas de Desenvolvimento Nacional.

Quanto ao preparo, deverá estar voltado para a obtenção de um alto nível de adestramento; a valorização e a profissionalização crescente dos recursos humanos, com prioridade para a formação e o aperfeiçoamento dos quadros; o desenvolvimento de uma doutrina militar própria, moderna e adequada às peculiaridades brasileiras; a experimentação de novas técnicas e processos de combate; o desenvolvimento de tecnologia própria, através da nacionalização crescente dos armamentos e de equipamentos mais sofisticados, sem prejuízo da incorporação seletiva de conhecimentos de ponta; o aprimoramento da estrutura organizacional, conciliando a distribuição dos efetivos do tempo de paz com a organização de tempo de guerra; a racionalização das atividades de preparo, administrando recursos na busca do melhor adestramento e do melhor aproveitamento do material e equipamento; a valorização das atividades de Estado-Maior, de modo a melhor assessorar os chefes no processo decisório; a máxima otimização dos investimentos, adequando processos e custos, de forma a garantir a conclusão de cada um dos projetos iniciados; o desenvolvimento da liderança em todos os níveis; e a criação de mecanismos de recompensa com maior amplitude, a fim de alcançar um maior número de militares.

## CONSIDERAÇÃO COMPLEMENTAR: A MISSÃO CONSTITUCIONAL DO EXÉRCITO, PREPARO E EMPREGO

É importante definir que a ação do Exército na sua interação com a conjuntura atual está orientada pela Constituição Federal, de 1988, e pela Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991.

A Constituição estabelece que o Exército, assim com as demais Forças Singulares, destina-se *"... à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, (...) da lei e da ordem"*.[2] E, para o cumprimento dessa destinação constitucional, a Lei Complementar nº 69 determina que o seu *"preparo deverá ser orientado pelos seguintes parâmetros básicos: permanente eficiência operacional (...); procura da autonomia nacional crescente, através da contínua nacionalização de seus meios (...); correta utilização do potencial nacional, mediante mobilização criteriosamente planejada."*[3]

Além disso, a própria Lei Complementar nº 69, nas suas disposições complementares, define como atribuição subsidiária a de *"cooperar com o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil (...)."*[4] ❑

2. Constituição Federal — Art. 142 e Lei Complementar nº 69 — Art. 1º.

3. Lei Complementar nº 69 — Arts. 6º e 7º.

4. Lei Complementar nº 69 — Art. 9º.

# Um Brasileiro em Ayacucho

**Joaquim Ponce Leal***

Era a época dos sonhos do extremismo liberal e das grandes aventuras políticas. Nos países das Américas, os ideais de liberdade e igualdade da Revolução Francesa fundiam-se aos anseios de liberdade como independência, da Revolução Americana.

Mas, ocupando vastíssima área de uma das Américas — quase um continente — existia o universo do Brasil, descoberto e colonizado pelos portugueses. Falando o próprio idioma herdado, nascera e evoluíra como uma projeção de Portugal. De modo que o Vice-Reinado do Brasil era uma resultante histórica do casamento, em 1095, do conde Henrique de Borgonha, sendo conseqüência, como disse Oswald Spengler, dos "destinos dinásticos" que determinaram o aparecimento de "um povo português e um Brasil português no meio da América espanhola". Porque, como disse o mesmo pensador, não foram as "raças" do Ocidente as criadoras das grandes nações, mas as conseqüências dessas.

Eram, na verdade, irrecusáveis as diferenças de temperamento, vocação e destino entre os povos ibéricos e o Novo Mundo. Em função mesmo dessa dissimilitude, é o próprio Simón Bolívar — herói máximo da Independência das nações hispano-americanas — quem, não fazendo mais que notar essas diferenças, se revela, ao promover, em 1826, o Congresso do Panamá, também influenciado pela Europa, ou melhor, também partidário do extremismo revolucionário francês, ao se mostrar incapaz de reconhecer, no Império do Brasil, algo mais do que lhe parecia uma presença exótica e extravagante nas Américas.

Com efeito, como salientou o Ministro da Ciência, Tecnologica e Cultura da Venezuela em seu belo discurso ao inaugurar no Rio de Janeiro, aos 12 de outubro de 1978, o monumento eqüestre ao Libertador, para Bolívar era *"difícil possuir, desde um princípio uma visão correta e suficiente do Brasil"*.

Entretanto, ao sul, muito cedo os rioplantenses iriam dar prova do reconhecimento da identidade que, acima de idiomas e di-

* Doutor em Direito. Sócio-efetivo do IGHMB.

ferenças muitas vezes superficiais, amarra e une os povos americanos, quando o próprio Congresso de Tucuman pede à Corte do Rio de Janeiro um príncipe brasileiro, para oferecer-lhe a Coroa do Reino do Rio da Prata. Ao ousarem esse passo, os argentinos parecem desejar a continuidade, na América, dos impositivos que havia séculos interligavam as Coroas de Portugal e Castela. Concretizando esse plano, teria surgido uma sólida aliança de vínculos dinásticos, capaz de assegurar a independência das nações do Novo Mundo e de criar um eixo político de garantia da estabilidade da paz e de condições para a defesa comum no futuro.

Teria sido um exemplo das duas nações do Atlântico às nações do Pacífico. Dificuldades na banda oriental, entretanto, impossibilitaram a execução do projeto.

Todavia, em que pese a seus fundamentos e história, isto é, à identidade do seu ser, o Brasil desde muito cedo procurou ligar-se aos destinos comuns das três Américas. Agindo como precursor de Bolívar e do Congresso do Panamá, o Império do Brasil teve uma lúcida antevisão da necessidade de que, em sua defesa comum, as nações americanas se coligassem. Na verdade, pouco tempo havia passado da célebre mensagem de Monroe, e já o encarregado de negócios brasileiros nos Estados Unidos da América recebia despacho com instruções, nas quais o Governo Imperial lhe determinava que sondasse as disposições do Governo de Washington *"a respeito de uma liga defensiva e ofensiva com o Império, como parte integrante do Continente Americano, contanto que semelhante liga não tenha por base concessões algumas de parte a parte, mas deduza tão-somente do princípio geral de conveniência a mútua proveniente da mesma liga"*.

Ademais, já alguns meses antes do 7 de setembro, o futuro Patriarca da Independência, José Bonifácio, atuando como ministro de estrangeiros do Reino do Brasil, despachava instruções para Correia da Câmara, agente da Corte do Rio de Janeiro junto ao Governo de Buenos Aries: *"... os interesses deste Reino são os mesmos que os dos outros Estados deste Hemisfério, e da parte que eles devem tomar nos nossos destinos, lhes prometerá da parte de S.A.R. o reconhecimento solene da independência política desses governos, e lhe exporá as utilidades incalculáveis que podem resultar de fazerem uma confederação ou tratado ofensivo e defensivo com o Brasil, para se oporem com os outros governos da América espanhola aos cerebrinos manejos da política européia, demonstrando-lhes finalmente que nenhum desses governos poderá ganhar amigo mais leal e pronto do que o Governo Brasileiro; além das grandes vantagens que lhes provir das relações comerciais que poderão ter reciprocamente com este Reino"*, e ainda acrescentava, em outro despacho a Correia da Câmara, que sendo impossível preparar-se com a velocidade *"que seria mister à face de qualquer ataque repentino em alguns dos pontos de suas extensas Costas. Resolveu, portanto, S.A.R., o Príncipe Regente Defensor Perpétuo destes Povos convidar ao Seu Real Serviço Lord Cochrane, cuja provada perícia naval e adesão ao sistema americano o estimularam a aproveitar mais esta ocasião de cooperar à defesa da Sagrada Causa desse Hemisfério..."* E, já após a Independência, em despacho ao mesmo diplomata, manifestava indisfarçadas preocupações com os destinos americanistas: *"sou informado de Inglaterra de que se ajusta um tratado secreto entre os reinos de Portugal e Espanha no qual há um artigo em que esta*

*última potência se compromete a auxiliar a primeira com 12 mil homens contra o Império do Brasil. As gazetas francesas do mês de junho fizeram também menção desses ajustes... sendo por outro lado assaz manifestos às vistas hostis dos partidos demagogos de Espanha e Portugal, esta notícia não deve ser desprezada, e Vossa Mercê aproveitará para fazer resolver prontamente os Governos do Rio da Prata do quanto urge apressarem-se a tratar de uma Federação com o Brasil, pois uma vez que a Espanha oferece com efeito tropas a Portugal para virem à América, não precisa ser grande político para perceber que o seu verdadeiro fim não é cooperar com Portugal contra o Império do Brasil mas sim tentarem, por este motivo, um desembarque em qualquer de suas ex-colônias argentinas..."* E acrescentava em P.S.: *"depois de ter concluído este despacho, tive comunicações secretas comunicando-se-me da Europa que se trabalha em um tratado entre Espanha, Portugal e Inglaterra; o que me apresso a levar ao conhecimento de Vossa Mercê."*

Revelava-se assim o sentido americanista do nosso Império. O exotismo que Bolívar observava na Monarquia americana decorria de uma visão imperfeita, conseqüência de sua formação revolucionária. Mas, para os brasileiros, a Coroa Imperial é a grande força simbólica que garantirá a unidade, o grande motivo unificador. O Governo Monárquico no Rio de Janeiro é um autêntico representante da democracia, vencendo, na defesa de um legado de tradições, os caudilhismos rebeldes contra a autoridade centralizadora da Capital. Porque, em verdade, todos se sentiam brasileiros em torno da presença do Imperador. E, como escreveu Pedro Calmon, havia *"os que consideravam o Império continuação retilínea do passado"*, assim como *"havia os que o desejavam cesarista, brotando menos da evolução do que da revolução"*, e havia até os que não o discutiam, porque necessário.

Mas eram realmente iniludíveis as divergências. Se preexistiam na Península, onde, como lembra Pontes de Miranda, a religião, a política e a arte são mais árabes na Espanha, mais germânicas em Portugal, se acentuavam mais ainda no Novo Continente, com aqueles vice-reinados castelhanos aparecendo tão diferentes da América portuguesa, marcados cada qual pelo próprio pragmatismo da História. É, contudo, inegável que, a despeito dessa diversidade, o novo Império do Brasil demonstrava precoce sentimento de americanidade, como o primeiro Governo a propor a criação de um instrumento que assegurasse a defesa comum. Era esse americanismo, a consciência profundamente americana da Monarquia brasileira, o que realmente Bolívar não lograria compreender.

Sentia-se e se sabia que era imperativo coligar os povos das Américas. O próprio pan-americanismo outra coisa não será que o reconhecimento da necessidade de enfrentar o que, conforme o espírito do Congresso de Viena e da Santa Aliança, poderia vir a ser um inimigo inconciliável o europeu recolonizador a ameaçar o Novo Mundo com seus exércitos e suas esquadras.

No entanto, a par dos contrastes, muitas vezes violentos de sua formação, existiam, aproximando os povos ibéricos das Américas, analogias, homologias e paralelismos, conseqüentes de comuns fundamentos culturais, resultantes de uma história que vira na Península a presença ou a invasão de fenícios, cartagineses, romanos, vândalos, visigodos, mouros e cruzados que pisaram aquela terra premiada ou influenciada da

África e da Europa. E não teria sido pelo excesso de diferenças, mas pelo excesso de semelhamças que Portugal se separou de Espanha, como observou sutilmente Angel Ganivet, evidenciando a dificuldade de disfarçar-se a identidade dos valores de uma comum tradição ibérica.

Todas essas similitudes iriam influir, certamente, como fatores de uma possível aproximação entre as progênies lusitana e castelhana nas Américas. Ademais, é impossível escamotear-se entre os fatores que aproximavam os conspiradores brasileiros e os dos povos platinos e andinos a fraternidade da Ordem Maçônica, cujas senhas e palavras de passe formavam uma imensa teia de fios invisíveis a ligar os irmãos pedreiros-livres, até mesmo no além-mar.

Evidência dessa solidariedade maçônica vamos encontrar nos acontecimentos que perturbaram o Nordeste brasileiro, ainda à época em que o Rei D. João VI governava no Rio de Janeiro. Pernambuco, onde fermentavam velhos ressentimentos com a Bahia e o Rio de Janeiro, ambiente propício a certas tentativas insurrecionais, se tornava palco de grave insurgência que explode aos 6 de março de 1817. É a primeira revolta a acontecer no País, desde que os Braganças, aproveitando a especial circunstância histórica de invasão napoleônica, conseguem concretizar um velho sonho e plano: transferir para o outro lado do Atlântico a capital do Império português .

A Revolução Pernambucana logo consegue espraiar-se invadindo a Paraíba e o Rio Grande do Norte. O Ceará e a Bahia, entretanto, recusam-se a participar do levante armando. Com efeito, os cearenses permanecem surdos aos apelos do enviado dos rebeldes e seu conterrâneo, o padre José Martiniano de Alencar. E, do mesmo modo, a Bahia, leal ao soberano, fiel à sua brasilidade, não aderia ao movimento revolucionário, malogrando a missão confiada pelos insurretos a José Ignacio Ribeiro de Abreu Lima, o famoso padre Roma.

Além de tudo, logo lavrariam dissenções entre os revoltosos. Muitos viram-se iludidos: haviam tomado armas contra impostos excessivos e contra vexames, não contra a autoridade do Rei. E o sul de Pernambuco e Alagoas levantam-se na contra-revolução, opondo-se ao extremismo revolucionário dos liberais. As medidas enérgicas do conde dos Arcos, governador da Bahia, desmoronava a intentona rebelde.

Partindo da Bahia ao comando de um marechal-de-campo, tropas reais avançam sobre Pernambuco. A Marinha bloqueia o Recife e domina o Rio Grande do Norte e, à aproximação das forças legais que cruzaram os sertões, desembarca tropas, ocupando sem resistência a capital revolucionária. Vendo-se perdidos, os insurgentes dispersam-se. Suicida-se um dos chefes. Muitos são presos e enviados à Bahia. Alguns vão para a prisão em Lisboa, outros para o degredo na África. Inúmeros vão buscar refúgio em países vizinhos, enquanto outros são passados pelas armas.

É o que acontece a 23 de março com o enviado revolucionário à Bahia. A silhueta de José Ignacio de Abreu Lima confunde-se na muralha escura da fortaleza baiana. Arrancam-lhe as vestes talares. Um grupo de 10 soldados recebe as ordens de: "Preparar armas!" "Apontar armas!" O padre retira a venda. Grita, ainda, uma frase de exaltação às idéias da revolução, abafada pela voz de comando: "Fogo!" E o sacerdote rebelde cai definitivamente.

O acontecimento ainda se torna mais intensamente trágico pela presença de dois

filhos do condenado: José Ignacio e Luiz, que haviam nascido antes de seu pai assumir o estado eclesiástico. Estoicamente, eles suportam a cena da execução, mas perturbados com o fim do genitor e aconselhados pelo próprio conde dos Arcos, decidem partir voluntariamente para o exílio e tomam o rumo dos Estados Unidos da América, onde desembarcam em fevereiro de 1818.

José Ignacio, capitão de artilharia — concluíra o curso da Real Academia Militar em 1816 —, parte em abril para São Thomaz, nas Antilhas, e dessa ilha dirige-se à Venezuela. E, em novenbro, novamente está na América do Sul, no Porto de Angustura, no momento em que Bolívar regressa da infeliz campanha de Caracas. É nesse instante que o brasileiro oferece sua espada à causa das Independências da Colômbia e Venezuela. E, aos 18 de fevereiro, capitão do Estado-Maior, entra ao serviço dessa última República.

A rebelião pernambucana, entretanto, extingue-se sem a adesão das províncias vizinhas, destroçadas pelas armas do Exército e pelos navios e baionetas da Marinha. Mas, nos estertores dessa rebeldia, rebrilham as peripécias de um episódio de romântico colorido, um desesperado e audacioso plano: libertar Napoleão prisioneiro em Santa Helena. Os revolucionários nordestinos, de fato, envolveram-se no projeto dos bonapartistas emigrados na América do Norte, que pretendem seqüestrar o Corso degredado no meio do Atlântico. O complô envolve também muitos norte-americanos, e até mesmo Decatur, o melhor oficial da Armada dos Estados Unidos, é chamado a dar seu parecer sobre o ousado plano.

A expedição — duas escunas, um navio armado, oficiais franceses, centenas de oficiais e marinheiros norte-americanos — deve concentrar-se nas ilhas de Fernando de Noronha, na costa do Nordeste brasileiro e, daí, partir para a aventura destemida. O grosso das forças marchará sobre Sand-Bay e, desse ponto, avançará sobre o forte, no centro de Stª Helena. E outro corpo de operações investirá sobre a residência de Napoleão. E seqüestra-lo-á. A expedição será comandada por um certo general Ravul. Grouchy e Clausel transmitem as ordens de José Bonaparte, coordenador do plano que dispõe de mais de US$ 1 milhão levantados nos Estados Unidos pelos 10 mil exilados franceses, soma certamente a ser acrescida com os fundos conseguidos em Pernambuco pelo poeta Natividade Saldanha, o qual, depois, exilado nos países castelhanos, se tornará secretário de Bolívar.

Seqüestrado, Napoleão seria levado para bordo do mais rápido veleiro e conduzido à América. Para Nova Orleans, na Louisiana, ou para Filadélfia, na Pensilvânia, preferem os norte-americanos. Para o Recife, em Pernambuco, desejam os brasileiros que, admiradores do gênio estratégico de Bonaparte, a ele pretendem entregar o comando de um derradeiro esforço militar revolucionário.

*"Mas o governo do Rio de Janeiro execrava o invasor de Portugal. Além disso, achava-se informado da gravidade da conspiração, não só pelo seu agente diplomático em Washington, como ainda, provavelmente, pelos respectivos representantes da França e da Inglaterra."* (*Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco*, V. X, nº 57, março de 1903, artigo "Napoleão I e o Brasil", de J. A. Teixeira de Castro, que reproduz estudos publicados na *Revue du Monde Latin*, de Paris).

No entanto, aqueles revolucionários tão audaciosos a ponto de participarem dos complôs internacionais que envolviam interesses de grandes potências iriam, ao se exilarem nos países castelhanos, participar de importantíssimos acontecimentos na história da libertação da América espanhola. Muitos dos rebeldes brasileiros de 1817 haviam emigrado para a Colômbia, centro de articulações maçônicas, onde se conspirava a independência dos povos de fala espanhola. Seria, portanto, natural que os pedreiros-livres brasileiros, como eram os conjurados de 1817, buscassem refúgio nos países onde pesava ainda a sombra maçônica do general Francisco Miranda.

Em 1821, entretanto, são informados de que as Cortes lhes haviam concedido anistia. Sem dúvida, havia uma divisão no espírito dos brasileiros: eram revolucionários, sim, mas, antes de tudo, aspiravam à Independência do Brasil. E quando tiveram notícia de que, a 7 de setembro de 1822, o Princípe D. Pedro, na colina do Ipiranga, cortara os laços que uniam sua pátria a Portugal, não puderam deixar de reconhecer que o jovem filho de D. João VI tornava realidade os seus antigos sonhos de libertação. Souberam, a seguir, de uma renhida guerra pela liberdade do País: na Bahia, no Maranhão, no Piauí, no mar, os brasileiros lutavam bravamente.

Parecia a mesma guerra, a igual vontade de lutar, aquela gana que os reunia há tanto tempo e os encontrava mais uma vez juntos naquelas altitudes, na beleza agreste do pampa de Ayacucho, na manhã de 9 de dezembro de 1824, dia e lugar da derradeira batalha pela liberdade da América neo-hispânica.

Entretanto, como todo o rigor científico da historiografia alemã, Wolfram Dietrich não pode deixar dúvidas quanto à contribuição brasileira na última batalha pela liberdade dos povos hispano-sul-americanos. "*Um contingente brasileiro, comandado pelo general Abreu, tinha se reunido a ele*", escreve o ilustre e sério historiador alemão. De modo que não é apenas Abreu Lima, como reconhecem os peruanos, quem participa em mais uma das refregas onde sua bravura cintilou nos países de língua castelhana, mas uma força brasileira (não terão sido mais de 20 ou 30 exilados da revolução pernambucana de 1817) que luta ao lado dos irmãos do continente pela liberdade das gentes espanholas da América meridional.

Mas, antes de haver-se iniciado a luta nas *llanuras* de Ayacucho, luta que se parece com um torneio, como escreveu Ricardo Palma, Sucre ordena um belo ritual: reúne as bandeiras das nações cujos filhos vão participar do derradeiro encontro com os europeus, e entre aquelas flâmulas tremula aos ventos dos Andes o pavilhão auri-verde do jovem Império do Brasil. Porque é sob a bandeira imperial brasileira que se vão bater, pela Independência da América do Sul espanhola, os ex-rebeldes pernambucanos de 1817.

Assim, naquela manhã de 1824, o sol das cordilheiras ilumina o rosto moreno do soldado pernambucano. A batalha vai ter início. José Ignacio terá pensado na sua própria trajetória pelos exércitos da Grã-Colômbia: aos 3 de abril de 1819, estreara na Batalha de Queseros; em Boyacá, aos 7 de agosto de 1819 batera-se com bravura e saíra ferido — fora um pouco de sangue brasileiro derramado pela Independência dos Povos Espanhóis da América —; em Carabobo, 24 de junho de 1821, lutara com inigualável galhardia e novamente é ferido; então, promovido a tenente-coronel, tem seu nome ins-

crito na coluna levantada em Valência, em comemoração da vitória.

Fora longa e brilhante a carreira do militar brasileiro no Exército de Simón Bolívar: secretário do Libertador, oficial de Estado-Maior, incorporado aos legendários *Llaneros* comandados pelo heróico general José Antonio Paez, Savana da Guarda, Molinos, Vargas, Achaguas — onde fica moribundo ao lado de Soublete —, Rio Hacha — onde derrota os rebeldes — e Cucuta, onde salva a divisão que se havia embebedado. E sua presença aparece ainda em outros momentos da gesta revolucionária dos castelhanos da América — ele próprio vai registrá-los após seu regresso à pátria, ao escrever ao seu diletíssimo amigo Paez, primeiro Presidente da Venezuela: *"Derrotei Campos em Rio Hacha, bati-me com os Goajiros corpo a corpo, libertei Santa Martha."* Coronel em fins de 1821, chefe do Estado-Maior do Exército sitiante de Puerto Cabello, às ordens de Paez, novamente distingue-se no assalto àquele reduto das forças realistas. Era 1823. Novembro.

Com sua espada e sua lança Abreu Lima soubera lutar como um herói pelas independências da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru, do Panamá, da Bolívia. Fora um leal soldado de Bolívar, de quem conquistara a amizade e a admiração. E ninguém melhor do que ele mesmo, também historiador, escreveria para mostrar como se sentia intergrado à causa dos povos irmãos e vizinhos: *"Tenho orgulho de me chamar um dos libertadores da Venezuela e da Nova Granada, e de usar as minhas cruzes de Boyacá, de Puerto Cabello e do meu nobre escudo de Carabobo..."*

De fato, o nosso patrício tornara-se um famoso protagonista da emancipação da América do Sul espanhola: desde maio de 1818 até 1831 — após a morte do Libertador, a 17 de dezembro de 1830 —, Abreu Lima está incorporado aos exércitos de Bolívar. Depois, entristecido com o desaparecimento do seu grande amigo e chefe e tentando esquecer sua paixão pela sobrinha de Bolívar, Benigna Cornelia, cuja família não aprovava seu amor pelo general brasileiro e forçara seu noivado com o general Briceño Mendes, Abreu Lima parte para os Estados Unidos, onde estivera antes em importantíssima missão diplomática de Bolívar e, em seguida, para a Europa, onde se encontra com Pedro I.

Agora Abreu Lima vê o quadro da luta que se vai travar e da qual vai participar: ali estão, em linha de batalha, as formações de Sucre. Esperam o ataque: a luta vai ser quase exclusivamente um corpo-a-corpo a sabre e baioneta, e evolui muito rapidamente decidindo-se a favor dos americanos.

Ao meio-dia, ferido de leve na cabeça, o Vice-Rei cai prisioneiro, à mesma hora, amarga coincidência, em que Fernando VII assinava em Madri o decreto que lhe concedia o título de conde dos Andes.

Ao pôr-do-sol, a capitulação de Ayacucho é assinada pelo general Canterac. Anoitece afinal, com a América do Sul neohispânica libertada. E ao amanhecer do dia 10 de dezembro iniciava-se um novo ciclo na história dos povos de fala espanhola do Novo Mundo.

Para a derrota espanhola terá contribuído a rivalidade dos dois chefes realistas, os generais Canterac, protegido do Vice-Rei, e Valdez, conhecido por sua reputação de bravura e competência. De fato, o plano de batalha dos espanhóis continha inúmeros defeitos, como antes da refrega notara Valdez, que previra a impossibilidade de os espanhóis formarem uma linha ordenada. E é essa

falta de lucidez tática que abre o caminho da vitória às tropas de Sucre, cuja decisão soube explorar a incompetência espanhola, sobrepujando a superioridade numérica e de artilharia das forças de Fernando VII que, ao início da porfia, pareciam vitoriosas.

A presença brasileira em Ayacucho é um acontecimento histórico desconhecido, quer pelos historiadores castelhanos, quer pelos brasileiros. Entretanto, mais que um símbolo, é uma presença de irrecusável significação, a evidenciar a analogia das aspirações de liberdade entre os descendentes dos espanhóis e dos portugueses.

O Brasil, que já há muitos anos tem recebido, como cortesia e prova de amizade dos irmãos da América, estátuas de seus Heróis — Guatemoc, do México; Santander, da Colômbia; San Martin, da Argentina; Bolívar e Sucre, da Venezuela, e o busto de O'Higgins, do Chile — que se erguem no Rio de Janeiro e São Paulo, poderia retribuir essas provas de amizade, sem olvidar os Estados Unidos da América, que nos ofertaram a bela estátua da Fraternidade.

Assim, poderíamos oferecer à Argentina a estátua de Pedro I; ao México, tão orgulhoso de suas gloriosas tradições indígenas, a de Araribóia, nosso "valente defensor da integridade nacional"; ao Chile, tão amigo e admirador de nosso segundo imperante, a de D. Pedro II, como retribuição pela homenagem daquele país que se conserva no *Pantheon* dos Imperadores; aos Estados Unidos da América, também a de Pedro I, o precursor dos ideais pan-americanistas e da amizade entre as duas nações, e finalmente à Venezuela, à Colômbia e à República do Peru a estátua de José Ignacio de Abreu Lima.

Ela relembrará aos irmãos daqueles países a presença desse herói, general da Grã-Colômbia, que se torna general do Império do Brasil; desse desventurado da Bahia que se transforma no bravo de Boyacá e Carabobo, libertador de Nova Granada; desse exilado que dá o assalto à Santa Martha; desse íntimo de Bolívar, que se faz amigo de Pedro I; desse renegado, general e diplomata do Libertador que, na sua farda de general brasileiro (desde 1832 — 28 de outubro — um Decreto Legislativo restituíra-lhe a cidadania a lhe reconhecera os títulos e honras conseguidos nas guerras), com as condecorações conquistadas nos campos de batalha da guerra pela Independência da América do Sul neo-hispânica, se apresenta ao Imperador Pedro II, na festa comemorativa do aniversário da Maioridade; desse romântico e heróico rebelde que, ao sol dos Andes, sob a Bandeira Imperial, comandou os brasileiros em Ayacucho. ❑

*Ser um cavalheiro é uma qualidade que se torna um defeito num trânsito engarrafado.*

*Nós aprendemos com os nossos erros. Quem não erra não aprende.*

A DEFESA NACIONAL

# Crises — Proposta de Metodologia para Gestão[1]

**João Paulo Saboya Burnier e**
**Luiz Claudio Del Rio Chagas do Nascimento***

*O artigo apresenta um estudo sobre as crises, enfoca seu uso como instrumento de domínio, antes, durante e após a Guerra Fria, e esboça uma metodologia capaz de permitir sua gestão.*

Se a ciência e a tecnologia evoluíram junto com a inteligência humana, o mesmo não ocorreu em relação ao progresso moral da humanidade. Os interesses e as paixões que moviam homens e exércitos à época de Cristo são os mesmos que fazem a história nos dias atuais. Como disse Montaigne Vaincre, em *Etude de la Guerre*, ao final do século passado:

*"A lei da vida é a lei da fome; e só pode satisfazer sua fome, só pode viver e, por sua descendência, sobreviver aquele que é forte. O forte devora o fraco: a lei da vida é a lei da força.*

*"A manifestação da força, ao curso das eras, modificou-se lenta e sensivelmente. Ela tomou, com a civilização, a forma de uma espécie de larva que sobrevive com a mentira que, a intervalos não muito raros, reveste-se do manto pomposo e trágico da guerra. Mas, malgrado as aparências e as hipocrisias, a lei da fome, e a sua conseqüente lei da força, sempre governaram o mundo."*

Assim acontece em nossos dias. O mundo assistiu à ascensão de duas superpotências após a Segunda Guerra Mundial, numa escalada de poder militar sem precedentes. Todo o esforço dos contendores concentrava-se em impedir o acesso do rival a novas áreas geográficas e em manter suas próprias conquistas. Através da manutenção de governos títeres ou por força da presença mili-

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior e Coronel de Cavalaria e Estado-Maior, respectivamente.
1. Selecionado pelo PADECEME.

tar, mantinham suas áreas de dominação, ao mesmo tempo em que criavam e expandiam áreas de influência, utilizando vantagens geo-estratégicas, político-econômicas, atividades comerciais e afinidades culturais. Naturalmente, sempre que o outro partido se mostrasse incapaz de reagir, as regiões de influência transformar-se-iam em áreas de dominação, desde que significassem lucros, em vez de incômodas responsabilidades.

Trazendo, tais ações em força, reflexos para áreas ainda não comprometidas, com possível efeito negativo para novas conquistas a ser explorado pelo adversário, as potências dominantes portavam-se com relativa discreção, o que criava certo clima de segurança no âmbito das nações de "segunda linha". Poder-se-ia dizer que os Estados subalternos integrantes de cada um dos blocos gozavam de um *status* definido, que era tão mais elevado quanto maior o prejuízo para seu dominador, decorrente da sua transferência para o outro pólo de poder. Nesse período, a maior ameaça pesava sobre as duas grandes potências, já que seriam elas as mais atingidas com a eventual deflagração de um conflito nuclear, cuja possibilidade de ocorrência constituía o maior fator de equilíbrio do sistema.

A rutura do processo ocorreu justamente porque um dos lados não foi capaz de sustentar a máquina militar sem onerar demasiadamente sua sociedade, a partir do modelo ineficaz escolhido para a condução de sua política e de sua economia. Com a queda do muro de Berlim e a implosão da União Soviética, inicia-se, assim, uma nova era para o mundo, com novas relações de poder vigorando.

Mais uma vez, porém, o verme de Montaigne se agita e reclama sua parte. Na nova ordem que se seguiu, os detentores do poder não mais pretendem lutar por uma orbe de influência e de domínio, já que o vencedor da disputa anterior é detentor de poder militar muito superior a qualquer um dos possíveis aspirantes a líder mundial. Num consenso sinérgico e lógico, todos aqueles que dispõem da capacidade de disputar ou garantir mercados, e respaldam tal capacidade com suficiente poder militar dissuasório, real ou potencial, definiram fronteiras para suas influências e estabeleceram novas regras para a interação entre as economias dos Estados.

Nesse novo cenário, surge o mecanismo do gerenciamento das crises como a ferramenta barata e segura à disposição dos que dispõem de poder suficiente para utilizá-lo. Sob essa nova ótica passa a crise a constituir fenômeno com características peculiares e definidas, passível, portanto, de uma codificação para a sua avaliação e para o seu grenciamento por parte dos poderes políticos envolvidos.

É natural que, como qualquer outro fenômeno, as crises viessem a sofrer mudanças fundamentais ao longo do tempo, particularmente se considerarmos a velocidade com que todos os parâmetros mudaram nos últimos anos. Tais variações ocorreram particularmente no que diz respeito aos fatores que originam as crises, que passaram da causalidade para a intencionalidade, em decorrência das profundas alterações ocorridas no sistema internacional que lhes serve de moldura.

O presente ensaio pretende, inicialmente, a partir de conceitos adotados em âmbito universal, avaliar a aplicabilidade destes à conjuntura vivida pelos Estados nos dias atuais, procurando interpretar a ótica das sociedades que mais são afetadas pelas crises políticas. Em seguida a essa avaliação, preten-

de propor uma metodologia que permitia a gestão, por parte dos poderes políticos nacionais representantes dos Estados, das medidas necessárias para superar os óbices carreados pela crise, minimizando seus efeitos e, se for o caso, aproveitando oportunidades.

## COMPONENTES DE UM ESTADO DE TENSÃO

### A segurança

O conceito de segurança pode ser considerado como incluindo, apenas, a garantia da independência, da soberania, da integridade territorial e da unidade do Estado, ou como abrangendo todo um amplo conjunto de interesses, que podem ir desde a garantia de acesso a matérias-primas essenciais até a proteção de investimentos e de cidadãos nacionais no estrangeiro, desde cinturões de segurança até zonas de influência ou territórios neutralizados, desde o controle do nível de capacidade militar de adversários potenciais e vizinhos até à uniformidade dos regimes e sistemas políticos.

*"Os conflitos entre Estados e no interior dos próprios Estados podem variar desde meros desacordos e litígios de interesses até diferenças fundamentais e irreconciliáveis."*

Dessa forma, a preocupação da segurança pode tornar-se tão ambiciosa que acaba por se transformar numa aspiração de ilimitada expansão. Por sua vez, a perseguição de objetivos de prosperidade por um Estado assenta, em grande parte, em medidas políticas de caráter interno, mas pode implicar, também, medidas de projeção externa, como sejam a obtenção de matérias-primas, a conquista de mercados para os excedentes de produção, a aquisição de equipamentos, a colocação de excedentes demográficos, a captação de fluxos turísticos, a obtenção de mão-de-obra etc. Assim é que os dois objetivos fundamentais ou interesses permanentes de qualquer Estado — a segurança e o bem-estar —, na medida em que a política é una e indivisível, são interdependentes e podem implicar ações que se excluem, que se complementam ou que se reforçam reciprocamente.

Os conflitos entre Estados e no interior dos próprios Estados podem variar desde meros desacordos e litígios de interesses até diferenças fundamentais e irreconciliáveis. Os desacordos e litígios de interesse são, muitas vezes, superáveis pelos meios pacíficos[2] que não originam um estado de guerra entre os grupos políticos considerados. Mas, mesmo nesses casos, não se poderá afirmar que, ao processo de resolução pacífica, não estejam muitas vezes associadas pressões que se aproximam de algumas das formas consagradas de coação. Porém, as diferenças fundamentais e irreconciliáveis apenas podem ser resolvidas coagindo o adversário a aceitar nossos pontos de vista, através da exploração das possibilidades oferecidas pela força.

### A coação

A coação pode ser exercida por diversas formas, isolada ou não, com diversas graduações de intensidade e com caráter

2. Persuasão, negociação, mediação, arbitragem e outros processos consagrados pelo Direito Internacional.

esporádico ou permanente. A exploração da coação constitui um dos propósitos da estratégia, cuja finalidade é a consecução de objetivos políticos, através do desenvolvimento e do uso da força. São as seguintes as suas formas principais, segundo a visão de José Lucena:

• ação psicológica — explora as tensões sociais ou econômicas, bem como as paixões de natureza ideológica, de modo a influenciar governos adversários ou neutros, determinados grupos no interior do adversário e a opinião pública, a fim de conquistar adesões para o objetivo a que se visa, desacreditar os do adversário e desmoralizá-lo;

• ação diplomática — procura isolar o adversário e seus aliados e obter o apoio ou, no mínimo, a neutralidade de outras potências relativamente aos objetivos visados;

• ação política clandestina no interior do adversário — visa aos seguintes objetivos, perseguidos isolada ou globalmente: desestabilizar o adversário, criando-lhe dificuldades internas que enfraqueçam sua capacidade de ação externa; levar o adversário a rever seus objetivos políticos num sentido mais favorável aos interesses que se pretendam promover ou proteger; colocar no poder um governo apoiado numa facção mais favorável àqueles mesmos interesses;

• ação econômica — pode ter em vista a asfixia econômica do adversário ou, pelo menos, conseguir quebras sensíveis nos níveis de produção e de vida, em regra também indutoras de crises políticas internas, por seu turno exploráveis por outra forma de coação; entre as armas econômicas figuram, como mais freqüentes, o petróleo, os bens alimentares, as matérias-primas essenciais, a tecnologia e a moeda;

• ação militar — visa a obrigar o adversário a aceitar nossos pontos de vista ou impedi-lo de recorrer a determinadas linhas-de-ação, através do emprego de meios militares orientados contra as fontes de poder do adversário, ou através da evidência, ou demonstração, de uma capacidade militar que anule ou paralise a vontade adversa. Pode variar desde o posicionamento ou a movimentação de forças, alterações no seu grau de prontidão e alerta, mobilização de reservas, realização de exercícios ou demonstrações de força, passando pelo fornecimento de instrutores ou conselheiros militares, até o bloqueio militar ou a intervenção aberta de forças militares segundo variados graus de violência.

## A ameaça e a agressão

Pode-se afirmar que, em qualquer das formas descritas, a coação vai desde a ação sutil, aparentemente não violenta, até a agressão armada, que constitui, via de regra, o ponto mais elevado do elenco das ações coativas, sem, obviamente, considerar-se a gradação de violência das várias agressões armadas possíveis. Mas a própria noção de agressão é de tal maneira indefinida que, excluída a coação militar, se torna muito difícil determinar quando outras formas de coação atingem também a agressão.

Pelo que se vê, toda a ação estratégica envolve o emprego, em maior ou menor grau, da coação. Por seu turno, a ameaça, entendida no âmbito das situações conflituosas entre Estados, não é mais do que um meio de se coagir o adversário. Isto é, a ameaça, quando suficientemente configurada, constitui ou é parte de uma modalidade de ação estratégica para atingir um objetivo. Por isso, a ameaça tende a confundir-se com as formas de coação que utiliza, isolada ou conjuntamente. Há, no entanto, particularidades que

diferenciam as duas noções. E isso tem a ver com o conceito de agressão. Enquanto a ameaça é, por definição, um "prenúncio", um "perigo que paira mas ainda não se concretizou", a agressão é um ato consumado.

Em relação à agressão armada, situação em que se esgotava o conceito clássico de agressão,[3] a distinção é clara. Não há entre ameaça e esse tipo de agressão dificuldade de delimitação conceitual. A ameaça precede a agressão. O que era, na essência, apenas uma possibilidade, concretiza-se em ato violento.

No âmbito das outras formas de coação, porém, essa delimitação conceitual não e fácil. Na coação psicológica, por exemplo, é muitas vezes difícil saber quando já se está em presença da agressão, se esta já ultrapassou a fase de ameaça ou se ameaça e agressão se misturam. Também, no âmbito da coação política clandestina, uma ação terrorista com agressão causadora de vítimas tem, na maioria dos casos, a finalidade de explorar o efeito psicológico da ameaça. Temos, nesse caso, não a ameaça a preceder a ação violenta, mas a agressão como instrumento da ameaça.

## Os fatores que configuram a ameaça

Na configuração de uma ameaça influem decisivamente três fatores. O primeiro, intrínseco do virtual alvo da ameaça, corresponde às suas próprias vulnerabilidades. Os outros dois, que dizem respeito aos agentes da ameaça, são as possibilidades ou capacidades e as intenções destes de explorar aquelas vulnerabilidades. Cada um desses fatores comporta um grau de risco para a segurança da sociedade política visada, integrada como está numa sociedade internacional, onde "a segurança é um estado instável, dependente não só de decisões próprias, mas também de decisões de outros ou da confluência de circunstâncias variáveis".

### *As vulnerabilidades na configuração das ameaças*

Pontos intrinsecamente fracos de uma sociedade política, incluindo as suas vulnerabilidades estruturais,[4] constituem por si só fatores de risco para a segurança desta sociedade, por serem propiciadores de ameaças. Efetivamente, a mera existência de ameaças que, de modo sensível, desfavoreçam o processo político de consecução dos objetivos concretos de um Estado faz pairar sobre sua segurança um risco de ameaça que se tornará efetiva logo que alguém procure explorar essas vulnerabilidades.

Uma reflexão sobre a defesa de um país é, antes de tudo, uma reflexão sobre suas vulnerabilidades. Uma tipologia de ameaças pode ser estabelecida a partir dos desequilíbrios que prejudicam uma sociedade. Alguns desses desequilíbrios definem ameaças objetivas, independente de toda vontade política exterior de agressão. A longo prazo, as ameaças mais perigosas são as que não existem senão em função de nossas vulnerabilidades.

3. Como, aliás, ainda transparece no Art. 51 da Carta das Nações Amigas, quando restringe o direito de legítima defesa ao caso do ocorrer um ataque armado.
4. Cisões internas, forças militares inadequadas, recursos financeiros insuficientes, carência de matérias-primas essenciais, acentuada dependência econômica ou energética do exterior, zonas geográficas de difícil defesa ou acesso, grandes desequilíbrios regionais, insuficiente taxa de natalidade etc.

*As possibilidades e as intenções na configuração das ameaças*

Pode-se dizer que a ameaça é o resultado da interação de uma possibilidade com uma intenção. A possibilidade de um Estado concretizar uma determinada ameaça depende do seu potencial estratégico, que é o conjunto de forças de qualquer natureza[5] que esse Estado pode utilizar em apoio aos seus interesses. A avaliação desse potencial pode ser feita com apreciável grau de objetividade e, porque ele não é susceptível de variações rápidas, é também possível uma previsão confiável e oportuna da sua evolução.

Por seu turno, as intenções relacionam-se com a determinação do Estado ou de outro grupo político para levar a cabo uma ação que será, no caso das ameaças, uma ação de coação. As decisões decorrem, assim, basicamente, da vontade humana, constituindo subjetivos estados mentais facilmente dissimuláveis e suscetíveis de alteração brusca, motivada por circunstâncias de momento, as mais variadas. É, portanto, um fator cuja análise estará, certamente, eivada de grande dose de incertezas e dificuldades de previsão, deixando, ao eventual alvo, dúvidas sobre se o potencial agente da ameaça tem, realmente, a vontade política de concretizá-la, assim como o modo e o momento em que o fará. Uma ameaça só é considerada como tal, pelo Estado ou outro grupo político ameaçado, se ele acreditar que o agente tem possibilidades de concretizá-la e tem a intenção de fazê-lo. Sendo uma ameaça porém, na essência, uma capacidade que se tenciona aplicar, enquanto as capacidades existirem, elas constituem riscos suscetíveis de se transformarem rapidamente em ameaças, caso se verifique alteração de intenções.

## O conceito de risco

Na linguagem comum, as noções de risco e perigo são muito semelhantes. Todavia, poderemos encontrar entre ambas alguma distinção que nos ajude a esboçar um conceito de risco, em termos estratégicos. Enquanto perigo diz respeito a uma situação, conjuntura ou circunstância susceptível de ameaçar alguém, à noção de risco poder-se-á acrescentar a idéia de avaliação e de graduação desse perigo em função da probabilidade e de outros fatores ligados à sua concretização. Além disso, é importante a consideração de ação reflexa ligada a noção de risco. Arriscar-se significa não apenas ter consciência do perigo mas, em geral, assumir o correspondente risco, ou seja, dispor-se a aceitar, em determinada medida, as conseqüências, devidamente avaliadas e ponderadas, da concretização desse perigo.

Em outras palavras, uma ameaça, no contexto das relações internacionais, é algo levado a cabo por um agente de uma ação política, que põe em perigo a consecução de um objetivo de outro sujeito de ação política, o qual passa a constituir-se no alvo da ameaça. Uma ameaça, na verdade, só existe quando o alvo acredita na sua viabilidade e na intenção do agente em concretizá-la. Depende, portanto, da ótica e da interpretação do agredido em potencial. O risco é, por assim dizer, o resultado dessa interpretação. É a consciência do grau de perigo, influenciada pela probabilidade de ocorrência, resultante da análise de uma ameaça real ou potencial, a partir das suas vulnerabilidades.

5. Não só materiais mas, também, morais.

Daí decorrem as medidas que deverão ser tomadas para que o risco seja enfrentado e suas conseqüências anuladas ou minimizadas. Existem, porém, riscos que são aceitáveis, ou porque são de ocorrência remota ou porque afetam interesses de valor pouco significativo em comparação com os custos necessários para a sua superação. Na verdade, a segurança não pode ser considerada em termos absolutos, mas, sim, de forma relativa. Cada ameaça deverá mobilizar esforços proporcionais à sua probabilidade de ocorrência, à sua periculosidade[6] e ao valor que está em jogo, ou seja, proporcional à dimensão do risco calculado.

### A hierarquização das ameaças

Para salvaguardar sua segurança, os Estados devem estimar permanentemente as ameaças reais ou potenciais. Tal processo inicia-se, como já foi comentado, pela avaliação de suas próprias *vulnerabilidades*, as quais, uma vez exploradas por um eventual adversário, poderão prejudicar ou inviabilizar a conquista dos objetivos da sociedade. Tais vulnerabilidades acarretarão o surgimento de *possibilidades* de ações políticas adversas. Tal estudo conduzirá ainda ao estabelecimento de "cenários de configuração de ameaças", que incluem a identificação dos agentes reais ou potenciais e das suas *intenções* prováveis. A cada uma das ameaças identificadas corresponderá uma gradação de *periculosidade*. As conclusões da análise da situação política, particularmente as de sentido prospectivo, conjugadas com a avaliação das intenções dos agentes, permitirão graduar as ameaças quanto *à probabilidade* de sua concretização. Temos aí os cinco principais elementos que permitirão definir o risco e estabelecer as prioridades em termos de segurança: vulnerabilidade, possibilidade, intenção, probabilidade e periculosidade.

## O FENÔMENO CRISE

### Um conceito para a crise

São inúmeros os autores que estudaram o fenômeno dentro da sua conotação política e, se não divergem na idéia central que lhe dá forma, apresentam diversas interpretações e definições para o vocábulo. Vamos a algumas delas:

- *"é uma intensa confrontação em que vários participantes acreditam que desempenharão um papel decisivo na história"* (Anthony Wiener e Hermann Kahn);
- *"é um incidente ou situação envolvendo uma ameaça para os Estados Unidos da América, seus territórios, cidadãos, forças militares e possessões ou interesses vitais que se desenvolva rapidamente e crie uma condição de tal importância diplomática, econômica, política ou militar que a participação de recursos e forças militares é exigida para a consecução dos objetivos nacionais"* (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Norte-americanas);
- *"é um estado de tensão no qual existe um risco de escalada que poderá originar um conflito armado e que visa a impedir a conquista pelo adversário de uma determinada vantagem política ou militar"* (Gen Beaufre);
- *"crise é um fenômeno complexo, de diversas origens, caracterizado por um es-*

6. Intensidade do óbice aos objetivos do Estado atingido.

*tado de diversas tensões, em que os participantes buscam obter vantagens ou salvaguardar interesses e que, com grande possibilidade de dar origem a um conflito armado, não permite que se anteveja com clareza o seu resultado"* (CMG Galvão de Queiroz);

- *"é uma situação de tensão entre dois ou mais países, motivada por fatores políticos, estratégicos, ideológicos, econômicos ou sociais, cuja origem é uma ameaça exercida sobre uma vulnerabilidade de um país ou aliança, podendo não só desencadear uma série de incidentes, como ser a causa de um conflito armado"* (Marinha Espanhola);
- *"tensões provocadas, na fronteira da guerra, com riscos assumíveis, para salvaguardar interesses ameaçados ou obter vantagens determinadas, conduzidas pelos mais altos níveis políticos dos Estados em confronto, na presença da opinião pública nacional e internacional"* (CMG Arllindo Vianna Filho);
- *"é um processo de interação entre adversários cuja ocorrência se dá em níveis de intensidade mais elevadas que aqueles onde ocorrem os eventos normais"* (Hannes Adomeit);
- *"é o período de conflito entre dois ou mais Estados, em que um dos partidos desafia o outro em determinado assunto, sendo de grande importância a escolha da reação a ser adotada para enfrentar o desafio do adversário"* (Alistair Buchan);

Antes de tentar estabelecer uma definição que atenda aos propósitos deste ensaio, vamos considerar, ainda, mais alguns aspectos sobre o processo político denominado crise.

## A evolução do fenômeno

A teorização da crise é um produto da Guerra Fria, conforme testemunha a definição dada por Raymond Aron e repetida por Charles Hernu: *"Uma vez que a guerra é impensável, a crise é esta forma de violência contida, de afrontamento não admitido, destinada a pesar sobre a determinação do outro para constrangí-lo, abrir mão de seus interesses legítimos, para obter concessões que não valem o engajamento e o risco da guerra total."*

Período de extrema tensão, a crise se constituía, antes da era nuclear, em uma fase transitória mais ou menos breve entre o tempo de paz e o tempo de guerra. O aparecimento do átomo, e com ele a guerra racionalmente impossível entre atores nucleares, teve por conseqüência a sua institucionalização de forma permanente e a alternância de períodos mais ou menos agudos de tensão internacional. Nesse período, vigorava, de forma consensual, uma espécie de código de valores ou norma de comportamento entre os dois pólos de poder, de forma a impedir a eclosão inadvertida de uma catástrofe nuclear a partir de desavenças mal administradas.

O desaparecimento da União Soviética do cenário do poder trouxe a crise de volta às suas dimensões anteriores à Guerra Fria. A crise pode novamente desembocar rapidamente em uma situação de violência armada incontrolável: conflitos étnicos, guerras civis ou guerras entre Estados. Faz-se necessário novamente o estabelecimento de políticas de gestão de crises, desta vez para um mundo multipolar, de forma a minimizar seus efeitos, ainda mais levando-se em conta que os arsenais nucleares encontram-se cada vez mais dispersos e disponíveis. Mas a disparidade de poder entre os atores na atualidade e a multiplicidade de fatores intervenientes impedem tal consenso. Dessa forma, o que se observa, na verdade, é uma pressão favorável à ação pelos motivos mais diversos: defesa de uma verdade, certeza da efi-

cácia operacional cirúrgica ou dividendos eleitorais. Assim, apoiado pela pressão apaixonada da mídia, o decisor político será tentado a tomar iniciativas que ele julgue sem riscos de escalada ou de engajamento decisivo, numa concepção da crise anterior à era nuclear.

Tal concepção sugere ao espírito de quem tem o poder da decisão uma "diplomacia da violência", baseada na pressão sobre a vontade do adversário, para cerceá-la, intimidá-la ou coagí-la, sem todavia precisar passar ao ato da violência. Vemos, então, que a mudança da natureza da crise ressuscita a perspectiva do jogo do poder militar convencional com riscos reduzidos. Os novos modelos de Exércitos profissionalizados, com organizações mais condensadas e imediatamente disponíveis, são amoldados exatamente para atender a essa tentação. Qualquer engajamento de forças, mesmo que "limpo" ou "cirúrgico", não pode ser neutro. Ele traz sempre, no seu bojo, o germe da escalada potencial da violência. Por conseguinte, o reforço do controle democrático desses engajamentos, no âmbito das próprias sociedades que os patrocinam, obtido através de pressões nos organismos e fóruns internacionais, parece ser a melhor maneira para conjurar o risco do "aventureirismo" militar-humanitário.

## Características e fatores intervenientes

A crise tem sua origem na vontade e na decisão de um poder político, como já foi visto. Os antagonismos que motivam as crises têm sua origem, então, em um universo que influencia ou que valida esse poder político. Podemos identificar cinco níveis principais, a partir dos quais podem originar-se os fatores que motivarão as crises:

• *nível individual*, onde se busca explicar a crise como o resultado da personalidade dos líderes responsáveis pela tomada de decisões. Por exemplo, Reagan x Gorbachev;

• *nível social ou de grupo*, em que o conflito se justifica em função da influência que exercem os que rodeiam o líder e que de alguma maneira dão forma às decisões que deste emanam. Por exemplo, o gabinete de crise de Margareth Thatcher no conflito das Malvinas;

• *nível em que se considera o Estado como a unidade básica das relações internacionais* e como quem mais contribui para a crise, através de seus atributos para tal: sua soberania, seu território, seu nacionalismo, seu poder e sua estrutura econômica;

• *nível transnacional*, em que se busca demonstrar que a origem ou a fonte da crise está mais ao nível das sociedades que ao dos Estados. Por exemplo, interesses econômicos transnacionais, credos religiosos, ideologias etc.;

• *nível em que se visualiza o sistema internacional como um todo*, e no qual o conflito, quanto à sua forma e intensidade, se explica por uma ausência de harmonia a ele inerente. Assim, a solução da crise ficaria a cargo da capacidade reguladora do próprio sistema, no esforço pela sua própria sobrevivência.

As crises possuem certas características peculiares, que podem ser resumidas nas afirmações abaixo:

• a crise internacional não é um estado de guerra nem um período de paz;

• a crise é um conflito de caráter essencialmente político;

• a crise confronta interesses e não princípios;

• subordina-se ao mais alto poder de um Estado e exige coordenação íntima entre as áreas políticas, diplomática e militar;

• resulta de ação deliberada;

• representa uma atitude de oportunidade, em que a competição de riscos assumidos gera a possibilidade de atingir os propósitos visados;

• suas motivações devem ser proporcionais aos riscos envolvidos, assegurando custo-benefício aceitável, credibilidade nas intenções e sugestões de escalada do emprego da força;

• inclui riscos de escalada involuntária;

• exige auto-controle de comportamento e atitudes e certo grau de controle nos procedimentos do adversário;

• tem seus propósitos maiores habitualmente ocultos ou não declarados explicitamente, gerando uma situação com causas reais e motivações aparentes; e

• desenvolve-se na presença e com influência das opiniões públicas nacional e internacional.

## A escalada e a crise

Existe ainda um conceito importante a ser considerado no desenvolvimento da crise, que é o da escalada. A escalada inicia-se quando um dos envolvidos no processo decide aceitar os riscos sugeridos na ameça apresentada por seu oponente, e, através de uma resposta, caracterizada por um processo qualquer de coação, cria uma nova situação de fato no cenário vivido, com a sugestão de um risco para o agressor inicial. As providências decorrentes tomadas por parte do outro partido provavelmente terão características semelhantes, o que dará início a um processo de conseqüências não previsíveis e de gestão muito delicada, já que, basicamente, nenhum dos dois contendores tem a pretensão de iniciar uma guerra ou conflito bélico de grandes proporções.

A escalada em si não é inevitável no processo de condução da crise. Na verdade, constitui uma competição de riscos, onde os envolvidos jogam, muitas das vezes, com a sobrevivência do grupo dirigente, do regime ou da própria sociedade que representam. De maneira geral, admite-se escalar até o limite do provável sucesso, buscando-se, sob o ponto de vista de quem escala, conservar a prudência, sem esquecer jamais que a escalada é um processo irreversível, capaz de tomar seus próprios rumos e fugir ao controle de seus patrocinadores. A escalada pode ser realizada pelo aumento da intensidade do conflito existente, pelo aumento de sua área ou por uma combinação desses dois fatores. O jogo das crises e das escaladas implica ainda que os participantes tenham táticas e estratégias próprias às circunstâncias peculiares ao fato histórico vivido.

Antes da abordagem dos processos que envolvem a gestão de uma crise, é importante o estabelecimento de uma definição para a mesma que tenha um enfoque de características didáticas, baseado no que foi apresentado até o momento, de forma a facilitar o estabelecimento de uma metodologia. Podemos propor, em conseqüência, a seguinte definição para crise, específica para atender ao estudo que vai se seguir:

*"Crise é um processo de confrontação declarada, que ocorre entre dois poderes políticos representantes de sociedades nacionais, denominados* provocador *e* alvo, *com participação ou não de outros atores de mesmo nível, iniciado por decisão do primeiro, baseado em uma ou mais vulnerabilidades da nação representada pelo segundo, que se inicia por um conjunto de ameaças denominado* desafio, *que sugere uma ou mais situações de risco para o alvo, com o objetivo de transferên-*

*cia de poder do alvo para o provocador. É precedido por um longo período de preparação, normalmente dissimulado, e se desenvolve rapidamente, a partir da* reação *do alvo, pela sucessiva aplicação das diversas formas de coação por parte dos contendores, num porcesso denominado escalada, que se encerra normalmente quando os valores em jogo se tornam inferiores ao custo real ou potencial para o prosseguimento do processo, ocorrendo então o* acordo *ou* compromisso."

A figura 1 ilustra a crise e o seu processo de desenvolvimento no espectro das relações internacionais, mostrando as mudanças ocorridas na finalidade das ações, nos processos empregados e nas atitudes tomadas pelos atores.

## MANOBRA DE CRISES

### Os conceitos, os princípios e as regras

A estratégia de crises, no seu sentido mais amplo, é a intencionalidade de gerar ou agravar uma perturbação nas relações internacionais como forma de alcançar objetivos políticos importantes. A manobra de crises é a técnica da condução desse processo. Termos como administração de crises, gestão de crises ou controle de crises são utilizadas com o mesmo significado. Nossa escolha recaiu sobre a denominação que melhor retrata o fenômeno, já que o mesmo subentende um engajamento, segundo a ótica militar.

Na condução da manobra de crises, alguns princípios devem ser levados em conta pelos responsáveis pela sua condução. O primeiro deles refere-se à autoridade que irá gerenciar o processo. É importante a conscientização de que a manobra de crise deve constituir-se em atribuição do mais alto nível do poder nacional e possuir alta rapidez de resposta, ou seja, os que tomam as decisões devem ser os mesmos que as aprovam. É importante ainda a noção de que, por força de as crises se constituírem em eventos dinâmicos e fluidos, os procedimentos de planejamento deverão admitir a flexibilidade. As atividades de planejamento do grupo decisor devem ainda basear seus procedimentos no tempo disponível e na importância da crise.

Algumas regras gerais para a condução da manobra de crises:

- manter intactos os interesses nacionais vitais e inegociáveis. As crises são conflitos de interesses e não de princípios;
- manter o autocontrole sobre o próprio comportamento e procurar exercer controle sobre o do adversário;
- evitar o excesso deliberado de violência e prevenir o inadvertido, pelo efetivo controle político das ações de toda a natureza;
- evitar a diversificação desnecessária dos objetivos e propósitos;
- evitar opções irreversíveis, mantendo a liberdade de ação para escalar ou distender;
- deixar aberturas para o entendimento e "saídas honrosas" para o adversário;
- procurar o apoio das opiniões públicas nacional e internacional;
- empregar ações psicológicas, sob a forma de ameaças e intimidações, usando a idéia de escalar como teste de firmeza do adversário;
- manter aberto canais diretos de comunicação com o partido oposto;
- refrear o curso dos acontecimentos, possibilitando repensar e diminuir a tensão

vel de risco para o mesmo. Estabilizar significa neutralizar o desafio adversário, no sentido de aguardar ou provocar conjunturas mais propícias, ou ganhar tempo para reunir novas forças. Distender significa diminuir as tensões, minimizando os riscos de uma escalada inoportuna e criando condições de negociação em níveis mais baixos de hostilidades.

A seguir, são apresentados cinco tipos de políticas de manobra de crises, através de exemplos extraídos de publicações de Marinha do Brasil, que podem servir de esqueleto para a elaboração das regras de engajamento para os agentes ativos do poder nacional,[7] que poderão vir a ser protagonistas de ocorrências imprevistas envolvendo o poder adverso:

*"Pela passionalidade que normalmente acompanha uma crise, os acontecimentos às vezes tomam rumos inesperados ou são fácil e intencionalmente distorcidos."*

• *Política de desescalar a todo custo*: o governo Verde procura diminuir a intensidade da crise. As forças verdes devem evitar qualquer comportamento que se possa transformar em pretexto para que suas forças sejam hostilizadas ou provocadas pelas forças Vermelhas. As ações autorizadas pelas regras de engajamento em vigor só serão executadas em resposta a "ações hostis" do governo Vermelho, aceitando o Verde o risco de um ataque de surpresa do Vermelho.

• *Política de desescalar*: o governo Verde não tem a intenção de elevar a intensidade da crise, não autorizando a execução de ações que possam ser interpretadas como provocação. As ações autorizadas pelas regras de engajamento em vigor serão executadas somente como resposta a uma ação ou "intenção hostil" do Vermelho.

• *Política de escalar se for o caso*: como conseqüência das provocações do Vermelho, o governo Verde manterá uma atitude firme e aceitará o risco de aumentar a intensidade da crise. As ações autorizadas pelas regras de engajamento em vigor devem ser rapidamente executadas, de forma clara e firme, como reação a qualquer hostilidade ou provocação do Vermelho.

• *Política de escalar*: com o propósito de comprovar a credibilidade psicológica, o governo Verde aceita o risco de elevar a intensidade da crise, devendo as forças Verdes adotar uma atitude provocadora com relação às forças do país Vermelho.

## As regras de engajamento

A fim de gerir da melhor maneira o emprego das forças armadas no curso de uma crise, controlando sua evolução de modo consoante com os objetivos políticos, utiliza-se o concurso das "regras de engajamentos". Tal termo define, no que diz respeito às forças armadas, uma série de instruções predefinidas que orientam o emprego das unidades que se encontram na zona de operações, consentindo ou limitando determinados tipos de comportamento, em particular o uso da força, a fim de permitir atingir os objetivos políticos e militares estabelecidos pelas autoridades reponsáveis. As regras de engajamento terão por base a política definida nos escalões decisórios e deverão ser tão minuciosas e específicas quanto o permita o

7. Corpo diplomático, forças armadas, forças policiais, etc.

conhecimento sobre a situação criada e as reais intenções do adversário.

As regras de engajamento servem ainda para tentar harmonizar três elementos potencialmente contraditórios: a intenção política, o limite operativo imposto pelo direito internacional e pela opinião pública, e a necessidade de autodefesa das unidades militares. A ação política exige que a presença militar seja altamente ostensiva e, como tal, altamente vulnerável. As regras de engajamento atendem normalmente ao pressuposto de que é direito e dever do comandante de uma unidade assegurar sempre a segurança de seus subordinados e civis colocados sob sua proteção. Tal atitude, pelo menos de acordo com o Art. 51 da Carta da ONU, é amparada pelo direito internacional, desde que a resposta seja desencadeada de forma proporcional à ameaça. Uma outra função das regras de engajamento é evitar o chamado "telecomando" das unidades empenhadas, ou seja impedir que as autoridades políticas e o vértice militar, na pátria, cedam à tentação de comandar em tempo real a ação das unidades avançadas, deixando a cargo do comandante na área de desdobramento a total responsabilidade pela condução das operações.

Basicamente, em tempo de paz as regras de engajamento têm a função de assegurar a autodefesa de unidades no exterior, ou na fronteira, e impedir o uso injustificado da força. Durante uma crise, permite o controle da escalada de acordo com a orientação política estabelecida para a condução do processo. Durante um conflito, elas têm o objetivo de autorizar e orientar o emprego da força de acordo com os preceitos do direito internacional.

## O conflito e a crise

Com o advento da nova relação de poderes entre as nações, o termo conflito passou a ser usado com uma conotação mais definida e restrita, quando aplicado a situações de planejamento estratégico-militar. Nos dicionários encontramos os seguintes sinônimos para o termo: *"embate dos que lutam; discussão injuriosa; luta; briga; pleito; conjuntura; colisão"*. Considerando tais significados, podemos induzir um amplo espectro de situações onde a palavra poderia ser aplicada com correção. Anteriormente, qualquer pendência ocorrida entre duas nações, em uma fase abrangente da evolução do seu relacionamento, compreendendo todo o período onde não reinasse a harmonia e a concórdia absoluta entre elas, poderia ser considerada como um conflito.

Para efeito deste ensaio, vamos considerar o conflito como uma situação extrema, em tudo semelhante à que ocorre em caso de guerra, com a diferença de que os contendores não a desejam ou não a podem declarar, por força das injunções inerentes à época histórica atual. O termo conflito então passa a subentender o conflito armado e a "hipótese de guerra" (HG), presente no planejamento dos altos escalões da defesa nacional, passa a ser substituída pela "hipótese de conflito" (HC), como expressão que melhor traduza a situação potencial a ser utilizada como recurso último para a solução de divergências entre duas nações politicamente organizadas. A palavra conflito passa a ter a seguinte conotação, para efeito do presente ensaio: *"confronto armado entre dois ou mais Estados, ocorrido normalmente em conseqüência de uma escalada não controlada, comportando movimentos militares, ações militares e, até mesmo, invasões*

*territoriais, sem caracterizar-se uma condição de guerra declarada, por iniciativa dos oponentes, já que tal situação seria prejudicial a ambos os partidos".*

Observamos, portanto, que podemos considerar o conflito como uma crise que não se encerra no "acordo ou compromisso", ou seja, uma crise mal-sucedida onde o enfrentamento militar direto não era o cenário desejado por nenhum dos dois protagonistas direta e ostensivamente envolvidos. Podemos concluir, ainda, que uma mesma hipótese de conflito pode ter como fato potencial causador mais de uma hipótese de crise. Distintas crises podem causar um mesmo conflito, e, no estabelecimento das HC, todas essas possibilidades devem ser consideradas.

## Faseamento

O gerenciamento de uma crise deverá, obrigatoriamente, compreender três etapas, cada uma delas comportando uma metodologia distinta:

- acompanhamento das nossas vulnerabilidades e das intenções dos possíveis oponentes, incluindo a eclosão do desafio;
- planejamento e execução de uma reação, a partir do desafio ocorrido; e
- condução da crise durante o processo de escalada, de estabilização ou de distensão, até o acordo ou compromisso.

No nosso ensaio vamos nos ater, principalmente, à segunda etapa, já que a primeira é regulada pelas normas correntes de trabalho peculiares de cada órgão governamental com parcela de atribuição no desempenho de tais atividades, tais como o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, os Ministérios Militares e o EMFA, e a última será função muito particular das peculiaridades da crise considerada e da linha-de-ação adotada na etapa imediatamente anterior.

Podemos atribuir à manobra de crises, basicamente, quatro níveis de condução, os quais irão se relacionar, em maior ou menor escala, com as atividades a serem desenvolvidas pela Força Terrestre: o político, o estratégico, o tático e o operacional.

O primeiro deles, o político, é o responsável pela condução da primeira etapa, uma vez que esta se confunde com o próprio processo de planejamento da ação governamental, previsto no C 124-1. Através dele, a equipe de governo, a partir dos ONP[8] e das diretrizes presidenciais, realiza a avaliação da conjuntura e estabelece a Concepção Política Nacional, a qual definirá basicamente os ONA[9] para o período considerado. Tal concepção é estruturada com base nos cenários elaborados durante a avaliação da conjuntura e desenvolve-se através do estudo das hipóteses de conflito de ocorrência provável, estabelecendo, através da decisão política, o cenário desejado. A concretização de tal cenário deverá ser o objetivo da fase seguinte — a fase estratégica.

Durante a fase estratégica, é realizada uma análise das trajetórias que levam, ao cenário imposto e selecionado, o melhor caminho para a sua concretização. A partir daí, é elaborada a Concepção Estratégica Nacional, que se constitui em uma coletânea de diretrizes estratégicas, que servirão de base para os planos nacionais setoriais, entre eles o Plano Nacional de Segurança, cuja execução será função de prazos e orçamentos.

8. Objetivos Nacionais Permanentes.
9. Objetivos Nacionais Atuais.

Consideramos que o nível político da manobra de crises deverá ser conduzido pela estrutura responsável pelo estabelecimento da Concepção Política Nacional, cujos integrantes deverão manter-se em constante acompanhamento da situação nacional e internacional, avaliando o progresso das medidas implementadas e as reações desencadeadas pelos pólos de poder por elas afetados. Serão os responsáveis, portanto, por não sermos surpreendidos por uma crise provocada por um adversário ou por sabermos oportunamente explorar uma vulnerabilidade de outro ator, agravada por fatores do momento. No seu trabalho em relação às crises, os seguintes pontos deverão ser prioritariamente desenvolvidos:

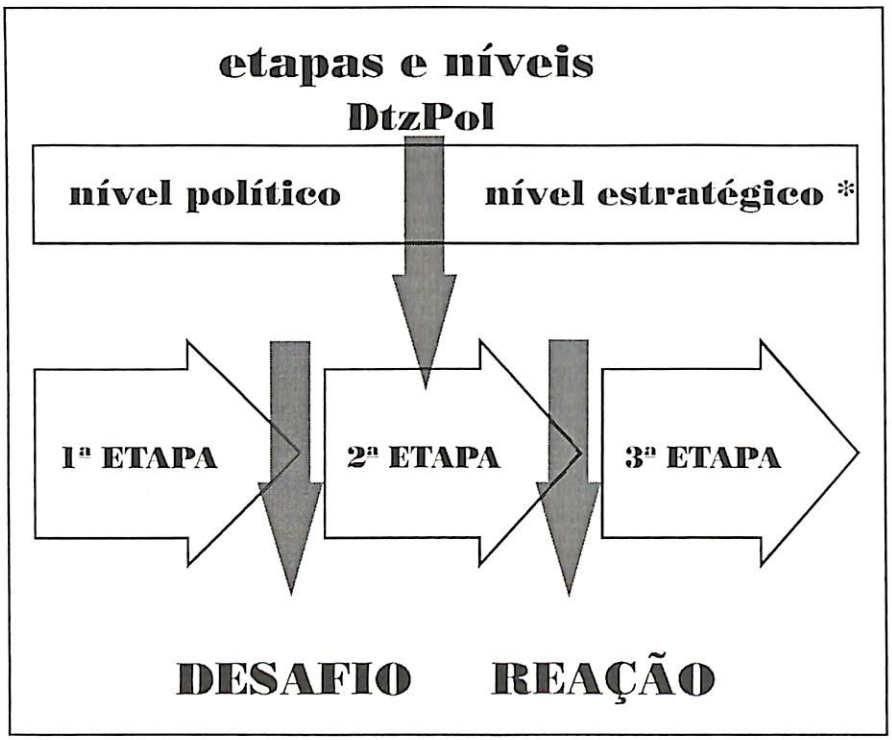
- avaliação diária da conjuntura;
- levantamento e acompanhamento das vulnerabilidades, nossas e dos outros partidos;
- levantamento e análise de fatos portadores de futuro;
- determinação da existência, ou não, de intenção nos fatos levantados;
- busca de relacionamento entre os fatos portadores de futuro, sejam contemporâneos ou não;
- levantamento dos possíveis atores intervenientes e de suas possíveis e prováveis intenções;
- determinação da abrangência e da importância da crise potencial, caso desencadeada;
- estudo prospectivo das condições ideais para sua eclosão, seja como alvo ou provocador; e
- atualização da Concepção Política, quando se fizer necessário.

No momento da eclosão do desafio, o nível político será o responsável por definir o comportamento político a ser adotado, ou seja, a política de manobra de crise a ser seguida, basicamente adotando um dos quatro modelos apresentados, e o cenário desejado ao final da crise, definindo, ainda, o que deverá ser conquistado e o que poderá ser negociado. Embora a condução do processo permaneça como atribuição do mais alto nível decisório, a partir daí cabe ao nível estratégico definir os processos a serem adotados para atingir os objetivos definidos, ou seja, o estabelecimento das estratégias de crise. Os eventos que delimitam as etapas e níveis, determinando suas abrangências, são ilustrados na figura 2.

Para a condução do nível estratégico, deverá ser ativado um "Gabinete de Crise", com participação das diversas forças vivas da Nação, incluindo representantes do Congresso, com poderes por ele delegados. Tal gabinete será organizado tendo por base a estrutura existente em estado latente no Ministério da Defesa[10] e terá por relator o ministro titular da pasta, a quem caberá a condução dos trabalhos, permanecendo com o Presidente da República a sua chefia.

À semelhança do trabalho realizado durante a elaboração da "concepção estratégica nacional", o Gabinete de Crise realizará um estudo prospectivo, visando a determinar os possíveis caminhos para atingir o cenário desejado, atendendo às restrições impostas pelo nível político. A seleção do melhor caminho definirá a opção estratégica para a crise e a sua correspondente diretriz estratégica. Baseado nessa diretriz, será elaborado, pelo gabinete, o plano de crise, que definirá as ações a serem executadas nos quatro campos do poder nacional para con-

10. Ou no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), ou na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), caso o Ministério da Defesa não seja criado.




* Inclui os níveis Tático e Operacional.

**FIGURA 2: Abrangência das etapas e níveis**

cretizar o desafio ou para desencadear a resposta. O plano de crise estabelecerá, ainda, os procedimentos alternativos, para o caso de escalada não desejada, e estabelecerá as regras de engajamento, regulando dessa forma, também, a terceira etapa. Os níveis tático e operacional seriam exercidos, respectivamente, pelos comandos operativos da Forças Singulares[11] e pelas unidades desdobradas nas áreas de operações. O esquema apresentado na figura 3 exemplifica os desdobramentos do Plano da Crise.

11. Comando Operacional Terrestre (COTER), no caso do Exército.

## Um modelo para a condução da manobra

A etapa crítica do processo constitui-se, justamente, na correta seleção da opção estratégica que melhor assegure a ocorrência do cenário desejado para o fim da crise e que será a base para a nossa reação ao desafio, no caso de nos constituirmos no alvo. Para essa etapa, é sugerido um faseamento, apresentado a seguir, que pretende se constituir em modelo para a condução da manobra. Nessa proposta, considera-se que o processo é docorrente de um desafio e que a equipe decisória pretente estabelecer uma diretriz para a reação.

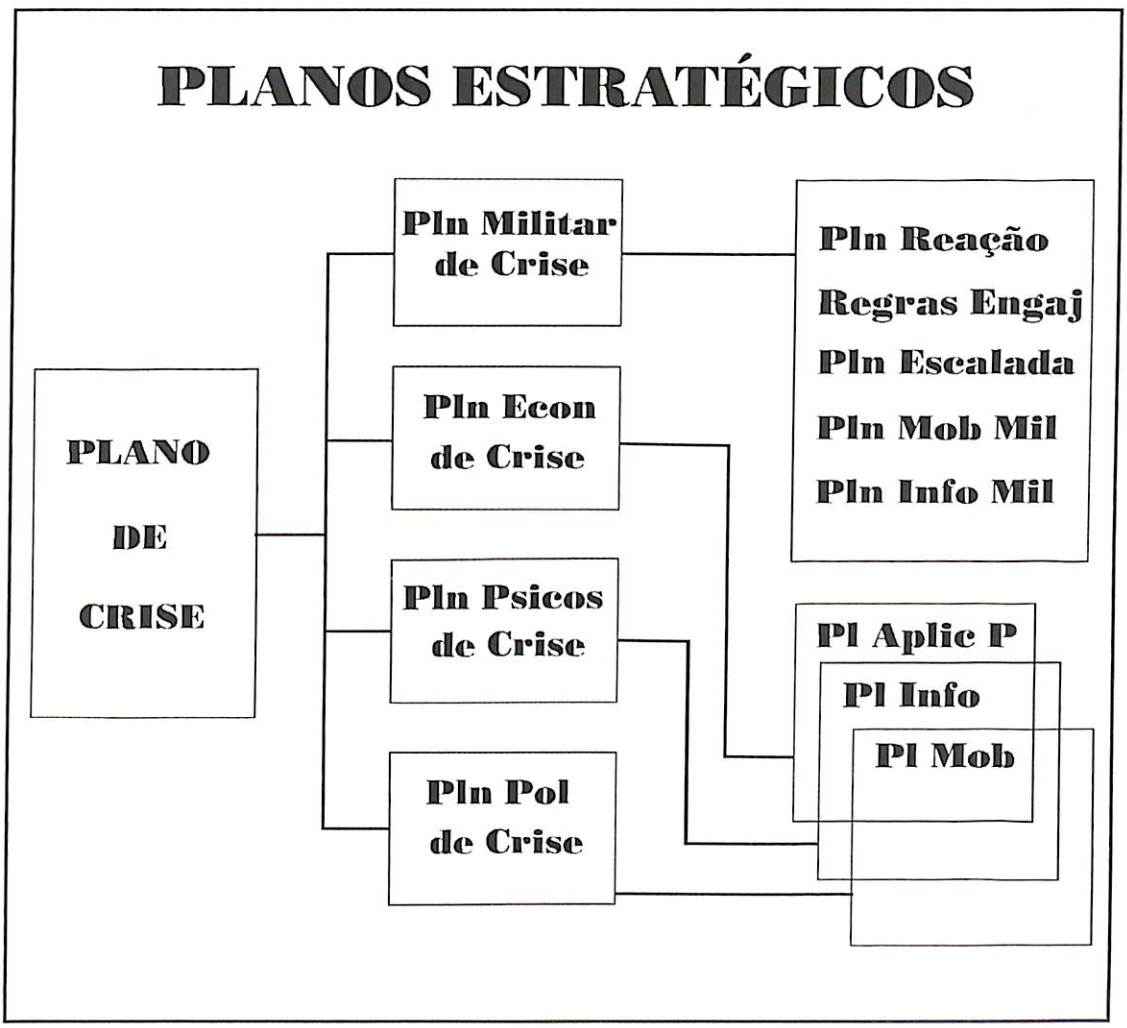



FIGURA 3: O plano de crises e seus desdobramentos

*1ª Fase: Avaliação da Conjuntura Externa*

• Pesquisa e determinação da moldura base (história de satanização) para a crise, estabelecida pelo poder patrocinador;

• objetivos políticos específicos do poder patrocinador, a serem alcançados ao final da crise;

• cenário desejado pelo poder patrocinador ao final da crise (cenário adverso);

• faseamento (escalada) provável da crise;

• fatos ou atitudes que acarretarão prováveis pontos de interferência/inflexão no desenvolvimento esperado pelo oponente;

• curva de tempo entre os pontos de interferência/inflexão;

• grau de flexibilidade do poder patrocinador: nível básico de interesse durante o conflito; grau de dependência do apoio interno (opinião pública x mídia); grau de dependência do apoio externo (opinião pública x mídia); relação custo-benefício para o seu cenário desejado; fato ou ponto de inversão da relação custo-benefício; fato ou ponto de não retorno no envolvimento político do oponente; grau de probabilidade e momento provável de emprego do poder militar por parte do oponente;

• grau de envolvimento dos demais atores participantes: situação relativa de vantagem ou prejuízo; ligações possíveis e prováveis; cenários desejados por cada um deles.

*2ª Fase: Avaliação da Conjuntura Interna*

• Conseqüências do cenário adverso para a Concepção Política Nacional (CPN): ameaças aos ONP; óbices aos ONA; Planos Nacionais ameaçados;

• grau de flexibilidade do ator alvo: nível básico de interesse durante o conflito; grau de dependência do apoio interno; grau de dependência da conjuntura internacional; grau de acesso do poder patrocinador ao ambiente interno; relação custo-benefício; fato ou ponto limite de concessão política e fato ou ponto limite para o emprego do poder militar favorável ao final da crise;

• gradientes de transformação do potencial em poder nos diversos campos e setores;

• situação da infra-estrutura e seu grau de vulnerabilidade a fatores externos: energética; industrial; ciência e tecnologia; transportes; comunicações; abastecimento e defesa civil;

• capacidade de transição para o esforço de guerra;

• capacidade de mobilização;

• medidas necessárias para obtenção de um panorama aceitável e tempo necessário para tal.

*3ª Fase: Determinação da Opção Estratégica*

• Estabelecimento da árvore de possibilidade (análise de trajetórias) e determinação dos pontos de interferência;

• determinação das trajetórias factíveis com grau de probabilidade aceitável;

• escolha da trajetória mais indicada para a obtenção do cenário objeto (cenário desejado, estabelecido pelo nível político);

• determinação dos cenários ideais nos pontos de interferência da trajetória selecionada;

• definição das situações ou objetivos a atingir que caracterizarão os cenários ideais nos pontos de interferência;

• estabelecimento da Diretriz Estratégica para a crise.

*4ª Fase: Elaboração dos Planos*

No próprio âmbito do Conselho da Crise, com a participação de todos os representantes, dentro da urgência que a situação exige, em um processo controlado e coordenado.

*5ª Fase: Execução*

A aprovação dos planos dar-se-á imediatamente após a sua conclusão, já que a maior autoridade política preside o processo, acompanhado por representantes do Congresso. Uma vez aprovados, tais planos serão colocados em execução, incluindo-se neles as Regras de Engajamento.

## CONCLUSÃO

A importância do assunto objeto deste ensaio é indiscutível no momento histórico atual, particularmente para as lideranças nacionais das sociedades mais ameaçadas pelos processos de submissão política utilizados em nossos dias.

No caso do Brasil, seja qual for a solução adotada para que seja atingido um nível aceitável de segurança, o problema não pode mais ser adiado. Não se imagina a militarização do Estado, não só por ser economicamente inviável mas por contrariar a índole pacífica da nossa sociedade. A nossa base industrial, a capacidade de mobilização e a extensão territorial por si só se constituem em consideráveis fatores dissuasórios. O novo dado a ser considerado, porém, é que as ameaças do próximo milênio terão origens extracontinentais. Tendo como sombrio pano de fundo a ameaça da intervenção militar e utilizando o mecanismo das crises como instrumento, tais interesses tentarão a nossa progressiva submissão a um destino subalterno, decidido em assembléias onde não se possuirá o direito de representação.

A partir de tal constatação cumpre-nos, atendendo ao pragmatismo indispensáveis às ações da era moderna, estabelecer as nossas necessidades de defesa face aos novos instrumentos políticos, entre eles as manobras de crise adversárias.

Torna-se urgente, portanto, o estabelecimento de uma política de defesa realista e objetiva, diferente daquela embutida no pensamento de que, "enquanto não nos constituirmos em ameaça, seremos deixados em paz". A situação vivida na atualidade já nos prenuncia que não seremos mais deixados em paz enquanto não demonstrarmos capacidade de dizer não sempre que necessário. Seja qual for a opção adotada, é importante entender que, no futuro, os vencedores serão aqueles que possuírem a capacidade de se adaptar e de atuar com eficácia em um mundo em rápida evolução, e de acompanhar o ritmo em que as mudanças irão se processar. A vontade pode opor-se à lei da força. ❑

## BIBLIOGRAFIA

ANNATI, Massimo (CF) — 1994. Regole d'Ingágio, uno Strumento per la Gestione delle Crisi. *In: Informazioni della Difesa*, nº 1, janeiro/fevereiro de 1994.

ARANCIBIA, Roberto C (TCL) — 1988. *La Toma de Decisiones en las Crisis Internacionales: Teoria Y Casos*. Santiago de Chile, Editorial, Barcelona, 1988.

ARNOLD, Edwin J. Jr. — 1994. The Use of Military Power in Pursuit of National Interests. *In: Parameters*, Spring, 1994.

ECEME — 1993. C 124-1. *Estratégia (Anteprojeto)*. Rio de Janeiro, 1993.

FRICAUD-CHAGNAUD, Charles Georges — 1993. Gestion des Crises et Démocratie. *In: Defense Nationale*, nº 2/93, Paris, 1993.

GÉRÉ, François — 1993. La Politique de Défense Americaine de Les Aspin. *In: Defense Nationale*, nº 12/93, Paris, 1993.

GUTJAHR, Lothar — 1994. Retour à la "Realpolitik". *In: Defénse Nationale*, nº 5/94, Paris, 1994.

JOINT CHIEFS OF STAFF — 1988. JCSPUB 5-02.4. *Joint Operation Planning System*, Volume IV (Crisis Action Procedures). Washington D.C., EUA, 8 de julho de 1988.

KOCH, Gero (Brigadiergeneral) — 1993. Krisenreaktionskräfte des Heeres. *In: Soldat und Technik*, nº 7/93, Frankfurt, junho de 1993.

LUCENA, José N. Souza — 1992. Tipologia e Hierarquização das Ameaças. *In: Nação e Defesa*, nº 61, janeiro/março de 1992.

QUEIROZ, Murilo Marques Galvão de (CMG) — 1992. Hermann Khan e a Teoria da Escalada. *In: Revista Marítima Brasileira*, V113, nº 10/12 de 1993, Rio de Janeiro, 1993.

SLAGLE, James H — 1994. New Russian Military Doctrine: Sign of the Times. *In: Parameters*, Spring, 1994.

TOFFLER, Alvin e Heidi — 1993. *Guerra e Antiguerra*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1994.

VAINCRE, Montaigne — 1912. *Étude de la Guerre*. Berger-Levrault Editeurs, Paris, 1913.

VIANNA FILHO, Arlindo (CAlte) — 1994. *Estratégia e Manobra de Crises Internacionais* (extrato). Nota de Aula do CPEAEx, Rio de Janeiro, 1994.

VISURI, Peka — 1993. The Position of the Bordering States after the Collapse of the Soviet Block. *In: The Finnish Defense Review*. Special Edition of 1993, Helsinki, 1993.

*Aquele que teme seu destino demais,*
*Ou seus méritos são pequenos,*
*Ou não ousa pô-los à prova,*
*Para vencer ou perder tudo.*

James Graham
(Marquês de Montrose – 1612-1650)

# COMENTÁRIOS

## O CARÁTER E A FIGURA DE TIRADENTES

**Taunay Drummond Coelho Reis***

No início da década de 60, começou a ter grande divulgação uma versão da figura de Tiradentes barbeado.

Causou estranheza o fato de os inovadores, que representam Tiradentes com a barba raspada e o denominam "herói sem rosto", terem inventado, para substituir a figura tradicional, um Tiradentes com corte de cabelo e gravata idênticos aos de George Washington na nota de 1 dólar.

Entre os referidos inovadores há os que, em revista de circulação nacional, sem a menor cerimônia, se referem ao digno precursor e mártir de nossa independência da seguinte maneira:

*"... a República reviveu o herói sem rosto..."*

*"... Embora haja superestimação de seu papel de líder da Conjuração Mineira — pela sua baixa patente militar, a precária formação educacional, a 'incontinência verbal' e a origem na pequena classe média teria recebido missão intermediária — ..."*

Tiradentes, patriota, idealista, democrata sincero e exemplar, líder incontestável da Inconfidência Mineira, não pode ficar sujeito a ter seu caráter e sua figura desrespeitosamente deturpados.

O verdadeiro líder de uma causa é aquele que, também na hora do perigo, assume as responsabilidades e os riscos dela decorrentes.

O desrespeito e a falta de brasilidade chegam ao ponto de revista de grande circulação publicar os seguintes textos:

*"... O mártir da Inconfidência Mineira não vai morrer enforcado em* A verdadeira história de Tiradentes, *novo espetáculo do grupo Terror na Praia"...*

*"...A gente deturpou tudo. Rola até um caso entre Tiradentes e Aleijadinho, mas bem discreto"...*

É preciso desmascarar os deturpadores, para evitar que continuem tentando confundir os corações e as mentes de nossas crianças e de nossos jovens, forjando e divulgando, sobre o caráter e a figura de Tiradentes, versões falsas, fantasiosas, depreciativas e desrespeitosas.

A melhor maneira de combater a falsidade e a fantasia é divulgar os fatos verdadeiros sobre o caráter e a figura do "Patrono Cívico da Nação Brasileira" consagrados pela tradição nos incontáveis bustos, estátuas, textos, medalhas, moedas e ícones publicados, erigidos e elaborados para honrar sua memória e documentar nossa gratidão.

Ou respeitamos e defendemos o caráter e a figura de Tiradentes que nos foram legados pela tradição, ou aceitamos caráter e figura, recém-criados, de um incontinente verbal de precária educação e barba raspada inventado século e meio depois de sua morte. Nesse último caso, ninguém estaria impedido de inventar outras imagens para Tiradentes. Aí, sim, o patrono da pátria se tornaria um "herói sem rosto" e sem personalidade definida.

Se não forem desmistificadas, as invenções fantasiosas continuarão sendo utilizadas para atingir outros vultos notáveis de nossa História, deturpando e confundindo.

Há indícios de que os interessados em desfigurar nosso Patrono estão, também, tentando desfigurar e descaracterizar nosso Hino, nossa História, nossos costumes e demais componentes de nossa identidade nacional.

Respeitar e fazer respeitar a memória de quem, com tanta dignidade e bravura, deu a vida por nossa independência é o mínimo que cada brasileiro deve a Tiradentes.

* General-de-Divisão, colaborador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES)

## A ANISTIA — AS FORÇAS ARMADAS — O REVANCHISMO

**Sebastião José Ramos de Castro***

O Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Hollanda, assim define a palavra:

"*Anistia* (amnistia), s.f. — perdão geral (jur.); ato do poder público (no Brasil, o Legislativo Federal) que, por motivo de utilidade social, declara impuníveis todos aqueles que, até certo dia, cometeram determinados delitos, geralmente políticos, quer fazendo cessar as diligências persecutórias, quer tornando nulas e de nenhum efeito as condenações."

O Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (Edição de *O Globo*) diz:

"*Anistia*, s.f. — isenção de pena; indulto, ordinariamente coletivo, que um chefe de Estado concede a criminosos políticos."

Eminentes juristas, ao estudarem a anistia, firmaram conceitos a seguir sintetizados:

• a *anistia* dirige-se sobretudo a crimes políticos ou de criminalidade correlata para promover a extinção da punibilidade;

• pela *anistia* se elimina, não somente a punibilidade da ação, mas a sua própria existência como crime, isto é, as conseqüências penais que dele podem decorrer;

• o que inspira a concessão de *anistia* são razões de ordem pública ou, particularmente, de interesse político;

• é medida que emana do Poder Legislativo, reservada a iniciativa da lei ao Presidente da República, se relativa a crimes políticos.

A palavra *revanchismo* não consta do vocabulário de nossa língua, por ser um galicismo. No sentido em que é empregada, está associada ao significado de vocábulos como inconformidade, vingança, desforço, desforra, os quais, devidamente analisados, traduzem o sentimento e os atos conseqüentes de pessoa, grupo de pessoas ou entidades com a finalidade de provocar a punição de determinados crimes ou supostos crimes, ou com o objetivo de alcançar reparações.

Propositadamente, ao pensarmos em um título para o presente trabalho, colocamos a expressão "As Forças Armadas" entre as palavras "Anistia" e "Revanchismo". Como é do conhecimento geral, o Brasil viveu um período de exceção, como resultado das ações daqueles que tentaram implantar no País um regime de inspiração marxista-leninista.

Segmentos radicais não hesitaram em promover a guerrilha urbana e rural, guerrilhas essas marcadas por atos de extrema violência, tais como assaltos a instituições financeiras, e dos quais resultaram diversas mortes, atentados a bomba, seqüestros de representantes diplomáticos estrangeiros, roubo de armamento de lojas especializadas e, até mesmo, de quartéis e, ainda, o assassinato, qualificado de "justiçamento", de militantes acusados de traição aos seus intentos ou por serem favoráveis aos órgãos legais encarregados de combatê-los. Para combater e eliminar a ameaça decorrente desses atos, as forças legais viram-se obrigadas a adotar medidas repressivas que, como

não podia deixar de ser, também continham o germe da violência.

Quando do processo de normalização da vida democrática do País, o governo, ouvindo inclusive o interesse popular, pela Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, concedeu uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos aqueles que haviam se envolvido nas ações de luta armada. Mais tarde, os partidos de ideologia marxista-leninista foram legalizados. Os elementos que tiveram participação direta em atos subversivos, incluindo as ações de terrorismo e guerrilha urbana e rural, recuperaram a plenitude de seus direitos políticos, e muitos deles foram eleitos pelo voto popular nos níveis municipal, estadual e federal.

Mas, nem bem acabara de ser concedida a anistia, e setores inconformados iniciaram um movimento de nítido caráter *revanchista* com os objetivos de pressionar, desmoralizar e neutralizar a ação das Forças Armadas, e de procurar a condenação daqueles que, no cumprimento de suas obrigações, se viram empenhados em ações repressivas. A campanha pela modificação da tradicional "Missão Constitucional das Forças Armadas", para delas retirar responsabilidades no campo da segurança interna (manutenção da lei e da ordem), a campanha para localização de "desaparecidos políticos", a atuação de entidades internacionais e nacionais destinadas a acusar elementos como torturadores, com base no fato de terem servido em órgãos encarregados de ações repressivas e no depoimento dos que dizem terem sido torturados são alguns aspectos desse movimento. Episódios como os ocorridos com os Adidos do Exército junto às Embaixadas do Brasil na República Oriental do Uruguai e na Inglaterra estão inseridos neste contexto.

As Forças Armadas brasileiras, situadas entre a "Anistia" e o "Revanchismo", como se têm comportado? Encarando com tranqüilidade os possíveis efeitos da anistia concedida aos que até pouco tempo antes eram ferrenhos adversários, os militares mantiveram uma conduta serena e equilibrada, mesmo quando alvo de agressões verbais partidas de elementos inconformados e desejosos de uma desforra pelo insucesso sofrido.

Atualmente, muitos desses antigos adversários têm sido convidados como conferencistas em estabelecimentos de ensino militar, têm sido agraciados com condecorações militares e têm sido tratados com respeito e consideração. O conceito de "Anistia" significando perdão, esquecimento, superação de ressentimentos do passado foi completamente assimilado pelas Forças Armadas. Também com relação ao "Revanchismo", as Forças Armadas têm mantido uma posição de equilíbrio e serenidade. É certo que há preocupação com acusações não comprovadas e que maculam a vida profissional de seus integrantes e com as ações que buscam neutralizar a importância das Forças Armadas na vida nacional e retirar o apoio popular do qual sempre foram merecedoras. Exemplo dessa forma de agir de alguns revanchistas é o esforço para acabar com o serviço militar obrigatório, para substituí-lo por um serviço voluntário, a pretexto de incentivar o profissionalismo militar, de valor muito discutível em face das condições brasileiras.

O que se espera dos chefes militares responsáveis pela condução das respectivas Forças Singulares é que, com seu tradicional bom-senso e objetividade, defendam com tenacidade seus integrantes quando alvos de acusações não comprovadas, para que não seja criado um perigoso precedente. Se assim não for, poderão, sempre que o revanchismo julgar conveniente, ser feitas pressões para remoção de militares das funções que exercem, e até poderão se julgar no direito de querer interferir no direito das autoridades militares de designar um integrante da Força para determinada comissão.

Seria altamente desejável que aqueles que se empenham com obstinação na defesa dos direitos humanos dos que participaram das ações de guerrilha urbana e rural tivessem igual preocupação com as famílias dos 39 militares (Forças Armadas e Forças Policiais) e 54 civis mortos pelos que militavam na subversão e dos 170 mi-

litares e 180 civis feridos em diversos acontecimentos de natureza subversiva.

Que o espírito de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, que com inteira justiça é também conhecido como o Pacificador, ilumine todos os brasileiros para que o conceito de *anistia*, medida sempre adotada após suas vitoriosas campanhas, seja realmente entendido, assimilado e posto em prática.

* General-de-Exército

## O PODER NACIONAL E AS FORÇAS ARMADAS

**Mário Rotberg***

O acréscimo do Poder Nacional desdobra-se pelos dois campos de sua manifestação: a segurança e o desenvolvimento.

No que tange à segurança, sua solidez prende-se não somente aos aspectos subjetivos da garantia de uma vida digna que as pessoas devem sentir no seu amplo espectro como, também, à proteção de sentido objetivo que a elas deve ser oferecido pelo Estado.

Nesse sentido, o desdobramento da segurança pela segurança interna, envolvendo a segurança pública e sua defesa, esta de responsabilidade das diferentes polícias e a primeira, exigindo a ação conjunta com as Forças Armadas, implicou dispositivos constitucionais próprios. A estes juntou-se a missão específica da segurança externa e, também, sua defesa, esta de responsabilidade das três Forças Singulares com as correspondentes atitudes em face dos diferentes graus de ameaça.

Quanto às Forças Armadas, o suporte constitucional deixa expresso que não haverá seu emprego em guerras de conquista e que sua missão destina-se à defesa da Pátria, da Lei e da Ordem.

É inteiramente dentro dessa missão que se encontra a necessidade de sua existência. Não pode ser desconhecido o elenco de razões que, potencializadas sobre as hipóteses de conflito, constituem ameaça insubestimável à Nação.

Em primeiro lugar, está a motivação ambiental, onde o desaviso de grupos extremados com sua histeria pode levar à empolgação irresponsável de movimentos armados alimentados por desvarios intervencionistas que, pretensamente, defenderiam a preservação e a intocabilidade do universo florestal da Amazônia, como se sua propriedade fosse.

Esgrimem para isso, com sua internacionalização, contra lídimos desígnios soberanos da nação brasileira, ela sim, única responsável pelo equacionamento da problemática no sentido de sua exploração racional, dentro de um programa de uso e conservação de recursos naturais que atendam aos objetivos nacionais e à política de meio ambiente preconizada pela Nação.

Em segundo lugar, estão as disparidades regionais que, inconscientemente, quanto a suas reais conseqüências, estão sendo excitadas, diante de um quadro inadmissível de diferenciações econômicas acentuadas.

Em tal quadro subjaz a assimetria inaceitável de desfrute de bens pelo Sul e pelo Sudeste, em relação espacial para com o Nordeste brasileiro. Os primeiros consideram-se prejudicados pelos favores que são concedidos ao último e este considera-se explorado e colonizado como mercado para os primeiros. Malevolamente explorada esta situação, induz o fracionamento interno por pressões de ordem regional, onde não tem faltado a exacerbação de elementos étnicos para justificar o criminoso e antinacional separatismo que têm defendido.

Em terceiro lugar, estão as concessões ao fracionamento nacional com a formação de reservas indígenas, que assumem condições de na-

ções internas, anticonstitucionais, desvinculadas do processo civilizatório da nação com um todo e, portanto, desobrigados de deveres de compromissos comuns aos cidadãos brasileiros. Sua inobediência às leis, à legalidade, à legitimidade e o respeito às instituições originam quistos grupais de resistência que, unidos por plataforma comum de reivindicações e exigências, podem provocar um cisma de preocupantes proporções por desconsideração da estrita observância da unidade nacional.

Em quarto lugar, estão as fricções fronteiriças, repousadas na clandestina exploração de atividades econômicas, desfechadas por nacionais e/ou estrangeiros, sofregamente irresponsáveis que, sem consciência dos limites territoriais a serem observados, provocam escaramuças e retaliações invasoras, que exigem resposta.

Em quinto lugar, soma-se a esse quadro a atividade política, articulada por grupos extremistas em diferentes pontos da fronteira do País e, também, internamente, com o objetivo de conquistar adeptos para a atividade sediciosa e contestatória dos objetivos nacionais, partindo dos países limítrofes.

Independentemente das razões arroladas, estão processos desestabilizadores da lei e da ordem por nacionais que, também, justificam a imprescindibilidade das Forças Armadas.

Reconhecida essa imprescindibilidade, devem as Forças Armadas fazer valer o seu poder de atuação, através do reconhecimento desse poder, cuja aceitação traz intrinsecamente a figura da deterrência, da dissuasão com o que se inibem as manifestações desagregadoras da unidade nacional e as tentativas aventureirescas de quebrantar a Nação.

Deterrência ou dissuasão significa impressionar por seu potencial o poder de intervir como condição fundamental para evitar a transformação de um litígio em conflito e deste numa guerra, que outra coisa não é senão a resultante dizimatória de vidas humanas e de recursos de toda natureza.

Impressionar por deterrância ou dissuasão tem, em seu corolário, a necessidade de mudanças que fortaleçam o papel das Forças Armadas e lhe confiram a condição de árbitro máximo, para a solução de cometimentos fricativos, interna ou externamente, provocados pela inconseqüência de comportamentos execráveis.

Impressionar por deterrência ou dissuasão implica ajustar-se à modernidade. E ajustar-se à modernidade significa, em princípio, perceber que mudanças em todas as áreas da manifestação humana, particularmente no domínio do conhecimento, têm hoje uma dinâmica própria traduzida pela velocidade de seu movimento e pela complexidade fenomenológica de sua ocorrência.

Isto quer dizer que, além da aceleração das mudanças, antes jamais conhecidas, há necessidade de construir uma estrutura de inter-relação, que coloca, no campo da ciência e da tecnologia, a interdisciplinaridade, como sistema imprescindível para o alcance dos objetivos acima colimados.

Quais seriam então as medidas necessárias para atender à construção dessa estrutura de inter-relações e seu suporte interdisciplinar?

Em primeiro lugar, instituir um grupo de trabalho constituído por oficiais das três forças singulares e civis com elas identificados, por sua vivência, com a problemática da modernidade nas Forças Armadas para, através do conhecimento de suas implicações, implementar a criação do Colégio Científico Tecnológico e Industrial das Forças Armadas.

Isto deverá ser objetivado à base de um diagnóstico, considerando a possibilidade de unificação de institutos singulares já existentes, sem quebra de sua especialização e levando em conta, também, a experiência acumulada em outros países, especialmente no que se refere à interação com o setor industrial e o respectivo processo de troca de calor, quanto a conhecimentos que pudessem ser aproveitados nessa avenida de duas mãos.

É imprescindível, com esse alvo, que se avalie o que significa tal proposição em termos de

facilitação de apoio logístico e de mobilização, cuja dimensão terá, inevitavelmente, reflexos altamente positivos para a pronta resposta em caso de desavisos que ameacem a Nação.

Em segundo lugar, fazer, por grupo adjeto ao primeiro, o cadastramento pessoal detalhado, que inclui, além da especialização militar a que o militar se dedica, cursos e formações paralelas, ponderando a concentração de aptidões na área administrativa e propensões na pesquisa científica e tecnológica especializada, reveladas pelo questionamento cadastral.

Em terceiro lugar, objetivando sua unificação, realizar o cadastro do estoque de conquistas científicas e tecnológicas, já sedimentadas nas Forças Armadas, capazes de serem transferidas, ressalvando-se implicações estritas de Segurança Nacional, como sistema organizado e bem gerenciado, aos diferentes setores da atividade econômico-social com cobrança de *royalties*, como recursos destinados à sustentação e ao desenvolvimento das atividades do Colégio Científico Tecnológico e Industrial das Forças Armadas.

Em quarto lugar, em prazo compatível com o remanejamento dos recursos humanos nas três Forças Singulares, difundir, como objetivo de modernidade nas Forças Armadas, um redirecionamento de atributos pela incorporação, ao plantel científico e tecnológico já existente na situação atual de pesquisadores, cientistas e tecnólogos, hoje, no Brasil, na ordem de 60 mil, dos quais apenas cerca de 40 mil em efetivo exercício, os cerca de 15 mil a 20 mil homens das Forças Armadas, especializados, conforme a sugerida informaçao cadastral, em diversos campos de conhecimento, aspirações ou propensão para, em relacionamento com entidade apropriada, encorpar decisiva e permanentemente a atividade fundamental de fortalecimento do poder nacional pelo conhecimento.

Em quinto lugar, isso significa maior *racionalização* do emprego dos tempos na instrução com sua redução para exaltação de simbolismos e aproveitamento do tempo restante para maior atividade substantiva e laboratorial de ciência e tecnologia nas Forças Armadas.

Em sexto lugar, admitir que, em face do universo de seu emprego, deve-se aumentar como coadjuvante imprescindível o conhecimento da ciência e da técnica que conferem ao soldado a maior higidez no menor tempo possível e, por conseqüência, elevam o adestramento, o aprestamento e potencializam o emprego das Forças Armadas.

Em sétimo lugar, implementar no Colégio, através de cursos a serem instituídos, o profundo sentido de interação entre as forças, aparando arestas a resistências psicológicas resultantes de diferenças comportamentais e de emprego próprios de sua singularidade.

Em oitavo lugar, com a imagem de congregação de oficiais das diferentes Forças Singulares e demais implicados em condições auxiliares, emprestar um sentido orgânico, partindo de baixo para cima, da vantagem de uma estruturação, também orgânica, do Ministério da Defesa, mediante estudo apropriado de sua instituição.

Aí está um elenco de sugestões que devem ser exploradas, visando ao seu aprofundamento, diante da complexa realidade conjuntural que envolve a problemática da ação conjunta e combinada das Forças Armadas.

Além disso, a sugestão da criação do Colégio Científico-Tecnológico e Industrial das Forças Armadas é de relevante importância no campo do desenvolvimento em face do efeito multiplicador das conquistas realizadas e sua difusão pelos diferentes setores da economia e da sociedade, de um modo geral.

* Economista, professor e conferencista. Integra o Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).

# DOM JOÃO II, CONSTRUTOR DO IMPÉRIO LUSÍADA E ARQUITETO DO BRASIL

Dino Willy Cozza*

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE ORDEM HISTÓRICA

*"Hoje, muitas vezes nos sentimos prisioneiros do presente: é como se o homem tivesse perdido a percepção de fazer parte de uma história que o precede e o segue."*

A frase que o Papa, também João II e, ainda, Paulo, citou na sua carta apostólica, lida no discurso feito em Trento, em 30 de abril de 1995, nos dá um objetivo para honrar a memória dos nossos grandes.

E, continua o Papa João: *"O passado está presente, se insinua no hoje desdobrando-se os seus efeitos."*

Essas citações, mesmo para os homens afeitos às coisas do mar, acostumados a mirar o horizonte, a seguir a proa, a se projetar para o futuro, nos levam à meditação. Se essas considerações de ordem histórica são verdadeiras hoje, também o foram no passado. Para Dom João II o passado estava presente.

Assim, dispunha de algumas vantagens que não existiam antes, tais como o erário real enriquecido pelas importações da costa africana ocidental, que, de tão substanciais, nominaram seus locais de origem Malagueta, Marfim, Ouro e Escravos; e o ecumenismo português, recebendo os matemáticos, navegadores e cartógrafos judeus perseguidos do outro lado da fronteira terrestre. E eis que Portugal, à época de Dom João II, dá ao mundo, de forma científica, o valor do grau terrestre e, portanto, a estimativa das dimensões a serem encontradas da parte ainda não conhecida pelos europeus.

Do passado de Dom João, e, portanto, seu presente, até o nosso, encontramos, pela vez primeira, a palavra *descobrimento*, na *Crônica*, escrita por Rui de Pina. Outro aspecto relevante do passado-presente foi a preocupação do "Príncipe Perfeito" com as informações e, em especial, com a contra-informação, atividade que a informática, empregando o computador em rede, veio colocar na crista da onda, nos dias atuais.

O presente do Rei Dom João valeu-se do passado do Infante Dom Henrique e outros. Saberemos nos valer do passado de Dom João para melhorar o nosso presente?

## O TRATADO QUE POSSIBILITOU O BRASIL PORTUGUÊS

Não há dúvida de que a vida de Dom João II teve sempre, por cenário, a preocupação de Portugal com os descobrimentos e a conquista, buscando a via diplomática para resguardar seus direitos, através de tratados.

Já ao nascer, encontra o jovem príncipe a Bula *Romanus Pontifex*, de Nicolau V, de 1455. Em 1474, a definição da política atlântica, assunto que nos dias atuais ainda merece meditação.

O documento intitulado "Chancelaria de Afonso V", datado de 1470, citava as "tintas do Brasil", e o mapa-múndi de Bizagudo, alcunha de Pero Vaz da Cunha, já traçava o contorno e a posição do litoral brasileiro.

É a esse mesmo mapa, ao qual se refere Mestre João, na carta que escreveu a Dom Manuel, dando conta da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil.

Em contrapartida, o Tratado de Tordesilhas só foi aceito pelos espanhóis porque os conhecimentos cartográficos dos portugueses eram muito superiores.

O que se verifica do estudo do procedimento de Dom João II, na questão que culminou com a assinatura do Tratado de 7 de junho de 1494, é que o Brasil foi obra da arquitetura do Rei que, nas palavras de Damião Peres, *"defendeu, com inteligência e eficácia, a projeção mundial de Portugal"*.

## CONDICIONANTES QUE APOIARAM DOM JOÃO II

A queda de Constantinopla serve como referência para marcar o fim da Idade Média.

Todavia, nada serve melhor para caracterizar a idade moderna do que a série de descobertas que, ampliando os limites do conhecimento europeu, ampliaram, conseqüentemente, a sua História. Nesse evento, Portugal teve um papel inigualável, e Dom João II o administrou magistralmente. Diversos condicionantes apoiaram e permitiram a política do "Príncipe Perfeito". Dentre elas podemos citar a cultura portuguesa nos mais variados campos do saber humano à época da Renascença. Lembraremos apenas uma, por exemplo, como foi ocaso de Frei Pedro de Santarém, que compôs o tratado *De Securitate Navium*. Esse trabalho é considerado o primeiro texto a ser redigido na especialidade do Direito Marítimo. É o que nos transmite o grande historiador e escritor português, Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, membro da Academia de Marinha, na sua obra *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI*. Filosoficamente falando, é muito agradável discutir direitos e tratados. Porém, na prática, o passado nos tem provado que, sem coação, a natureza humana nem sempre respeita ou cumpre o direito e os tratados. Assim, vamos nos lembrar do Domínio do Mar, da Soberania, ou seja do *Poder Naval*. Dom João II não se descuidou desse aspecto. Mas nós, hoje, preocupados com as chamadas "Forças de Paz", esquecemos a Segurança, colocando, às vezes, em dúvida a necessidade de se ter uma Marinha forte e adequada. As Cruzadas têm seu valor, mas não substituem os interesses dos Estados.

Dom João II teve que aplicar o Poder Naval português já no período de sua Regência, ainda como Infante. Isso ocorreu em 1476. Não nos deteremos nos pormenores do combate. O que conta é assinalar o fato de que a Marinha Portuguesa, já à essa época, teve que lutar e, apesar da superioridade do inimigo em quantidade de navios, nenhuma nau foi capturada. Isso aconteceu no Estreito de Gibraltar. Retornando o trono a Dom Afonso V, Dom João vive o apresamento de uma frota castelhana na Mina, em 1478, conseqüência da doutrina do *Mare Clausum*, promulgada em 1474, já que ao príncipe estava, desde 1471, com apenas 17 anos, entregue aos "tratos da Guiné".

Convém lembrar um trecho do cronista Garcia Resende sobre o Príncipe Dom João: *"Como era engenhoso em todos os ofícios e sabia muito em artilharia, cuidando muito nisso por melhor guardar sua costa com mais seguridade e menos despesa, aqui em Setúbal, com muitos experimentos que fez, achou e ordenou em pequenas caravelas andarem muito grandes bombardas e atirarem tão rasteiras que iam tocando na água e ele foi o primeiro que isto inventou." "Dessa forma, a caravela passou a ser também o melhor navio de guerra da sua época graças às bombardas de grosso calibre"*, conforme nos informa o Capitão-de-Mar-e-Guerra Armando da Silva Saturno Monteiro, membro da Academia da Marinha, na sua obra *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*.

Em 1474, nas proximidades do Cabo de São Vicente, a Marinha Portuguesa apresa 35 naves andaluzas, com todas as suas guarnições e carga preciosa.

O que se conclui é que, sem contar com um Poder Naval adequado, a doutrina e o fito de Dom João II teriam sido inócuos. No presente, as lições do passado ainda são válidas. As condicionantes que motivaram Dom João II também o são para nós.

## CONCLUSÃO

Apoiado pelo esforço prévio do Infante Dom Henrique; pela vocação natural do português para o mar; pela cultura e tecnologia portuguesa na Renascença; pela tolerância racial e religiosa da raça portuguesa; pela bravura e desprendimento

dos portugueses perante as crises que poderiam comprometer a Nação lusa; e pelo bom emprego do Poder Naval, da diplomacia e das informações; pôde, o Rei Dom João II, ampliar a construção do império lusíada e colaborar decisivamente na arquitetura de uma cultura portuguesa na América do Sul, o Brasil.

* Capitão-de-Mar-e-Guerra da Marinha do Brasil, membro correspondente da Academia de Marinha de Portugal. O comentário reproduz trabalho apresentado no simpósio *D. João — o Mar e o Universalismo Lusíada*, promovido por essa Academia (Lisboa, 11 a 13 de outubro de 1995).

## CANABARRO, FILHO ADOTIVO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO

**Cláudio Moreira Bento***

O título nos ocorreu da recente leitura, atenta e proveitosa, da excelente obra de Ivo Caggiani, *David Canabarro...* (Palegre M. Livreiro, 1992), editado quando já estava no prelo o nosso *Exército Farrapo e seus Chefes* (Rio, BIBLIEX, 1993, 2v). Nessa obra, focalizamos Canabarro sinteticamente, sem a profundidade de Caggiani, mas com apreciações concordantes. Da leitura nos vieram algumas reflexões abaixo enumeradas.

O Ministro da Guerra, quando da Paz de Ponche Verde, era Jerônimo Coelho que, mais tarde, como presidente da Província, criou três municípios: Canguçu e Passo Fundo, em 28 de janeiro de 1857, e Santana, 13 dias mais tarde. Foram companheiros de muitas ações o santanense Canabarro e o canguçuense Coronel Joaquim Teixeira Nunes, "a maior lança farrapa", segundo o General Tasso Fragoso. Juntos estiveram na expedição à Laguna, sendo Teixeira Nunes o vanguardeiro de Canabarro. Ambos foram líderes de Lanceiros Negros, tropa de choque que revelamos em *O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul* (Palegre, IEL, 1975). Foram os lanceiros negros de Canabarro e Teixeira Nunes que, em Porongos, salvaram o Exército Farrapo de uma tragédia maior, ao custo de suas vidas, preservando a causa da revolução.

História é verdade e justiça. Passaram-se os anos e o futuro farrapo, General honorário Hipólito Ribeiro, filho de Canguçu e vanguardeiro de Andrade Neves no Paraguai, lidera a Divisão do Oeste, em Santana, no combate aos federalistas, sob cujo comando a revolução teve seu epílogo, em Campo Osório, com a morte do Almirante Saldanha pela sua vanguarda, ao comando de João Francisco.

Canabarro, antes do ataque do Rio Pardo, em 1838, comandou um desbordamento por terreno dificílimo, obrigando-o a construir uma ponte que veio a concorrer para uma estrondosa vitória, onde os farrapos combinaram armas — Infantaria, Cavalaria, Artilharia e, até, Engenharia — ao construírem a citada ponte. Ele fez, em bem menores proporções, o que Caxias faria com o desbordamento do Exército do Paraguai pelo Chaco, obtendo surpresa estratégica, feito que o consagra entre os maiores capitães da História.

Caggiani aborda a tripla injustiça sofrida por Canabarro e que o acompanhou ao túmulo: falsa acusação de ter traído os farrapos em Porongos; má condução das negociações que culminaram com a Paz de Ponche Verde, em que ele teve coragem moral de enfrentar, pela deserção de muitos que deram desculpas para não enfrentar aquela responsabilidade e, finalmente, de ter sido incompetente e fraco, ao não atacar a coluna invasora paraguaia que entrou em São Borja, quando o melhor do Exército e da Guarda Nacional se encontravam no Uruguai envolvidos na Guerra con-

tra Aguirre. São acusações que encontram, como maior algoz, Alfredo Varela, que escreveu sobre a Farroupilha, e não sobre a Revolução Federalista, e, como Chefe do Estado-Maior, participou da 4ª Brigada Civil, de Pelotas, que entrou em Bagé, depois que Joca Tavares depôs as armas, com o objetivo de quebrar o orgulho daquele chefe. Sobre a Revolução Farroupilha é que deveria ter deposto. Mas eximiu-se e lançou na fogueira chefes menores como "bois de piranha", conforme demonstramos, documentalmente, em *História da 3ª RM* v.2.

Caggiani rebate aquelas falsas acusações a Canabarro, o que faço de certa forma sem a mesma profundidade. Ele escolheu, como abertura de seu livro, a inspirada interpretação de Walter Spalding, que equivale a uma sentença transitada em julgado no Tribunal da História, e que, lamentavelmente, Canabarro não conheceu em vida: *"Canabarro, paladino da liberdade e da grandeza do Brasil que tanto amavas, dorme em paz. A justiça que desejavas te fosse feita em Porongos e Uruguaiana está decretada. O teu nome de todas saiu puro, imaculado, com o nome modesto que recebestes na pia batismal. David José Martins."*

O Barão de Jacuí, Chico Pedro, ou Moringue, que biografamos pela primeira vez em *Sítios Farrapos de Porto Alegre* (Brasília, EGCEF, 1990) e que surpreendeu Canabarro, seu inimigo figadal, em Porongos, foi o comando da Fronteira do Uruguai que devia apoiar Canabarro, comandante da Fronteira do Argentina, quando da invasão paraguaia, e não o fez na forma exigível.

Chico Pedro nada refere, em suas *Memórias*, a uma traição de Canabarro, versão que tomou vulto com Alfredo Varela e não atinamos a razão. Quem elevou Canabarro à condição de grau 18 na Maçonaria, exigência para poder assumir o comando do Exército Farrapo, foi o Tenente-Coronel baiano Francisco José da Rocha, que biografamos em *O Exército Farrapo* já citado. Ele ajudara a libertar Bento Gonçalves, na Bahia. Com a derrota da Sabinada, foi admitido no Exército Farrapo. Foi o *pivot* do rompimento definitivo entre os dois Bento. Bento Gonçalves ficou com o tenente-coronel que o libertou, em detrimento do general que o prendera na ilha do Fanfa, após o que foi enviado preso a Bahia.

O Tenente-Coronel Rocha foi delegado de Polícia em Canguçu, onde existia a mais importante loja maçônica, "Fidelidade e Esperança", fundada, entre outros, pelo padre Hipólito Ribeiro, pai do mais tarde General Hipólito Ribeiro, canguçuense, que comandou a Divisão do Oeste em Santana. Foi de Jerônimo Coelho, futuro fundador de Canguçu e Santana, que, como Ministro da Guerra, recebeu esse atestado de competência e valor militar de Canabarro passado por Caxias, após a surpresa de Porongos: *"Sr. Ministro da Guerra, é, sem dúvida, a primeira vez que Canabarro é surpreendido, o que até agora parecia* impossível *pela sua incansável vigilância."*

Enfim, a leitura de *David Canabarro* de Caggiani é muito proveitosa por baseada em fontes primárias muito bem interpretadas. Guardo a impressão de que é a obra-prima do incansável historiador de sua idolatrada Sant'Ana do Livramento.

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul.

## DA AÇÃO MONITÓRIA

**R. Reis Friede***

Uma das mais recentes modificações no Direito Processual Civil brasileiro, sem a menor sombra de dúvida, foi concebida por determinação da Lei nº 9.079, de 14 de

julho de 1995, publicada na mesma data e com vigência prevista para 60 dias, que introduziu e disciplinou, em nossa legislação, a figura da denominada *Ação Monitória* já amplamente conhecida no processo civil europeu.

A novidade em questão foi procedida, de forma diversa das anteriores alterações na legislação processual codificada, por *incorporação* de três novos artigos (1.102a, 1.102b e 1.102c) ao CPC vigente, sem nenhum tipo de substituição, como nos casos precedentes. O art. 1º da Lei nº 9.079/95, desta feita, expressamente alude ao fato vertente, informando simplesmente que "é acrescentado ao Livro IV, Título I, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (CPC/73), o Capítulo XV, sob a rubrica *Da Ação Monitória*, nos termos da redação consignada anteriormente". O art 2º da referida lei, por seu turno, acrescenta apenas a previsão da vigência da mesma, 60 dias após a data de sua publicação que, aliás, se deu coincidentemente no mesmo dia de sua edição (14.07.1995).

## Origem Legislativa da Ação Monitória

Pode ser afirmado, sem maiores restrições, que a denominada *ação monitória*, sob a ótica de sua origem legislativa, teve seu assento de nascimento no Projeto de Lei nº 3.805/93[1] que recomenda, dentro do âmbito da chamada "Reforma do CPC", a adoção desse novo instituto processual nos seguintes termos:

*"Art. 1.102a: A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.*

*Art. 1.102b: Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá de plano a expedição de mandado de pagamento ou de entrega de coisa no prazo de quinze dias.*

*Art. 1.102c: No prazo previsto no artigo anterior, poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do mandado inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma prevista no Livro II, Título II, Capítulos II e IV.*

*§ 1º: Cumprindo o réu o mandado, ficará isento de custas e honorários advocatícios.*

*§ 2º: Os embargos independem de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário.*

*§ 3º: Rejeitados os embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, intimando-se o devedor e prosseguindo-se na forma prevista no Livro II, Título II, Capítulos II e IV."*

O que foi, afinal, transformado na Lei nº 9.079/95, sem sofrer qualquer alteração radacional.

## Exposição de Motivos da Lei nº 9.079/95

Segundo a Exposição de Motivos nº 160/MJ, de 13 de abril de 1993, do Ministro da Justiça, a proposta de instituição da denominada ação monitória, no processo de reforma da legislação processual civil brasileira, "resulta de estudos efetuados pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual e pela Escola Nacional de Magistratura, com amplo apoio do Ministério da Justiça, que, buscando democratizar a reforma do ordenamento codificado, realizou numerosos encontros e simpósitos. Seu texto básico, amplamente divulgado, mereceu a análise de advogados, magistrados, representantes do Ministério Público e professores.

A redação final do projeto foi elaborada por uma comissão de especialistas na matéria, sob a coordenação dos Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira (presidente) e Athos Gusmão Carneiro, secretariada pela Desembargadora Fátima Nancy Andrighi, e contou com a participação dos professores Ada Pellegrini Grinover, Celso Agríco-

la Barbi, Humberto Theodoro Júnior, José Carlos Barbosa Moreira, José Eduardo Carreira Alvim, Kazuo Watanabe e Sérgio Sahione Fadel, levadas em consideração as inúmeras críticas e sugestões recebidas no amplo debate.

Com o objetivo de desburocratizar, agilizar e dar efetividade ao processo civil, a proposta introduz, no atual direito brasileiro, a *ação monitória*, que representa o procedimento de maior sucesso no direito europeu, adaptando o seu modelo à nossa realidade, com as cautelas que a inovação recomenda.

A finalidade do procedimento monitório, que tem profundas raízes também no antigo direito luso-brasileiro, é abreviar, de forma inteligente e hábil, o caminho para a formação do título executivo, controlando o geralmente moroso e caro procedimento ordinário.

Escrevendo a propósito da conveniência de sua adoção entre nós, assim se manifestou o Prof. Humberto Thodoro Júnior: *"A tutela jurisdicional a que tem direito o cidadão não é, nem pode ser, como adverte Cristofolini, de 'mera afirmação acadêmica, mas de realização concreta de direitos subjetivos', que geralmente são sacrificados quando não encontram remédio expedido e econômico"* (*Revista Forense*, nº 271/78).

Causa desânimo ao credor o fato de possuir documento abalizado e de saber que o devedor não tem defesa a lhe opôr e, mesmo assim, ter de enfrentar toda a complexidade do processo de conhecimento para, só depois dele, obter meios para excetuar o inadimplente.

Em semelhante conjuntura, e em outras análogas, impõe-se, a bem da parte e para prestígio da Justiça, a adoção, o quanto antes, de procedimento que restaure a velha assinação de 10 dias e que a atualize com base nos procedimentos monitórios do moderno direito vigente na Europa.

Assim, o projeto, a fim de compatibilizar o instituto com a legislação codificada, acrescenta um capítulo (XV) ao Livro IV do Código, com três artigos, incluídos após o art. 1.102.

**Objetivos da Ação Monitória**

Conforme traduzido na EM-160/93, destacam-se como principais objetivos da ação monitória, prevista nos arts. 1.102a, 1.102b e 1.102c do CPC, além de prover, de forma geral, o Direito Processual Civil Brasileiro de maior agilização, abreviar, sobremaneira, o caminho para a formação de genuíno e indispensável *título executivo* (ou instrumento assemelhado), permitindo, desta feita, ao autor desta nova modalidade processual, obter, a partir de prova escrita (documental), quando esta for desprovida de reconhecida e anterior eficácia de título executivo, o *pagamento de soma em dinheiro*, ou a *entrega de coisa fungível*, ou, ainda, a *entrega de determinado bem móvel*.

**Procedimento Próprio da Ação Monitória**

Segundo o disposto no art. 1.102b do CPC, com a redação determinada pela Lei nº 9.079/95, caberá ao interessado ajuizar a referida ação monitória, através de petição inicial com todos os requisitos básicos exigíveis e devidamente instruída — particularmente com a *prova documental* que se deseja indiretamente outorgar eficácia executiva —, para que possa o juiz, com base nesta sorte de considerações, deferir de plano a expedição do competente mandado de *pagamento* (na hipótese de pagamento de soma em dinheiro) ou de *entrega de coisa* (nos casos de entrega de coisa fungível ou de entrega de determinado bem móvel) no prazo de 15 dias, período temporal em que o réu poderá, se desejar, oferecer *embargos* que terão o condão de suspender a eficácia do mandado inicial.

No caso de não serem opostos *embargos* pelo réu (ou se opostos, os mesmos forem considerados intempestivos), constituir-se-á, de pleno direito, o *título executivo judicial*, com base na prova documental (escrito) anexada aos autos, convertendo-se o mandado inicial em efetivo mandado executivo e prosseguindo-se o processo na forma prevista na execução para a entrega de coisa

certa ou incerta (arts. 621/628 e 629/631 do CPC) ou na *execução por quantia certa contra devedor solvente* (arts. 646/731 do CPC), conforme o caso.

## Natureza dos Embargos Previstos no art. 1.102c do CPC

Deve ser expressamente consignado que os *embargos* a que aludem o art. 1.102c do CPC, com a redação que outorgou a Lei nº 9.079/95, não se confundem com os *embargos do devedor* disciplinados no art. 741 do CPC vigente.

Da mesma forma, convém esclarecer que tais embargos não se traduzem em uma nova espécie de contestação, até porque o próprio regramento normativo *sub examen*, de maneira inequívoca, dispõe que aos mesmos se imprimirá o rito comum ordinário (a este especial respeito, deve ser mencionado que alguns doutrinadores inicialmente chegaram a ventilar a hipótese de tais *embargos* se revestirem de natureza jurídica análoga a de reconvenção, o que igualmente não nos parece acertado.

Em qualquer hipótese, contudo, é certo que, como os embargos em questão serão processados nos mesmos autos da *ação monitória*, estes conterão necessariamente duas sentenças (ou decisões de natureza terminativa equivalente).

## Sentença na Ação Monitória

A grande dúvida, de cunho doutrinário, que nos traz o novo instituto é, sem dúvida, a questão concernente à *sentença da ação monitória* que, em princípio, não possui nenhuma forma tradicional de resposta do réu (contestação, reconvenção ou exceção material).

Tal questionamento, por obra do óbvio, se encontra adstrito à anterior dúvida quanto à específica natureza jurídica dos *embargos*, expressamente previstos na disciplina legal da referida ação.

Nesse contexto, deve ser observado que, se por um lado, seria impossível transmudar um *escrito* qualquer em *título executivo judicial* sem sentença formal, estranha-se, por outro, que uma *ação*, no sentido efetivo de sua tradução, possa auferir tal sentença sem, no seu regular processamento, existir expressamente alguma forma de resposta do réu, notadamente a contestação.

De qualquer maneira, é razoável entender que os *embargos* aludidos na nova lei, independente de sua perfeita identificação jurídica, perfazem o indispensável princípio do contraditório, propiciando razoável embasamento legal-processual à nova espécie de ação.

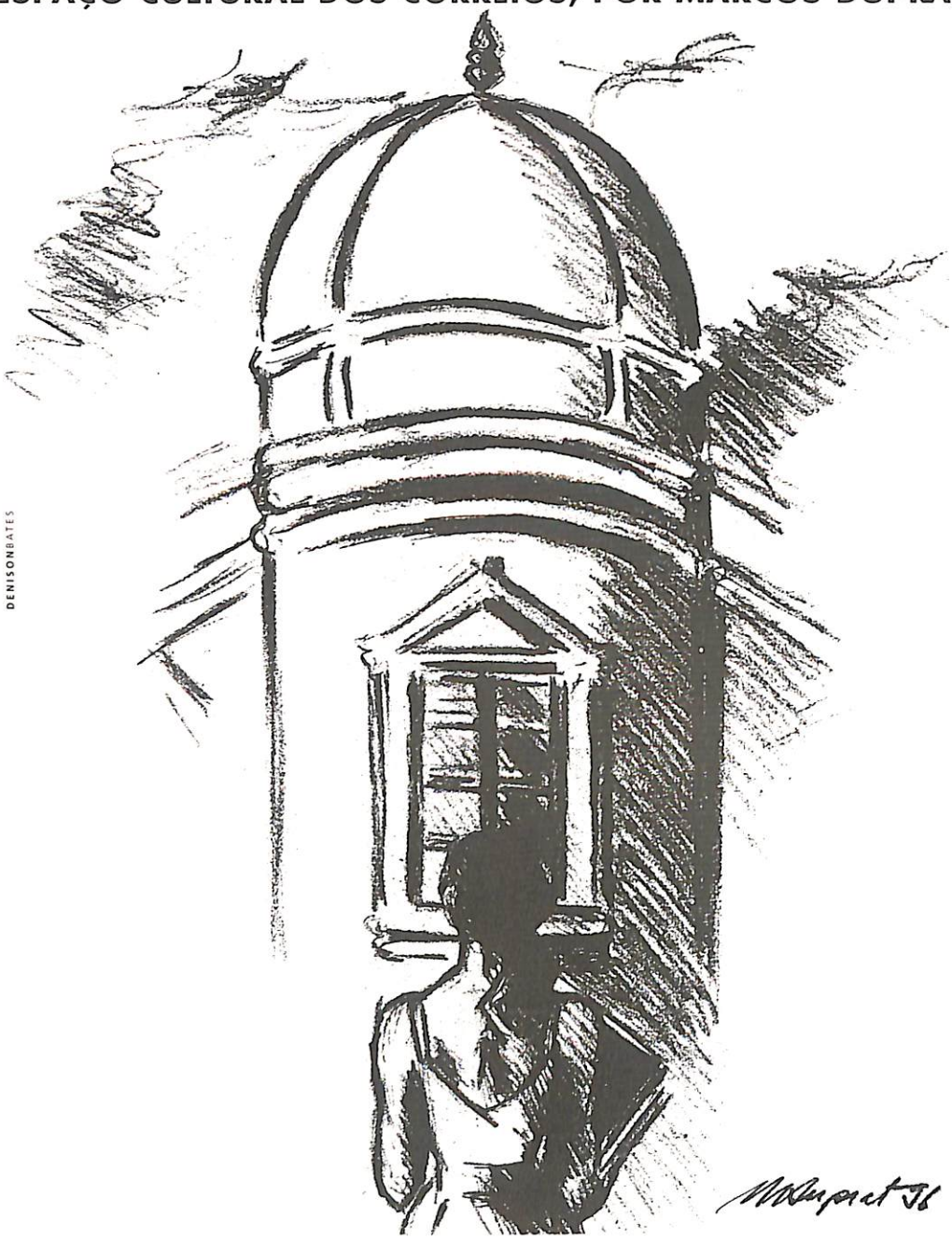
## Preterição dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Objeto de crítica desde a apresentação do Projeto de Lei em 1993 — deve ser registrado — , tem sido a relativa outorga, pela nova lei que prevê a *ação monitória*, de força executiva ao *escrito* genérico (desprovida de eficácia executiva prévia) de forma muito mais contundente se comparado aos próprios títulos executivos extrajudiciais, considerando, sobretudo, que, se rejeitados os embargos previstos no art. 1.102c do CPC (ou reputados os mesmos intempestivos, ou, ainda, simplesmente não opostos), transmuda-se simplesmente o mencionado escrito em efetivo título executivo judicial, passando a seguir o mesmo a disciplina concernente à execução.

Nesse diapasão, os credores portadores de *títulos executivos extrajudiciais* terão, em verdade, preteridos seus créditos em favor de um *escrito*, em princípio, sem força executiva. Muito possivelmente, teria sido mais sensato o legislador ampliar o rol dos *títulos executivos extrajudiciais*, ao invés de ter instituído uma verdadeira ação para a satisfação de crédito constituído por simples escrito desprovido de força executiva.

* Professor da UNIRIO, mestre e doutor em Direito e Magistrado Federal.

# ESPAÇO CULTURAL DOS CORREIOS, POR MARCOS DUPRAT.



DENISONBATES

Você está vendo como o artista plástico Marcos Duprat vê o prédio do Espaço Cultural dos Correios. Agora, se você quer ver como pintores naïfs, escultores, grupos teatrais, produtores de vídeo, criadores de cinema de animação, artistas performáticos e muitos outros vêem a realidade, é só visitar um dos prédios mais bonitos do Rio de Janeiro. Faça um passeio pelo Espaço Cultural dos Correios. Você vai conhecer o que há de melhor em arte.

CORREIOS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASIL

# INFORMAÇÕES

## MUDANÇAS NO ENSINO TÉCNICO

Aumentar as oportunidades de profissionalização dos jovens. Esta é a principal intenção do Ministério de Educação e Cultura — MEC ao propor mudanças no ensino técnico. Na prática, o MEC pretende flexibilizar o formato do ensino de 2º Grau, dando ao aluno a *chance* de ter acesso a programas parciais ou terminais de educação profissional.

O projeto de lei que está no Congresso Nacional prevê a separação do ensino acadêmico do ensino técnico profissionalizante, propondo uma organização curricular modulada para o ensino técnico, ou seja, ordenada por bloco de disciplinas. Assim, o aluno poderá cursar o ensino médio e, ao mesmo tempo, matricular-se em programas de educação profissional de nível técnico.

Cada módulo garantirá uma qualificação profissional ao aluno, que terá direito a um Certificado de Qualificação Profissional. A conclusão do conjunto predeterminado dos blocos necessários para uma habilitação dá ao aluno o diploma de curso técnico de nível médio.

Outra vantagem é que o ensino técnico poderá ser seqüencial ou paralelo ao ensino médio. O aluno poderá, após concluir o 2º Grau convencional, ingressar na formação técnica, com duração variável de seis meses até dois anos e meio. Caso prefira, o aluno poderá ter duas matrículas: uma para o 2º Grau e outra para fazer os módulos de seu interesse no ensino técnico. Se a instituição oferecer os dois cursos poderá ter as duas matrículas na mesma instituição, só que em turnos diferentes.

"Ao adotar esse sistema, a formação profissional passa a ser complementar ao ensino médio, oferecendo aos estudantes uma opção à universidade, além de permitir a ampliação do atendimento nos cursos profissionalizantes", garante o Secretário de Educação Média e Tecnológica, Átila Freitas Lira.

A Escola Técnica de Brasília, numa iniciativa da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, começou a funcionar em fevereiro em sintonia com a tendência de mudança no ensino técnico. O modelo adotado pela escola já separa o ensino acadêmico do técnico-profissionalizante.

As alterações no 2º Grau incluem, também, modificações curriculares. Os currículos do ensino técnico serão definidos e modificados conforme as tendências da economia e as exigências da realidade nacional. O MEC acredita que o ingresso do aluno no mercado de trabalho ficará facilitado com a aprovação dessas mudanças.

Pelo projeto, o MEC definirá a duração mínima de cada curso, das matérias básicas e as habilidades e competências exigidas por cada habilitação profissional. Os sistemas de ensino, por sua vez, ficarão encarregados de complementar os currículos de acordo com as peculiaridades regionais e considerando a dinâmica da empregabilidade.

*Matéria fornecida pelo MEC.*

## REPASSE DE RECURSOS DIRETO PARA AS ESCOLAS

O Ministério da Educação e Cultura está incentivando a participação cada vez maior da comunidade na vida das escolas públicas. Com esse objetivo, no ano passado, o Ministro Paulo Renato Souza lançou o programa de repasse direto de recursos. O programa permite que os recursos do salário educação sejam depositados diretamente na conta bancária da escola que tem Associação de Pais e Mestres, Conselho ou Caixa Escolar.

Com isso, o MEC eliminou intermediários, acabou com a demora nos repasses da Prefeitura ou da Secretaria Estadual de Educação. Cada escola recebe um valor proporcional ao número de alunos e à região onde está localizada. O menor valor é de R$ 500 para as escolas de até 50 alunos nas regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal. O maior pode chegar até R$ 15 mil, nas escolas com mais de 2 mil alunos, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O repasse é feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, através de convênios com Prefeituras e Secretarias de Educação. Mais de 27 milhões de alunos estão sendo beneficiados.

Para receber os recursos, as escolas precisam ter unidades gestoras como um Conselho Escolar, uma Caixa Escolar ou Associação de Pais e Mestres. As escolas que não têm alguma dessas entidades ou estão localizadas em regiões carentes, onde não há agências bancárias, o repasse é feito para as Secretarias de Educação ou Prefeituras Municipais. Quem deseja organizar uma unidade gestora na sua escola deve procurar orientações nas Delegacias do MEC nos Estados.

As unidades gestoras devem acompanhar e analisar como a escola está gastando o dinheiro que o FNDE repassa para os gastos de manutenção. Para assegurar o controle dos recursos, o MEC divulga, diariamente, a relação dos municípios que estão recebendo a verba da escola. Assim, qualquer pessoa pode ajudar o governo a fiscalizar se o dinheiro está chegando mesmo à escola. As listas das escolas beneficiadas e do valor liberado ficam expostas, também, nas agências dos Correios.

*Matéria fornecida pelo MEC.*

## LIVRO DIDÁTICO E MERENDA ESCOLAR

O repasse direto de recursos para as escolas abriu caminho para outros programas. Desde o ano passado, a Fundação de Assistência ao Estudante — FAE vem desenvolvendo um projeto-piloto de repasse de verbas para a compra do livro didático. A experiência abrange o Distrito Federal e os estados de Goiás, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rondônia, Tocantins, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Nesses Estados, cerca de 10 escolas receberam diretamente da FAE os recursos para a aquisição dos livros didáticos deste ano. O dinheiro foi repassado, também, para as Associações de Pais e Mestres, Caixa ou Conselho Escolar. A FAE investiu R$ 911 mil para a execução do projeto.

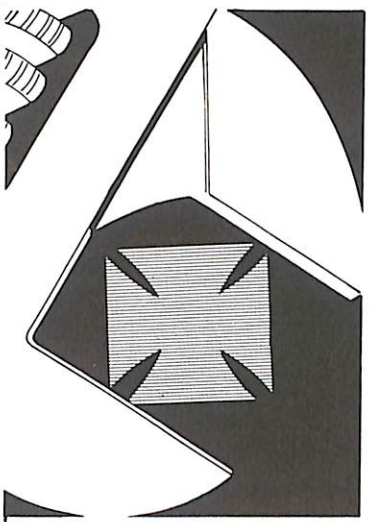
As escolas que não participam da experiência recebem os livros didáticos diretamente da FAE. Os processos de aquisição e distribuição estão descentralizados apenas nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, as Secretarias de Educação escolhem e negociam a aquisição, mas a compra e a entrega são realizadas pela FAE.

No caso da merenda escolar, a FAE trabalha num programa de escolarização, que permite o repasse dos recursos diretamente para as escolas que têm unidade gestora. A experiência vem sendo desenvolvida há um ano em alguns estados. É o caso de Goiás, Minas Gerais e Maranhão. Além disso, diversos municípios têm manifestado interesse pelo repasse direto.

O programa de alimentação escolar já é totalmente descentralizado. A FAE repassa os recursos para as Prefeituras e Secretarias de Educação, que se responsabilizam pela compra e distribuição dos gêneros para as escolas.

*Matéria fornecida pelo MEC.*


Reparando bem a Renave é a maior.



Há muito tempo a Renave conquistou o primeiro lugar como maior estaleiro especializado em reparos navais da América Latina, na área da iniciativa privada. Criando e desenvolvendo novos métodos de trabalho, a Renave visa sempre uma maior racionalização de serviços e elevação dos níveis de produtividade. Por isso vem conseguindo uma expressiva redução dos prazos e dos custos de seus serviços.

markmen

RENAVE

em reparos navais, o maior é também o melhor.

*RENAVE* — EMPRESA BRASILEIRA DE REPAROS NAVAIS S.A.

PRAÇA PIO X, 15 - 10º ANDAR - CENTRO
RIO DE JANEIRO - RJ - TELS.: (021) 263-5311
263-8614 / 263-8061 - FAX.: (021) 263-5092
TELEX: (21) 21993 FBRN BR

ESTALEIRO: ILHA DO VIANA - NITERÓI, RJ

# PROGRAMA EDITORIAL 1996 (PREVISÃO)

**A BIBLIEX apresenta o seu programa editorial para 1996, esperando satisfazer os seus leitores, em resposta às preferências manifestadas na pesquisa dirigida aos assinantes. Um editorial de custo de aquisição baixíssimo e de obras entregues a domicílio.**

## COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

***A Prática da História*** — Barbara W. Tuchman

Numa coleção de escritos publicados anteriormente em fontes variadas, Barbara W. Tuchman, já tão conhecida do público brasileiro, expõe o que seria a sua visão do conhecimento histórico. Seria ele de enquadramento impossível em sistematizações, escolas ou esquemas. História é, pois, comportamento. É o "aqui e agora". Por outro lado, é impossível, também, o conhecimento histórico despojado das projeções do estudioso. Seria até nociva a isenção histórica, caso fosse ela alcançável. Isso é discutido pela autora não como insípida matéria teórica mas no bojo de casos reais e documentados.

***Crônicas da Guerra na Itália*** — Rubem Braga

Tantas sejam as edições desta obra, tantas logo estarão esgotadas. Cronista insuperável, qualquer tema aborde, o então correspondente de guerra Rubem Braga deixou-nos, de sua presença junto a Força Expedicionária Brasileira, páginas que são retratos vivos da nossa gente, da força emergente que nela reside em face da pior crise com que se pode defrontar uma nação — a guerra. É uma leitura que comove!

***Diálogos sobre o Comando*** — André Maurois

Tema editorial de interesse permanente, a reflexão sobre as responsabilidades da ação de comandar incorpora um novo título às coleções da BIBLIEX. Agora, em tradução primorosa, é a vez de André Maurois com o seu *Diálogos sobre o Comando*. O autor trouxe das trincheiras da Guerra Mundial de 1914/1918 impressões pessoais que o marcariam profundamente e refletir-se-iam em sua carreira de homem de letras e historiador. *Diálogos sobre o Comando* acrescenta novas cores e novos matizes ao estudo e à interpretação dessa nobre reciprocidade em que esta mergulhada a vida militar — comando e obediência.

***O Soldado e o Estado*** — Samuel P. Huntington

Do notável cientista social que é Huntington, a BIBLIEX faz agora traduzir um de seus mais importantes trabalhos. A relação Soldado/Estado é um tema de permanente interesse e discussão sempre aberta, em especial nas sociedades que, como a nossa, estagiam em situações políticas e econômicas emergentes. Leitura importantíssima, com a redução sociológica necessária, acrescentará fundamentos ao debate do assunto entre nós.

***Os Mercenários do Imperador*** — Juvêncio Saldanha Lemos

Estudo abrangente, excelentemente fundamentado, incorporador de revelações inéditas, não é mais uma obra sobre os mercenários e o seu papel na origem do nosso Exército Nacional. É, sim, uma das mais importantes contribuições que se tem dado ao conhecimento das correntes migratórias germânicas no Brasil, dos usos e costumes de uma época, tudo num estilo onde o conteúdo histórico não elimina a graça de uma narrativa quase jornalística. É um livro para gosto de historiadores tanto quanto para gosto geral, mérito de um autor que traz aos leitores, dessa forma, o produto de quinze anos de pesquisa no assunto.

***Os Marechais de Napoleão*** — Hugo Jorge de Brito Chaves

É impossível o estudo das campanhas napoleônicas e a concepção dos ensinamentos delas decorrentes sem o conhecimento da personalidade dos marechais do grande cabo de guerra. Em obra abrangente e de leitura agradabilíssima, dá-nos o autor esse conhecimento que não é apenas biográfico mas crítico e muito apropriado seja ao público civil, seja ao militar.

***O Brasil e a Nova Geopolítica Européia*** — Francisco de Assis Grieco

A nova realidade mundial, a perspectiva de uma geopolítica também renovada pela marcha da História, é o tema deste trabalho. O confronto soviético com o Ocidente e a aposta na hegemonia nuclear levaram a URSS à derrota em face do sistema de alianças políticas e econômicas promovido pelos Estados Unidos. Nessa direção, abordando a Comunidade Européia, as transformações do Leste Europeu e uma possível integração continental, o autor — renomado especialista que é, aprecia o papel que estará reservado ao Brasil numa economia global e que lhe reserve a atualização das suas inesgotáveis potencialidades.

***Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*** — Sir Richard Francis Burton

Raridade bibliográfica, pois editada originalmente em 1870, *Letters from the Battlefields of Paraguay* torna-se agora, graças à iniciativa da BIBLIEX, acessível ao nosso público em tradução de muita fidelidade. Viajante, explorador de espaços geográficos (inclusive brasileiros), poliglota, literato e diplomata, Burton era cônsul britânico em Santos de onde seguiu para o teatro-de-operações da Guerra da Tríplice Aliança na condição de observador e correspondente. Dessa permanência resultaram os registros e as observações que constituem a essência do seu livro, fonte indispensável ao estudo daquele citado conflito.

***O Império e os Novos Bárbaros*** — Jean Christophe Rufin

Distante de um estudo de futurologia, eis um belo ensaio comparativo onde a noção de império, transportada da civilização romana, é discutida em face do desmoronamento do imperialismo soviético e da hegemonia de um outro único imperialismo — o do Norte, imposto às culturas do Sul. Serão estes os vetores que, como os povos bárbaros em presença de Roma, comporão a resultante destruidora das fronteiras de um império hegemônico mas envelhecido, forte mas injusto? Uma tese inteligente e oportuna oferecida à meditação do nosso público leitor.

## COLEÇÃO TAUNAY

***A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul*** — Cláudio Moreira Bento

Em publicando esta obra do fecundo pesquisador da nossa História Militar que é o Coronel Cláudio Moreira Bento, a Biblioteca do Exército supre de fortes episódios ainda pouco estudados da fixação do nosso espaço nacional. O autor vale-se das "Memórias" do Tenente-General Henrique Böhn e que só agora estão disponíveis em nossa língua. Comandante do Exército do Sul, Böhn tem, de alguns críticos, a apreciação de um verdadeiro criador, em termos de modernidade, do nosso Exército.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Praça Duque de Caxias 25
Palácio Duque de Caxias 3º andar
Ala Marcílio Dias
Cep 20221-260 Rio de Janeiro RJ
Tel (021) 253-4637 e Telefax (021) 253-7535

**ASSINATURAS ANUAIS:**
Coleção General Benício — R$ 120,00
Revistas — (Brasil) ADN R$ 15,00 – REB R$ 15,00 – RMCT R$ 15,00
(Exterior) ADN US$ 30,00 – REB US$ 30,00 – RMCT US$ 30,00



# DESTAQUES DA IMPRENSA

## O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL DEVERIA SER EXTINTO?

O Brasil, com dimensões continentais e com crescente projeção internacional, possui Forças Armadas muito modestas se comparadas com as das demais nações. Segundo dados de publicações especializadas, é o país que empenha o menor percentual do PIB em gastos com defesa, dispondo de menos de um soldado para cada 50m².

Na concepção do Exército, o desafio de responder às necessidades da defesa nacional tem sido vencido graças ao atual sistema de serviço militar, que permite, em curto prazo, mobilizar reservas e atender, com oportunidade e menor custo, às situações emergenciais que possam se configurar. Esse é o enfoque estratégico preponderante para a análise da questão proposta.

A realidade nacional impõe soluções para a defesa que não onerem substancialmente o Orçamento e que não comprometam o atendimento de outras prioridades sociais e de desenvolvimento, gerando pesados encargos para toda a sociedade. Nossa estrutura militar de tempo de paz consiste de um núcleo de forças permanentes, capaz de expandir-se pela mobilização de reservas, em caso de ameaças. Essa é uma alternativa que concilia a existência de efetivos oriundos do serviço militar obrigatório com os quadros profissionais, compondo as diversas organizações da força terrestre.

Suportaria a nação brasileira a elevada despesa advinda de um Exército totalmente composto por profissionais, particularmente considerando-se que o custo do soldado permanente equivale a, no mínimo, cinco vezes o do soldado recruta?

Outro enfoque a ser considerado, decorrente da obrigatoriedade do serviço militar, é que o rodízio anual de contingentes permite a interação das Forças Armadas com o restante da sociedade. A marcante presença dos efetivos militares em todo o território age como vetor principal de integração nacional, na medida em que se respalda na efetiva representatividade geográfica, étnica, social e religiosa dos seus integrantes, alcançada pela conscrição obrigatória.

Além de reforçar os vínculos com a nação, impede o perigoso distanciamento em relação à sociedade brasileira. É pouco provável que tais benefícios fossem plenamente obtidos pelo regime de voluntariado, dependente da conjuntura de mercado de trabalho, que, por sua vez, adquire feições próprias em diferentes áreas de recrutamento.

Ultimamente, alimentada por motivações diversas, vem ganhando espaço a discussão sobre o serviço militar obrigatório e o chamado "Exército profissional", formado por voluntários, com base no argumento de que essa constitui tendência das Forças Armadas mais modernas.

O sistema de serviço militar não é um processo que possa simplesmente ser transplantado de um país a outro. Aliás, de 143 países com forças estruturadas, 83 adotam o serviço militar obrigatório, entre eles Alemanha, Itália, Suécia, Suíça, Israel, Bélgica, Cuba, Rússia, China, França e as duas Coréias, todos entendendo-o como um dever de cidadania.

Para o Exército brasileiro, o serviço militar nos moldes atuais, democrático e representativo, responde aos desafios impostos pela realidade

nacional, permitindo ao país dispor de um sistema de defesa adequadamente dimensionado.

*(Reprodução de matéria publicada na* Folha de S. Paulo, *edição de 12.10.1995, e assinada por Rômulo Bini Pereira, General-de-Brigada Chefe do Centro de Comunicações Sociais do Exército.)*

## VIA-CRÚCIS COLOMBIANA

A Colômbia vive "sob mentalidade de crise", segundo alta autoridade judicial que investigou esquadrões da morte, guerrilha, seqüestros, narcos etc. A história do país é um interminável rosário de violências de todos os tipos. "La violencia" é como ficou conhecido um período de cinco anos (1948 a 1953), durante o qual uma guerra civil matou 300 mil pessoas. O século começou na Colômbia com a "guerra dos mil dias" entre liberais e conservadores, comerciantes urbanos e latifundiários que disputaram a ferro e fogo a herança da Coroa espanhola. Proclamada em 1819, com a independência, a república enfrentou 40 revoluções antes de "consolidar-se".

Essas brigas de caciquismos políticos, envolvendo os dois partidos (Liberal e Conservador) ainda dominantes, repletas de matanças cruéis, tão bem retratadas no livro *Violência na Colômbia*, do padre German Guzmán, sofreram reviravolta com o *bogotazo* de 1948. Um expoente liberal, Jorge Gaitan, distanciou-se das cúpulas, caiu no populismo, foi assassinado e a capital do país sublevou-se diante de espantados participantes de assembléia da OEA. Não tardaria a formação de guerrilhas que estão hoje entre as mais antigas do continente e ainda abrigam um chefe original, chamado de "Tiro Fijo", o mais velho guerrilheiro do mundo.

Na época, 320 pessoas eram donas de 56% de todo o dinheiro da Colômbia. Insuflados por Gaitán, pobres e humildes desceram das favelas de Bogotá dispostos a enfrentar os caciques políticos, mas a dura repressão e o congelamento do poder permitiram a eleição em 1950 de mais um representante da nomenclatura conservadora, Laureano Gomez. Violência redobrada, anarquia e regime militar em 1953 com pretensões a "pacificador". O sufoco era tal que mesmo o historiador German Arciniegas, autor de *Entre a liberdade e o medo*, libelo antiditatorial, saudou o golpe como "milagre de Santo Antônio". Ilusões desfeitas com massacre de estudantes um ano depois.

Guerrilheiros se afirmavam nas montanhas, surgiam "repúblicas independentes" de camponeses e, em 1957, conservadores e liberais, oligarcas em guerra há quase um século, afinal entraram em acordo, convencidos de que era hora de juntar-se contra adversários comuns, os "movimentos revolucionários e de libertação nacional". Desmoralizados, os militares voltaram aos quartéis para que os dois partidos tradicionais se revezassem no poder durante um "tempo útil", de rearrumação da casa. Chamou-se isso de "ato de criar a república buscando as fontes de poder em suas origens populares". De nada adiantaram, no entanto, depois de fracassada a repressão, as tentativas de "pacificação" com as guerrilhas.

Um único grupo aceitou a anistia, incorporando-se às lutas políticas. Abertura de espaços legais para esquerdas menos beligerantes provocaram reações violentas do *establishment*, com assassinatos a granel, nos quais se envolveram esquadrões da morte, com forte tempero militar, e narcotraficantes, a caminho da fusão com as "elites". A eleição do liberal Turbay Ayala, em 1978, soltou os primeiros sinais de penetração da droga no sistema político colombiano. De origem turca, estranho aos salões, expressão de "classe emergente" em oposição à oligarquia de 23 famílias, Turbay foi vinculado aos narcos pela rede de televisão CBS, dos Estados Unidos, recipientes bilionários da droga.

Em 1984, um ministro, Rodrigo Lara Bonilla, depois assassinado, disse que "oito famílias de traficantes, com o controle do comércio de droga para os Estados Unidos, já se instalaram em cada setor da sociedade colombiana". Quatro anos depois, um ex-chanceler, Alfredo Vasquez, propôs diálogo nacional com participação dos chefões da droga, para acabar com a matança na Colômbia. "O poder do narcotráfico é tanto (falava-se em negócios de 90 bilhões anuais) que não há outro jeito senão incluí-lo entre as instituições que determinam a vida nacional", justificou-se Vasquez.

A abertura em abril de 1984 do Processo 8.000, a cargo da procuradoria-geral, mostrou os continuados avanços dos narcos na política da Colômbia, com o próprio gabinete presidencial à vista. Culpas ou não culpas à parte, o espetáculo de degradação marca um dos momentos mais dolorosos da via-crúcis colombiana.

*(Reprodução de matéria publicada no* Jornal do Brasil, *edição de 21.02.1996, e assinada pelo jornalista Newton Carlos.)*

## SOLDADINHOS DE CHUMBO

Quando o Presidente Boris Yeltsin, diante das câmeras de televisão, passou uma reprimenda nos generais russos, a quem acusou de dormir quando os rebeldes chechenos capturaram 300 reféns, zombando mais uma vez do poder central, reabriu-se de novo a grande cicatriz caucásica que não cessa de importunar o Kremlin.

Desde 1991, ano em que a própria URSS se dissolveu, mais de 40 mil soldados russos, do outrora tão temido Exército soviético, estão sendo humilhados, na Chechênia, por guerrilheiros urbanos que passam a maior parte do tempo em casa, usam calças jeans, combatem com armas velhas e não têm praticamente nenhum plano ou organização de batalha, a não ser a obsessão pela independência.

O general Aleksander Lebed declarou ao *Moscou News*: "É horrível admitir, mas a Rússia não tem mais Exército, só soldadinhos de chumbo, formações de garotos sem nenhuma capacidade." Tropas russas de fato foram à Chechênia sem preparação especial. Em todas as grandes investidas as unidades de vanguarda perdiam contato com a base e eram isoladas e cercadas por combatentes chechenos. Os russos estão cometendo na Chechênia, república explosiva e historicamente rebelde, os mesmos erros que os soviéticos cometeram no Afeganistão.

Com isto, a crise chechena repercute com virulência no centro de poder russo, deixando Yeltsin cada vez mais isolado, levantando dúvidas sobre seu real compromisso com a democracia. Cada novo sobressalto da crise, difícil de ser resolvida pelos meios tradicionais, obriga-o a se refugiar mais ainda em seus chamados "ministérios de força", polícia, organismos de segurança e forças armadas — nesta altura nem tão confiáveis e nem tão armados.

Há mais de 150 anos, o poeta russo Lermontov, oficial do Exército czarista, escreveu: "Selvagens são as tribos daquelas montanhas / Seu deus é a liberdade, sua lei é a guerra." Era o melhor retrato da ferocidade do povo checheno. Se o atual ministro russo da Defesa tivesse pelo menos lido Lermontov pensaria duas vezes antes de alardear, no fim de 1994, que bastaria uma unidade de pára-quedistas para tomar em duas horas a capital da Chechênia, Grozny.

Em matéria de violência, os chechenos não brincam. Sua bravura se aguçou em séculos de ódio à Rússia. A conquista da Chechênia é um dos capítulos mais sangrentos da expansão imperial: o general Yermolov, comandante russo, matava e incendiava o que encontrava pela frente, deixando para a posteridade um rastro de carnificina e trauma.

Stálin ordenou um expurgo brutal em 1937: na primeira fase da operação, 14 mil chechenos e

seus parentes étnicos, os inguchétios, foram arrebanhados, executados ou deportados — um em cada 30. Naquela operação morreram 200 mil. Os chechenos haviam colaborado com os nazistas, mas os nazistas nunca ocuparam seu território. Exilados no Cazaquistão até 1957, Kruchev permitiu que voltassem.

Nos últimos anos, os chechenos se tornaram na Rússia sinônimo de máfia. Protagonizaram assaltos a trens e seqüestros de aviões e ônibus. O aeroporto de Grozny funciona como portão de entrada e paraíso para contrabandistas e criminosos que desafiam as autoridades russas. Espremidos entre os mares Negro e Cáucaso, são na verdade uma região minúscula, com apenas 1,2 milhão de habitantes. A Chechênia, com seu terrível relevo, é terreno geográfico e humano ideal para grupos de resistência. A região caucasiana nunca poupou "pólvora e balas". O Tartarstão já entrou nos trilhos. Os russos bateram forte nos georgianos. Os abicásios querem se separar da Geórgia. Os ossétios do sul querem se juntar aos ossétios do norte. Em Nagorno-Karaback, a guerra entre armênios e azerbaijãos matou mais de 10 mil pessoas. Em suma, o Cáucaso, que já era pesadelo para os czares, continua a tirar o sono do Kremlin de hoje.

Um balanço conservador indica mil mortos entre soldados russos e 25 mil mortos entre chechênios — combustível mais do que suficiente para levantar questões de direitos humanos. Não é de estranhar que isto tudo volte a acontecer na colcha de retalhos que é a Rússia, herdada do império czarista e da antiga URSS, ainda território tão vasto que tem 11 fusos horários.

Muitas repúblicas possuem uma ou várias Chechênias. Diplomaticamente falando, os países ocidentais se comportam como se não houvesse situação explosiva nenhuma, e continuam a apoiar Yeltsin com o sentimento de que ele ainda é o homem menos perigoso, sentado sobre o barril de pólvora. A todo momento, em volta dele, no Kremlin, agitam-se silhuetas sombrias, inquietantes e impacientes por levar a Rússia de volta a um regime de força digno do tempo de Brejnev.

No livro que acaba de publicar em Madri, *A Rússia de Yeltsin*, Carlos Talbo, especialista na antiga URSS, comenta que a Rússia ainda não é Europa e nem Ásia, e a ela ainda não chegaram a reforma, a ilustração, o liberalismo, menos ainda o capitalismo. "Passou da autocracia czarista à autocracia comunista e daí a um mundo estranho no qual a democracia pluralista e a economia de mercado se oferecem como modelos obrigatórios fornecidos pela comunidade internacional diante de uma Rússia que se sente fraca, ou mais fraca do que antigamente."

Introduziram-se, como diz Talbo, elementos democráticos na vida russa, mas também é certo que se trata de país sem democratas, ou poucos. A sociedade russa está tão fragmentada e os elos de autoridade estatal tão rompidos que é difícil imaginar com que recursos humanos e de poder se poderia impor uma nova ordem, comunista, nacionalista ou dirigida a melhorar o funcionamento da economia. Neste clima, de instabilidade permanente, onde nem o Exército tem unidade ou recursos materiais, o caos, a ausência de autoridade e a desintegração territorial parecem ser o horizonte mais provável a médio prazo.

A Chechênia colocou mais sal no caldeirão. Cerca de 40% do PIB hoje são controlados pelas máfias, na maioria chechenas. O resultado é uma estranha mistura entre os restos de uma economia estatal em crise e uma forma de intercâmbio econômico que lembra mais o caso que se seguiu à destruição do império romano do que uma economia de mercado.

*(Reprodução de editorial do* Jornal do Brasil, *edição de 11.01.1996.)*

## VOLTA ATRÁS

O governo estuda meios de apoiar a produção de álcool, para garantir o abastecimento da frota nacional de 4 milhões

de carros movidos por esse combustível. Mas a idéia de manter o subsídio a um produto gravoso, mediante a cobrança de imposto adicional sobre a gasolina, é despropositada e contradiz o espírito antiinflacionário do Real.

Quando o Programa Nacional do Álcool foi criado com toda pompa, em 1980, o Brasil acabava de ser assolado pelo segundo choque do petróleo. O aumento brutal do barril de petróleo — às vésperas do Natal de 1979 e duas semanas após a primeira maxidesvalorização de 30% da moeda brasileira — deixara o País enredado em séria crise cambial.

O Brasil só produzia 15% do seu consumo de petróleo e já não dispunha da boa vontade dos banqueiros internacionais para financiar um balanço de pagamentos deficitário — agravado pelo petróleo importado. O petróleo da Bacia de Campos, descoberto em 1974, só produziria para valer a partir de 1983. Era preciso encontrar uma saída de emergência.

A indústria automobilística (e de autopeças) era o carro-chefe do PIB. Aproveitar o potencial da agroindústria do açúcar para produzir álcool hidratado e abastecer carros com motores a álcool era um achado: geraria empregos na lavoura e na indústria de bens de capital, fornecedora de equipamentos para destilarias de álcool anexas às usinas de açúcar ou independentes, e manteria o emprego no ABCD.

Apesar dos alertas iniciais de que o custo do barril de álcool era bem mais caro do que o de petróleo (de US$ 43 em fevereiro de 1983, depois de 13 anos de inflação em dólar superior a 100% está custando US$ 17), a sociedade assimilou a inflacionária solução. Era preferível financiar algo em cruzeiros a comprar mercadoria importada com dólar escasso. As fábricas aperfeiçoaram os motores, e os carros a álcool chegaram a representar 95% da produção nos anos 80.

Em nome da sobrevivência do balanço de pagamentos e de uma estrutura industrial e de consumo montada desde o governo Juscelino Kubitschek, criou-se (por pressão da Petrobras, que não queria ficar fora do Proálcool) mecanismo de subsídio do álcool pela gasolina (cujo consumo o governo queria desestimular). Era o mesmo sistema que faz o consumidor de gasolina subsidiar há anos os preços do óleo diesel e do GLP.

A realidade brasileira e mundial 16 anos depois é totalmente diferente. O Brasil já produz mais de 75% do seu petróleo e a garantia do abastecimento mundial fez as montadoras reduzirem a 3% a produção de carros a álcool para o mercado interno. Considerando os importados, o licenciamento de carros a álcool caiu a apenas 2% da frota renovada.

Os motoristas que no passado acreditaram nas promessas e estímulos oficiais não podem ser onerados subitamente ou ameaçados de racionamento de álcool como no governo Sarney. O melhor desempenho do motor a gasolina é hoje o maior estímulo à renovação da frota. Sai mais barato facilitar a compra de carros a gasolina que manter o Proálcool.

O Proálcool precisa se enquadrar na reformulação geral do mercado nacional de combustíveis, levando em conta sua estratégica importância ecológica e o seu uso adequado às regiões produtoras. Cresce no mundo a pressão para adição de álcool anidro de cana à gasolina, como forma de reduzir a poluição atmosférica, em lugar de aditivos petroquímicos.

O governo deve ser mais atento a esses movimentos, estimulando a competitividade do álcool no mercado mundial, sem perder de vista que a eventual suspensão do embargo americano a Cuba (com a reeleição de Bill Clinton) pode afastar o álcool brasileiro do mercado americano, com sua substituição pelo álcool cubano. Usineiros brasileiros têm ido a Cuba para sondar essas perspectivas e, pragmaticamente, podem transferir seus negócios para lá, o que seria uma pena para o Brasil.

*(Reprodução de editorial do* Jornal do Brasil, *edição de 03.03.1996.)*

## BURACO NEGRO NO MERCOSUL

São conhecidas as ameaças sobre a união aduaneira e a futura integração econômica e política dos países signatários do acordo de Ouro Preto (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), que estabeleceu as regras do Mercosul, um mercado de 200 milhões de consumidores. Não se fala aqui dos inconformados com o êxito do bloco, ligados ou não a partidos políticos desses países, mas a narcotraficantes e contrabandistas de todos os tipos, que desviam recursos que poderiam ser aplicados, em cada país, na geração de empregos e no crescimento industrial.

A criminalidade na área, denunciada pelos jornais nos últimos tempos, não se resolverá só com a ação conjunta das Forças Armadas do Brasil, Argentina e Paraguai, como teria sido sugerido numa reunião sigilosa no interior de São Paulo entre ministros brasileiros e argentinos.

Reportagem recente, no *Jornal do Brasil*, revela que as ações dos narcotraficantes e contrabandistas são muito difíceis de controlar em algumas regiões e que determinada cidade de fronteira, ligada ao Brasil por uma ponte, tornou-se o "paraíso criminal" de um país extremamente pobre. Segundo dados oficiais do governo brasileiro, mercadoria contrabandeada apenas por essa entrada provoca prejuízo de US$ 5 bilhões por ano ao Brasil.

Pode ser que práticas ilegais de comércio na região resultem de um conceito errôneo de soberania, de um nacionalismo radical (antiimperialista?) ou da fragilidade das fronteiras físicas. Mas o fato é que elas ameaçam a consolidação de uma união que poderá se transformar, brevemente, numa das maiores do mundo. De 1990 a 1994, as exportações do Brasil para os países da região aumentaram 45,5% por ano e as importações 13,5%, enquanto a Argentina aumentou em 51,1% por ano suas compras na região e em 23,1% suas exportações. No caso da indústria automobilística, o fluxo de comércio entre Brasil e Argentina saltou de US$ 140 milhões em 1991 para US$ 343 milhões em 1993 e continuou subindo.

O reflexo da abertura comercial e da globalização da economia dos países do Mercosul tem criado enorme interesse pela região em todo o mundo, o que torna mais urgente que seus países ajam com rigor contra a criminalidade que pode afetar o projeto de integração.

Há muito em jogo e grande parte do mundo olha para o Mercosul. A Espanha, que assumiu a presidência da União Européia, formada por 15 países europeus e responsável por 51% da ajuda mundial a países em desenvolvimento, resolveu considerar preferencial a integração da União com o Mercosul e um acordo básico entre os dois blocos deverá ser assinado em Madri no próximo mês.

A Venezuela já assinou acordos com o Brasil para se integrar a um dos maiores blocos comerciais do mundo e um deles poderá permitir que se formem *joint-ventures* entre a Petrobras e a Petróleos de Venezuela para criar uma supercompanhia de petróleo e construir uma refinaria.

Fica fácil perceber como o contrabando, que movimenta US$ 123 bilhões na região, é uma ameaça ao processo de integração, pois a esses criminosos não interessa a criação de facilidades para a livre circulação de mercadorias entre os países.

No entanto, mais que a fiscalização e a repressão, será fundamental que a população do Mercosul transforme-se de sacoleiros em consumidores, com empregos, salários, terras, assistência médica, moradia etc.

Nesse caminho, os países do Mercosul têm um longo trabalho pela frente. Por isso, é preciso, com urgência, que comecem a tratar com toda a seriedade de suas economias gravemente desequilibradas no campo social, do crescimento vertical de suas populações e da difícil tarefa de manter suas taxas de inflação em níveis compatíveis com as necessidades de crescimento, progresso econômico e de justiça social.

*(Reprodução de matéria publicada no* Jornal do Brasil, *edição de 07.12.1995, e assinada pelo jornalista Miguel Jorge.)*

## FOLHETIM BUROCRÁTICO

A história da Administração Pública no Brasil é tumultuada como se fosse um folhetim burocrático em ritmo de caranguejo doido. Os maiores responsáveis por isso são os políticos. O cargo público esteve sempre por eles tratado como simples moeda eleitoral e de reforço ao poder. Impossível, assim, a técnicos, teóricos ou idealistas estabelecer concretamente um sistema onde o estímulo ao mérito e à produtividade venha se tornar uma constante.

Voltemos ao passado. Na década de 1930, o presidente Getúlio Vargas criou o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), dirigido pelo Sr. Luís Simões Lopes. O objetivo desse órgão era o de disciplinar os procedimentos de organização e funcionamento da Administração Pública. Seus pareceres eram normativos para todos os setores da administração direta e, depois, para as autarquias. Com o correr do tempo, o DASP começou a ser descartado até por membros do Governo. Ganhou apelidos pejorativos, passou a sofrer uma permuta incessante de diretores e principiou a se enrolar numa legiferância muitas vezes extremamente casuística, proporcionada pelo Executivo e Legislativo: leis, decretos-leis, decretos. E também nas suas próprias circulares, portarias e, posteriormente, instruções normativas. Veio até a mudar de sigla, para DAPC. Enfim, o rococó.

Agora, a reforma administrativa retorna ao proscênio, agenciada pelo Governo e tendo como principais personagens o ministro Bresser Pereira e o deputado Moreira Franco, relator do projeto no Parlamento. E as pedras de toque são a estabilidade do funcionário e seus direitos adquiridos, execrados por muitos como se fossem a razão de todos os males gerenciais. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Vejamos.

A Constituição de Weimar, de 1919, foi provavelmente a primeira a dar garantias ao servidor público. Seus reflexos aqui bateram desde a Carta de 1934, mas talvez a melhor Constituição que o Brasil já teve foi a de 1946, logo após o fim da ditadura. Nela, já constava a estabilidade de 2 anos para quem ingressara mediante concurso e, após 5 anos, para os demais casos. O funcionário estável somente poderia ser demitido através de processo administrativo, devido a falta grave, quando também poderia ser enquadrado no Código Penal. Em 1952, com a Lei nº 1.711, veio um novo estatuto, consolidando um universo de direitos e deveres e que também era aplicável às autarquias, mediante a cláusula "no que couber". Mais tarde, já no governo JK, emergiu um ambicioso e detalhado plano de classificação de cargos, contido na Lei nº 3.780/60, que nunca chegou a ser utilizado *in totum* — 10 anos depois, veja-se, já substituído por outro plano agasalhado na Lei nº 5.645/70.

Nessa altura, há muito o tumulto tomara conta do âmbito administrativo. Raramente eram promovidos concursos para preenchimento de vagas. Nomeavam-se interinos, geralmente apadrinhados de políticos e autoridades. E o interino ia ficando, ficando e, mesmo assim, em diversas ocasiões, nem precisava aguardar os 5 anos: surgiam leis antecipando a sua efetivação (p. exp. Leis nºs 4.242 ou 4.345, entre outras). Ao mesmo tempo, a partir da década de 50, começam a proliferar as estatais, na forma de sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação. Mais empreguismo. Em suma, no governo do Sr. João Goulart, foi criado um ministério especial para assuntos da reforma administrativa, entregue ao Sr. Ernani do Amaral Peixoto. Não houve tempo de terminar a missão: Jango foi deposto em 31 de março de 1964.

Em 1967, no Governo Castelo Branco, veio a reforma administrativa com o Decreto-Lei nº 200. Mediante esse diploma, entre outras muitas normas, pensava-se dar uma tacada contra o festival de admissões: havia um artigo que extinguia o instituto da interinidade. Os políticos não se perderam. Forjaram-se os quadros suplementares de servidores regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Daí, o maná ainda foi maior — nomeações às duchas e o pandemônio devidamente instalado. E o Poder Público

passou a ter dois quadros de funcionários, ou seja, estatutários e celetistas. Estes últimos não tinham direito à estabilidade, mas tinham o FGTS, aviso prévio, enfim, tudo aquilo que rege os empregados de entidades privadas. Até que, em 1990, o presidente Fernando Collor sancionou um novo estatuto, no qual desaparece a figura do celetista na administração direta. Mas, de qualquer modo, as repartições foram obrigadas a abrigar todo mundo.

A reforma atualmente em pauta é um dos vários focos de alteração da Carta de 1988 — uma imensa colcha de retalhos a qual, num deslize terminológico, o finado Ulysses Guimarães denominou "cidadã". No entanto, torna-se imperativo considerar que uma reestruturação administrativa não diz respeito apenas a problemas de pessoal. Existem questões básicas, entre outras, como de pesquisa, planejamento, organização e métodos, informática ou custos de controle. Sem isso, quase nada feito.

O direito adquirido e a estabilidade do servidor são temas de superestrutura. O primeiro, advindo de uma antiga teoria de Gaba, não traduz um primado lógico, tal ressaltava San Thiago Dantas. Assegura o direito vinculado a uma lei, mesmo que posteriormente revogada. É o princípio da irretroatividade. Mas jamais será garantido por dispositivos que violaram normas superiores ou princípios gerais de Direito. Já a estabilidade pode ser relativa; seria necessária para manter a independência na tomada de decisões de ocupantes de cargos técnicos. Mas aqueles não protegidos por ela precisam de outros suportes. Possivelmente, uma nova mescla Estatuto/CLT. Mas, sem que os funcionários fiquem como mera massa de manobra, tudo isso dependerá da eficiência e bom senso do legislador. Senão, noutro cenário, continuará o velho folhetim.

*(Reprodução de matéria publicada no* Jornal do Brasil, *edição de 10.03.1996, e assinada pelo escritor e jornalista José Lino Grünewald.)*

## GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA: SIVAM DA PETROBRÁS?

Reportagem publicada na *Folha* (05.02) a respeito do projeto de construção do gasoduto para importação do gás natural da Bolívia coloca-o como "uma operação de alto risco, uma provável usina de queimar dinheiro", na palavra de alguns entrevistados, passando ao leitor desavisado a impressão de ser mais um megaescândalo em gestação no País. É preciso, no entanto, analisar essa questão por uma ótica mais abrangente do que a dos engenheiros da Petrobrás.

Enquanto na maioria dos países do mundo o gás natural representa cerca de 20% da matriz energética, no Brasil sua participação situa-se em torno de 2% e, em São Paulo, em menos de 1%. Essa presença pequena provoca, de um lado, a queda de competitividade de alguns segmentos industriais no mercado internacional, como no setor cerâmico, pois o óleo combustível atualmente utilizado por essas indústrias é um energético inadequado, pela sua queima irregular e impurezas que contém.

Por outro lado traz incalculáveis prejuízos ao meio ambiente, uma vez que o uso do óleo diesel, principalmente pelos ônibus urbanos, resulta no lançamento de toneladas de poluentes, deteriorando a qualidade do ar. Só na Grande São Paulo, que conta com uma frota de 15 mil ônibus, diariamente são lançadas cerca de 100 toneladas de poluentes.

Além do mais, é sabido que, com o esgotamento dos potenciais hidrelétricos na região Sudeste e o permanente crescimento da demanda por eletricidade, a termeletricidade passará a ter participação crescente na oferta de energia.

E o gás natural é o energético mais adequado para mover essas usinas, face ao seu baixo impacto ambiental. Tanto isso é verdade que a usina termelétrica de Piratininga, situada dentro da Grande São Paulo e movida a óleo combustível, não pode operar em plena carga, pois em menos de 30 horas de operação lançaria ao ar

uma quantidade tal de poluentes que obrigaria a decretação de estado de alerta pelas autoridades ambientais.

Todos os que nas últimas décadas estiveram envolvidos com a tentativa de importar o gás natural da Bolívia sabem que a Petrobras se opõe ferreamente a esse projeto, pelo receio de que esse energético reduza seu mercado de óleo combustível, principalmente em São Paulo. Ao longo de décadas a Petrossauro (permita-me o deputado Roberto Campos, pelo uso da expressão) tem adotado artifícios e artimanhas, criando obstáculos para inviabilizar o projeto.

O plano inicial, proposto por São Paulo, previa a construção de um gasoduto de 1.300 quilômetros, por onde se transportariam 16 milhões de $m^3$/dia, para abastecer um mercado com potencial de consumo estimado em 25 milhões de $m^3$/dia no ano 2005. Por que então o gasoduto foi desdobrado?

Primeiro convenceu-me um ministro de Minas e Energia que o gasoduto poderia ser prolongado até o Rio Grande do Sul. Depois, no governo Itamar Franco, foi agregado um ramal até Belo Horizonte, passando, é claro, por Juiz de Fora. Esses prolongamentos, face ao montante dos investimentos adicionais, elevam o custo do transporte do gás, colocando em xeque a economicidade do projeto.

Além do que, o gás da Bolívia é insuficiente para atender a toda demanda das regiões Sul e Sudeste, sendo necessário um planejamento integrado, levando em conta o aproveitamento também do gás produzido pela Petrobras na Bacia de Campos, o gás do Norte da Argentina, o gás do Peru e a importação de gás liquefeito de outros 15 países.

Imputar ao gás da Bolívia a responsabilidade pela remuneração dos investimentos em todos os prolongamentos "pendurados" ao projeto original só pode ter o propósito de inviabilizar esse empreendimento, transformado em falso Sivam pela alquimia do corporativismo petrossáurico.

Esse é apenas um aspecto da inviabilização artificial do projeto. O outro é o preço que a Petrobras se dispôs a pagar pelo gás na Bolívia. Em 1992, quando percebeu que a pressão para tornar exeqüível a importação do gás boliviano por parte do governo e das lideranças empresariais paulistas era muito forte, a estatal apressou-se em assinar contrato com a YPF boliviana, garantindo sua exclusividade na importação do produto para o Brasil. Simultaneamente concordou em pagar um preço (US$ 0,90 por milhão de BTUs) muito superior ao que a Argentina pagava à Bolívia pelo mesmo energético.

A posição do Banco Mundial e da auditoria internacional são plenamente procedentes. As alterações ao projeto inicial do gasoduto impostas pela Petrobras inviabilizam-no. Essa é apenas uma parte da triste história de um projeto fundamental para a economia brasileira e à integração latino-americana, tornado inviável nas pranchetas.

A roupagem "técnica" que a Associação dos Engenheiros da Petrobras pretende dar ao questionamento do projeto não é suficiente para esconder os interesses corporativos que tanto prejuízo têm trazido ao País. Nem tudo que é bom para a Petrobras é bom para o Brasil.

A solução para o problema é simples. Agora que o monopólio do transporte de gás natural não é mais da Petrobras, ela que saia do projeto, deixando-o a cargo da iniciativa privada, que o materializará a custos compatíveis, como, aliás, era a proposta original. Dessa forma a estatal otimizaria seus recursos, aplicando-os melhor, por exemplo, na prospecção do nosso petróleo.

*(Reprodução de matéria publicada na* Folha de S. Paulo, *edição de 08.02.1996, e assinada pelo economista José Fernando Boucinhas.)*

## PENSANDO O IMPENSÁVEL: UM MUNDO SEM ARMAS NUCLEARES

Aí por meados dos anos 60, Herman Kahn, uma espécie de *Doctor Strangelove* do pensamento estratégico americano, escreveu uma obra cujo título convidava o leitor a imaginar como as armas nucleares poderiam ser utilizadas de forma "racional".

Tratava-se, numa invocação certamente involuntária da constatação hamletiana, de provar que a loucura inerente ao uso das armas atômicas era susceptível de ser submetida aos rigores do método. A destruição não teria de ser total. Uma sucessão de Hiroximas poderia obedecer a uma escalada logicamente encadeada, culminando numa vitória militar.

Embora Kahn representasse uma versão extremada entre os apologistas da utilidade tática e estratégica das armas nucleares, o delírio lógico embutido em seu pensamento não estava longe das teorias que predominaram no período da Guerra Fria e que, infelizmente, não foram abandonadas. Nos últimos 50 anos a humanidade vive entre duas espécies de terror: o pesadelo do "uso racional" das armas atômicas e o risco de uma conflagração global, que as teorias de dissuasão nunca conseguiram afastar de todo.

Hoje, finda a Guerra Fria, que fornecia a *rationale* para o equilíbrio do terror, e quando a arma nuclear se vai tornando perigosamente acessível, os responsáveis pelas doutrinas militares das principais potências continuam a buscar justificativas para sua retenção.

Mesmo com a entrada em vigor do tratado Start 2, cuja ratificação pelo parlamento russo ainda é duvidosa, a previsão é de que, ao final das reduções, em 2003, cada uma das duas potências conserve cerca de 3.500 ogivas estratégicas (sem contar as armas nucleares "táticas" e as ogivas de reserva), com potencial de destruição muitas vezes superior ao necessário para fazer desaparecer a civilização.

As outras três potências nucleares "menores" dispõem, entre si, de cerca de 1.200 ogivas, e outros Estados (potências nucleares não-declaradas) ou já detêm estoques de armas atômicas ou estão em condições de produzi-las rapidamente.

Do ponto de vista dos recursos, os números são igualmente estarrecedores. Estima-se que somente os Estados Unidos tenham gasto, desde 1945, US$ 4 trilhões na produção de armas atômicas, o equivalente ao total de bens e serviços gerados durante oito anos num país como o Brasil. A mera manutenção da capacidade estratégico-nuclear americana custa mais de US$ 20 bilhões por ano, ou quase 15 vezes o orçamento regular das Nações Unidas, o que constituiria, na melhor das hipóteses, uma forma extrema de levar à prática o preceito romano: *Si vis pacem para bellum.*

A recém-concluída reunião da Comissão de Camberra sobre eliminação de armas nucleares contribuiu para lançar luz sobre alguns desses aspectos.

As discussões acentuaram também o risco que representa a continuada existência dessas armas. Personalidades de destaque dos meios acadêmicos e científico, da política e da diplomacia, bem como militares que exerceram altas posições de comando, concordaram que um mundo livre de armas nucleares é não só intrinsecamente desejável como possível.

Houve amplo consenso entre os participantes no sentido de que a nova realidade política e estratégica torna perigosamente obsoletas as teorias de dissuasão mútua que prevaleceram no auge da confrontação americano-soviética. Na realidade vários membros da Comissão — justamente os que tinham maior conhecimento específico sobre esse aspecto — foram de opinião de que os riscos embutidos nessa estratégica não compensam a frágil segurança oferecida pela ameaça de destruição recíproca. Em suas próximas reuniões a Comissão deverá desenvolver um programa que possa conduzir, ao fim, à total eliminação das armas nucleares. Alguns passos já estão sendo dados, como a negociação de um tratado de proibição completa de testes nucleares, as discussões sobre a proibição de produção de material físsil

com finalidade de fabricação de bombas e as iniciativas com vistas a ampliar as áreas do globo consideradas como livres de armas nucleares.

É preciso consolidar esses avanços. Mas a atual conjuntura internacional oferece uma oportunidade quiçá única de se trabalhar com vistas ao objetivo ambicioso, mas não irrealista, de banir totalmente não só o uso, mas também a própria posse de armas atômicas.

Com a Convenção sobre Armas Químicas (assinada há cerca de três anos e meio em Paris), pela primeira vez toda uma categoria de armamento de destruição de massa foi proscrita, em condições em que a verificação dos compromissos assumidos é parte integrante das obrigações impostas.

Não há, ao menos teoricamente, razão porque o mesmo não possa ser tentado e obtido em relação às armas atômicas. Muita coisa que parecia impensável há 10 anos é hoje parte da nossa realidade. Um mundo em que a catástrofe de uma guerra nuclear deixe de fazer parte das hipóteses e cenários dos analistas e, sobretudo, da estrutura psíquisa da humanidade como um todo já não é uma utopia. A própria idéia clausewitziana de que a guerra (e, por extensão, a guerra nuclear) é um prolongamento da política por outros meios poderá, enfim, considerar-se superada.

*(Reprodução de matéria publicada na* Folha de S. Paulo, *edição de 12.02.1996, e assinada por Celso Luiz Nunes Amorim, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas.)*

## ALDEIA GLOBAL OU CLUBE DE RICOS?

Tempos atrás, lembrei nesta coluna a frase do matemático Norbert Wiener, um dos fundadores da cibernética: "Ser informado é ser livre." Ele queria dizer que liberdade significa poder escolher, mas para isso é preciso ter informação sobre a existência de opções.

Hoje a informação começa a ser uma condição não só da liberdade, mas também da prosperidade e, quem sabe, até da sobrevivência econômica.

Uma das muitas contradições de nossa época é justamente o contraste entre uma informação cada vez mais caudalosa e um acesso muito desigual e seletivo a essa informação.

O abismo entre países ricos e pobres em matéria de informação vem de ser realçado pela Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), a organização em que trabalho, num relatório intitulado *A Tecnologia da Informação para o Desenvolvimento.*

Quase 20 anos atrás, em 1967, quando a revolução da informação estava em sua infância, um estudo do Departamento do Comércio indicava que 46% do PIB (Produto Interno Bruto) norte-americano e 50% da renda do trabalho procediam de atividades ligadas ao conhecimento, à comunicação e à informação. Atualmente a tecnologia da informação já se tornou o componente mais importante da formação do capital fixo nos países avançados, sobretudo sob a forma de instrumento para pesquisa e desenvolvimento, *design*, *marketing*, administração e gerência.

Ora, o que o estudo da Unctad revela é a extraordinária concentração do mercado das tecnologias da informação. Representando perto de US$ 500 bilhões em 1995, esse mercado (excluídas as telecomunicações) se situa quase em 90% nos países industrializados (39% nos Estados Unidos, 34,5% na Europa Ocidental e 16% no Japão). Para todo o resto do mundo sobra apenas cerca de 10%.

A tecnologia da informação é considerada a maior indústria global, assim como a de crescimento mais rápido e a primeira em lucratividade. Alguns historiadores econômicos chegam a afirmar que o impacto da tecnologia da informação na sociedade faz dela uma "segunda revolução industrial".

A tecnologia da informação é geralmente definida como toda tecnologia baseada na eletrônica que pode ser usada para coletar, armazenar, processar a informação e proporcionar o acesso ao conhecimento. Ela compreende, portanto, tanto o equipamento (*hardware*) e o *software* como os serviços fornecidos.

Para se ter uma idéia do contraste existente nesse setor, bastam duas informações significativas: 70% do faturamento total do mercado corresponde a apenas 20 empresas, das quais 10 dos Estados Unidos e seis do Japão. No outro extremo, excetuando a África do Sul, os gastos de todos os países africanos com equipamento de telecomunicações representaram em 1986 apenas 0,7% dos gastos mundiais.

A conseqüência dessa gravíssima assimetria é que da famosa "aldeia global" de MacLuhan resta um sonho. Na prática o acesso a redes como a Internet, da ordem de 40 milhões de usuários aproximadamente, é em grande parte limitado aos países industrializados e às classes sociais mais prósperas.

Dessa forma estamos longe ainda de poder realizar o voto expresso pelo presidente da União Européia, Jacques Santer, de que "a sociedade da informação contribuirá a uma participação aberta dos países em desenvolvimento na economia global (...) através de tecnologias de custo declinante que lhes permitirão queimar etapas na criação de suas infra-estruturas".

Enquanto isso não acontece, não se pode deixar de dar razão ao relatório quando afirma que "o risco de marginalização adicional das economias menos desenvolvidas em relação à revolução da informação é um dos desafios mais importantes que a comunidade internacional deverá resolver no limiar do século XXI".

Para nós, brasileiros, uma das partes mais interessantes do estudo da Unctad é o capítulo sobre a indústria de telecomunicações no Brasil escrito pela pesquisadora Maria-Inês Bastos.

Ela começa por mostrar que o Brasil é um dos raros países em desenvolvimento dotado de capacidade doméstica para produzir equipamento de telecomunicação, inclusive de tipo digital, embora, acrescenta, "não o de maior sucesso". De fato, o equipamento nacional não é competitivo em termos de preços, conforme sugerem as modestas cifras das exportações (média de US$ 30 milhões no período de 1977-86, ou cerca de 3,8% da produção).

Junto com a Rússia, a China e a Índia, o Brasil apresenta um imenso mercado potencial para equipamento de telecomunicação. Seu atraso é igualmente imenso. A fim de aproximar-se do nível da Rússia, teríamos de dobrar a nossa teledensidade, e multiplicá-la por cinco para alcançar o nível da Coréia. Dentro do grupo de países de renda média alta de que é membro, o Brasil faz pobre figura, com a média de apenas sete linhas por 100 habitantes, comparado a uma teledensidade média de 13,5 linhas por 100 para os demais.

Outro setor em que perdemos terreno, em cotejo com a Coréia, Taiwan, mesmo a China, é no domínio de tecnologia digital, adotada em apenas um quinto da rede brasileira.

Da forma elogiosa, a autora do trabalho destaca os bons resultados do esforço do CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento) estabelecido pela Telebrás (Telecomunicações Brasileiras) com a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Apesar do nível relativamente baixo de investimento, o CPqD foi capaz de produzir um número apreciável de patentes e de criar uma base substancial em telecomunicação digital.

Esse êxito contrasta com o triste desempenho da política de informática, cuja abordagem das atividades de pesquisa na base de firmas individuais, sem vínculos de colaboração com núcleos universitários, acabou por revelar-se incapaz de resistir ao impacto da abertura do mercado eletrônico brasileiro.

*(Reprodução de matéria publicada na* Folha de S. Paulo, *edição de 20.01.1996, e assinada por Rubens Ricupero, Secretário Geral da UNCTAD — Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.)*

## DESAFIOS COMUNS

Há um significativo paralelismo entre as opções de política econômica de comércio exterior adotadas pelo Brasil e pela Índia nos últimos 30 a 40 anos. Ambos os países utilizaram um modelo de desenvolvimento econômico baseado em grandes investimentos nas chamadas indústrias pesadas, com amplo apoio e interveniência do Estado em termos de estímulos fiscais, de proteção tarifária e não tarifária, ou, ainda, de controle dos níveis de preços. O modelo, comumente conhecido como o de substituição de importações, teve grande importância nos dois países para assegurar a expansão de setores com valor estratégico, que, de outra forma, teriam provavelmente permanecido fora dos campos de interesse ou mesmo do alcance da iniciativa privada. Favorecidas por subsídios, proteção comercial e encomendas governamentais, surgiram, assim, grandes empresas de propriedade pública que, juntamente com os demais setores produtivos em ambos países, distanciaram-se dos mercados mundiais, voltaram-se, sem concorrência externa, para o protegido mercado doméstico, e passaram a depender crescentemente da ação do Estado. Uma combinação de perda de produtividade, decréscimo de investimentos, pressão infracionária e desequilíbrio fiscal acabaria caracterizando, na década de 80, um quadro de esgotamento desse modelo econômico em ambos os países.

Brasil e Índia, coincidentemente, rompem com o modelo em princípios dos anos 90, iniciando um processo de abertura econômica e de gradual aprovação de reformas liberalizantes. A partir destas, nos últimos cinco anos, um novo paralelismo entre Brasil e Índia se verifica na evolução de vários indicadores econômicos e comerciais.

As reservas internacionais se elevam a patamares inéditos, acima, respectivamente, de 50 a 20 bilhões de dólares; as taxas anuais de crescimento industrial superam 10%; cerca de 1.000 empresas em cada país conseguem obter a certificação de qualidade ISO 9000; as taxas de inflação anual se situam abaixo de 20%; as taxas de juros internos se mantêm altas (em ambos os países, os juros estão sendo pressionados pela necessidade de financiamento do déficit público, hoje nas faixas de 4% do PIB, no caso do Brasil, e 6,5%, no da Índia. Os principais componentes do déficit são, nos dois casos, grandes despesas com pessoal e com o pagamento das dívidas interna e externa); no comércio exterior, ampliam-se as correntes (as exportações, favorecidas pelo crescimento da produção industrial, que agregou valor e gerou maiores excedentes; as importações, estimuladas pela liberalização e pela crescente demanda de bens de capital para renovação do parque produtivo).

No plano estrutural, outras semelhanças: o setor público, carente de meios para autofinanciamento, ainda se debate com excesso de pessoal só medianamente qualificado, e com escassez de recursos para investimento nas empresas não-privatizadas ou nos serviços públicos. A grande insuficiência de fundos públicos para a recuperação e modernização da infra-estrutura no Brasil e na Índia ameaça não apenas o desenvolvimento social (em áreas como educação, saúde e saneamento), mas também a resposta que o setor privado tem conseguido dar ao desafio da abertura econômica nos dois países: os empresários se ajustaram para concorrer interna e externamente com outros países, mas perderão competitividade se permanecerem onerados pelos altos custos de infra-estrutura (transporte, portos, energia, comunicações), ou seja, por um componente do que aqui chamamos de "Custo Brasil", e que se deve poder chamar, na Índia, de "Custo Índia".

Caberia, em tudo isso, uma breve digressão suscitada pelas apreensões do estrategista político norte-americano George Kennan, quanto a efeitos potencialmente negativos das grandes superfícies territoriais sobre a qualidade dos governos nos Estados que as ocupam. Preocupado, em seu livro *Around the Cragged Hill*, com a governabilidade do que ele classifica como paí-

ses-monstros (aí relacionando os Estados Unidos, a China, a Rússia, a Índia e o Brasil), Kennan considera que, quanto maior o território de um Estado, menor a proximidade e mais difícil a interação entre governantes e governados, com possíveis conseqüências que as sociedades nesses países devem procurar evitar: uma delas, o risco de as elites dirigentes não traduzirem corretamente os reais anseios e expectativas da população; outra, a propensão do indivíduo a não se identificar ou não se integrar com a ação dos Governos nacionais, e a voltar-se predominantemente para as Administrações locais.

A grande complexidade das questões de política interna, tanto no Brasil quanto na Índia, onde se somam diversidades de interesses regionais, grandes contrastes sócio-econômicos, fortes concentrações de renda, e, no caso da Índia, diferentes identidades étnicas, forneceria material ilustrativo para as apreensões estratégicas de Kennan. Em outras palavras, toda essa complexidade do quadro político interno do Brasil e da Índia, a amplitude das discrepâncias setoriais e a multiplicidade dos interesses corporativos acabam tendo efeito diversionista para a autocrítica dessas duas sociedades, pois afastam as atenções da questão realmente prioritária: avançar no processo de reformas estruturais, sem as quais nem o Brasil nem a Índia conseguirão melhorias duradouras nos padrões de vida de seus povos. Concretizá-las com abrangência e celeridade representa, no momento, o grande desafio estratégico para ambos países.

Tantas são, em suma, as identidades no processo de desenvolvimento de Brasil e Índia, seja em termos de êxitos na política de abertura e estabilização econômica, seja com relação aos desafios remanescentes para a consolidação dessa política, que os dois países muito terão a ganhar com a intensificação do diálogo e do intercâmbio de experiências. O aprofundamento de contatos em nível oficial e empresarial contribuirá na formação de massa crítica para a melhor avaliação e equacionamento de problemas comuns. A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia representa, assim, um passo decisivo nesse sentido.

*(Reprodução de matéria publicada no* Jornal do Brasil, *edição de 22.01.1996, e assinada por Maurício E. Cortes Costa, Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.)*

## O MILAGRE DO PACOVÁ

Amazônia meridional (norte do Mato Grosso), novembro de 1992. Do interior da selva densa e abafada surge a figura rosada do pesquisador inglês, ainda lutando contra uma nuvem de mosquitos. Com uma planta qualquer na mão e um brilho nos olhos, ele anuncia enigmático, num Português arrastado: "Esta planta é milagrosa!" A planta não era uma qualquer: da espécie conhecida como pacová, continha poderosas propriedades para o tratamento do reumatismo. O pesquisador também não era um qualquer: ali estava um diretor de um dos maiores laboratórios químicos do mundo.

Há muito tempo, a indústria química mundial sabe que o gigantismo amazônico esconde sua maior riqueza na dimensão microscópica: o patrimônio genético. Estima-se que mais de 10% de toda a biodiversidade mundial (universo das espécies existentes) estejam abrigados no Brasil, mais precisamente em suas florestas tropicais. E é esta biodiversidade que alimentará a bilionária indústria da biotecnologia, provavelmente a que mais crescerá no próximo século (hoje, 25% dos medicamentos vendidos nos Estados Unidos, por exemplo, provêm de plantas).

Segundo a respeitada organização norte-americana Conservation International (CI), o homem conhece apenas cerca de 1,4% das espécies (vegetais, animais e microorganismos) existen-

tes. Repousa ainda, portanto, um tesouro de mais de 98 milhões de espécies a ser desvendado — e ali está a cura para diversos males (possivelmente incluindo a Aids, segundo a CI). Avaliando que a fatia brasileira desse bolo será bem superior aos 10% atuais, a comunidade científica internacional já apelidou o país de *medadiversity country*.

O Brasil está no mapa do tesouro. É considerado, nos mais altos círculos políticos, um país estratégico na nascente Era da Biotecnologia (assim chamado pelo impacto científico/econômico que representará). No entanto, a corrida à biodiversidade deflagrou uma situação de risco internacional, como acontece com todo jogo que se inicia antes que se definam suas regras. Tanto a proteção quanto a exploração da biodiversidade planetária são atividades que ainda flutuam num vácuo de princípios e normas, como já admitiram os próprios negociadores da matéria no âmbito das Nações Unidas.

No entanto, o tempo de que o Brasil dispõe para definir suas intenções nesse jogo começa a se esgotar. A aprovação no País da nova Lei de Patentes (que acaba de passar no Senado, indo a votação final na Câmara, onde seu texto original já fora aprovado) deixa o maior banco genético natural do mundo em situação inteiramente vulnerável. Espécies encontradas em território brasileiro — inclusive aquelas cujas propriedades medicinais ou alimentícias já tenham sido identificadas pelos povos nativos — poderão ter seus princípios ativos apropriados por laboratórios transnacionais. A forma atual da lei sequer exige que um microorganismo sofra alguma modificação genética para ser patenteado (pode sê-lo em seu estado natural).

Independentemente do mérito na nova Lei de Patentes — e da controvérsia que acompanha os seus cinco anos de tramitação —, o Estado brasileiro não pode resumir-se a um espectador dos negócios bilionários que a biotecnologia realizará no seu quintal. A Convenção sobre Biodiversidade, firmada na Rio-92, garante às nações soberania sobre as espécies existentes em seu território, assim como o direito a participar dos resultados científicos e financeiros da sua manipulação. Isto significa que o Brasil, desprovido de tecnologia para explorar seu tesouro genético, não precisa ficar dividido entre a xenofobia e o entreguismo: pode tornar-se um grande sócio (e benemérito) do negócio.

Há cerca de quatro anos, o governo da Costa Rica fez um acordo pioneiro com o Laboratório Merck, vendendo-lhe por cerca de US$ 1 milhão os direitos de pesquisar e explorar livremente as espécies de uma certa porção de suas florestas (também ricas em biodiversidade). A experiência foi saudada como um avanço nas relações entre detentores de biodiversidade e produtores de biotecnologia, mas deve-se observar que, a médio prazo, tal quantia será uma esmola diante dos prováveis dividendos alcançados pela empresa.

O Brasil pode e deve adotar caminho mais inteligente. Executivo e Legislativo podem garantir em definitivo os direitos nacionais sobre o seu patrimônio genético, criando legislação específica sobre a exploração da biodiversidade brasileira. Isto não suscitará melindres diplomáticos, pois será apenas a regulamentação dos princípios consagrados na Convenção sobre Biodiversidade (que até os Estados Unidos já assinaram, após alguma relutância).

A garantia de *royalties* em lei poderia contemplar desde compensações aos povos tradicionais (a título de propriedade intelectual, por seu conhecimento e melhoria de espécies ao longo dos séculos) até o retorno financeiro e científico para a indústria e a pesquisa nacionais. O Brasil precisa reservar um lugar nobre na Era da Biotecnologia. Do contrário, verá o ser tesouro genético simplesmente passar para o outro lado do balcão — e pagará um preço alto demais para curar a sua dependência e o seu reumatismo.

*(Reprodução de matéria publicada no* Jornal do Brasil, *edição de 03.03.1996, e assinada pelo jornalista Guilherme Fiuza.)*

## A APROPRIAÇÃO DA INOCÊNCIA

A mobilização da mídia em torno da tragédia que abateu os rapazes do grupo Mamonas Assassinas é um sintoma claro de uma grave doença que corrói o tecido social brasileiro. Os Mamonas (embora já estivessem bem longe da infância) realizaram aquilo que toda a criança e adolescente gosta, precisa e até deve fazer: transgrediram. As musiquinhas escatológicas sobre sabão ou a história do português do "Vira" que manda acender a luz já eram conhecidas como piadas nos anos 50, quando eu era ainda uma criança.

Naquela época dizia-se e fazia-se entre nós tudo o que hoje é escrachado no palco, mas havia uma nítida separação entre o que vinha de casa e o que provinha da rua ou dos amigos. Havia duas linhas de "cultura" bem individualizadas. Aprendi ética com meus pais, com meus professores e também com os meus amigos (dedurar era um pecado mortal!). Aprendi muitas coisas boas, como a lealdade e a solidariedade com os amigos na rua, mas aprendi, igualmente, todo o tipo de besteira que também me fez crescer: musiquinhas com duplo sentido, que lembro até hoje, como lembro dos gibis do Carlos Zéfiro, os "catecismos", lidos e relidos clandestinamente em banheiros fechados a sete chaves...

Mas havia uma nítida distinção entre lícito e ilícito. Entre a atitude social e o instinto. Tínhamos um certo medo ao transgredir. Em minha casa e, acredito, nas casas dos leitores da faixa dos 40-50 anos atuais, não havia a menor possibilidade de meus pais se divertirem se eu, com 8 a 10 anos, saísse cantando publicamente: "Acende a luz porque me passaram a mão na bunda e eu ainda não comi ninguém." No mínimo ficaria uma semana de castigo.

Os Mamonas foram apenas instrumentos de um processo pernicioso que a indústria da mídia instituiu entre nós e não só no Brasil, embora aqui tendamos sempre a exacerbar essas deformações. A morte trágica desses rapazes é tratada pela mídia como se tivéssemos perdido valores importantíssimos (não estou falando do valor absoluto de vida deles, cuja perda lamento entristecido). Refiro-me aos valores morais. Qual é o valor enaltecido em suplementos oportunistas que chegam a publicar *posters* dos mortos, numa macabra exploração que só tem um objetivo: faturar, faturar e faturar? Qual é o sentido de reverenciá-los com maciça cobertura, num tom de emoção fabricado, como se tivéssemos perdido um Gandhi ou algum outro benfeitor do gênero humano? Qual é a mensagem que os Mamonas nos deixam? Será talvez a de ter vendido 1.800.000 discos em oito meses? Será esta letra: "Minha coisinha gostosa. Dá aos pobres, é bondosa. Sou corno mas sou feliz..."? É isso que estamos servindo às crianças? É esse o exemplo do qual sentiremos saudades?

Antes que digam que sou careta, insensível, reacionário, retrógrado etc., quero comunicar que passei por toda a experiência dos anos 60, num tempo em que, felizmente, ainda não era preciso usar camisinha para transar... O problema é que sabíamos quais eram os limites. A indústria da comunicação ainda não nos impunha tanto lixo a pretexto de descontração e liberdade. Havia alguns princípios, mesmo se muitos não os levassem suficientemente a sério.

Vivemos tempos tão estranhos que palavras como moral e princípios saíram de moda. Incomodam. Hoje o que vale é se dar bem. É escrachar e f...-se o resto. O mais grave disso tudo é que gente como os pobres Mamonas (que parecem ter sido pessoas da melhor qualidade) e seus fãs desconsolados são apenas a parte inocente e inconseqüente dessa doença. Quem fatura mesmo não são eles, são outros, bem outros...

Enquanto não aprendermos a distinguir o que é bem do que é mal, começaremos cantando musiquinhas de suruba em festinhas de aniversário de crianças e terminaremos considerando natural que se falsifiquem balanços de bancos, perpetuando uma sociedade onde as crianças se dividem entre as que não têm o que comer ou onde morar e as que dançam e cantam ao som de "sabão cru, cru".

*(Reprodução de matéria publicada em* O Globo, *edição de 11.03.1996, e assinada pelo jornalista Fritz Utzeri.)*

## PARADOXOS

Positivamente, estamos mesmo numa época de paradoxos. Faz alguns dias, a imprensa encheu as primeiras páginas com o sensacional diário do ex-embaixador soviético Fomin, que transmitia a seus superiores, no Kremlin, a informação de que o então presidente João Goulart estava preparando um golpe-de-estado, com o fechamento do Congresso. Ouviram-se de alguns sobreviventes das nossas inefáveis esquerdas alguns guinchos muito sem graça, desses de frangote que está mudando a voz. Mas, logo em seguida, veio a público a mesma informação, desta vez da parte da CIA. Um caso de rara unanimidade dos informantes das duas superpotências. E, por favor, não me digam que, nos idos de 1964, elas estavam alegremente colaborando às nossas custas...

É preciso corrigirmos urgentemente a grande fraude das esquerdas, cuja velha linha — mentir, mentir sempre, que acabará restando alguma coisa — procurou dar por definitiva a versão do regime Goulart como uma situação perfeitamente democrática em pleno funcionamento e a reação militar de 1964 como um "golpe contra as instituições". Infelizmente, a verdade histórica muitas vezes tarda a vir à tona, porque as informações e os documentos relevantes costumam ficar guardados em arquivos que os governos não costumam abrir ao público. A verdade é que a opção, em 1964, não era entre democracia social e democracia liberal. A opção era entre "autoritarismo de esquerda" — um Estado Novo com sinais trocados — sob a liderança de Goulart ou Brizola, e um "autoritarismo de direita", envergonhado e biodegradável. Ao contrário das ditaduras de esquerda, capazes de longa sobrevida, como o revelam os exemplos de Fidel Castro e Kim il Sung... Em matéria de repressão, somos aprendizes de escoteiros. Os atentados e a guerrilha de esquerda mataram quase uma centena de soldados, policiais e outras pessoas que apenas cumpriam o seu dever. E os governos, de 1964 a 1984, quase 21 anos, têm a responsabilidade por pouco mais de 160. Não chega a oito por ano. Média que envergonharia qualquer Comando Vermelho da vida, e é quase ridículo por comparação com a matança de qualquer fim de semana normal e pacífico do Rio ou de São Paulo... O supostamente malvado regime aposentou alguns professores, e deixou completamente livres as publicações de esquerda — basta compilar qualquer lista de publicações desse tempo. Emitiu, é verdade, alguns decretos-leis. Agora chamam-se medidas provisórias, e representam, parece, o supra-sumo da democracia em operação...

Nossa inocência repressiva seria certamente desvirginada pelas nossas esquerdas, se houvessem tido a oportunidade. O primeiro e grande modelo, naturalmente, teria sido o da falecida Pátria do Socialismo, que se chamava a si mesma União Soviética. As cifras variam, mas as melhores estimativas parecem estar em mais de 30 milhões de vítimas, até a Segunda Guerra. Só na reforma agrária foram liquidados, de uma ou de outra maneira, algo entre 8,5 e 14 milhões de agricultores — naturalmente "inimigos da classe". Da China, não se sabe ao certo. A unidade de conta é sempre o milhão. Só na bagunça da Revolução Cultural foram mortas mais de um milhão de pessoas. Pol Pot, do Khmer Vermelho, o Camboja — um pequeno país de camponeses — matou mais de um milhão no seu esforço (indubitavelmente consciencioso) de criar o novo "homem socialista". Mengistu, da Etiópia, imaginou uma saída original para superar as limitações do subdesenvolvimento, e, além de bala, usou a fome para acabar com as centenas de milhares de camponeses, que não respondiam com o necessário entusiasmo aos gloriosos apelos do socialismo.

Mas, para não ficarmos muito longe, temos o socialismo moreno de Fidel Castro. Este é recebido por vários poderes da República com mostras públicas de comovido respeito. Que é competente, não há a menor dúvida. Desde 1959 no poder absoluto, hoje um recorde mundial! Como Cuba é um país tropical, alegre, com lindas praias, rum e boleros, a coisa no *paredón* foi bem mais suave. Só se fuzilaram alguns milhares. Algo como, digamos — tendo em conta a diferença de população — fuzilar uns 70 mil "inimigos do povo" aqui na Pátria Amada... Em Cuba não se escreveria um livro como *Tortura nunca mais*, pois Fidel considera a pessoa humana um detalhe desprezível na confrontação ideológica.

Isso me lembra a famosa história do "ouro de Moscou". Até que eu, pessoalmente, gostava do velho Prestes. Fiquei um pouco chateado quando os arquivos soviéticos recém-abertos confirmaram que existiu, mesmo. Mas já devia estar preparado, porque nenhuma visão totalitária do mundo — e a socialista o é inerentemente, porque já traz embutida uma noção dogmática de como as pessoas devem ser e pensar — pode permitir-se qualquer espécie de escrúpulo.

Nunca adianta muito tentar corrigir versões distorcidas de eventos históricos, porque elas são, por princípio, descartáveis, uma vez usadas para os fins com que foram propostas. Mas fique o registro. Porque se um intelectual então respeitado, como Sartre, se abastardou sujamente pelo seu silêncio diante dos crimes do stalinismo, que podemos esperar das versões pitecantrópicas nativas das terras de Macunaíma?

O comunismo foi a outra face do totalitarismo de direita, ambas reações desordenadas e enlouquecidas a um mundo que, com a traumática experiência da Primeira Guerra, parecia irremediavelmente irracional e absurdo às gerações desse tempo. Como cangalhas que se equilibram, pesando uma de cada lado, essas duas visões deformadas alimentaram-se e justificaram-se reciprocamente. E como ser desenvolvido é, antes de mais nada, morar na periferia da racionalidade, por um bocado de tempo continuamos usando idéias que, na origem, já há muito passaram do prazo de validade.

Estamos no momento presente vivendo uma outra experiência paradoxal. Os trabalhadores do setor privado se compõem com os capitalistas, sendo raras as greves, pois o patrão é levado a ceder, para evitar os prejuízos de paralisação, e os trabalhadores paralisam pouco, com medo do desemprego. As greves são hoje contra o Estado. Escudados na estabilidade do emprego, e ignorando, ou fingindo ignorar, que os contribuintes não estão dispostos a pagar mais impostos para sustentar a burocracia (que consumia 4,4% do PIB em 1990 e 5,8% do PIB em 1995), os funcionários públicos deixam de prestar serviços essenciais.

Com isso conseguem paradoxalmente três resultados. Tornam claro que é necessário acabar-se com a estabilidade, para que o risco do desemprego possa atuar como fator disciplinar e moderador. Evidenciam que há funcionalismo em excesso, pois o Governo consegue operar mesmo com contingentes reduzidos. E estranhamente castigam precisamente os mais pobres, pois o grevismo é mais acentuado nos setores de saúde, educação e previdência social. O sofrimento periódico dos desvalidos nas filas é uma das poderosas razões em favor da privatização da previdência social, num modelo competitivo, que permita ao segurado optar entre vários prestadores de serviço. Nos monopólios de Estado, a situação é clara: o poder de greve se transforma em poder de chantagem, como os petroleiros nos demonstram periodicamente, numa lição sempre repetida e nunca aprendida.

*(Reprodução de matéria publicada em* O Globo, *edição de 21.04.1996, e assinada pelo deputado federal Roberto Campos.)*

# Mercado Comum Gerdau.

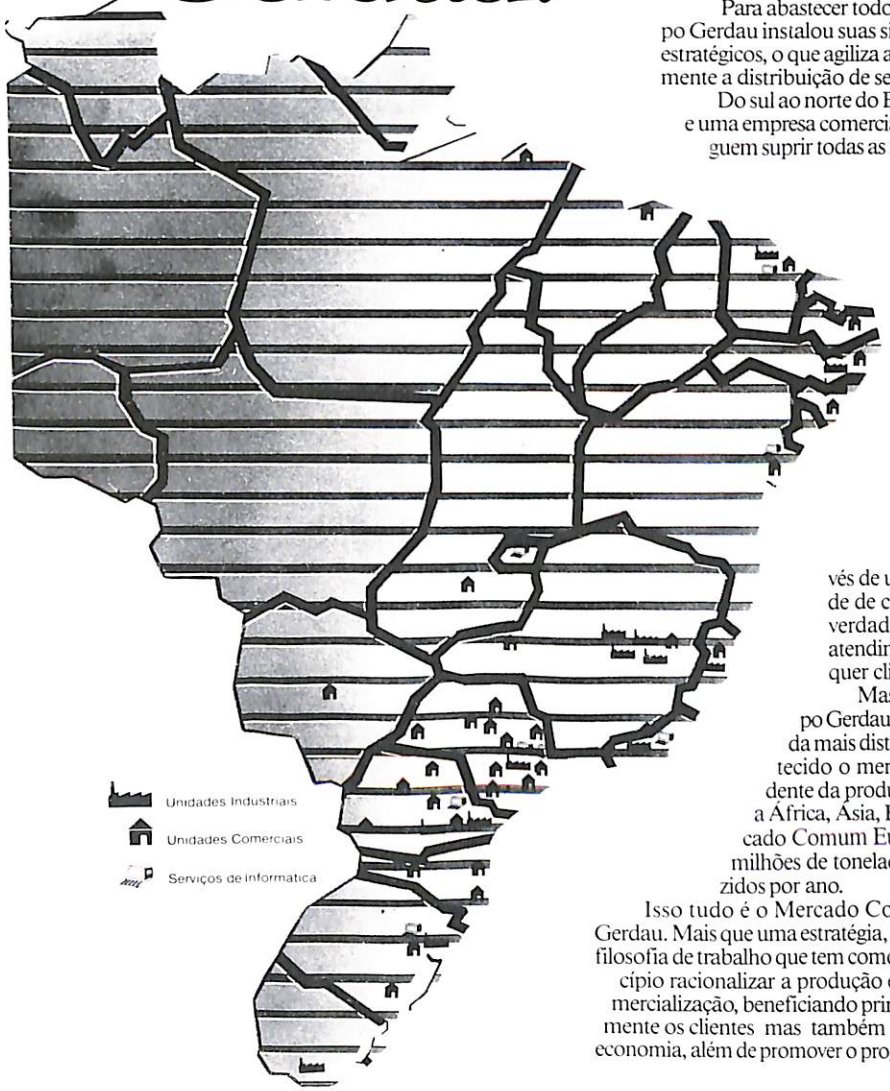
**A estratégia do Grupo Gerdau para atender ao consumo de aço de todo o Brasil.**

O mercado consumidor atendido pelo Grupo Gerdau é tão grande quanto o número de cidades brasileiras. São centenas de produtos para todo tipo de necessidades.

Vergalhões, telas soldadas, barras, perfis, arames galvanizados, ovalados, farpados, cobreados, cordoalhas, pregos, grampos, correntes e muitos outros.

Para abastecer todo esse consumo, o Grupo Gerdau instalou suas siderúrgicas em pontos estratégicos, o que agiliza a produção e principalmente a distribuição de seus produtos.

Do sul ao norte do Brasil, sete siderúrgicas e uma empresa comercial com 35 filiais conseguem suprir todas as regiões brasileiras através de uma bem montada rede de comercialização. Uma verdadeira rede de aço para atendimento de todo e qualquer cliente.




Mas a produção do Grupo Gerdau alcança mercados ainda mais distantes. Depois de abastecido o mercado interno, o excedente da produção é exportado para a África, Ásia, Estados Unidos e Mercado Comum Europeu. Ao todo, dois milhões de toneladas de aço são produzidos por ano.

Isso tudo é o Mercado Comum Gerdau. Mais que uma estratégia, é uma filosofia de trabalho que tem como princípio racionalizar a produção e a comercialização, beneficiando principalmente os clientes mas também nossa economia, além de promover o progresso.

GERDAU




# Você está vendo o dinheiro do futuro. E o banco que vai deixar os outros no passado.

**Banco do Brasil VISA Electron.**
**O primeiro cartão de dinheiro do País.**

O Banco do Brasil saiu na frente mais uma vez. Ele acaba de lançar, junto com a VISA, o cartão de dinheiro. É o Banco do Brasil



VISA Electron. Com ele você faz compras sem precisar levar cheque ou dinheiro. É o dinheiro do futuro. Rapidinho sua compra é efetuada. Ninguém precisa conferir identidade, CIC, telefone e endereço, porque o Banco do Brasil VISA Electron é o único cartão que consulta diretamente seu saldo.



Esta é a máquina que aceita o cartão de dinheiro.

Você vai adorar a idéia de não ter dinheiro no bolso. E o melhor de tudo é que você pode usar o Banco do Brasil VISA Electron em todos os lugares onde os cartões VISA são aceitos, pelo sistema eletrônico. São mais de dois milhões e meio de estabelecimentos em todo o mundo e 50 mil pontos no Brasil.

Se você não quer mais esperar pelo futuro, passe numa agência BB e solicite seu Banco do Brasil VISA Electron. Finalmente você vai ter o futuro em suas mãos. Pode acreditar.

O dinheiro do futuro já está presente aqui.

http://www.bancobrasil.com.br

BANCO DO BRASIL




# Você está vendo o dinheiro do futuro. E o banco que vai deixar os outros no passado.

**Banco do Brasil VISA Electron.**
**O primeiro cartão de dinheiro do país.**

O Banco do Brasil saiu na frente mais uma vez. Ele acaba de lançar, junto com a VISA, o cartão de dinheiro. É o Banco do Brasil



VISA Electron. Com ele você faz compras sem precisar levar cheque ou dinheiro. É o dinheiro do futuro. Rapidinho sua compra é efetuada. Ninguém precisa conferir identidade, CIC, telefone e endereço, porque o Banco do Brasil VISA Electron é o único cartão que consulta diretamente seu saldo.



Esta é a máquina que aceita o cartão de dinheiro.

Você vai adorar a idéia de não ter dinheiro no bolso. E o melhor de tudo é que você pode usar o Banco do Brasil VISA Electron em todos os lugares onde os cartões VISA são aceitos, pelo sistema eletrônico. São mais de dois milhões e meio de estabelecimentos em todo o mundo e 50 mil pontos no Brasil.



Se você não quer mais esperar pelo futuro, passe numa agência BB e solicite seu Banco do Brasil VISA Electron. Finalmente você vai ter o futuro em suas mãos. Pode acreditar.

**O dinheiro do futuro já está presente aqui.**

http://www.bancobrasil.com.br

BANCO DO BRASIL